UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Flávia Manuella Uchôa de Oliveira

Somos todos empreendedores? A demanda empreendedora como dispositivo de governo neoliberal

São Paulo
2020

Flávia Manuella Uchôa de Oliveira

Somos todos empreendedores? A demanda empreendedora como dispositivo de governo neoliberal

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte integrante do requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Área de Concentração: Psicologia Social e do Trabalho

Orientadora: Profa. Dra. Leny Sato.

São Paulo
2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catalogação na publicação Biblioteca
Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Uchôa-de-Oliveira, Flávia Manuella
Somos todos empreendedores? A demanda empreendedora como dispositivo de governo neoliberal / Flávia Manuella Uchôa-de-Oliveira; orientador Leny Sato. -- São Paulo, 2020.
295 f.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Empreendedorismo. 2. Neoliberalismo. 3. Psicologia Social do Trabalho. 4. Estudos de Governamentalidade. I. Sato, Leny, orient. II. Título.

Nome: Flávia Manuella Uchôa de Oliveira

Título: Somos todos empreendedores? A demanda empreendedora como dispositivo de governo neoliberal

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte integrante do requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências.

Banca Examinadora

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Para Vinha, Neco e Baé.

AGRADECIMENTOS

Tenho o costume de ler os Agradecimentos em teses e dissertações. São bonitas as várias maneiras de escrever sobre a gratidão. Sejam mais formais e discretos ou mais poéticos e inventivos, os agradecimentos das autoras e dos autores me lembram que uma pesquisa nunca pertence ao pesquisador, mas é o resultado de incontáveis conversas e experiências entre o pesquisador e o mundo. A pesquisa é sempre da gente. (Ressaltando, no entanto, que não há qualquer responsabilidade dessa gente sobre os meus possíveis equívocos na escrita desta tese). E é a essa gente que tento aqui agradecer. Agradeço...

Aos trabalhadores com os quais convivi e que me permitiram conhecer suas trajetórias.
À querida Bia Rocha e à equipe do Programa Aproxima-Ação.
Aos funcionários da USP, especialmente aos funcionários da Prefeitura do campus do Butantã.

À secretaria do Programa de Psicologia Social e do Trabalho. Meu agradecimento sincero ao trabalho de Nalva, Rosangela, Selma e Teresa.
Aos Professores do IPUSP.
Aos colegas integrantes do TraMPoS.

À minha orientadora, Professora Leny Sato, pela firmeza de quem sabe o que é e daquilo que se propõe realizar. Minha admiração e gratidão por tudo o que ela representa para aqueles que se aventuram nos estudos do trabalho, sempre junto aos trabalhadores.

À minha banca de qualificação. À Professora Fabiana Jardim, pela atenção aos detalhes e pelo reconhecimento de minha pesquisa; ao Professor Fábio de Oliveira, por sua generosidade e autenticidade. As contribuições de ambos foram fundamentais para a escrita desta tese.
À banca de defesa. Pelo aceite do convite e pela leitura atenta.

À Professora Valerie Walkerdine, por me dizer “vá em frente”. A escrita desta tese deve muito aos seis meses de trocas e debates sobre experiências de pesquisa.
Aos Professores da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Cardiff, em especial a Sara Delamont, Shailen Nandy, William Baker, Sara MacBride-Stewart, Trevor Jones e Sin Yi Cheung.
Aos amigos brasileiros que fiz em Cardiff: Priscila, Gabriela, Clarissa e Vinícius.
A Júlian Medina-Zárate, parceiro de escrita que encontrei em Cardiff.
Aos funcionários da Universidade de Cardiff.
À querida Janice e à equipe da Conviver Saber Social pela atenção e disponibilidade.

Aos ex-colegas de trabalho e ex-alunos da Universidade Santo Amaro.
Aos ex-colegas de trabalho de quando eu ainda era uma das “meninas do RH”.

A Nanda e Ruy. Sem o apoio deles, provavelmente, São Paulo não seria minha segunda casa.
A Juliano Bastos, pela parceria, por dividir uma casa, na tristeza e na alegria.
A Juliana Lucena, por dividir a chegada a São Paulo.
Aos amigos do CRUSP. Taysa, Olívia e Erivaldo, sem vocês minha estadia no CRUSP teria sido bem mais árdua.
A Rebeca Rocha, por tornar a minha chegada a São Paulo bem mais fácil.
Aos Recifenses em São Paulo: Larissa, Arabi, Rafael.
Aos amigos da graduação: Lara, Verena, Kayse, Karla, Flávia, Juliana, Ludmila, Roberta, Éder, Roberto e Cristiano.

Aos amigos da pós-graduação, em especial a Carolyne Barros.
A Rose e a “insistência” da vida em nos unir.
A Laís, porque é para sempre.
A Manuela e Anderson, porque somos nós e isso é o bastante.

A Dona Lúcia e Seu Antônio, por serem nosso porto seguro.
A Marina e Walter, pelo infinito carinho.
A Seu Coló e Dona Cleonice, pelo amor espelhado em meu Pai.
A Cibelli, pela risada inigualável.
Aos meus tios e tias, primas e primos, por me fazerem reconhecer quem quero ser.
A Davizinho, por me mostrar num sorriso banguela o que é o amor.

A Bruno, minha companhia favorita (e que, de quebra, me trouxe as companhias de Carlota, Trika, Teresa e Wladmir). Você é meu lar. Sou mesmo muito sortuda.

A meus pais e irmão. Vinha, Neco e Baé, obrigada por tudo. As palavras faltam. Talvez, nem existam para o que gostaria de expressar... Eu não sou sem vocês.

*

Como previsto pela Portaria nº 206, de 4 de Setembro de 2018, indicamos que o presente trabalho foi realizado com o importante apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Quem desconfia, fica sábio.
(Guimarães Rosa)

RESUMO

Uchôa-de-Oliveira, F. M. (2020). Somos todos empreendedores? A demanda empreendedora como dispositivo de governo neoliberal (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Empreendedorismo e empreendedor são palavras-chave utilizadas para explicar, caracterizar e analisar os indivíduos e, ao mesmo tempo, nossa sociedade. Nas conversas do cotidiano, nos debates acadêmicos ou nos discursos políticos, o empreendedorismo e o empreendedor são utilizados para analisar o desenvolvimento econômico e a modernização dos países; para estimular políticas públicas para a geração de novos negócios e inserção econômica; para discutir a erradicação da pobreza; para exercitar a criatividade e promover a inovação nas sociedades; para desenvolver programas de educação. Também são usadas como motes para novelas, programas de TV, de rádio, além de ser tema principal de inúmeras revistas e publicações. É recorrente o anúncio de que "somos todos empreendedores". Diante da relevância e da atualidade de um tema que está vinculado a tudo e a todos, cabe perguntarmos: somos mesmo todos empreendedores? Como este anúncio de que somos todos empreendedores surgiu? E, se somos ou não, o que é isso, o empreendedorismo? Tendo como horizonte essas questões, nosso estudo teve por objetivo geral: investigar como emerge o anúncio de que "somos todos empreendedores", particularmente no contexto brasileiro, bem como discutir esse anúncio junto aos trabalhadores. Para alcançar esse objetivo, utilizamos como instrumentos metodológicos as entrevistas e convivência com 26 trabalhadores e também a pesquisa histórica de inspiração genealógica a partir de um arquivo composto pelos relatórios "GEM - Empreendedorismo no Brasil" e dos arquivos e cursos de acesso público do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Sebrae. Ademais, estabelecemos duas referências teórico-metodológicas para nossa pesquisa: partimos da Psicologia Social do Trabalho e dos Estudos de governamentalidade. Nossa pesquisa aponta para uma compreensão do empreendedorismo como uma demanda. Isto é, trata-se de uma exigência feita aos sujeitos para se conformem a uma normatividade. Por isso, não deve ser procurada ou localizada nos sujeitos, mas naquilo que deles é demandado (aprender a ser, se portar, se mostrar, se conduzir) para alcançar uma ordem social pautada pelo mercado. Essa ordem mercadológica faz parte da racionalidade neoliberal e funciona em determinados arranjos. Nesse sentido, a demanda empreendedora pode ser compreendida como um dispositivo de governo neoliberal, o que quer dizer que em uma rede intrincada de discursos, instituições, leis, arquiteturas e práticas há uma condução do trabalho e dos trabalhadores, e ao fim e ao cabo, da vida em sociedade. Contudo, essa condução deve ser pensada a partir de nosso contexto ao Sul, considerando um campo de disputas e não o exercício de uma hegemonia neoliberal encerrada em si mesma. Embora colocada como pretensamente inescapável, a demanda empreendedora encontra a resistência na astúcia, no oportunismo e na tática dos sujeitos. Ainda, nossa pesquisa aponta para um governo da precariedade por meio do empreendedorismo. O qual seja, a demanda empreendedora governamentaliza as várias e diferentes formas de trabalhar: a polimorfia do trabalho. Inclusive e principalmente, a precariedade constituinte dessa polimorfia.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Neoliberalismo; Psicologia Social do Trabalho; Estudos de Governamentalidade.

ABSTRACT

Uchôa-de-Oliveira, F. M. (2020). Are we all entrepreneurs? The entrepreneurial demand as a neoliberal dispositif (Ph.D. Dissertation). Psychology Institute, University of São Paulo, São Paulo, Brazil.

Entrepreneurship and entrepreneur are key words to explain, characterize and analyze individuals and, at the same time, our society. In everyday conversations, academic debates or political speeches, entrepreneurship and the entrepreneur can be of use to analyze the economic development and modernization of countries; to promote new firms and job creation; to debate poverty eradication; to stimuli creativity as an individual asset, and to promote innovation in societies; to develop education programs and so on. Those words are also the theme of soap operas, TV and radio shows, as well as the theme for countless magazines and books. The announcement that "we are all entrepreneurs" is recurring. Given the relevance and timeliness of a theme that is apparently linked to everything and everyone, it is worth asking: are we all entrepreneurs? How this announcement that we are all entrepreneurs has emerged? In addition, and regardless if we are or if we are not all entrepreneurs, what is entrepreneurship? Having these questions as our departure point, our research aimed to investigate how the announcement that we are all entrepreneurs have emerged, particularly in Brazil. It also aimed to discuss this announcement with workers from different backgrounds. In order to achieve these objectives, we conducted 26 interviews with workers from firms, startups and from a poor neighborhood in São Paulo city, southeast of Brazil. We also conducted genealogical research using reports from the Global Entrepreneurship Monitor and documents from the Brazilian Micro and Small Business Support Service. Regarding our theoretical and methodological approach, we have two main references, the Social Psychology of work as developed in Brazil since 1980's and the governamentality studies. Our research points to an understanding of entrepreneurship as a demand. That is, entrepreneurship is an exigency imposed on subjects so that they conform to a normativity. As a consequence, entrepreneurship must not be seek in the subjects, rather it must be seen on what is demanded of subjects – to learn by themselves how to behave, to conduct their lives, and therefore how to be in our society – in order to achieve a society-wide market-based norm. This normativity is part of the neoliberal rationality and works within determined arrangements. In this sense, the entrepreneurial demand can be understood as a neoliberal dispositif, which means it works through an intricate web of discourses, institutions, laws, architecture and practices that aims to conduct work and the conduct of workers, and therefore, to conduct life in our society. However, we must analyze this conducting of conducts within a historical and geopolitical frame, especially from the Global South, considering the neoliberal hegemony as a dispute not as a given reality. Although supposedly inescapable, the entrepreneurial demand finds resistance in the cunning acts, tactics and opportunism of subjects. In addition, our research points to what we have named the govern of precariousness through the medium of entrepreneurship. That is, the entrepreneurial demand governs the multiple and different forms of work – the polymorphism of work. Even and mainly, the precariousness that constitutes this polymorphism.

Key Words: Entrepreneruship; Neoliberalism; Social Psychology of Work; Governamentality Studies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Capa da edição nº345 da Revista PEGN, em outro de 2017. 19
Figura 2. Publicação em rede social da deputada federal Tabata Amaral sobre o empreendedorismo da Santa Dulce dos Pobres. 20
Figura 3. Publicação em rede social do vice-presidente, General Hamilton Mourão, sobre o povo empreendedor. 21
Figura 4. Quadrantes para localizarmos as atividades de trabalho no Brasil 57
Figura 5. Uma proposta para localizarmos as atividades de trabalho no Brasil 59
Figura 6. Bairro Jardim São Remo em 1979. Na foto, as primeiras construções do bairro. 83
Figura 7. Bairro Jardim São Remo atualmente. Na foto, no canto superior esquerdo está o Circo, mais abaixo do mesmo lado, a quadra e o campo de futebol do bairro. 84
Figura 8. Seção “Crítica” do Jornal O Estado de São Paulo, em 06 de Fevereiro de 1992. 187
Figura 9. Capa número 1 da Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios, publicada em Dezembro de 1988. 189
Figura 10. Entre se virar e empreender. 225
Figura 11. Cartilha “Desempregado, não! Empreendedor.” 230

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
Cebrae	Centro Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
EaD	Ensino à Distância
EPI	Equipamentos de Proteção Individuais
ESG	Escola Superior de Guerra
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FGV-EAESP	Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Faculdade Getúlio Vargas
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MEI	Microempreendedor Individual
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNEE	Plano Nacional de Educação Empreendedora
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PST	Psicologia Social do Trabalho
PT	Partido dos Trabalhadores
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUS	Sistema Único de Saúde
UFPR	Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

BREVE AVISO AOS LEITORES.....16
A ESTRUTURA DA TESE.....17
APRESENTAÇÃO.....19
PARTE I – INTRODUÇÃO AO TEMA.....26
1. O que é isso, o empreendedorismo? 27
1.1 As indefinições de empreendedorismo.....28
1.2 Empreendedorismo, política e economia.....33
1.3 Empreendedorismo, legislação, instituições e organizações.....36
1.4 Empreendedorismo e educação.....38
2. Empreendedorismo e psicologias.....41
2.1 Empreendedorismo e as psicologias no Brasil.....43
2.1.1 O indivíduo empreendedor.....44
2.1.2 O aprendizado para ser empreendedor (ou para empreender) 46
2.1.3 Perspectivas críticas.....48
2.2 O que dizem as psicologias brasileiras sobre o empreendedorismo..... 49
PARTE II – SITUANDO A PESQUISA.....51
3. Pontos de partida.....52
3.1 Referências teórico-metodológicas.....54
3.1.1 A Psicologia Social do Trabalho.....54
3.1.1.1 Da PST em direção à polimorfia do trabalho.....56
3.1.2 Os estudos de governamentalidade.....60
3.2 Perguntas: (re)começos e (re)posicionamentos.....65
3.2.1 A primeira pergunta.....65
3.2.2 A segunda pergunta.....68
3.2.3 Entre as duas perguntas, quais os caminhos possíveis? 71
4. Espaços de vinculação ao campo.....76
4.1 Os lugares.....76
4.1.2 A empresa: um tipo de organização, mais ainda, um tipo de atividade.....77
4.1.3 A startup: a intensificação a intensificação do empreendedorismo.....78
4.1.4 O bairro Jardim São Remo: outras e várias formas de trabalhar.....81
4.1.4.1 Jardim São Remo, Aproxima-Ação e USP: histórias de dentro e fora.....82
4.1.4.2 Pelos becos e ruelas.....87

4.2 As conversas.....89
4.3 O Arquivo.....96
4.3.1 Para conhecer o Global Entrepreneurship Monitor.....97
4.3.2 Para conhecer o Sebrae.....98
5. Dos pontos de partida à Tese.....102
5.1 Para falarmos a “mesma língua”.....103
PARTE III – A DEMANDA EMPREENDEDORA.....106
6. Uma definição de empreendedorismo.....107
6.1.1 Por uma questão ética, política e teórico-metodológica.....111
7. A demanda empreendedora é um dispositivo de governo neoliberal.....119
7.1 Dispositivo.....120
7.2 Governo.....125
7.3 Neoliberalismo.....135
7.3.1 Neoliberalismo, uma história do Norte.....137
7.3.2 Neoliberalismo, a pluriversalidade da história.....145
7.3.3 Neoliberalismo ao Sul.....147
7.3.3.1Considerações sobre neoliberalismo no Brasil.....150
7.3.3.1.1 Neoliberalismo antes de 1964.....153
7.3.3.1.2 Neoliberalismo após de 1964.....158
7.3.3 Neoliberalismo nesta tese.....162
PARTE IV – UMA GENEALOGIA DA DEMANDA EMPREENDEDORA.....164
8. “A história como um carnaval organizado” 165
8.1 Uma articulação engenhosa.....167
8.2 A demanda empreendedora mundo afora.....169
8.2.1 Olhos e ouvidos se voltam ao empreendedorismo.....169
8.2.2 Reunir ideias deixadas “por aí” 173
8.2.3 O empreendedor Schumpeteriano.....174
8.2.4 Combinando outras ideias.....179
8.2.4.1 A psicologia empreendedora de David Clarence McClelland.....179
8.3 Esta articulação engenhosa mundo afora basta? 186
9. A demanda empreendedora à brasileira.....187
9.1 Como esta demanda emerge em nosso contexto? 190
9.1.1 Transformações do Estado.....192
9.1.2 Educar o empreendedor.....193

9.1.3 De milhares para milhões de empreendedores.....197
9.1.4 Monitorar a atividade empreendedora e influenciar as políticas públicas.....198
9.1.5 “Empreendedorismo no Brasil” 202
9.2 O dispor das coisas.....208
PARTE V – A DEMANDA EMPREENDEDORA DESDE BAIXO..... 212
10. Comentário sobre a vida ética da pesquisa.....213
10. 1 “Pessoa que trabalha por conta própria é que pode melhorar”.....215
10.2 Os arranjos produtivos nas situações concretas.....221
10.3 Interseccionalidades nas situações concretas.....223
11. O des-esperar do emprego.....226
11.1 Além de Marta.....231
11.1. 1 Rinaldo.....231
11.1.2 Joana.....232
11.1.3 Daniel.....232
11.1.4 Aldo.....233
11.1.5 Juliana.....235
11.2 A “cultura do emprego” permanece: uma questão geracional?.....236
11.3 Um aviso: não há equivalência possível.....238
12. As Mulheres Polivalentes.....239
13. A viração dos “meninos”.....244
13.1 Rinaldo.....247
13.2 Antenor e Rodrigo.....250
13.3 Rogerinho.....253
13.4 Ítalo.....255
14. “Sejam inconformados!” mas nem tanto.....258
14.1 A estória: “Nós, Abaixo-Assinados”.....258
14.1.1 Para compreender a estória.....262
14.1.2 Por dentro da norma, o incalculável.....262
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....269
REFERÊNCIAS.....274

BREVE AVISO AOS LEITORES

Caro leitor,

A empreitada da pesquisa é tarefa interessantíssima. Ela traz consigo a infinitude das perguntas. De outra maneira, a pesquisa é a "bênção" de poder ser obstinadamente curioso.

A empreitada da escrita de uma tese, por sua vez, não é coisa da pesquisa. Ela é uma obrigação institucional. É, a um só tempo, a bênção de poder contar da pesquisa e a "maldição" de suspendê-la no formato e no tempo das obrigações institucionais.

Na escrita de nossa tese – em bem da verdade, pensamos que isso seja parte de qualquer tentativa de comunicação –, encontramos a possibilidade de dizer muito sobre nosso tema, ao mesmo tempo que nos deparamos com o limite de deixar outro tanto por dizer. Esse limite deve estar sempre na mente do leitor: escrever uma tese é decidir qual recorte dar a infinitude da pesquisa.

Posto este primeiro aviso e antes de seguirmos ao nosso recorte, pensamos ser adequado comunicar como estruturamos nossos argumentos, a sequência e a articulação que propomos. As páginas a seguir configuram nossa tentativa de alongar este primeiro aviso ao leitor, uma forma de indicar o que o leitor encontrará em nossa tese. É um começo de conversa.

A autora.

A ESTRUTURA DA TESE

Conforme apresentado no Sumário, esta tese é composta por 5 partes, estruturadas em um total de 14 capítulos. Estas partes devem ser pensadas como engrenagens que se articulam umas com as outras e funcionam para sustentar nosso argumento.

A primeira parte contém dois capítulos (capítulos 1 e 2) e introduz ao leitor aspectos gerais do tema ao qual nos dedicamos: o empreendedorismo. Lá encontra-se uma breve apresentação de nossas preocupações, que será sucedida pela exposição de algumas definições e o entrelaçamento do tema com política, economia, legislação vigente em nosso país, instituições e organizações, bem como com políticas públicas relacionadas ao tema. O capítulo seguinte tem por objetivo mostrar a relação entre psicologia e empreendedorismo e, especificamente, apresentar o que falam as psicologias brasileiras sobre o assunto.

A segunda parte da tese introduz nossa pesquisa ao longo de três capítulos (capítulos 3, 4 e 5). É a Parte que situa nosso trabalho entre o muito que se pode dizer sobre o tema. Para tanto, anunciamos os nossos pontos de partida no capítulo 3, o que compreende a justificativa para realização da pesquisa, nossos objetivos e nossas escolhas teóricas e metodológicas. O capítulo 4 conta dos detalhes do desenrolar da pesquisa no campo, na convivência com trabalhadoras e trabalhadores, a descrição dos lugares em que estivemos e do arquivo que estudamos. Anunciamos por último, no capítulo 5, o argumento que tentamos sustentar e propomos um pequeno vocabulário para que o leitor compreenda os usos que fazemos das palavras ao longo do texto.

A terceira parte desta tese amplia o argumento que lançamos no capítulo 5. É uma maneira de destrinchar e apresentar as nossas ferramentas teóricas em dois capítulos (capítulos 6 e 7). Também nesta parte, apresentamos questões éticas e políticas do fazer da pesquisa. No capítulo 6, ampliamos nosso argumento e propomos uma forma de compreender o empreendedorismo por meio de uma determinada caracterização. O que é seguido pela decomposição dos termos teóricos usados, o qual seja, pela explicação dos instrumentos de pensamento que preferimos, expondo a nossa compreensão de cada conceito e noção utilizados. É o “capítulo teórico” da tese, por assim dizer.

A quarta parte está dividida em dois capítulos (capítulos 8 e 9). Trata-se da primeira parte analítica de nossa tese. Estes dois capítulos muito têm a ver com arquivo sobre o qual nos debruçamos. Especificamente, no capítulo 8 apresentamos elementos sobre o tema “mundo

afora", em um nível internacional. Em seguida, no capítulo 9, passamos a pensar o nosso contexto, isto é, o empreendedorismo no Brasil.

A quinta e última parte é formada por cinco capítulos mais breves (capítulos 10, 11, 12, 13 e 14). Trata-se da segunda parte analítica deste trabalho e que apresenta nossa elaboração a partir da convivência com os trabalhadores. É uma das mais extensa das partes da tese pois conta das articulações entre a temática e as situações que vivenciamos nos lugares em que estivemos.

Estrutura apresentada, devemos endereçar um último aspecto: consideramos que a pesquisa é uma "conversa comprida" entre o pesquisador e muitos interlocutores, em muitos lugares e rodeada de inúmeras materialidades. Em toda conversa, os tempos verbais e as pessoas variam. Nesta pesquisa, utilizamos preferencialmente a primeira pessoa do plural, mas eventualmente utilizamos também a primeira pessoa do singular. O "eu" corresponderá às conversas mais íntimas da pesquisadora consigo mesma.

APRESENTAÇÃO

Figura 1. Capa da edição nº345 da Revista PEGN, em outro de 2017.

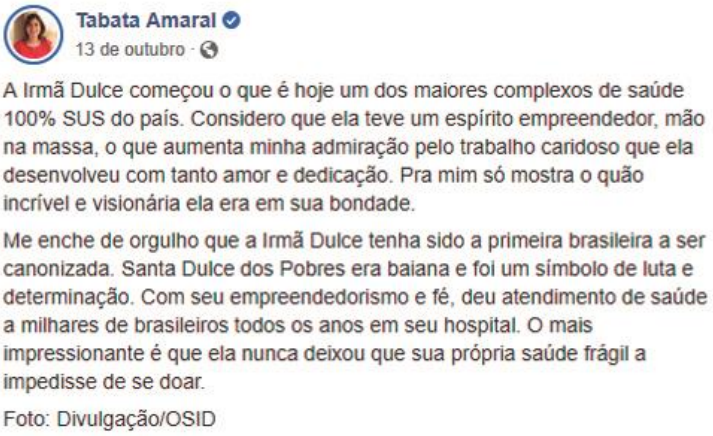
Fonte: Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios. Acesso em Setembro de 2019.

Em outubro de 2017, a Revista *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* anunciou em sua capa de nº 345: "Somos todos empreendedores".

Tabata Amaral, deputada federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) de São Paulo, parece levar esta afirmação a sério. Consegue localizar nas ações da religiosa recém

canonizada, Santa Dulce dos Pobres, o empreendedorismo. Em publicação no dia 13 de outubro de 2019, em uma de suas redes sociais, a deputada ressaltou o “empreendedorismo” e a “fé” da Santa que deu atendimento de saúde a milhares de pessoas, uma ação pioneira para o que seria o Sistema Único de Saúde (SUS) em nosso país, conta a deputada.

Figura 2. Publicação em rede social da deputada federal Tabata Amaral sobre o empreendedorismo da Santa Dulce dos Pobres.



Fonte: Facebook. Acesso em outubro de 2019.

O atual vice-presidente, General Hamilton Mourão, foi além de Tabata e não localizou o empreendedorismo em um indivíduo, mas em um “povo empreendedor”. Em 29 de setembro de 2019, também nas redes sociais, publicou sobre o passado e o futuro de um povo, e de um país destinado a “ser a maior democracia liberal do Hemisfério Sul”. O passado, o presente e o futuro encontram-se no empreendedorismo da sociedade brasileira, sendo realizado por homens, em companhia de “suas mulheres e famílias”, segundo o General.

Figura 3. Publicação em rede social do vice-presidente, General Hamilton Mourão, sobre o povo empreendedor.

Fonte: Twitter. Acesso em Outubro de 2019.

Na Santa, nos donatários e bandeirantes ou no povo brasileiro, segundo um artigo na página virtual do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), somos todos empreendedores pois "ser empreendedor não é condição exclusiva de empresários ou de quem está à frente dos negócios. Tem a ver com atitudes que determinadas pessoas desenvolvem. Existem comportamentos que representam características empreendedoras"[1].

Apesar de alguns pensarem o empreendedorismo como hereditário[2], muitos vão compreendê-lo como algo que pode ser aprendido e refinado durante toda a vida[3]. O constante aprendizado para ser empreendedor pode ser classificado como a "democratização da atitude

[1] Acesso ao Artigo "Conheça características importantes para o comportamento empreendedor" em https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-caracteristicas-importantes-para-o-comportamento-empreendedor,638b5d27e8fdd410VgnVCM1000003b74010aRCRD [Acesso em outubro de 2019].

[2] Acesso ao Artigo "Literally born entrepreneurs" em https://boss.blogs.nytimes.com/2009/09/21/literally-born-entrepreneurs/ [Acesso em outubro de 2019].

[3] Acesso ao Artigo "A cultura da aprendizagem contínua e as organizações educadoras" em https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/a-cultura-da-aprendizagem-continua-e-as-organizacoes-educadoras,b788b7c131738510VgnVCM1000004c00210aRCRD [Acesso em outubro de 2019].

empreendedora”[4]. Mas para que essa “democratização” aconteça seria preciso torná-la um aprendizado, principalmente, em todos os níveis da educação. Não só isso, seria ainda necessário premiar e reconhecer aqueles que fazem do empreendedorismo uma educação e “divulgar as melhores práticas” realizadas[5].

O aprendizado do empreendedorismo é possível mesmo em momentos críticos e de fracasso. “Falhar é, absolutamente, a melhor forma de aprender”, segundo os experts do Sebrae. Essa forma de aprendizado foi batizada pelos empreendedores de startups como pivô ou pivotear/pivotar, o que quer dizer que se você “quiser transformar uma má situação em um pivô, você precisa estar em um momento de desânimo e voltar a focar no que você pode aprender de bom nessa situação de fracasso”[6].

Aprender a ser empreendedor, portanto, tem de ser uma constante e por toda a vida. Desde o berçário se deve estimular os bebês a desenvolverem habilidades empreendedoras[7]. O que deve se prolongar por todo a vida até a terceira idade[8]. Qualquer etapa da vida pode ser uma oportunidade para empreender. A maternidade, por exemplo, é sem dúvida uma mudança na “vida das mulheres”. “Porque não fazer dessa experiência uma oportunidade para criar um negócio?”, questionam especialistas[9].

---

[4] Acesso ao Artigo “Intraempreendedorismo e o novo modelo econômico” em https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/intraempreendedorismo-e-o-novo-modelo-economico,8db8045cd0027410VgnVCM1000003b74010aRCRD [Acesso em outubro de 2019].

[5] Acesso ao Artigo “Prêmio Sebrae de Educação Empreendedora” em https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/noticias/premio-sebrae-de-educacao-empreendedora,b35f6ee238477610VgnVCM1000004c00210aRCRD [Acesso em novembro de 2019].

[6] Acesso ao Artigo “Os Aprendizados depois do fracasso” em https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/os-aprendizados-depois-do-fracasso,825b9733dedbc410VgnVCM1000003b74010aRCRD [Acesso em outubro de 2019].

[7] Reportagem do Jornal Folha de São Paulo, intitulada “Investimento na formação de líderes chega ao berçário”, publicada em 7 de setembro de 2019. Acesso à reportagem completa em https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/investimento-na-formacao-de-lideres-chega-ao-bercario.shtml [Acesso em outubro de 2019].

[8] Acesso ao Artigo “Aproveite a experiência para empreender na terceira idade” em https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/aproveite-a-experiencia-para-empreender-na-terceira-idade,4a8a8b88ba73e410VgnVCM1000003b74010aRCRDhttps://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/confira-as-melhores-cidades-do-pais-para-empreender,1d85ca89000f5510VgnVCM1000004c00210aRCRD [Acesso em outubro de 2019].

[9] Acesso ao Artigo “Maternidade combina com negócios” em

https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/maternidade-combina-com-negocios,47ad8105b380d410VgnVCM2000003c74010aRCRD [Acesos em outubro de 2019].

Em todos e constantemente, o empreendedorismo deve também expandir-se para além dos indivíduos, de tal forma que até as cidades sejam empreendedoras[10] e sejam lideradas por "gestores públicos" reconhecidos por estimular a "modernização da gestão pública"[11]. O tamanho desta democratização da atitude empreendedora para tudo e todos deve ser celebrado sempre que possível e, realmente, uma semana do ano foi dedicada a isso. Acontece desde 2007, na Europa, trata-se da Semana Global do Empreendedorismo. Essa celebração pode virar Lei em um futuro breve em nosso país, mas mesmo sem formalizações já acontece por aqui em todo mês de novembro desde 2016[12].

Além de celebrado, o empreendedorismo deve ser estimulado nas populações. O exemplo da "EntreComp" na União Europeia é um caso exemplar sobre como estimular as sociedades a serem mais empreendedoras. Trata-se do "Quadro Europeu de Competências Empresariais (ou Empreendedoras)", formulado pela Comissão Europeia para o desenvolvimento de "novas habilidades" do povo europeu. Segundo a apresentação desse Quadro de quinze competências, vivemos em uma sociedade em constante mudança e por isso é essencial que todos estejam capacitados a agir nas oportunidades e no desenvolvimento de ideias, que consigam trabalhar em grupo e que administrem suas carreiras e desenhem um futuro para o bem comum. Para que isso seja possível, é preciso que povo, grupos e organizações desenvolvam o *mindset* empreendedor em "todos os aspectos da vida"[13].

A mentalidade empreendedora desenvolve a sociedade como um todo, mas está intimamente relacionada com o desenvolvimento econômico das nações, segundo os idealizadores do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, em tradução livre, Monitor Global da Atividade Empreendedora). É por isso que além de estimular o empreendedorismo, faz-se necessário mensurá-lo, descrevê-lo entre os países e analisá-lo em suas motivações. É importante saber quem está envolvido na ideia de um novo negócio ou de uma nova atividade,

---

[10] Acesso ao Artigo "Confira as melhores cidades para empreender" em https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/confira-as-melhores-cidades-do-pais-para-empreender,1d85ca89000f5510VgnVCM1000004c00210aRCRD [Acesso em outubro de 2019].

[11] Acesso ao Artigo "Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor" em https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/premio-sebrae-prefeito-empreendedor,5c89f925817b3410VgnVCM2000003c74010aRCRD [Acesso em outubro de 2019].

[12] Mais sobre a Semana Global de Empreendedorismo em https://www.empreendedorismo.org.br/sobre [Acesso em outubro de 2019].

[13] Mais sobre o Quadro Europeu de Competências Empresariais (tradução livre do original em inglês The European Entreprenruship Competence Framework) em https://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1317&langId=en [Acesso em outubro de 2019].

compreender que atividades são essas (serviços, comércio, tecnologia etc.) e quem faz quais atividades (por gênero, raça, renda etc.). É preciso monitorar a atividade empreendedora nas populações e produzir conhecimento sobre ela em inúmeras publicações, sejam essas acadêmicas ou não. Esse conhecimento fortalecerá políticas públicas sobre o tema e legislações específicas para os empreendedores[14], além de servir de base para uma mudança social em que o empreendedorismo é o método e o objetivo para todos os países.

Neste sentido, empreendedorismo e empreendedor são palavras-chave utilizadas para explicar, caracterizar e analisar os indivíduos e, ao mesmo tempo, nossa sociedade. Essas palavras encontram-se na tênue fronteira entre os indivíduos e as regulações sobre a massa de indivíduos. Diante da relevância e da atualidade de um tema que está (aparentemente) vinculado a tudo e a todos, cabe perguntarmos: o que é isso que pode ser tanta coisa?

Dá nome, sentido e sustentação ao que se é, ao que se pode ser e ao que se foi. Localiza-se no passado, e é também um destino. Sobretudo, é indicado como método. Geralmente, diz-se que está localizado *nas* pessoas, *dentro* das instituições e das organizações. Permeia e media as relações entre as pessoas. E entre as pessoas e as coisas. É comportamento, atributo, habilidade, competência, lógica, espírito, educação, visão, cultura, modernização, desenvolvimento...

Celebrado ao redor do mundo, milhares de publicações são voltadas ao tema e legislações são formuladas a partir dele. Há muito, a psicologia se debruça sobre o tema, assim como as ciências sociais e a filosofia. As mais célebres definições, no entanto, ficam com os economistas e são reproduzidas pelos administradores. A partir dos anos de 1990, tornou-se parte do dia-a-dia dos brasileiros que foram chamados a repensar suas trajetórias de trabalho fora do emprego por meio do aprendizado com Revistas, Programas de TV e de Rádio, palestras, cursos e formações de todo tipo.

Mesmo entre aqueles que estão empregados em organizações e instituições encontra-se a exigência dessa habilidade e a promessa do que por ela pode ser alcançado. É a promessa de uma vida de sucesso e de um trabalho mais autônomo, criativo e produtivo. Parece mesmo uma

---

[14] Mais sobre leis e legislações relativas a empreendedorismo e pequenas empresas no Brasil em http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao [Acesso em outubro de 2019].

exigência inescapável. A santa recém canonizada, os bandeirantes do período colonial, as cidades e seus os prefeitos, os professores, as escolas e as universidades, as crianças e os jovens, a terceira idade… ao que parece: somos todos empreendedores.

No entanto, será que antes de seguirmos com a reprodução deste anúncio, podemos questioná-lo? Somos mesmo todos empreendedores? Como este anúncio de que somos todos empreendedores surgiu? E, se somos ou não, o que é isso, o empreendedorismo?

PARTE I – INTRODUÇÃO AO TEMA

1. O que é isso, o empreendedorismo?

Nós estamos às voltas com o empreendedorismo. Nas conversas do cotidiano, nos debates acadêmicos ou nos discursos políticos estas palavras são utilizadas para analisar o desenvolvimento econômico e a modernização dos países (Holtz-Eakin e Rosen, 2004; Grin et al., 2012; Gomes et al., 2013; Fernandes, 2019); para estimular políticas públicas para a geração de novos negócios e inserção econômica (Parker, 2004); para discutir a erradicação da pobreza (Bruton, Ketcher Jr., & Ireland, 2013); para exercitar a criatividade e promover a inovação nas sociedades (Bacigalupo, 2016a e 2016b; McCallum et al., 2018); para desenvolver um programa nacional de educação[15].

Também são usadas como motes para novelas[16], outros programas de TV[17] e de rádio[18], além de ser tema principal de Revistas *online* e impressas. É possível afirmar que o empreendedorismo e o empreendedor tornaram-se parte de uma produtividade: são inúmeros discursos, leis, práticas, instituições, organizações, arquiteturas (não esqueçamos dos *Hubs* e dos *coworkings*), enunciados científicos, filosóficos e morais que produzem e são produzidos por meio do empreendedorismo e do empreendedor.

Estamos às voltas com o empreendedorismo não somente por sua presença constante em nosso cotidiano ou pelo anúncio de que somos todos empreendedores, mas pela dificuldade

---

[15] Fazemos referência aqui ao Programa Nacional da Educação Empreendedora (PNEE), criado em 2013. Esse programa dissemina a educação empreendedora no território nacional e faz parte de uma das principais ações do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) implantando e implementando atividades para professores e estudantes de todos os níveis de ensino. Mais sobre o Programa: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Programas/programa-nacional-da-educacao-empreendedora-pnee,2c7cd24a8321c510VgnVCM1000004c00210aRCRD [Acesso em Novembro de 2019].

[16] Por exemplo, a novela da Rede Globo de Televisão, “A Dona do Pedaço” tem como personagem principal uma empreendedora. Comentários sobre o empreendedorismo de Maria da Paz em https://sebraers.com.br/momento-da-empresa/sabor-empreendedorismo-gestao-e-as-licoes-de-maria-da-paz/ [Acesso em Novembro de 2019].

[17] No Brasil, o “Pequenas Empresas & Grandes Negócios” é a revista e o programa de TV mais antigos que tem como tema o empreendedorismo, desde 1989. “Shark Tank – Negociando com tubarões” é um um formato estadunidense que também é exemplo de como a temática adentrou os meios de comunicação de massa. Nesse programa, novos empreendedores apresentam sua ideia ou negócio a investidores (os "tubarões"), que escolhem quem será escolhido para financiamento e mentoria.

[18] “A gente sabe a gente faz” e "O Negócio é o seguinte" são exemplos de programas de Rádio, produzidos pelo Sebrae. O objetivo desses programas era o de reforçar a importância da aplicação de boas técnicas de gestão e da atualização constante em relação à educação empreendedora para todos os tipos de público, desde empresários que já possuem um negócio estabelecido até desempregados e populações de baixa renda. Mais sobre os programas de rádio produzidos pelo Sebrae em http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/radiosebrae [Acessom em Novembro de2019].

em definirmos o que é isso que pode ser tanta coisa. Inclusive, entre aqueles que estudam o tema. A saber.

1.1 As indefinições de empreendedorismo

É comum que ao tentar definir empreendedorismo os autores recorram ao significado da palavra desde o século XII ou XIV, indicando seu uso no francês (*entrepreneur*) ou no latim (*imprehendere*) (Swedberg, 2000; Landström, 2005). Embora interessantes, essas raízes oferecem pouco para uma definição sobre o que é (ou sobre o que se tornou) o empreendedorismo e o empreendedor na atualidade.

Peter Kilby (1971), apontou para a dificuldade de pensar um "domínio do empreendedorismo" e conceitos centrais no estudo do tema. Esse domínio é por demais abrangente e demarcá-lo é uma tarefa ingrata para aqueles que tentam. Kilby observou que o empreendedor tem muito em comum com um "Heffalump", um animal parecido com um elefante[19]. Descrito como um animal grande e importante, muitos tentam caçá-lo, com várias armadilhas. Aqueles que conseguem vê-lo, dizem que ele é enorme, mas não existe acordo sobre como descrevê-lo em detalhes.

As definições de empreendedorismo são ambíguas e, por vezes, conflitantes (Fernandes, 2019). O conteúdo nessas definições varia tanto que é possível afirmar que para cada autor ou comentador do tema, há uma definição de empreendedorismo (Landström, 2005, p.9). A "indefinição" do termo e de seus derivados pode ser pensado a partir do exemplo dado por Landström (2005, p. 10): em um período de cinco anos Morris (1998) identificou 77 definições em artigos e livros textos; Gartner (1990), por sua vez, revisou o conceito de empreendedorismo dado por acadêmicos, empresários e políticos por meio de questionários e listou 90 atributos diferentes associados à figura do empreendedor.

Para alguns autores (Low & MacMillan, 1988; Bygrave & Hofer, 1991), sem uma definição clara do que é empreendedorismo, o estudo do tema e o desenvolvimento de uma área de estudos a partir dele são prejudicados. Para Landström (2005), no entanto, qualquer área do conhecimento depara-se com as mesmas indefinições e multiplicidade de perspectivas.

[19] Heffalump é uma personagem presente no desenho animado "Ursinho Puff". Heffalump parece com um elefante e é conhecido por disputar o mel com o urso Puff nos episódios do desenho (Landström, 2005, p.8).

Principalmente, quando se trata de um tema estudado na interdisciplinaridade como é o caso do empreendedorismo. A "indefinição" do termo e de seus conceitos centrais seria parte da própria construção do tema e dos inúmeros interesses que suscita. Para Landström (2005, p.11) o interesse pelo empreendedorismo é e deve ser abrangente e múltiplo, assim como a própria temática o é.

É possível encontrar o interesse pelo empreendedorismo desde muito tempo na história humana (Landström, 2005; Karayiannis, 1992 e 2003; Britos e Karayiannis, 2002; Landes et al., 2012; Casson e Casson, 2013). Descobrir e identificar novas oportunidades de negócio e explorar tais possibilidades em novos empreendimentos para ganho econômico tem sido uma das mais fundamentais atividades humanas ao longo da história (Landström, 2005, pp.4-5). Anastassios D. Karayiannis (2003), economista grego, discute a antiguidade da função empreendedora nas sociedades "proto-capitalistas"[20] a partir do "empreendedor de Xenofonte". Segundo Karayiannis, o filósofo grego e discípulo de Sócrates, que viveu aproximadamente em 400 a.C., já identificava o empreendedor como a principal força do livre mercado. Xenofonte, de acordo com Karayiannis (2003, p. 553), era uma "pessoa de ação e de realismo", mais do que alguém preocupado com "teorizações abstratas" [tradução nossa].

Depois da Guerra do Peloponeso e com a vitória espartana, a atitude e o comportamento dos gregos em relação à economia modificaram-se de tal maneira que a relação entre os homens passou a ser uma "questão de dinheiro" [tradução nossa] (Higgins, 1977 citado por Karayiannis, 2003, p.554). Xenofonte observou que essa transformação fez com que houvesse um maior engajamento em assuntos econômicos por parte dos cidadãos, que começaram a buscar riqueza e luxo. O filósofo teria sido um dos primeiros a compreender que a vida econômica havia "amadurecido" e que seus compatriotas deveriam ser estimulados a estar na vida econômica, assim como estavam na vida militar e política (Karayiannis, 2003, p.554).

Não teria sido a partir do século XVIII que os economistas descobriram que o interesse individual é o que governa o mundo moral (Avelino, 2016, p.264). Mas muitos séculos antes, quando Xenofonte indicou que todos os homens escolhem um caminho dentre os vários possíveis, e essa escolha é motivada por aquilo que eles pensam que conduz a uma maior vantagem, ou seja: a conduta estava relacionada ao interesse individual. Além disso, Xenofonte

[20] Karayiannis (1992 e 2003) e Britos e Karayiannis (2002) utilizam-se deste termo para dar nome a sociedades caracterizadas por alguma liberdade nas condições de mercado, como a propriedade privada, mecanismo de mercado, sistema adequado de moeda e crédito e trabalhadores assalariados livres.

seria um dos mais antigos pensadores a perceber que a instituição da propriedade privada "aumenta a responsabilidade" e o "esforço de trabalho" do proprietário. O que faz criar uma ética determinada para o trabalhador em que aquilo que se produz, se deve cuidar (Karayiannis, 2003, pp.554-555).

O escopo da economia, para Xenofonte, é a "arte" de produzir conhecimento sobre o uso, a gestão e o aumento das posses dos cidadãos (Karayiannis, 2003, p.555). A análise do filósofo localiza nos pequenos produtores e empreendedores as ações necessárias para o desenvolvimento econômico, e antecipa análises feitas ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX. Análises como as feitas por Adam Smith e Alfred Marshall (Karayiannis, 1990). O reconhecimento das funções empreendedoras como as de assumir o risco e a incerteza também são méritos de Xenofonte.

Tais funções reconhecidas pelo filósofo grego são detalhadas séculos depois por Richard Cantillon, Rowland Hamilton e Frank Knight (Karayiannis, 2003, p.558). Na antiguidade, Xenofonte já havia descrito o papel do empreendedor como um agente especial de informação e conhecimento sobre o mercado, que busca explorar qualquer nova oportunidade de lucro. Algo que, no século XX, Israel Kirzner (1973 citado por Karayiannis, 2003, p. 558) formulou como sendo a principal função do empreendedor.

Embora seja muito antigo – de acordo com a perspectiva de Karayiannis –, o empreendedorismo e os pequenos negócios conformam um campo de conhecimento na economia na modernidade, a partir do século XVIII. Os pioneiros da temática, indica Landström (2005), são o economista franco-irlandês Richard Cantillon e o francês Jean Baptiste Say. No século XIX, Carl Menger, fundador da Escola Austríaca de Economia, pode ser reconhecido como outro precursor do debate sobre o tema. Da Escola fundada por Menger, Joseph A. Schumpeter será a principal figura, uma das mais comentadas e estudadas na literatura sobre o empreendedorismo (Swedberg, 2000; Ferreira et al., 2015).

Apesar do pioneirismo dos economistas, o campo de estudos sobre o empreendedorismo abarca perspectivas de diversas disciplinas. Entre as inúmeras perspectivas sobre o tema, Landström (2005 p.13) identifica "três abordagens fundamentais": o empreendedorismo entendido como uma *função (ou mecanismo) do mercado*; o empreendedorismo a partir do *empreendedor*, isto é, do indivíduo; e, ainda, o empreendedorismo abordado como um *processo*.

No pioneirismo dos estudos na economia, o empreendedorismo é definido como uma função ou mecanismo do mercado. Essa abordagem teria como principal pergunta "o que acontece [no mercado] quando o empreendedor age?", ou em outras palavras, "qual o papel do empreendedor e de suas ações para o mercado?". Hebert e Link (1989) sugerem cinco funções do empreendedor no mercado: 1) o empreendedor como aquele que assume riscos e os gerencia, o que pode ser localizado nos trabalhos de Richard Cantillon, Jean Baptiste Say e Frank Knight; 2) o empreendedor como criador de oportunidades ou de inovações, definição formulada por Schumpeter (1911/ 1934) e desenvolvida por E. Dahmén (1950 citado por Landström 2005, p.13) e William Baumol (1993); 3) o empreendedor como um coordenador de recursos limitados, o que também é indicado por Jean Baptiste Say e desenvolvido por M. Casson (1982); 4) o empreendedor como um caçador de oportunidades sempre em alerta, como definido por von Mises (1951) e Israel Kirzner (1973); 5) e, por fim, a função do empreendedor como um capitalista, assim como pensado na literatura clássica da economia por Adam Smith, no século XVIII, e David Ricardo e Alfred Marshall, no século XIX.

As funções do empreendedor no mercado levaram alguns cientistas a estabelecerem suas análises sobre essas funções a partir dos indivíduos. Essa perspectiva está atrelada às ciências do comportamento, especialmente às psicologias e, em certa medida, à sociologia, mas não somente a elas já que podem ser encontradas em definições de economistas do século XVIII (Landström, 2005, p.16). A partir de meados do século XX, tem-se maior ênfase nessa abordagem a partir dos trabalhos de David C. McClelland (Stevenson e Jarillo, 1990, p.18). Esse psicólogo americano será um dos mais citados nos estudos do empreendedorismo até os dias de hoje (Ferreira et al., 2015).

A principal pergunta da abordagem centrada nos indivíduos seria "quem é o empreendedor?" ou, ainda, "porque os empreendedores agem?" (Stevenson e Jarillo, 1990). O que se persegue são os "traços únicos" do empreendedor e o "porquê" de suas ações, ou seja, traços de personalidade e motivações internas que designam um indivíduo empreendedor. Um exemplo desta abordagem do empreendedor como indivíduo está posta nas ideias de Bengt Johannisson (1992 citado por Landström, 2005, p.16). Ele considera o empreendedor como um indivíduo "motivado existencialmente", o que corresponde a dizer que o empreendedorismo é um "estilo de vida" e envolve engajamento e comprometimento da parte dos indivíduos. Há uma integração entre empreendedorismo, vida pessoal e comunitária em que o empreendedor assume a responsabilidade por seu trabalho, seus colegas e empregados, assim como por sua família e comunidade.

A terceira abordagem sobre o empreendedorismo, afirma que esse fenômeno é um processo. São estudos, em sua maioria, relacionados à Administração e buscam responder à questão: “como o empreendedorismo é desenvolvido?” (Stevenson e Jarillo, 1990, p. 19). William Gartner (1988) é um dos pioneiros nessa abordagem e afirma que perguntar sobre quem é o empreendedor e quais são seus traços de personalidade não seria tão importante quanto compreender as atividades desenvolvidas pelo empreendedor. William Bygrave e Charles Hofer (1991, p.14), assim como Gartner, argumentam que o processo empreendedor envolve funções, atividades e ações associadas à percepção de oportunidades e à criação de organizações para alcançar essas oportunidades. Os estudos do empreendedorismo como processo fundamentam-se em duas discussões: o surgimento das oportunidades e o surgimento de novas organizações.

Um exemplo das discussões situadas no surgimento de novas organizações pode ser encontrado no projeto de pesquisa internacional *Global Entrepreneurship Monitor*. A metodologia deste Monitor Global da Atividade Empreendedora é baseada na noção de “empreendedores nascentes” formulada por Paul Reynolds (2000), na qual o empreendedorismo é compreendido como as ações desenvolvidas por indivíduos que iniciaram há menos de três anos uma empresa ou uma atividade empreendedora ou, ainda, estão em processo para estabelecer essas atividades (Landström, 2005, p.19).

Às “abordagens fundamentais”, como pensadas por Landström (2005) e Stevenson e Jarillo (1990), podemos adicionar uma quarta. A partir do final da década de 2000, parte dos estudos desenvolvidos sobre o empreendedorismo passam a considerar com mais ênfase que, antes de ser uma função do mercado, um indivíduo específico, ou um processo, esse fenômeno é uma “mudança social” (Fernandes, 2019, p.17). Surge a conformação de um campo e de um nome para ele, “Estudos Críticos do Empreendedorismo” (tradução livre do original, *Critical Entrepreneurship Studies*). Apesar do nome de batismo ser dado apenas em 2009, no trabalho *Extending the Boundaries: Reframing “Entrepreneurship as Social Change” through Feminist Perspectives* (Calás, Smircich, & Bourne, 2009), de acordo com Fernandes (2019, pp.17-18), essa perspectiva tem vida anterior, “pelo menos desde o final da década de 1990”. É fundamentada em diversas teorias e metodologias, a saber, “marxismo”, “pós-modernismo”, “pós-estruturalismo”, “pós-colonialismo”, “existencialismo” etc. A crítica desses estudos é feita pela questão do que é a atividade empreendedora para além da sua função econômica e como essa atividade favorece ou desfavorece uns e outros historicamente.

1.2 Empreendedorismo, política e economia

Além de mostrar as disputas teóricas e metodológicas sobre o tema, elencar estas definições de empreendedorismo tem por objetivo demonstrar a gradual importância que ganha a formação desse campo de conhecimento.

Fernandes (2019, pp.10-11) afirma que a conformação do campo de estudos sobre empreendedorismo está vinculada ao crescimento do tema nas discussões sobre políticas públicas. Entre a crise de 1929 até a década de 1980, o empreendedorismo não estava presente nesses debates.

A o início da década de 1980 torna-se um marco na reformulação do papel Estado (Fernandes, 2019, p.11). No plano político, o neoliberalismo passa a ser a inspiração de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América. Thatcher, especialmente, em sua retórica anti soviética indicava que era preciso acabar com uma "cultura anti-empresarial" que o socialismo "em todas as suas formas" propagava. Segundo Thatcher,

> Isso [a cultura anti-empresarial] leva as pessoas a acreditarem que há algo de menos respeitável e de menor espírito público em administrar um negócio do que fazer parte da Academia ou das câmaras de debate do Parlamento. Quando os jovens com talento para serem empreendedores desanimam de abrir seus negócios e desviam para outro emprego, toda a economia sofre. Lembremo-nos que a vida política, cultural e até espiritual de uma nação depende de um grau de prosperidade material – e essa prosperidade só pode ocorrer quando as empresas florescem. Não há ato de maior espírito público que construir um negócio de sucesso e promover bons empregos para a maioria das pessoas que não podem ou não querem iniciar seus próprios negócios. Assim, precisamos fazer um esforço positivo de encorajar uma cultura empresarial por meio das escolas, universidades e, de fato, por toda a vida pública[21].

O Estado passa a ter no empreendedorismo uma das respostas para a crise do emprego e para o fim dos trinta anos gloriosos do capitalismo (Harvey, 2005). Nos termos de Gentili (1998, p.76), as décadas de ouro do capitalismo encontram seu fim com a estagnação, o desemprego progressivo e a inflação acelerada. A realidade que se configura a partir dos anos de 1970 foi "tão nova e implacável que para descrevê-la os economistas precisam apelar a um termo até então desconhecido: *estagflação*" (Gentili, 1998, p.77). Era o início da chamada

[21] Tradução livre de parte do discurso proferido em 1991 no Fórum de Empresários da Europa Oriental e Central (*Forum of Eastern and Central European Entrepreneurs*). Acesso ao discurso no original em https://www.margaretthatcher.org/document/108288 [Acesso em Outubro de 2019].

“revolução antikeynesiana” e do questionamento do Estado de Bem Estar Social. Os economistas passaram a bradar que o problema estava na instabilidade monetária com o ilimitado crescimento da inflação.

O pensamento neoliberal mostrava uma resposta possível para alcançar a estabilidade e a volta do crescimento. Era preciso encarar que os mercados eram extremamente rígidos, flexibilização e desregulação eram urgentes. Os altos custos das relações de trabalho desestimulavam o empresariado e, portanto, deveriam ser reduzidos ao máximo. Os sindicatos, por sua vez, representavam a manutenção desses custos no alto, por isso, deveriam ser neutralizados e enfraquecidos. O Estado de Bem Estar Social, da mesma forma, representava custos que impediam investimentos e competitividade (Gentili, 1998, p.88).

Esta receita de estabilização monetária com flexibilização, desregulação e privatização para a “cura das economias adoecidas” (Harvey, 2005, p.88) não ficou limitada ao Norte. Na América Latina, especialmente nos países em transição democrática no cone Sul, com o aumento da dívida externa e com o Consenso de Washington[22] a receita neoliberal foi implementada. No Brasil, essas transformações foram iniciadas a partir de 1989, no curto governo de Fernando Collor de Mello. Foram levadas adiante por Itamar Franco e aprofundadas por Fernando Henrique Cardoso, em seus dois períodos de governo. A era neoliberal tem sua efetivação a partida década de 1990 em nosso país (Massimo, 2013).

Todavia, mesmo com a queda da inflação e a recuperação econômica, o desemprego se aprofundou. Tratava-se do que Göran Therborn (1993 citado por Gentili, 1998, p.78) nomeou como *grunemployment*, o que quer dizer “crescimento e recuperação econômica ligados a um aumento progressivo da taxa de desemprego”. A “inegável realidade” de que poderia haver algum crescimento econômico mesmo com aumento do desemprego marca o início de “uma profunda desarticulação” da “promessa integradora” do emprego (Gentili, 1988; Cardoso, 2003 e 2015). E não tardou para que fosse aceita “uma dose de desemprego” para “um bom estímulo competitivo às meritocráticas economias” em uma era globalizante (Gentili, 1998, p.88). É neste sentido que

[22] Trata-se de um documento contendo dez recomendações que tratam da desregulação e liberalização da economia, bem como das privatizações que deveriam ser realizadas por países com endividamento externo na América Latina. O termo “Consenso de Washington” foi cunhado por John Williamson em 1989 em uma conferência do *Institute for International Economics* (Williamson, 2009).

> A garantia do emprego como direito social (e a sua defesa como requisito para as bases de uma economia e uma vida política estável) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece. [...] Na era do fim dos empregos, só a competência empregatícia flexível do indivíduo pode garantir sucesso no mundo das relações laborais (Gentili, 1998, p.89).

No caso brasileiro, a partir da primeira metade da década de 2000, há um movimento que se diferencia do projeto neoliberal, sem abandoná-lo. Durante os treze anos de governos federais liderados pelo Partido dos Trabalhadores houve expressiva diminuição do desemprego, saindo de 13% no início da década de 2000, para 4,3% em dezembro de 2014. A partir de 2015, no entanto, esse número começa a subir, atingindo 7,8% em outubro de 2015[23] (de acordo com a série histórica da Pesquisa Mensal de Emprego) e alcançando dois dígitos em Abril de 2016. Permanece acima de 10% a partir de então, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, que começou a ser realizada no início de 2012[24].

Em dados mais recentes da PNAD Contínua – referentes a Julho, Agosto e Setembro de 2019 -, a população desocupada é de 12,5 milhões de pessoas (ou 11,8% da população em idade de trabalhar, isto é, com 14 anos ou mais). Três outros dados tornam-se importantes para o cenário atual: o número de trabalhadores empregados, ou seja, com carteira de trabalho assinada no setor privado (sem contar os trabalhadores domésticos) chegou a 33,1 milhões. Enquanto, o número de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada no setor privado chegou a 11,8 milhões de pessoas, o que foi recorde na série histórica da Pesquisa. O número de trabalhadores por conta própria chegou a 24,4 milhões de pessoas, o que também configurou um novo recorde na série histórica da Pesquisa[25].

O cenário atual parece cumprir o que foi estabelecido como estratégia do governo de Jair Messias Bolsonaro, eleito presidente do Brasil em 2018. Lembremos que, em reunião no dia 12 de dezembro de 2018, quando já eleito, Bolsonaro afirmou que a legislação trabalhista

---

[23] Os dados da série histórica da Pesquisa Mensal de Emprego podem ser acessados em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?edicao=17949&t=series-historicas [Acesso em Novembro de 2019].

[24] Os dados da série histórica da PNAD Contínua podem ser acessados em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas [Acesso em Novembro de 2019].

[25] O resumo dos dados da PNAD Contínua do 3º trimestre de 2019 pode ser acessado em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25814-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-8-e-taxa-de-subutilizacao-e-24-0-no-trimestre-encerrado-em-setembro-de-2019 [Acesso em Novembro de 2019].

deveria estar o mais próximo no que fosse possível da informalidade. O artigo 7º da Constituição, segundo ele, engessa e desestimula o empresariado pelo excesso de direitos trabalhistas[26]. Este cenário, portanto, reforça a ideia de "uma profunda desarticulação" da "promessa integradora" do emprego (Gentili, 1988; Cardoso, 2003 e 2015) e indica a ênfase na "empregabilidade como capacidade individual" (Gentili, 1998, p.89).

1.3 Empreendedorismo, legislação, instituições e organizações

Se continuarmos a pensar no caso brasileiro, o empreendedorismo e o trabalho por conta própria (autônomo) ganham intersecções na legislação vigente. A criação da figura do Microempreendedor Individual (MEI) é uma dessas intersecções[27] (Colbari, 2015).

Até o dia 30 de setembro de 2019, os registros MEI chegavam a 9.031.164. As iniciativas para o aumento do volume de MEIs no Brasil é efetivada na atuação dos Sebraes em cada estado da federação. Um dos exemplos mais recentes é o desenvolvimento de curso de empreendedorismo para ambulantes que "ilegalmente" vendem seus produtos nas estações e nos vagões dos trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). O projeto piloto da Companhia em parceria com o Sebrae, visa a formação e formalização dos ambulantes, dando-lhes ferramentas para pensar seus negócios fora da ilegalidade. De acordo com o secretário de Transportes Metropolitanos, Alexandre Baldy[28]:

> O projeto é para que possamos receber os comerciantes ambulantes, aqueles que atuam de forma ilegal, em parceria com o Sebrae, visa que nós possamos trazê-los para a formalidade. A busca pelo curso foi intensa e enorme. Após formalizarmos os alunos, esperamos que eles sejam capazes de empreender. Esperamos que espaços nas estações da CPTM também possam ser colocados à disposição.

---

[26] Reportagem publicada no Jornal Folha de São Paulo em 12 de dezembro de 2018. acesso à reportagem emhttps://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/12/lei-trabalhista-tem-que-se-aproximar-da-informalidade-diz-bolsonaro.shtml [Acesso em Novembro de 2019].

[27] A figura do trabalhador autônomo criada na reforma trabalhista de 2017 e o trabalhador-parceiro também podem ser pensadas como intersecções.

[28] De acordo com reportagem veiculada pelo Portal de notícias G1, no dia 28 de novembro de 2019. Acesso à reportagem completa em https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/11/28/cptm-e-sebrae-desenvolvem-projeto-para-capacitar-vendedores-ambulantes.ghtml [Acesso em Novembro de 2019].

O número de formalizações MEI é parte dos objetivos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O Sebrae é hoje o "principal parceiro" dos empreendedores no Brasil, voltado apenas aos pequenos negócios, conforme a descrição do próprio Serviço[29]. É uma entidade autônoma de interesse público que estimula o empreendedorismo das mais variadas formas, por exemplo, num plano de educação nacional e suporte para as políticas públicas voltadas ao empreendedorismo, e em mais um sem-número de prêmios, feiras, jogos, publicações, cursos, eventos, entre outros. Mas esse Serviço nasceu como "Centro Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas", o antigo Cebrae, em 1972.

Esta foi a primeira entidade governamental de apoio ao pequeno negócio em nosso país. Teve seu fortalecimento na ditadura militar, no governo de Ernesto Geisel, fazendo parte do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) que incluía o apoio às médias e pequenas empresas. Ao longo da transição para o regime democrático, os objetivos deste Centro foram modificados várias vezes. Com a reforma administrativa de 1990, promovida por Collor, o Cebrae é desvinculado da administração pública e passa a ser parte do Sistema S.

O Sebrae expande sua atuação nacionalmente nos anos 90, ao longo dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Portanto, este Serviço tem sua expansão na "década neoliberal", o qual seja, das "reformas neoliberais" ou "reformas voltadas ao mercado" (Massimo, 2013). A partir dos anos 2000, o Sebrae começa a definir-se mais como um gestor de programas que um realizador desses programas. Passa, por isso, a investir e publicar diversas pesquisas sobre o mercado de trabalho brasileiro, especialmente pesquisas sobre empreendedorismo.

Dentre as várias pesquisas as quais financia e participa, destaca-se a pesquisa internacional realizada anualmente e que tem como resultado o relatório "Empreendedorismo no Brasil" desde o ano de 2000, realizada pelo consórcio *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), já citado em linhas mais acima. O GEM uma ferramenta para monitorar o empreendedorismo em todo o mundo, iniciada em 1997 por estudiosos da London School of Business e da Babson College. No Brasil, essa pesquisa teve o suporte de instituições de ensino como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR). Os relatórios dessa pesquisa são baseados em entrevistas e questionários com "especialistas" em

[29] Ver http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos [Acesso em Outubro de 2019].

empreendedorismo e em questionários aplicados com a população adulta dos países participantes.

A justificativa para monitorar o empreendedorismo no mundo é a "forte correlação" entre desenvolvimento econômico e atividade empreendedora. Dessa maneira, seria preciso entender esta correlação e utilizá-la como a referência para os demais países, estabelecendo critérios para fortalecer essa correlação. Esse Monitor promove uma separação entre países mais voltados a inovação e países menos voltados à inovação. Há, portanto, etapas em relação ao desenvolvimento econômico em que sua orientação é a inovação.

A utilização das pesquisas do GEM no Brasil foi medida pelo próprio Monitor em um relatório sobre sua influência nas políticas públicas para o empreendedorismo no mundo (GEM, 2018, p. 7-8). Tendo o Sebrae como seu principal *stakeholder* brasileiro, os resultados dessa pesquisa são disseminados nas unidades estaduais do Serviço e disponibilizados para todos os gestores da instituição. Também são disseminados na esfera federal do governo brasileiro, o que abarca, por exemplo, o Ministério da Fazenda e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa[30]. As informações do GEM serviram ao Sebrae por exemplo para a criação da figura do MEI. Recentemente, a criação da Semana Global do Empreendedorismo no Brasil também teve como justificativa a pesquisa GEM no texto do Parecer da Relatora do Projeto de Lei no Senado.

1.4 Empreendedorismo e educação

O Sebrae (e as articulações feitas por meio dessa entidade e para além dela) também possibilitou que o empreendedorismo estivesse presente no dia-a-dia da sociedade brasileira de muitas formas, a partir do final da década de 1980.

Um dos mais antigos Programas de TV sobre empreendedorismo e pequenos negócios em nível nacional foi formulado e patrocinado pelo Sebrae em 1988, o *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* (PEGN), veiculado pela Rede Globo. No ano seguinte, do Programa fez-se também a Revista de mesmo nome. Ambos, Revista e Programa de TV, continuam existindo, embora sem o patrocínio ou produção do Sebrae.

[30] A Secretaria da Micro e Pequena Empresa tinha status de ministério entre 2013 e 2015, passou a ser parte da Secretaria de Governo da Presidência da República e, finalmente, em 2017, foi transferida para o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Na Revista e no Programa de TV as chamadas incitam: “seja seu próprio patrão”, “dê adeus ao chefe”, “faça a sua história” etc. Mas essas chamadas vêm sempre acompanhadas por uma forma de aprendizado. “Saiba como fazer”, “aprenda”, “desenvolva”, “pratique”, em suma, “aprenda a empreender”. Apesar destes serem os produtos de maior apelo popular, o Sebrae produziu programas de rádio (Rádio Sebrae) e realizou inúmeras premiações (Prêmio Prefeito Empreendedor, Prêmio Sebrae de Jornalismo, Prêmio Educação Empreendedora, Prêmio Mulher de Negócios, entre outros), jogos (Desafio Universitário Empreendedor) e cooperações internacionais (Observatório Internacional Sebrae). A Feira do Empreendedor é um dos maiores eventos para o fomento do empreendedorismo no país, segundo o próprio Sebrae e a mídia especializada. Cada estado realiza sua própria Feira. Em outubro de 2019, em São Paulo por exemplo, a Feira tinha como tema “o empreendedorismo é para todos” e a expectativa de receber mais de 150 mil visitantes[31].

O fomento do empreendedorismo trouxe para a sociedade brasileira as “ferramentas” para torná-la mais empreendedora, isto é, por meio de revistas, programas de TV e rádio, jogos e feiras são estabelecidas formas de aprender a ser empreendedor. Mas, além da mídia, essas formas de aprendizado também foram sistematizadas em cursos, programas e em um Plano Nacional de Educação Empreendedora.

Um dos programas educativos de exclusividade de aplicação do Sebrae é o “Empretec”. No início da década de 1990, o Sebrae estabeleceu uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), e tornou-se o responsável pela nacionalização desse projeto. No Relatório Anual de 2015 do Programa[32], o Empretec é definido como um programa de desenvolvimento de capacidades que busca promover o empreendedorismo, aumentar a produtividade e competitividade dos pequenos negócios nos países em desenvolvimento e em economias em transição.

Além do plano internacional, o Sebrae também tem seu objetivo na educação formal com o Plano Nacional de Educação Empreendedora (PNEE). Criado em 2013, o Plano tem como principal objetivo “tornar as discussões em torno do empreendedorismo mais amplas e acessíveis nas escolas e nas instituições de ensino brasileiras”. Efetivado “por meio de parcerias

---

[31] De acordo com reportagem veiculada na Revista exame em 5 de outubro de 2019. Acesso à reportagem completa em https://exame.abril.com.br/pme/feira-do-empreendedor-do-sebrae-comeca-hoje-em-sao-paulo/ [Acesso em Novembro de 2019].

[32] Acesso ao relatório anual de 2015 em http://empretec.unctad.org/wp-content/uploads/2015/01/EAR2015_web.pdf [Acesso em Novembro de 2019].

com as instituições de ensino e as secretarias de educação", o Plano chega até às escolas de forma gratuita. O Sebrae disponibiliza o material de aprendizagem para que professores sejam capacitados em empreendedorismo e sejam "responsáveis por disseminar a metodologia nas salas de aula". Segundo o Serviço, o Plano não se restringe somente à "formação de futuros empresários", antes trata-se de "promover consciência em torno do empreendedorismo como comportamento, voltado para projetos de vida, e não apenas como ferramenta para a criação de negócios"[33].

[33] As informações sobre o PNEE podem ser encontradas no Portal do Centro Sebrae de Referência em Educação Empreendedora. Acesso em http://cer.sebrae.com.br/programa-nacional-de-educacao-empreendedora/ [Acesso em Novembro de 2019].

2. Empreendedorismo e psicologias

Diante do tanto que se pode dizer sobre o empreendedorismo, surge a necessidade de conhecer o que dizem as psicologias sobre o tema. Sabemos, contudo, que falamos de uma multiplicidade de perspectivas dentro do que compreendemos como psicologia (Ferreira et al., 2012). Por isso, tratamos aqui de psicologias, reconhecendo a diversidade teórica e metodológica dentro dessa disciplina. Por ser essa nossa localização nas disciplinas acadêmicas, nossos argumentos devem se sustentar também nos trabalhos desenvolvidos sobre o tema nessa área.

Se falarmos da literatura internacional, os trabalhos de David Clarence McClelland sobre comportamento empreendedor são citados frequentemente como pioneiros na psicologia (Stevenson e Jarillo, 1990, p.18). Esse psicólogo americano é largamente citado nas abordagens que buscam compreender o empreendedorismo a partir do indivíduo que empreende (Stevenson e Jarillo, 1990; Landström, 2005; Eckhardt e Shane, 2010). Sabe-se que uma das obras mais citadas em produções acadêmicas sobre o empreendedorismo, entre 1984 e 2015, é o seu livro *Achieving Society* (título em português, "A sociedade competitiva: realização e progresso social" [1972]), publicado em 1961 (Ferreira et al., 2015).

Neste livro, McClelland tem por objetivo explicar o desenvolvimento econômico das sociedades por meio da "necessidade de realização pessoal" (no original, *need for achievement*). O livro tem por objetivo oferecer uma interpretação psicológica para a mudança social comparando diversos países (Estados Unidos, Alemanha, Brasil e Japão). No entanto, o trabalho de McClelland está para além da produção acadêmica, já que sua atuação como consultor também tem grande influência na educação de empreendedores ao redor do mundo. Em 1963, McClelland (em sociedade com David Berlew) fundou a McBer & Company[34], uma consultoria para treinamento e aconselhamento de empresários no desenvolvimento de suas equipes (Hoffarth, 2019).

No esteio dos trabalhos deste psicólogo, Collins et al. (2004) realizaram uma meta-análise de 63 estudos sobre empreendedorismo, verificando que indivíduos que pontuaram mais alto na "necessidade de realização pessoal" tendiam a ser empreendedores, tendência essa maior do que a da população em geral. Da mesma forma, indivíduos que pontuaram mais alto em

[34] Atualmente, a McBer faz parte do Grupo Hay/ Korn Ferry (Hoffarth, 2019).

relação ao locus interno de controle tem uma maior tendência de explorar oportunidades de empreender (Rotter, 1966; Spector, 1992). Bunder (1962) indica que indivíduos que pontuam alto em tolerância à ambiguidade são mais propensos a explorar oportunidades de empreender. Tolerar a ambiguidade das circunstâncias indica que o indivíduo não considera a incerteza intimidadora, mas atrativa. A lista se alonga e conforma uma perspectiva particular sobre o empreendedorismo, a de uma *psicologia social do comportamento empreendedor* como pensada por Kelly Shaver (2010).

Em revisão de literatura mais recente, realizada por Marjan J. Gorgievski e Ute Stephan (2016), as autoras pesquisaram entre 2000 e 2015 em mais de 20 periódicos de alto impacto[35] pelos termos "empreendedor" (*entrepreneur*), "dono de negócio" (*business owner*) e "trabalhadores por conta própria" (*self-employed*). Os periódicos escolhidos, em sua maioria, são das áreas de psicologia organizacional, psicologia do trabalho e psicologia social, o que corresponderia ao campo da "psicologia aplicada", segundo as autoras. Elas indicam cinco grandes interesses de estudos sobre o empreendedorismo na psicologia. Por ordem de relevância e números de estudos encontrados, são elas: perspectivas de carreira, diferenças individuais, saúde e bem-estar, cognição e comportamento e liderança empreendedora (Gorgievski e Stephan, 2016, p.442). Os interesses na psicologia aplicada assemelham-se aos interesses nos estudos da Administração como personalidade, cognição, emoção, atitude e *self* (Omorede et al., 2014), embora sejam diferentes em escopo e abordagem. Outras questões parecem também ser relevantes no estudo do empreendedorismo pela psicologia como as questões de gênero e dos diferentes contextos para desenvolvimento do empreendedorismo.

Diante desta gama de estudos as autoras sugerem que é preciso avançar para uma psicologia do empreendedorismo (Gorgievski e Stephan, 2016) que possibilite a contribuição com o "lado positivo" do empreendedorismo como a criação de emprego, inovação, erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável e felicidade individual. Ainda, a pesquisa em uma psicologia do empreendedorismo pode gerar novos elementos teóricos e metodológicos para a pesquisa em psicologia como um todo. Por exemplo, elementos sobre como lidar com as incertezas e as novas tendências no mundo do trabalho no que diz respeito a aumento da flexibilidade, da pressão do tempo e da responsabilidade, o que faz parte do que é ser um empreendedor (Gorgievski e Stephan, 2016, p.454).

---

[35] De acordo com o *Social Science Citation Index* (Gorgievski e Stephan, 2016).

Esta breve revisão da literatura internacional indica que a psicologia, na produção acadêmica hegemônica, tem fornecido elementos para pensar o empreendedorismo *no* indivíduo ou *pelo* indivíduo, e a partir das relações que ele estabelece com o ambiente que o cerca. A nosso ver, trata-se de uma perspectiva que desconsidera as exigências feitas ao indivíduo para que ele se (con)forme diante de uma realidade estabelecida. A ele, restaria responder à demanda para se tornar mais flexível, tolerante com a incerteza e a ambiguidade, sendo administrador de seu próprio tempo e de suas responsabilidades. Trata-se de uma literatura em que não há questionamentos das tarefas impostas aos sujeitos no processo de aprendizagem, de trabalho, nas relações sociais. A exigência de tornar-se mais empreendedor e aprender a ser empreendedor não são questionadas, nem o que tais exigências significam em nossa sociedade e em nosso tempo.

Tendo em vista a literatura internacional, seria possível dizer que o mesmo tipo de pesquisa é encontrado no Brasil? O que diz a literatura nacional das psicologias sobre o empreendedorismo?

2.1 Empreendedorismo e as psicologias no Brasil

Para que fosse possível conhecermos a produção acadêmica das psicologias sobre o empreendedorismo, realizamos uma *metassíntese* por meio de 28 artigos e 6 teses indexadas, respectivamente, no Index Psi Periódicos e no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Essa metassíntese está detalhada em outro estudo[36].

Sabe-se que os estudos sobre empreendedorismo são, em geral, interdisciplinares (Landström, 2005; Acs e Audretsch, 2010). Nos últimos 30 anos, a Administração foi a área de maior produção tanto na literatura internacional quanto na nacional, conforme Ferreira et al. (2015). Entre Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado (stricto sensu) são 2.866 trabalhos que citam ou se dedicam ao empreendedorismo, sendo desse total 1.459 da área de

[36] Esta seção foi a base para o estudo intitulado "O que dizem as psicologias brasileiras sobre o empreendedorismo?" (Uchôa de Oliveira, no prelo). Aqui, no entanto, focaremos apenas nas análises estabelecidas a partir desse estudo. O método e as etapas efetuadas não serão detalhados neste espaço.

concentração da Administração. Esses números ilustram a dimensão da produção sobre o tema nacionalmente, desde 1995 até 2019.

Dada a disseminação do empreendedorismo como campo de estudo, os números de pesquisas nas psicologias que se dedicam diretamente ao tema são pequenos. Isso pode sugerir que este tema não surge como preocupação na formação dos psicólogos, ou que é um tema percebido como uma preocupação relacionada a outras áreas de estudo (economia e administração), ou, ainda, que é um temática de menor relevância dentro da disciplina. Ademais, existem tanto a possibilidade de que os estudos em psicologia se utilizem de outros termos para o empreendedorismo, para os quais as nossas buscas não foram suficientes; quanto a possibilidade de que os estudos do empreendedorismo sejam realizados por psicólogos fora dos programas de pós-graduação em psicologia. De toda forma, indicamos que há pouco material na pesquisa brasileira em psicologia que se dedique ao tema, especialmente, se compararmos com a capilaridade do empreendedorismo na vida contemporânea (Fernandes, 2019).

Por meio da metassíntese, elaboramos três categorias para os estudos sobre empreendedorismo na psicologia brasileira, são elas: a) o indivíduo empreendedor; b) o aprendizado para ser empreendedor (ou para empreender); c) perspectivas críticas. Por termos como objetivo uma compreensão em perspectiva, formada em uma rede de pontos transversais, alguns artigos e teses podem estar incluídos em mais de uma das categorias elaboradas. Nas linhas a seguir, detalhamos tais categorias e, por fim, lançamos um resumo sobre nossas análises.

2.1.1 O indivíduo empreendedor

Assim como identificado na literatura internacional (Gorgievski e Stephan, 2016), as “características empreendedoras” são destaque na literatura nacional sobre empreendedorismo. Isto é, em quase um terço dos artigos estudados a ênfase é dada naquilo que diferencia ou pode diferenciar o empreendedor dos demais indivíduos. O objetivo e a discussão desses artigos estão na “personalidade”, “identidade”, “subjetividade”, “atitude”, “interesse”, “visão”, “trajetória”, “perfil” e “desempenho” empreendedor (Silva, 2008; Silva, 2011; Bendassoli e Borges-Andrade, 2013; Bressan e Toledo, 2013; Canever et al., 2013; Guimarães e Macedo, 2013; Régis et al., 2013; Rizzato e Moran, 2013; Bendassoli et al., 2016; Coelho e Tupinambá, 2016;

Conti e Faria, 2016; Pinho, 2017). Alguns estudos propõem que este perfil empreendedor também seja discutido a partir do gênero, focalizando gênero como o "perfil das mulheres empreendedoras" ou o "empreendedorismo feminino" (Jonathan, 2005, 2007 e 2011)

Em outros termos, há uma preocupação com "a dinâmica intrapsíquica" dos indivíduos que empreendem (Bensadossoli et al., 2016, p.27), com "o sentido e o significado psicológico do empreendedorismo" (Conti e Faria, 2016, p.232). Ou ainda, com "o comportamento e as decisões de um profissional" que refletem "suas características pessoais" (Coelho e Tupinambá, 2013, p.311). As abordagens teóricas da psicologia para lidar com essas preocupações incluem a psicologia análitica de Jung (Conti e Faria, 2016), a psicologia cultural semiótica (Pinho, 2017), a Teoria Social Cognitiva de Bandura (Bendassoli et al., 2016), a Psicodinâmica do Trabalho nos termos de Dejours (Guimarães Junior e Macedo, 2013), o conceito de personalidade contido no *Big Five Personality Factors* (Os Cinco Grandes Fatores de Personalidade, em tradução livre) (Rizzato e Moras, 2013), e os estudos sobre "estratégia" e "tomada de decisão" da Administração (Bressan e Toledo, 2013). David C. McClelland e sua teoria das necessidades, é citado nas publicações brasileiras como um pioneiro nos estudos da psicologia sobre o empreendedorismo (Barlach, 2009; Bendassoli e Borges-Andrade, 2013; Bressan e Toledo, 2013; Canever et al., 2013; Guimarães Júnior e Macedo, 2013)

Criatividade e identidade empreendedoras são temas de Teses que estudamos, o que também remete ao indivíduo empreendedor e aquilo que o constitui. Barlach (2009) aprofunda os conceitos de criatividade nos capítulos 2 e 3 de sua tese. Desde a filosofia, passando pela Gestalt, pelas teorias da personalidade, pela visão psicanalítica, cognitivista, humanista e pelas teorias da motivação, o que ela almeja é estabelecer por meio da psicologia a relação entre criatividade, empreendedorismo e inovação. A hipótese levantada é a de que a inovação dá-se pelo vetor criativo, mas precisa de um segundo vetor, o empreendedorismo, para ser viabilizada (Barlach, 2009, p.36). Utilizando entrevistas semi-estruturadas, ela estuda casos de empreendedores que inovaram em seus negócios, concluindo, a partir de cada caso, com a confirmação de uma "tipologia da criatividade" nos termos de Unsworth (Barlach, 2009, p.234).

Por sua vez, Brunetti (2007) busca compreender a "figura social" do empreendedor social. Para ela, essas figuras não se adequam ao termo "empreendedor" pois são pessoas em constante transformação. Há um processo de busca por emancipação que constitui uma "identidade pós-convencional" como pensada por Jürgen Habermas (Brunetti, 2007, p.12). O que quer dizer uma identidade que se constitui a despeito do que é convencional, e exige autonomia e consciência. Na mesma linha, Silva (2008) discute a identidade do empreendedor

social e do conceito de identidade pós-convencional. Ele reflete sobre a ambiguidade contida em ser um empreendedor social: ao mesmo tempo, em que faz parte de um negócio, de uma "ordem sistêmica" – a capitalista -, ele também está inserido no "mundo da vida" (Silva, 2008, p.69). Para Silva, a identidade pós-convencional auxilia na compreensão deste paradoxo. Ele explica esta identidade como sendo uma "contínua transformação", "processo" ou "metamorfose". O sujeito pós-convencional é aquele que é "discrepante da média", "alguém que está *on the edge*, na fronteira, apontando uma tendência". Este "sujeito emblemático" seria o "empreendedor social" que possibilita o diálogo na fronteira (Silva, 2008, pp.68-69).

2.1.2 O aprendizado para ser empreendedor (ou para empreender)

Enquanto boa parte da literatura busca a diferença *no* indivíduo empreendedor, outra parte busca estabelecer ou discutir a formação desse indivíduo. O foco dos trabalhos reunidos nesta categoria está na relação entre aprendizagem e empreendedorismo, educação empreendedora, empreendedorismo como carreira, e também a ligação entre empreendedorismo e liderança (Alvim e Loiola, 2010; Barlach, 2011; Silva, 2011; Estevam, 2012; Luna, 2012; Tupinambá, 2012; Régis et al., 2013; Luna et al., 2014; Seki e Simão, 2014; Coelho e Tupinambá, 2016; Lemos et al. 2016). Isto é, o objetivo é entender não somente as características do empreendedor, mas o que e como se desenvolve o empreendedor e o empreendedorismo.

Este aprendizado para ser empreendedor (ou para empreender) traduz-se, por exemplo, na preocupação em compreender o "processo histórico do comportamento do empreendedor quanto aos seus aprendizados com os erros" (Coelho e Tupinambá, 2016, p.152), em termos mais cognitivos e comportamentais do aprendizado. Nas competências que o indivíduo pode desenvolver no exercício prático em Empresas Juniores, entendidas como "espaço de desenvolvimento de carreira" (Luna et al., 2014). Ou ainda, em práticas fora do universo acadêmico como em redes de mentoria entre empresários e empreendedores (Régis et al., 2013), e também dentro das empresas com o desenvolvimento do intraempreendedorismo para empregados (Estevam, 2012). Surge também uma preocupação em entender se estas formações e aprendizados tem real impacto no comportamento e nas ações dos indivíduos (Alvim e Loiola, 2010).

A formação para empreender torna-se mote de investigação já que haveria uma deficiência para formação empreendedora em nosso país (Canever, 2013; Campos, 2015). Para abordar essa relação deficiente, em termos teóricos e metodológicos, nos documentos encontramos a teoria de Orientação por Erros de M. Frese e da Aprendizagem Significativa de D. Ausubel (Coelho e Tupinambá, 2016); o modelo de sucesso empresarial formulado por Rauch e Frese (Silva, 2011); e a cultura organizacional como pensada por Hofstede (Estevam, 2012). Também merece destaque a literatura de Treinamento e Desenvolvimento e de Avaliação de Treinamento (Alvim e Loiola, 2010; Campos, 2015).

Em sua tese, Campos (2015, p.15) defende que é necessário "ampliar as discussões sobre a reformulação das grades curriculares e conteúdos acadêmicos para que promovam processos de ensino-aprendizagem mais adequados ao fomento do empreendedorismo". Sua defesa é baseada em dados do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) e no que indicam pesquisadores sobre as condições necessárias ao fomento do empreendedorismo em nosso país (Campos, 2015, pp.14-16). Uma das condições que limitam o desenvolvimento do empreendedorismo em nosso país é a capacitação e educação. Segundo a autora:

> [Este dado] sugere o debate sobre a necessária expansão da temática do empreendedorismo no sistema brasileiro de ensino em todos os níveis, em especial, no superior tendo em vista que as instituições de ensino superior (IES) ainda oferecem formação inadequada para o empreendedorismo, priorizando a formação de profissionais para atuar como colaboradores em organizações ou como servidores públicos (Xavier et al., 2013; Confederação Nacional da Indústria, 2005 citado por Campos, 2015, p.15).

Campos indica que um espaço consolidado de fomento do empreendedorismo são as Empresas Juniores (EJs). Em pesquisas com as EJs, os estudantes participantes que se "autodeclararam" empreendedores foi de 80%, esse mesmo percentual indicou que os participantes estavam "conectados com o propósito de fazer um Brasil de empreendedores" (Brasil Júnior, 2014 citado por Campos, 2015, p.18). A autora buscou compreender o perfil empreendedor e as competências desenvolvidas nas EJs. Para tanto utilizou-se da literatura sobre competência no trabalho, percorrendo as várias definições do conceito, e aplicando instrumentos de identificação e mensuração das competências em estudantes participantes de EJs. Não apenas identificar e medir, a autora propôs ações de treinamento para aprimorar as competências dos empresários juniores (Campos, 2015, pp.103-105).

2.1.3 Perspectivas críticas

Em um paralelo com a literatura internacional, é possível indicar que os estudos sobre o empreendedorismo no Brasil têm como destaque perspectivas críticas sobre o tema. Algo que está relacionado com o que mencionamos anteriormente, os "Estudos Críticos do Empreendedorismo". O qual seja, uma perspectiva que busca "a mudança para uma perspectiva crítica, que permita questionar a atividade empreendedora como tendo uma variedade de possíveis resultados, não apenas resultados econômicos benéficos, podendo até contribuir para agravar o problema que esta atividade tenta eliminar" (Fernandes, 2019, p.17).

Os documentos analisados mostram que há uma preocupação das psicologias sobre a reprodução de uma ordem hegemônica imposta aos indivíduos para que estes se formem empreendedores. Em outros termos, os estudos que analisamos questionam "a concepção que reduz a traços de personalidade a explicação do empreendedorismo" e a psicologização do tema, "isolando-o do contexto das relações sociais e colocando-o a serviço de uma economia cujo modelo não se questiona" (Bugalcov et al., 2010, p. 340).

Essa discussão está posta desde as políticas de educação (Seki e Simão, 2014; Lemos et al., 2016), passando pela publicidade (Queiroz-Neto e Severiano, 2016), pelas relações de gênero e pelo trabalho da mulher que empreende (Bugalcov et al., 2010), e pelas próprias abordagens psicológicas (Ferreira et al., 2009), chegando à crítica ao fomento do empreendedorismo entre mulheres por organismos internacionais, como Unesco e Unicef (Lemos et al., 2015). Em termos teórico-metodológicos, estes trabalhos são fundamentados na Teoria Crítica (Queiroz-Neto e Severiano, 2016), nos estudos da governamentalidade (Ferreira et al., 2009; Lemos et al., 2015; Lemos et al., 2016), nos conceitos de trabalho precário e trabalho decente (Bugalcov et al., 2010).

Na tese de Ribeiro (2017), essa perspectiva crítica sobre o empreendedorismo atravessa o espaço do trabalho, do indivíduo empreendedor e do aprendizado. A autora lança o olhar para a relação entre empreendedorismo social e a juventude vulnerável ao tráfico de drogas, ou de outro modo, busca pensar o entrelaçamento da criminalização da pobreza e do empreendedorismo social. Esse tipo de empreendedorismo surge como a "pacificação" das comunidades em uma "vertiginosa ciranda" (Ribeiro, 2015, p.15) na qual os jovens são chamados à recuperação ou ao treinamento em cursos profissionalizantes oferecidos por Empreendimentos Sociais colocados como alternativa à vulnerabilidade e à pobreza. Ao mesmo

tempo, esses mesmos empreendimentos vivem e se reproduzem daquilo que buscam erradicar ou combater, a vulnerabilidade dos jovens (Ribeiro, 2017, p.78). Nas palavras de Ribeiro (2017, p.14), “aos empreendedores sociais interessa que esses jovens se mostrem capazes de autocuidado e produtividade tornando-se, assim, pacificados e propícios a investimento”.

2.2 O que dizem as psicologias brasileiras sobre o empreendedorismo

Diante do material estudado, indicamos que a literatura hegemônica na psicologia brasileira é formada por trabalhos que buscam pensar o empreendedorismo a partir do indivíduo e na formação de um indivíduo que se adapte às transformações no mundo do trabalho. Tais transformações, assim como o empreendedorismo, não são questionadas ou historicizadas. Quando muito, são mencionadas para a descrição de um cenário.

Assim como fazem Gorgievski e Stephan (2016), na literatura nacional o “lado positivo” do empreendedorismo é propagado. Barlach (2011, p.122) resume essa visão positiva do empreendedorismo afirmando que

> [...] é possível pensar o empreendedorismo como processo emancipatório, de libertação com relação às amarras e às armadilhas organizacionais, em que os indivíduos tomam as rédeas de suas vidas, apropriando-se de suas escolhas, ao mesmo tempo em que dispõem de autocrítica para mudar os parâmetros das mesmas. O ímpeto empreendedor revelaria, assim, o desejo de ficar livre da autoridade e eliminar as restrições percebidas, não somente perseguindo oportunidades, mas superando ou removendo obstáculos e restrições no ambiente, assim percebidas por estes atores.

A visão de Barlach aponta para o empreendedorismo como uma apropriação de escolhas, sem que as opções disponíveis sejam questionadas. Não se considera a possibilidade de pensar ou construir opções junto àqueles que trabalham. Não há também questionamento sobre o porquê da necessidade de libertação das “amarras organizacionais” e sobre o que o emprego impõe ou promove para os trabalhadores. Há propostas refinadas de modelo teórico-preditivo para desempenho empreendedor de profissionais criativos, com cruzamentos de aspectos psicológicos (Bendassoli e Borges-Andrade, 2013). No entanto, não encontramos proposições que sejam formuladas *com* a população que vive do trabalho. O empreendedorismo não é discutido – assim como também não é o emprego e o trabalho -, antes, o

empreendedorismo é promovido, mensurado e sustentado. Nesse sentido, a literatura nacional sobre o tema é conservadora.

Por outro lado, há uma literatura em crescimento que fomenta uma perspectiva crítica ao empreendedorismo e que fornece questões de larga potência para o tema. Estes trabalhos não questionam o indivíduo ou sua formação *a priori*, pelo contrário, buscam entender as transformações do mundo do trabalho e suas imposições ao trabalhador e à sociedade. Argumentamos, no entanto, que tais perspectivas utilizam-se do empreendedorismo mais como explicação ou resultado das transformações do mundo do trabalho do que como algo a ser compreendido na história de nosso contexto. O "empreendedor de si mesmo" transforma-se em um rótulo a ser empregado a tudo e todos no "neoliberalismo". Pouco se fala sobre como este rótulo foi formulado na história de nosso país. Igualmente, o termo neoliberalismo é utilizado como explicação, mais do que um conceito a ser definido. Ao ser definido, pouco se fala dele no contexto do Sul Global.

PARTE II – SITUANDO A PESQUISA

3. Pontos de partida

Depois deste apanhado do tanto que se pode dizer sobre o empreendedorismo, é preciso que passemos a situar nossa pesquisa neste emaranhado. Ou, nas palavras do Professor Fábio de Oliveira, quando de nosso exame de qualificação, é preciso traduzir nossas várias preocupações em tese, em um argumento coerente.

Particularmente, situando-nos entre o tanto que se diz do tema nas psicologias brasileiras, a **justificativa** para nossa tese está na necessidade de darmos volume e profundidade aos estudos críticos à visão psicologizante e liberal do trabalho e da sociedade nas psicologias. Especialmente, na produção acadêmica brasileira dessa área sobre o empreendedorismo. Devemos estar atentos ao que Wendy Hollway (1989) indicou como a cegueira quase intencional de nossa disciplina para a sua própria condição de produção. Antes de estabelecermos uma psicologia do empreendedor, com a análise de seu comportamento, de sua motivação, de sua dinâmica intrapsíquica, de seu desempenho, de suas competências, de sua genética etc., propomos um estudo daquilo que do sujeito é demandado.

Nosso estudo tem por **objetivo geral**: investigar como emerge o anúncio de que "somos todos empreendedores", particularmente, no contexto brasileiro.

Ainda, temos como **objetivos específicos**:

1. Identificar mudanças históricas que levam ao anúncio de que "somos todos empreendedores";
2. Analisar de que maneiras o empreendedorismo configura-se como um instrumento de governo;
3. Discutir o empreendedorismo a partir da convivência com trabalhadoras e trabalhadores.

Para alcançar estes objetivos, utilizamos como **instrumentos metodológicos** as entrevistas e convivência com 26 trabalhadores e também a pesquisa histórica de inspiração genealógica a partir de um arquivo composto pelos relatórios "GEM – Empreendedorismo no Brasil" e dos arquivos e cursos de acesso público do Sebrae. Estes instrumentos têm a ver com as perguntas que animaram a pesquisa e sobre as quais falaremos mias à frente.

Ademais, estabelecemos **referências teórico-metodológicas** de onde podemos medir todas as nossas distâncias. O Marco-Zero desta pesquisa, por assim dizer, configura-se entre dois pontos de partida: partimos da Psicologia Social do Trabalho e dos Estudos de governamentalidade.

Para detalhar estes pontos de partida, elaboramos a seguinte divisão nas páginas a seguir: primeiro, explicitamos como nos apropriamos de nossas referências teórico-metodológicas; em seguida, passamos a detalhar as perguntas que deram movimentos a nossa pesquisa. No capítulo seguinte, contamos de nossa vinculação ao campo, explicando nossa convivência junto aos trabalhadores e o estudo do arquivo com o qual trabalhamos. Por fim, tendo em vista estes pontos de partida, apresentamos o argumento que buscamos sustentar nesta pesquisa.

3.1 Referências teórico-metodológicas

3.1.1 A Psicologia Social do Trabalho

As últimas décadas do século passado foram marcadas pelo anúncio do fim da centralidade do trabalho (Offe, 1989). Para Ricardo Antunes (2006), tratou-se de um erro de cálculo teórico e empírico, ancorado no eurocentrismo, no qual se misturou centralidade com morfologia. Em outras palavras, para Antunes aqueles autores adeptos do fim da centralidade do trabalho misturaram "novas" formas de trabalho (mais abstratas, precárias e incertas, que passam ao longe do emprego regulado e protegido) com a localização e com a extensão do trabalho na vida humana. Dessa forma, as mudanças ocorridas no mundo do emprego não têm a ver com a perda da centralidade ou com o fim do trabalho. Antes, estão relacionadas à "nova" morfologia do trabalho em que se tem menos do emprego "e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial, ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista" (Antunes, 2006, p.4).

Em geral, a combinação emprego e relação salarial é privilegiada nas análises sobre trabalho. O parâmetro da relação regulada cria a impressão de que, em todos os cantos do globo e de forma homogênea, é possível falar de uma sociedade do emprego. Tal entendimento, por sua vez, ao mesmo tempo em que cria uma hegemonia analítica, cria também uma separação artificial entre temáticas e disciplinas, colocando de fora dos estudos do trabalho, por muito tempo, os estudos sobre a pobreza, sobre governo, cidadania e democracia, sobre acesso às políticas públicas e sobre outras formas de criação de sustento.

Em verdade, foi somente a partir dos anos de 1970 que as pesquisas em ciências sociais, num contexto internacional, passam a voltar sua atenção para outras formas de trabalho que não às inseridas no emprego regulado e protegido, conforme explica Peter Spink (2012, p. 15). Na visão desse psicólogo, há um débito dessas ciências e em específico da psicologia com "a sociedade mais ampla" pois os objetos analisados por essas disciplinas eram e continuam a ser em grande parte "um conjunto organizacional formado pelas grandes tecnoburocracias empresariais, públicas e militares".

Os nomes pelos quais foram chamadas (e pelos quais até hoje chamamos) as psicologias do emprego (psicologia organizacional, antiga psicologia industrial) afirmam a preferência por esses objetos. Spink indica que a psicologia brasileira que estuda o emprego importou-se em

excesso com o bacharelismo, isto é, “com as profissões liberais graduadas” (Spink, 2012, p. 15), esquecendo-se de discutir outras formas de inserção no trabalho e na economia. Há, por isso, uma “miopia profissional e institucional” que deve ser corrigida (Spink, 2012, p. 15).

Esforços para a correção da vista curta, particularmente da psicologia, têm sido realizados. Um deles é a construção do que atualmente chamamos de *Psicologia Social do Trabalho* (PST).

A partir da década de 1980 (final do período da ditadura militar-empresarial no Brasil), com as raízes fincadas na leitura da psicologia social e na saúde do trabalhador, a PST surge e vai em compasso com as ciências sociais, valendo-se de uma leitura multi e transdisciplinar. Utiliza-se das contribuições da filosofia, da sociologia, da antropologia e da geografia humana para constituir-se entre fronteiras (Sato, 2003). Seu compromisso ético e político é estabelecido com as trabalhadoras e trabalhadores, sendo gestada historicamente no movimento sindical. Para Bastos (2019, p. 14), nesse sentido, pode “ser caracterizada como uma espécie de Psicologia do Trabalhador”.

O *corpus* dessa área de estudo busca examinar outros espaços que não somente o emprego nas empresas e nas instituições, efetivando uma resistência à hegemonia do objeto trabalho em sua versão formal e “protegida”. Na PST, o trabalho é categoria central de análise, o que impossibilita separar as condições concretas de trabalho daquilo que se efetiva na rotina dos trabalhadores (Sato, Coutinho e Bernardo, 2016, p. 13). Cabe adicionar a esta centralidade, o *status* de elemento unificador que o trabalho possui nos regimes de existência em nossa sociedade. Seja *por meio* do trabalho ou *para o* trabalho, é também por ele que nos inserimos na sociabilidade humana (Cardoso, 2015). Ou, ainda, como afirma Vera da Silva Telles (2006, p.173):

> Se o trabalho não mais estrutura as promessas de progresso social, se os coletivos “de classe” foram desfeitos sob as injunções do trabalho precário, se direitos e sindicatos não mais operam como referências para as maiorias, se tudo isso mostra que os “tempos fordistas” já se foram, o trabalho não deixa de ser uma dimensão estruturante da vida social.

Neste sentido, e por sua centralidade, amplitude e profundidade nos regimes de existência, pensamos que o trabalho é um ponto de vista privilegiado. Adalberto Cardoso (2015, p. 7) traduz a vantagem de pesquisar a partir do trabalho. Ele nos diz que é necessário compreender “o preço por nossas soluções”, e em “uma tentativa de mensuração desse preço

tal como vivido pela maior parte dos brasileiros, nomeadamente, as populações que vivem do seu trabalho".

3.1.1.1 Da PST em direção à polimorfia do trabalho

Os localizadores estabelecidos por Peter Spink no prefácio do livro "Feira Livre: Organização, Trabalho e Sociabilidade" de Leny Sato (2012) problematizam os "espaços de movimentação" dos trabalhadores no Brasil. Termos como *formal* e *informal* são repensados, o que nos fornece outros olhares para lidar com esse binômio[37].

O autor nos lembra que o *informal* é posto em relação a uma dada *formalidade* que por si só já é complexa. Apesar da informalidade estar à parte das relações da economia registrada, ela tem forma. Ou seja, possui uma organização própria. A proposta de Spink é que pensemos em um "não-formal" que corresponde a outras maneiras de inserção econômica que não as da formalidade. Para ele, podemos descrever em termos gerais um centro e uma periferia das áreas do trabalho formal e do trabalho não-formal, compondo quatro áreas possíveis para localizarmos as atividades de trabalho no Brasil.

Na "área central do trabalho formal" inclui-se os trabalhadores da indústria, do comércio, dos serviços e do setor público; na "área periférica do formal", encontramos "os milhares de empreendimentos e organizações igualmente registradas" mas que não possuem comparação com a organização do centro do trabalho formal, são aqui encontrados os micro e pequenos negócios e os Microempreendedores Individuais (MEIs). Na área do "não-formal" também temos um núcleo que corresponde aos trabalhadores "quase-legais" como os ambulantes que vendem produtos legítimos de porta em porta; e ainda, na periferia do "não-formal" encontramos as inserções econômicas que poderiam ser formais mas efetivamente não são formalizadas, ou "são voluntariamente não formais"[38]. Podemos pensar esse último caso,

---

[37] Por ser um prefácio, Peter Spink não se demora nos localizadores, mas deixa pistas importantes sobre como podemos lidar com as tão diferentes formas de trabalhar em nosso país. Mais que uma referência, tratamos essa tentativa de Spink como uma inspiração para pensarmos nossos próprios localizadores.

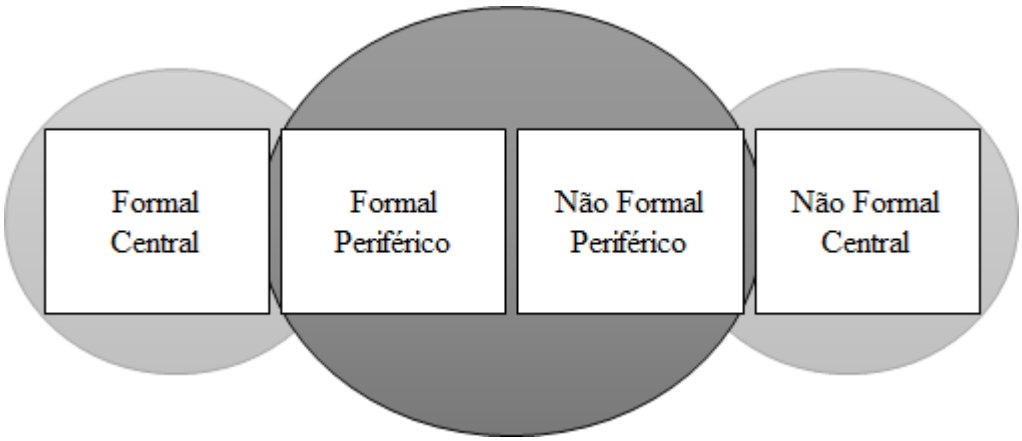
[38] Ao explicar o que seria a área periférica do trabalho não-formal, o autor não cita exemplos de atividades, o que nos fez buscar alternativas para apresentar ao leitor uma imagem suficiente para descrever essa área. Apesar de escolhermos o exemplo do trabalho doméstico, sabemos que não há uma espontaneidade nessas relações de trabalho ou em qualquer forma de trabalho tutelado em nosso país. Neste sentido, não fica claro o uso do advérbio "voluntariamente" pelo autor ao explicar a periferia do trabalho não-formal.

por meio do exemplo do trabalho doméstico no Brasil em que, geralmente, pode haver ou já houve uma formalização mas isto não é permanente.

Portanto, são quatro áreas mais ou menos definidas entre si: “formal central – formal periférico – não formal periférico – não formal central”. Em termos demográficos, Spink ressalta uma inversão: o que é central torna-se periférico. As periferias são bem maiores numericamente que os centros das atividades de trabalho, e representam “um imenso espaço de movimentação da maioria das pessoas economicamente ativas em nosso país, de um ir e vir de estratégias elaboradas na base da sustentação de lares e de situações de inserção plural” (Spink, 2012, p. 17).

Desta maneira, o autor busca estabelecer para o leitor a imagem de quadrantes colocados lado a lado na horizontal para indicar um centro demográfico das áreas do trabalho. Representamos isso na Figura 4.

Figura 4. Quadrantes para localizarmos as atividades de trabalho no Brasil



Fonte: Elaboração Própria

A este interessante esquema, cabe perguntar se se pode falar de quadrantes simétricos e enfileirados, já que falamos também das inserções múltiplas em diferentes atividades em que os trabalhadores circulam, isto é, da constante movimentação dos trabalhadores por diversas dessas áreas, muitas vezes em atividades que são paralelas ou interpostas. Uma segunda pergunta poderia ser levantada, podemos estabelecer ligações transversais para falarmos de uma “teia dos ilegalismos” (Telles & Hirata, 2010) ou “não-legalidades” que permeiam em maior ou menor grau estes quadrantes?

A primeira preocupação é imagética, sem dúvida, mas permite que pensemos muito menos em delimitações e mais no que Leny Sato (2017, p. 162) nomeia de "polimorfia do trabalho". Para ela, o trabalho pode ser considerado um caleidoscópio em que formas se conectam produzindo novas formas, talvez, com a ressalva de que nem sempre essas formas são simétricas, diferentemente do que vemos naquele aparelho óptico. Sato (2017, p. 163-170) indica alguns aspectos para reconhecermos esse polimorfia: o trânsito dos trabalhadores entre as áreas centrais e periféricas do trabalho; as redes de ajuda mútua e de criação do trabalho; os laços familiares como unidade de criação de sustento; a criação ou combinação das materialidades e experiências para criar trabalho; e ainda, a criação de trabalho que faça sentido para o lugar em que se está, ou seja, o que o lugar, seus costumes e rotinas, informa e requisita ao trabalhador para que este crie trabalho.

Estas indicações de Sato dão ênfase ao que encontramos no campo junto aos trabalhadores: as múltiplas inserções paralelas e interpostas na formalidade e na não-formalidade, e na legalidade e na não-legalidade. Conversamos, por exemplo, com mulheres que eram a um só tempo diaristas e auxiliares de limpeza terceirizadas e que já haviam sido empregadas domésticas "registradas"; com um aposentado que trabalha como marceneiro e tem uma loja de artigos variados (de material de papelaria a roupas); com uma "garota de programa"[39] que era também costureira e revendedora de cosméticos; com um promotor de vendas de uma indústria de bebidas que também é traficante; com um traficante que faz "bicos" como pintor e ajudante de obras e naquele momento estavam "colocando currículo" em busca de um emprego; com uma vendedora autônoma de *lingeries* que também vende os doces produzidos pela mãe; com uma diarista que também é cuidadora de idosos e que transforma sua casa de novembro a fevereiro em ateliê para costura e montagem das fantasias de uma escola de samba. É, neste sentido, que o trabalho é polimórfico.

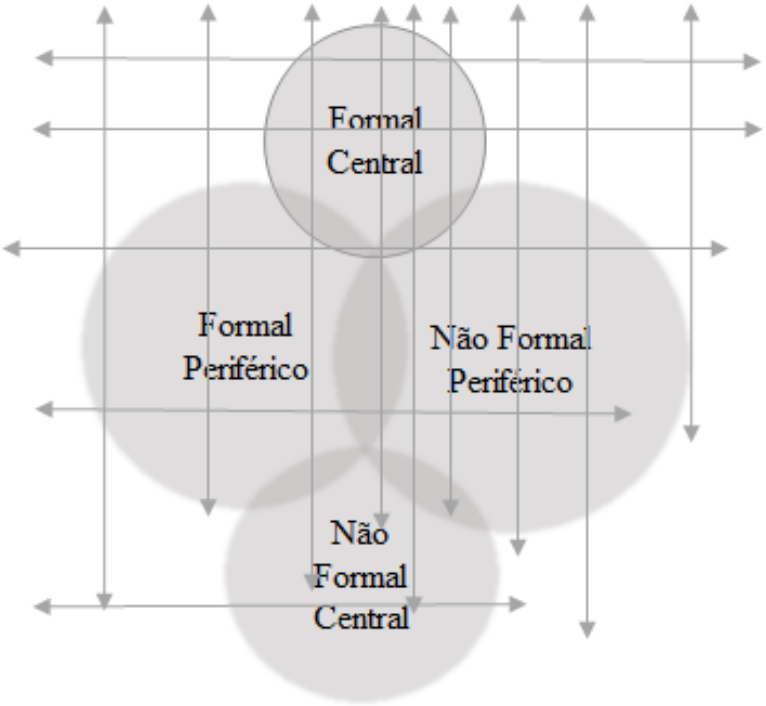
Desse modo, o convívio com os trabalhadores reforçou o polimorfia do trabalho indicado por Sato, adicionando clivagens de idade, gênero e classe, que fortaleceram nossas preocupações. Por isso, repensamos e ampliamos o esquema inicial proposto por Spink tendo em vista a polimorfia indicada por Sato, em uma tentativa de escapar da inflexibilidade das dicotomias e fronteiras, ao mesmo tempo que considerando-as como recursos didáticos para o mapeamento do que é trabalhar em nosso contexto.

---

[39] Termo escolhido pela trabalhadora com quem conversei.

Propomos, dessa maneira, descrever as áreas do trabalho, mais ou menos delimitadas entre centros e periferias, como espaços móveis que se interpõem em diferentes tamanhos e sobre os quais as linhas de atuação do Estado e da Lei, com suas políticas de proteção, regulação e policiamento, podem alcançá-las em maior ou menor amplitude. Ilustramos essa descrição na Figura 5.

Figura 5. Uma proposta para localizarmos as atividades de trabalho no Brasil



Fonte: Elaboração Própria

Esta "delimitação" das áreas do trabalho mostrou-se útil para a compreensão do nosso percurso em campo e de como nos localizar nas análises suscitadas pelos encontros com os trabalhadores. A cabo, forneceu as bases para o alargamento de uma visão estreita do trabalho emparedada pelo emprego, pela empresa e por determinações sociológicas "superestruturais". Expô-la aqui faz com o que o leitor permaneça na trilha que percorremos nesta pesquisa. No entanto, mais que isso, antecipa nossas justificativas para as escolhas metodológicas e dialoga com a variedade de espaços em que estivemos ao longo da pesquisa.

Ademais, partindo da noção de polimorfia do trabalho, buscamos analisar o empreendedorismo. Primeiramente, como um instrumento para *governamentalizar* as várias

formas de trabalhar. O que quer dizer a *governamentalização do polimorfia do trabalho*, das várias formas de trabalhar anteriores e exteriores ao empreendedorismo. O que implica a *governo da precariedade* constituinte dessa polimorfia. Ainda, buscamos pensar o empreendedorismo não pelo ou localizado no empreendedor (em seu comportamento, espírito, motivação etc.), mas por aquilo que dele é demandado, e como esta demanda é produzida e circula em nosso país. Foi a partir do polimorfia do trabalho que identificamos o empreendedorismo como uma demanda específica que é instrumento para regulação e condução do trabalho, dos trabalhadores e, ao fim e ao cabo, da vida em sociedade.

3.1.2 Os estudos de governamentalidade[40]

Ao utilizarmos o verbo *governamentalizar* fazemos referência ao conceito de *governo* como pensado por Michel Foucault.

O sentido empregado pelo autor a este termo tem a ver com uma forma de exercício do poder: o poder é da ordem do governo. Para Foucault, o exercício do poder faz-se ao "conduzir condutas" e "ordenar probabilidades" (Foucault, 2008b, p.244). Para o estudo do governo, Foucault lança mão da noção de *governamentalidade*. Essa palavra diz respeito a uma forma de análise de distintos modos de governo que estão vinculados a noções, teorias, práticas postas em diversas configurações (Marttila, 2013a e 2013b). Dedicaremos parte desta tese para explicarmos como utilizamos esses conceitos, motivo pelo qual não nos demoraremos neles aqui. Contudo, cabe apresentar brevemente do que falamos quando falamos de "estudos de governamentalidade".

Thomas Lemke (2017) conta sobre a "interessante" recepção desse conceito na academia. Até meados dos anos de 2000, os cursos de Foucault dedicados a esse conceito só estavam disponíveis em gravações de áudio no Centro Michel Foucault. Algo que manteve pouco conhecido o interesse do pensador francês no governo político. Os cursos no Collège de France de 1978 e 1979 correspondem à maior parte das análises desenvolvidas por Foucault para uma "genealogia do Estado Moderno". Mas sua série de conferências na Universidade

[40] É mais comum que se fale de "estudos *da* governamentalidade" em traduções e textos sobre o conceito. No entanto, decidimos por usar "estudos *de* governamentalidade", assim como traduzido por Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman Santos no livro "Foucault, governamentalidade e crítica" (Lemke, 2017). O uso justifica-se para deslocar a compreensão do conceito como relativo a uma – única – governamentalidade.

Católica de Louvain[41], na Bélgica, também são dedicadas a esta temática. Ainda, entrevistas e artigos somam-se a esse "primeiro esboço" do conceito foucaultiano de governo.

Mesmo fragmentada e de difícil acesso até metade da década de 2000, esta analítica inspirou diversos estudos nas ciências sociais e inúmeras investigações históricas (Lemke, 2017, p.112). Na França, há um primeiro movimento em que pesquisadores associados a Foucault prosseguem com a ideia de governamentalidade: François Ewald, Daniel Defert, Giovanna Procacci, Alessandro Fontana, Pasquale Pasquino, Jacques Donzelot e Robert Castel (Jardim, 2013; Lemke, 2017). Historiadores franceses também impulsionaram essa analítica, como Dominique Séglard, Christian Lazzeri, Dominique Reynié e Michel Senellart (Lemke, 2017). Os estudos deste primeiro movimento voltaram-se às tecnologias governamentais do século XIX, à razão de Estado e as primeiras artes modernas de governo (Lemke, 2017, p.112).

Um segundo movimento está na recepção da analítica de Foucault no mundo anglófono. O marco dessa recepção é o volume *The Foucault Effect*, publicado em 1991 (Jardim, 2013; Lemke, 2017). Colin Gordon, um dos editores (juntamente com Graham Burchell e Peter Miller) deste livro-acontecimento para os falantes de língua inglesa, explica que

> [...] o apelo de The *Foucault effect* deve-se ao fato de que, além de introduzir um conjunto de ideias novas e vigorosas, o livro expôs aquelas ideias postas em movimento não apenas pelo próprio Foucault, mas por um grupo de pessoas trabalhando, com ele e ao redor dele, numa rede informal. Um dos resultados-chave, que nos custou certo tempo para tentar demonstrar por meio da compilação e da apresentação desses materiais, foi que o trabalho realizado por essas diferentes pessoas se encaixou de forma a produzir os contornos de um tratamento cronologicamente conectado e contínuo da história da governamentalidade (Gordon, 2013, p.1052).

Este livro inaugura um período de intensa produção sobre "as formas contemporâneas de governo, concentrando-se nas transformações do Estado de bem-estar [*welfarism*] para as racionalidades e tecnologias neoliberais" (Lemke, 2017, p.112). É essa produção que vai ser batizada de "estudos de governamentalidade" (*governamentality studies*). A lista de autores interessados em estudar a análitica do governo é ampliada principalmente no Reino Unido, Canadá e Austrália, e acrescenta-se e ela nomes como os de Nikolas Rose, Pat O'Maley, Mariana Valverde e Mitchell Dean.

---

[41] Esta série de conferências foi publicada no Brasil sob o título "Malfazer, Dizer Verdadeiro" (2018).

Esta intensa recepção é justificada por motivos teóricos e políticos. No nível teórico, a partir das décadas de 1970 e 1980 há uma insatisfação entre intelectuais radicais com "as formas clássicas de análise e de crítica", sobretudo o economicismo de um "modelo dogmático de infra e superestrutura" e os conceitos funcionalistas de "ideologia como 'falsa consciência" (Lemke, 2017, p. 114). Nesse sentido, a insatisfação estava na crítica que "frequentemente focava nas contradições 'inerentes' ou na 'teoria defeituosa' do neoliberalismo, que – como argumentaram – não podia fazer frente às 'verdadeiras' leis da sociedade e aos 'reais' mecanismos da política" (Lemke, 2017, p. 115). No plano político, os estudos de governamentalidade ganham relevância com a substituição do fordismo e do welfarismo por programas neoliberais guiados pelo mercado. Essa mudança política exige novas ferramentas analíticas, e as propostas por Foucault e seus interlocutores tomam esse espaço (Lemke, 2017, pp. 114-115).

Sabe-se do efeito Foucault no Brasil em áreas como a filosofia, a educação, a psicologia e a história (Groppa, 2013 e 2017; Rodrigues, 2011 e 2019; Rago, 1993 e 1995). Não apenas o efeito de seu pensamento, mas de sua presença física.

> [...] em 1965, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo (USP), [...] curso dito "malogrado" em função do recrudescimento da ação dos militares, mas que redundou em comentário, talvez irônico[...] "Já são vocês, então, um 'bom departamento francês de Ultramar...'"; seu retorno à mesma USP, em 1975, [...] momento em que a greve dos estudantes e o assassinato de Vladimir Herzog [...] o levam a interromper seu curso, declarando não ensinar em países nos quais se torturam jornalistas nas prisões; a breve estada, datada de 1973, em Belo Horizonte, onde [...] abandona a cátedra para sentar-se no chão junto aos estudantes e [...] ouvir experiências das "casas dos loucos" mineiras; a vinda ao Rio de Janeiro, em 1974, momento em que uma série de seis conferências no Instituto de Medicina Social [...]; ou mesmo o ano de 1976, quando [...] Foucault contorna os chamados "grandes centros" e se dirige a Salvador, Recife e Belém, onde ministra conferências e cursos além de intensificar contatos com a imprensa alternativa (Rodrigues, 2011, p.100).

A nosso ver, este efeito reverbera até os dias de hoje, e os estudos de governamentalidade são uma parte significativa da "marca da pantera", como diria Rago (1993). Em uma busca pela palavra governamentalidade no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES[42], encontram-se 734 registros, sendo esses em 446 dissertações de mestrado e outros 288 em teses de doutorado (ambos os níveis em stricto sensu), entre 1989 e 2019. Se filtrarmos para a grande área da psicologia, estes números também são expressivos: são 102 trabalhos

[42] Busca realizada em dezembro de 2019.

registrados que fazem menção ao termo governamentalidade, sendo 72 dissertações de mestrado e 30 teses de doutorado (ambos os níveis em stricto sensu), entre 2001 e 2019.

Em certa medida, isto pode ilustrar a potencialidade analítica imanente dos estudos de governamentalidade. Contudo, não se deve pensá-los como um programa pronto e acabado, fazer isso é se desfazer de seu uso. O potencial desta analítica reside propriamente na "regra da imanência" (Foucault, 1985, p.116). Para nossa pesquisa, particularmente, os estudos de governamentalidade auxiliam, por exemplo na compreensão de que

> [...] o poder do trabalho deve ser constituído antes de poder ser explorado, ou seja, que o tempo de vida deve ser sintetizado em tempo de trabalho, que os indivíduos têm de ser subjugados para o ciclo de produção, que hábitos devem ser formados e que o tempo e o espaço precisam ser organizados segundo um esquema. Assim, a exploração econômica requer um prévio "investimento político do corpo" (Lemke, 2017, p.120).

Em outros termos e puxando a conversa para o nosso vocabulário, o trabalho autônomo, informal, o auto-emprego, por exemplo, são "anteriores" ao empreendedorismo. Articula-se auto-emprego ao empreendedorismo para que se coloque em funcionamento uma produtividade, a prática é aliada a racionalidades. Não há pura e simplesmente o desinvestimento na geração de emprego pelo Estado, ou um "recuo de Estado" ou a "dominação do mercado" (Lemke, 2017, pp. 121-122) sobre o trabalho. Há uma transformação da ordem do governo no neoliberalismo em que práticas se deslocam para cima, para baixo e para os lados (Jessop, 2018). Isso não quer dizer que as fronteiras para este deslocamento tenham sido apagadas, pelo contrário, a questão está justamente na recomposição e revisão destas fronteiras que fazem com que haja esferas "distintas" na realidade social (Mitchell, 1999).

Por isto, a analítica de governamentalidade permite ainda que a condução (dos outros) e a conduta (de si) sejam pensadas também em articulação. Os dualismos poder e sujeito, liberdade e coação, consenso e violência não são colocados em oposição, mas em um "contínuo". Esse contínuo possibilita uma descentralização das análises dos aparatos estatais, considerando outras técnicas na condução de si e dos outros.

Especialmente, ao pensar o neoliberalismo por meio da analítica do governo, é possível indicar que

> O governo neoliberal encoraja os indivíduos a dar às suas vidas uma forma específica: a empreendedora. Ele responde a uma "demanda" mais forte do âmbito individual por autodeterminação e autonomia, "ofertando" aos indivíduos e coletividades a possibilidade de participar ativamente na solução de temas e problemas específicos que até então pertenciam ao domínio de diversas agências estatais especialmente habilitadas para desempenhar tais tarefas. [...] Com o neoliberalismo, emerge uma concepção diferente dos sujeitos a serem governados dando ênfase ao sujeito ativo, autônomo, prudente, responsável e calculador. [...] O crescente valor político da liberdade individual, da escolha pessoal e da autorrealização bem como o vocabulário do empreendimento e da competição permitiram permitiram soldar um elo íntimo entre a prosperidade econômica e o bem-estar pessoal. A autodeterminação tornou-se um recurso econômico chave e um fator na produção. (Lemke, 2017, pp.124-126).

Ainda, é preciso lançar o alerta: no neoliberalismo, a produtividade desta demanda por uma vida empreendedora não é uma superação de outras racionalidades de governo, antes, lembramos que se trata de uma articulação. Não se pode compreender a analítica de Foucault como planos que se substituem: uma sociedade de soberania que é substituída por uma sociedade disciplinar e que, por sua vez, é substituída por uma sociedade de governo (Foucault, 2014). Antes, há uma articulação, um "acoplar de formas de conhecimento, estratégias de poder e tecnologias de si" (Lemke, 2017, p.116). São as formas heterogêneas de poder que devem ser localizadas em sua "especificidade histórica e geográfica" (Foucault, 2012, p.172). É preciso lembrar que "uma analítica do governo deve permanecer atenta à coexistência, complementaridade e interferência de diferentes tecnologias de exercício de poder" (Lemke, 2017, p. 132).

3.2 Perguntas: (re)começos e (re)posicionamentos

As trajetórias de pesquisa são uma "conversa comprida" (Spink, 2008, p.72) feita de muitas outras conversas. As conversas, por sua vez, são impulsionadas pelas perguntas, aquelas que fazemos e que nos são feitas. São as perguntas que colocam a pesquisa em movimento. Em nossa trajetória, ressaltamos duas perguntas que imprimiram novo ritmo à pesquisa e que desencadearam as formas centrais de vinculação ao campo.

3.2.1 A primeira pergunta

A primeira dessas perguntas foi feita pela Professora Leny Sato, no ano de 2016. A afirmação de que "todos somos empreendedores" (e suas variações: "empresários", "empreendedores de nós mesmos", "empresários de si" etc.) repetida frequentemente na literatura sobre neoliberalismo e empreendedorização, não parecia suficiente para Leny. Ela resolveu torná-la uma questão: "Somos mesmo todos empreendedores?".

O que a Professora pretendeu foi trazer à tona o problema posto na inevitabilidade do argumento. Leny desconfiou da afirmação de que todos os trabalhadores, tendo em vista a sua noção sobre o polimorfia do trabalho[43] no contexto brasileiro, poderiam ser considerados ou categorizados como empreendedores (para além das nomenclaturas jurídicas ou formais). Outras perguntas vieram a reboque desta: então, ser trabalhador corresponde a ser empreendedor? E se a resposta a essa questão é afirmativa, por que e como isso ocorreu? E, neste sentido, o que é ser empreendedor? Seria a mesma coisa para todo mundo no mundo todo? Quais os efeitos de afirmar que "todos somos empreendedores"?

A questão levantada pela Professora Leny Sato coincide com os cuidados metodológicos de Ulrich Bröckling sobre a empreendedorização das sociedades. O sociólogo alemão (Bröckling, 2015, p.15) afirma do perigo de reforçar o senso de inevitabilidade contido na agenda do empreendedorismo. Ele propõe que para evitar esse perigo não nos concentremos nos fundamentos dessa agenda, mas coloquemos lentes de aumento para ampliar as antinomias inerentes às prescrições desta demanda: "autonomia e heteronomia, cálculo e ação racionais em

[43]Mais sobre este conceito ver o capítulo "Diferentes faces do Trabalho no contexto urbano" (Sato, 2017).

meio à incerteza, cooperação e competição" (Bröckling, 2015, pp.14-15). A abordagem proposta por Bröckling mantêm ainda a distância entre a demanda e a possibilidade de cumpri-la (completa e satisfatoriamente). O problema não está posto apenas no que os sujeitos são requeridos a fazer e como se habilitam a fazer, antes, está posto em como não há possibilidades de cumprirem a demanda que lhes é imposta.

Tais preocupações metodológicas despertadas pela pergunta de Leny e ressaltadas pelos estudos de Bröckling, provocaram em nossa pesquisa um "recomeço" em dois sentidos. O primeiro deles está propriamente na afirmação de que "todos somos empreendedores". Essa já não poderia ser a conclusão de nossa pesquisa pois tornava-se um pressuposto. Metaforicamente, a linha de chegada tornou-se a linha de partida. O segundo sentido está em como operacionalizamos estas preocupações e perguntas no campo, isto é, quais as formas de colocar nossas preocupações em circulação.

Conversar e conviver com trabalhadores foi uma das maneiras que encontramos para isto. Escutar sobre as trajetórias de trabalho surgiu como uma forma de abandonar a circularidade do diagnóstico. Nosso objetivo foi o de "conversar com socialidades e materialidades em que buscamos entrecruza-las, juntando os fragmentos para ampliar as vozes, argumentos e possibilidades presentes" (Spink, 2003, p.37), utilizando-nos do ponto de vista privilegiado no trabalho e do trabalhador, como prescreve a PST (Sato, Coutinho e Bernardo, 2017). Em certa medida, quando os argumentos à volta apontavam para a inevitabilidade de que "somos todos empreendedores", conviver e conversar com os trabalhadores foi a maneira encontrada para desafiar o inevitável.

As entrevistas, aqui chamadas de conversas[44], foram orientadas para as trajetórias de trabalho. Possibilitaram mais uma fonte de informação que se entrecruza nos e pelos sujeitos. De outro modo, intentamos no encontro com os trabalhadores pensar nossa realidade em seu funcionamento e em suas implicações: se há o diagnóstico de que somos todos empreendedores, como isso regula e é regulado nas trajetórias desses trabalhadores? Que jogo de forças sustenta-se nas e pelas trajetórias dos trabalhadores em relação ao empreenderismo? O que pretendemos foi pensar essas articulações para além de um diagnóstico; foi colocar esse diagnóstico em jogo. Não é nossa pretensão estabelecer uma psicologia do empreendedor, nem indicar

[44] Aqui aproximamo-nos do modo de entrevistar com indicado por Aragaki et al. (2014, p.65): "[...] entrevista é uma forma de interação que deve se assemelhar, enquanto gênero de fala, às conversas cotidianas, uma vez que é pautada pela dialogicidade e pela coconstrução de sentidos".

comportamentos empreendedores ou uma personalidade empreendedora; não seria também responder sim ou não à afirmação de que todos somos empreendedores. O que buscamos foi compreender o empreendedorismo nos pesos e sobrepesos das trajetórias de trabalho, sem procurar no sujeito o empreendedor ou à recusa ao empreendedorismo, mas como essa demanda por empreender articula-se à história dos sujeitos.

Decididos pelas conversas com trabalhadores, outras questões colocaram-se à nossa frente: quem seriam esses trabalhadores? Como encontrá-los?

Por experiências anteriores de trabalho, eu consegui as primeiras conversas com ex-colegas com os quais havia convivido quando fui "colaboradora" de empresas multinacionais e "consultora" em startups na área de Recursos Humanos. Nos primeiros encontros com esses trabalhadores, percebemos que estávamos falando da demanda empreendedora somente a partir da empresa e do emprego. E se quiséssemos "pôr à prova" o "todos" da máxima que era agora nosso pressuposto, deveríamos ultrapassar esses espaços do trabalho formal nas empresas. Ignorar o fato de que grande parte da população brasileira e latino-americana estava apartada estruturalmente da "formalidade", era contradizer o polimorfia do trabalho que é nosso pressuposto.

A saída então foi ampliarmos nossas vinculações ao campo. Decidimos por conversar com pessoas sem vínculo de trabalho estável ou em condições "não-protegidas" de trabalho. Entre conversas e reuniões com colegas de pós-graduação, indicações para possíveis entrevistas surgiram. Dessas indicações, porém, poucas se efetivaram em conversas. Na busca por mais contatos, a Professora Leny lembrou-se dos projetos de extensão que trabalhavam com as comunidades nos arredores da Universidade de São Paulo. Foi por meio dos contatos estabelecidos por um desses projetos de extensão que eu consegui conviver com os moradores de uma dessas comunidades nas proximidades da USP, e conversar com trabalhadores distanciados do emprego, da "formalidade" e também da "legalidade". Apresentaremos esses espaços em maiores detalhes mais à frente.

Mas voltemos agora às perguntas: ao movimento da pesquisa.

3.2.2 A segunda pergunta

A segunda pergunta, desencadeadora de novas formas de vinculação ao nosso campo foi lançada pela Professora Valerie Walkerdine, em setembro de 2018[45]. Depois de apresentar os fragmentos de conversas com trabalhadores com os quais convivi ao longo de dois anos, Valerie questionou-me: "mas o que se fala sobre empreendedorismo no Brasil?".

A preocupação da Professora voltava-se aos imperativos para que se seja empreendedor em nosso país. Ela indicou que era preciso pensar não somente a partir das falas dos trabalhadores, mas também a partir da reconstrução do que deles era demandado, e a partir de como essa exigência era produzida e disseminada. Sua questão era menos a de saber se ou até que ponto os indivíduos se utilizam dos discursos e práticas, e mais a compreensão da constituição de tal exigência. Sabíamos que a pergunta de Valerie não era despretensiosa, pelo contrário, era sustentada por uma perspectiva teórica e metodológica muito específica. Tratava-se da preocupação em compreender a historicidade da demanda empreendedora. Outrossim, a pergunta lançada por Valerie fazia ressoar aquilo que a Professora Fabiana Jardim, membro da banca avaliadora quando do nosso Exame de Qualificação, havia nos recomendado ao citar Partha Chatterjee[46]: "é preciso sujar as mãos na governamentalidade".

No entanto, não estávamos preparados para responder a pergunta e o apelo das professoras. Estávamos em um momento crítico na leitura teórica, e sobretudo, não havíamos construído uma compreensão do empreendedorismo no Brasil. Por um lado porque o tema nos parecia sempre rarefeito: como uma neblina que, por vezes, turva a visão, e por outras, apresenta-se quase em transparência, mas sempre em alguma altitude, sem uma relação firme com o chão da "realidade brasileira". Por outro lado, porque pensávamos que não existia uma "particularidade" no que se falava sobre o empreendedorismo no Brasil. Em outras palavras, pensávamos a demanda empreendedora ainda por uma perspectiva puramente ideológica (do discurso que oculta ou falseia uma realidade) e universal (a partir de uma leitura eurocêntrica), sem considerar a simultaneidade e a historicidade do tema em nosso solo. Dessa forma, uma

---

[45] Entre Setembro de 2018 e Fevereiro de 2019, estive em intercâmbio financiado pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da CAPES, na Escola de Ciências Sociais na Universidade de Cardiff, no Reino Unido, sendo recepcionada pela Professora Valerie Walkerdine.

[46] Segue a citação original que pode ser encontrada no artigo "Anderson's Utopia": "For those who now live in the postcolonial nations founded by the Bandung generation, charting a course that steers away from both global cosmopolitanism and ethnic chauvinism means necessarily to *dirty one's hands in the complicated business of the politics of governmentality*" (Chatterjee, 2013, p. 133).

nova questão se impunha: seria preciso que trouxéssemos a demanda empreendedora da altitude ao chão por um novo caminho teórico-metodológico. Como operar este "pouso" foi um segundo recomeço em nossa trajetória de pesquisa.

Retomamos todo o nosso material de pesquisa: as inúmeras horas de pesquisa por documentos, reportagens, vídeos, manuais, cursos à distância que fizemos sobre empreendedorismo, o diário de campo e as conversas com os trabalhadores. Passamos a buscar neste material possíveis respostas para às seguintes perguntas: como se produz e como circula a exigência para que se empreenda no Brasil? Como isso é operado? Como se constituiu? A tarefa era a de encontrar caminhos possíveis articulando "lugares, eventos, pessoas, rostos, artefatos, documentos, impressões, recortes, anotações, lembranças, fotos e sons em partes e em pedaços (muitos pedaços)" (Spink, 2003, p.37). Ao empreender essa tarefa, alguns nomes surgiam com insistência e pareciam interligados. Vejamos alguns fragmentos retirados de nosso diário de campo e dos documentos que coletamos:

> "Relatório da GEM indica que a maioria dos empreendedores abre um negócio devido a oportunidades e não por necessidade"47, anuncia a manchete da Revista Exame em 17 de Março de 2018. No texto da matéria, lemos que "o alto índice de 74% dos empreendedores em todo o mundo abriram um negócio em busca de uma oportunidade e não por necessidade de acordo com o relatório global da pesquisa Global Entrepreneurship Monitor (GEM)".
>
> "Jovens se destacam no comando de start-ups"48, diz outra manchete na Revista Pequenas Empresas Grandes Negocios em 18 de Setembro de 2018. A matéria explica escrita pela Agência Sebrae de Notícias que "de acordo com dados do relatório Global Entrepreneurship Monitor (GEM), realizado no Brasil pelo Sebrae em parceria com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), o número de empreendedores entre 18 e 34 anos que estão envolvidos na criação do próprio negócio cresceu em 2017".
>
> No dia 19 de Setembro de 2018, lemos em uma terceira manchete que "Mulheres empreendedoras dão cada vez mais força ao mercado brasileiro"49. Na matéria, anuncia-se que "as mulheres empreendedoras estão fortalecendo a economia brasileira.[...] Elas têm criado cada vez mais coragem para iniciar um negócio e enfrentar as oscilações presentes no mercado. Uma

---

[47] Matéria completa em https://exame.abril.com.br/negocios/releases/relatorio-da-gem-indica-que-a-maioria-dos-empreendedores-abre-um-negocio-devido-a-oportunidades-e-nao-por-necessidade/ [Acesso em 02 de Outubro de 2018].

[48] Reportagem completa em https://revistapegn.globo.com/Startups/noticia/2018/09/jovens-se-destacam-no-comando-das-startups.html [Acesso em 02 de Outubro de 2018].

[49] Acesso à matéria em https://exame.abril.com.br/negocios/dino/mulheres-empreendedoras-dao-cada-vez-mais-forca-ao-mercado-brasileiro/[Acesso em 02 de Outubro de 2018].

> prova concreta é que elas já são maioria – 51,5% – entre os empresários iniciais do país. [...] Os dados foram extraídos do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2016".

> "Empreendedorismo no Brasil: avanços e dificuldades fazem o brasileiro empreender"50. No texto da matéria de 2017 explica-se que "no relatório da GEM (Global Entrepreneurship Monitor, 2016) o Brasil se destaca na categoria intermediária de países cujos negócios são impulsionados pela eficiência, na qual se destacam os avanços ligados à industrialização e ao ganho de escala em negócios – uma categoria intermediária na escala de desenvolvimento".

> Em conversa informal com um diretor de uma startup, em 2016, ele nos disse "o empreendedor é a força do país, já está comprovado, é só pesquisar pelos relatórios do GEM".
>
> Um outro gerente de uma pequena empresa, em meados de 2017, complementou: "você sabe a dificuldade que é abrir e manter uma empresa nesse país, né? Se não souber, leia os relatórios sobre o empreendedorismo no Brasil, acho que são do SEBRAE...".
>
> Em 2018, um colega colombiano, em conversa sobre o empreendedorismo na América Latina, nos indagou: "esta coisa de Global Entrepreneurship Monitor tem muita força no Brasil?". No decorrer da conversa, mencionou: "você conhece a Innpulsa na Colômbia? Foi inspirada no Sebrae."

O Instituto Empreender Endeavor, a Brasil Júnior (Confederação brasileira de empresas juniores), a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Faculdade Getúlio Vargas (FGV-EAESP) foram outras fontes importantes em nossa pesquisa. No entanto, o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Sebrae, foram fontes não apenas importantes para compreender o empreendedorismo no Brasil, mas estavam presentes em inúmeros "fragmentos de conversas". Suas repetições em nossos registros demonstravam à forte vinculação ao campo e às nossas perguntas. Por essas aparições insistentes, decidimos utilizá-los como um tipo de arquivo em nossa pesquisa, tendo-os como pontos cardeais para a construção de nossos argumentos.

O GEM é um monitor da atividade empreendedora no mundo, desenvolvido em 1997. Anualmente, por meio de equipes nacionais, o GEM realiza pesquisas que mostram a atividade empreendedora em todas as regiões do globo. Essa pesquisa é patrocinada e apoiada institucionalmente pelo Sebrae desde suas primeiras publicações. O Sebrae, por sua vez, é o maior Serviço voltado à atividade empreendedora no Brasil. Criado na década de 1970, possui força institucional e atua como uma instituição de interesse público. Por meio do monitor e do Serviço é possível apresentar a produção e circulação da demanda empreendedora em nosso

---

[50] Reportagem completa em https://exame.abril.com.br/negocios/dino/empreendedorismo-no-brasil-avancos-e-dificuldades-fazem-o-brasileiro-empreender/ [Acesso em 02 de Outubro de 2018].

país. Não será nosso intuito caracterizar o GEM e o Sebrae neste capítulo. Aqui, buscaremos apenas apresentar como chegamos até eles. Antes, no entanto, é preciso que voltemos uma última vez às perguntas.

3.2.3 Entre as duas perguntas, quais os caminhos possíveis?

Lembremos que a primeira pergunta, lançada por Leny, levou-nos aos caminhos trilhados pela PST, e ainda por uma psicologia sociológica e por uma sociologia do trabalho. A pergunta colocada por Valerie, contudo, voltava-se a uma busca genealógica, ou ainda, à preocupação em como os homens são governados. Fabiana Jardim, da mesma forma que Valerie, indicava a necessidade de pensar a *governamentalização* do empreendedor. Estávamos entre uma perspectiva psicológica e sociológica e os estudos de governamentalidade.

Em um primeiro momento, estar entre estas duas formas de pesquisa trouxe-me o desconforto de não pertencer a nenhuma delas "totalmente". Pensei então em como articular as duas perguntas em uma. Esta articulação levou-me a estudos mais recentes intitulados de "Etnografias das governamentalidades Neoliberais". Pelo título seria possível, então, ter "tudo" e sermos "totalmente" parte de uma psicologia sociológica quanto dos estudos de governamentalidade (para o nosso alívio!). Este foi um primeiro momento de entusiasmo. No entanto, logo que começamos a nos aprofundar na leitura dessas "Etnografias", encontramos questões que pareciam afrouxar tanto as práticas sociológicas, quanto a genealogia foucaultiana.

Não vamos explorar esta opção metodológica em profundidade aqui[51], mas é importante que apresentemos ao leitor, mesmo que brevemente, do que se trata uma "Etnografia das governamentalidades neoliberais" e quais problemas identificamos nesta opção metodológica, motivos pelos quais desistimos da utilização do que parecia o "todo" que pensamos ter.

As "Etnografias das governamentalidades neoliberais" surgem de estudos desenvolvidos por uma rede de pesquisadores em sua maioria de universidades do Canadá, e de outros pesquisadores em menor número na Austrália, na Nova Zelândia, nos Estados Unidos e no Reino Unido. As principais publicações que apresentam esta opção metodológica são uma

[51] Focaremos nesta opção metodológica em publicação posterior.

edição especial do periódico "*Foucault Studies*", lançada em outubro de 2014; e o livro "*Governing Practices: Neoliberalism, Governmentality, and the Ethnographic Imaginary*", editado por Michelle Brady e Randy K. Lippert, lançado em 2016.

Tanto a edição especial quanto o livro postulam uma proposta de suplemento ao método genealógico foucaultiano com outros métodos qualitativos. Ao arquivo de Foucault seriam acrescentadas as formações discursivas provenientes dos métodos etnográficos. Este suplemento, doado pela etnografia à genealogia, seria uma das opções para que fosse possível sair da "homeostase" dos estudos da governamentalidade neoliberal, buscando em outras ferramentas a heterogeneidade das transformações neoliberais. Neste sentido, conforme o editorial no "*Foucault Studies*", "os métodos etnográficos contrariam a tendência de conceber o neoliberalismo em termos de uma entidade monolítica e coerente que desdobra-se linearmente" [tradução nossa] (Raffnsøe et al., 2014).

De acordo com Brady (2014), nestes estudos a vinculação entre etnografia e genealogia não surge de uma articulação entre os dois métodos propriamente mas de um "problema" ou "limite" em um dos métodos, no caso, um limite no uso da genealogia. Nas palavras de Brady:

> O giro etnográfico nos estudos das governamentalidades é particularmente importante de ser notado porque há um consenso geral que o neoliberalismo é muito comumente conceitualizado como uma governamentalidade, e porque os estudos etnográficos abordam de maneira ativa o que é visto como o 'calcanhar de Aquiles' da literatura sobre governamentalidade, nomeadamente sua falta de atenção à multiplicidade e ao contexto [tradução nossa] (Brady, 2014, p.13).

Os estudos de governamentalidade teriam um efeito menos voltado ao "real', às "práticas reais", algo que seria consertado com o uso de "materiais do 'real' ou do cotidiano" providos pela etnografia. Nestes estudos, não encontramos uma crítica que pudesse ser instrumento para avançar *entre* os métodos, o objetivo é que as "etnografias das governamentalidades neoliberais perturbem a distinção entre os estudos das governamentalidades e os estudos sociológicos da prática" [tradução nossa] (Brady, 2014, p.28).

Importante notar que a etnografia, como definida nestes estudos diz respeito ao "imaginário etnográfico" (tradução livre do original "*ethnographic imaginary*"), como definido

por Forsey (2010)[52]. Para Brady e Lippert (2016, p.4), esse imaginário não é uma metodologia específica ou um conjunto de técnicas, nem necessariamente envolve a ênfase antropológica tradicional na observação participante. Enquanto alguns dos autores das "etnografias das governamentalidades contemporâneas" (outro nome dado por Brady e Lippert a esta opção metodológica) podem desenvolver trabalhos de campo com uma "intensa e longa imersão" que a etnografia pressupõe tradicionalmente, outros podem recorrer a outros métodos, como entrevistas e grupos focais. O imaginário etnográfico permitiria "ir além, para enxergar discursos e práticas que, de outra forma, permaneceriam ocultas" [tradução nossa] (Brady, 2014, p.17).

Feita esta breve apresentação, passemos aos problemas identificados nesta opção de método. A nosso ver, as "etnografias das governamentalidades neoliberais/contemporâneas" apresentam tanto a genealogia e a governamentalidade quanto a etnografia de maneira insuficiente. Colocam para a etnografia a tarefa de desvelar o "real" e doá-lo à genealogia, ignorando os objetivos de ambos os métodos. Mais grave, ao que parece, há um imperialismo metodológico[53] em que o "real" seria revelado pela etnografia, ou seja, pelas ciências sociais, já que a genealogia, radicalmente filosófica, sofreria uma miopia pelos conceitos que constrói. Tais etnografias, como hoje postuladas, não nos parecem caminhos pavimentados o suficiente. Não postulam uma comunicação entre os métodos, em que um poderia, eventualmente, *informar* o outro (Rose, O'malley e Valverde, 2006). Mas aparecem como uma desconsideração de ambos os métodos para a supremacia do "real" da sociologia.

---

[52] Para este autor, a etnografia é geralmente definida por um conjunto de técnicas. O que ele propõe é a mudança em que não mais esse conjunto seja definidor da etnografia, mas que sua definição seja dada pelo seu objetivo. Ele indica que, "um dos objetivos da etnografia é prover uma 'descrição detalhada e aprofundada da vida e das práticas cotidianas'. [...] podemos chegar a uma definição da etnografia como um estudo de formação que tem por objetivo a compreensão e a explicação do contexto cultural das experiências vividas. [...] O produto [da etnografia] é a interpretação cultural, e os meios de obter essas compreensões e interpretações podem ser muitos e variados, mas é difícil imaginar que se possa chegar a compreensões adequadas por meio de questionários ou por pesquisas que não tem por objetivo uma forma profunda de contato que se engaje com o conteúdo estrutural e cultural da vida da pessoa. O objetivo do etnógrafo é escutar atentamente e observar o mais próximo possível as crenças, os valores, as condições materiais e as forças estruturais que subscrevem os comportamentos padronizados socialmente de todos os seres humanos e os significados que as pessoas colocam nessas condições e forças. Quando conduzimos uma pesquisa com esse imaginário etnográfico estes são alguns dos aspectos da existência humana que pretendemos desvelar." [tradução nossa] (Forsey, 2010, p.567).

[53] Isto é identificado também por Dean (2015) em seu artigo-resposta à edição especial das "etnografias das governamentalidades neoliberais".

Desta forma, já convencida de que o "todo" não seria possível e que as opções encontradas levam a problemas graves, pensei em manter apenas uma das perguntas para que pudesse cumprir os requisitos de uma destas formas de pesquisa e, finalmente, ganhar o pertencimento a uma delas. Entretanto, dois motivos nos afastaram desta última ideia. O principal deles: retirar uma das duas perguntas corresponde a apagar meu próprio percurso de formação enquanto pesquisadora, e, além disso, corresponde também a recortar forçosamente a processualidade da pesquisa em nome de um pertencimento teórico-metodológico.

O segundo motivo encontramos, em grande parte, nas "insurreições" da Professora Leny Sato, sempre disposta a abraçar o movimento da pesquisa, recusando qualquer fidelidade teórica em que se encaixa o "objeto" estudado em uma grelha teórica para sempre estável e intocável. Quando propus que deixássemos de lado uma destas perguntas, Leny foi enfática no desacordo e reiterou que as dificuldades de uma pesquisa são sua própria potência. Os métodos devem servir aos nossos propósitos e percursos, não deve ser por eles que devemos encurtar ou "modelar" nossa trajetória de pesquisa.

De outra parte, encontramos uma explanação teórica na leitura de Rose, O'malley e Valverde (2006), bem como na leitura de Mitchell Dean (2015), que se adequa melhor à nossa processualidade. Os instrumentos de pesquisa são aqueles que podem responder às perguntas feitas. Por exemplo, no caso da genealogia dos governos modernos[54], ela não propõe uma sociologia. A genealogia, como pensada por Foucault, é radicalmente filosófica. Não se pode utilizar um método para pretensões que este não pretende cumprir. Contudo, não há razão para que este método não possa informar ou articular-se com outros trabalhos. Os métodos podem ser bons instrumentos para alguns objetivos, e para outros nem tanto. Mas esta "efetividade" metodológica, por falta de melhor expressão, só pode ser pensada diante das perguntas e objetivos da pesquisa.

Portanto, nossa pesquisa é fundamentada em duas perguntas que requisitaram métodos diferentes. Estamos *entre* duas perguntas e o caminho possível foi nos utilizarmos tanto de técnicas sociológicas tradicionais como a entrevista e a convivência com os trabalhadores, quanto de uma busca genealógica entre variados documentos. Mas isto não pressupõe um suplemento entre um método e outro, do contrário, trata-se de uma conversa. A convivência com os trabalhadores informou o arquivo com o qual trabalhamos, mas o arquivo também

[54] Este termo será retomado e aprofundado em capítulo posterior.

informou sobre a convivência com os trabalhadores. Em um exemplo: as conversas com empreendedores e o diário de campo indicaram o GEM e o Sebrae como uma fonte de informação importante sobre o empreendedorismo no Brasil; as leituras de documentos sobre as categorias jurídicas para o empreendedorismo no Brasil pós-redemocratização indicaram a necessidade de conversarmos com alguns Microempreendedores Individuais (MEIs).

Desta forma, das duas perguntas formuladas pelas Professoras Leny e Valerie, derivamos dois espaços de vinculação do nosso campo: 1) as conversas e a convivência com trabalhadores no intuito de fazer circular a dúvida: somos todos empreendedores?; e 2) a busca genealógica sobre a circulação da demanda empreendedora em nosso país, utilizando-nos do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) e do Sebrae como pontos cardeais.

Para que consigamos organizar na escrita estes dois espaços de vinculação ao campo e seus fragmentos de conversa, dividiremos o texto entre os lugares que fomos e as conversas que tivemos, e o arquivo com o qual trabalhamos.

4. Espaços de vinculação ao campo

4.1 Os lugares

O encontro e a convivência com os trabalhadores de-se nos seguintes lugares: as empresas, as startups e os bairros Jardim São Remo e Brasilândia. Torna-se importante ressaltar que o bairro Brasilândia, na zona norte de São Paulo, foi cenário de apenas uma de nossas entrevistas. Por isso, daremos mais ênfase na descrição do bairro Jardim São Remo, lugar no qual tivemos uma convivência prolongada com os moradores/trabalhadores.

Dentro de cada um desses espaços, fomos a empresas e startups do nordeste, sudeste e sul do país, ao longo de um ano e meio; e por mais de onze meses, convivemos com trabalhadores de um bairro que cresceu de um assentamento informal na zona sudoeste da cidade de São Paulo, o Jardim São Remo. Houve uma sequência na ida a esses espaços: nós começamos o trabalho de campo nas empresas e startups e, depois, fomos ao encontro de trabalhadores no bairro da capital paulista.

Como já anunciamos nas linhas acima, a escolha por estes primeiros espaços deu-se pelas minhas experiências anteriores como analista, especialista e consultora de Recursos Humanos. Tanto em multinacionais de grande porte quanto em startups. Foi por meio dos ex-colegas de trabalho que consegui acesso a esses primeiros espaços. Posteriormente, por meio do projeto de extensão “Aproxima-Ação”, iniciamos nossas conversas com os trabalhadores do bairro Jardim São Remo.

Estabelecemos uma diferença nas descrições entre empresas e startups de um lado, e o bairro Jardim São Remo de outro. As descrições das empresas e startups serão sempre mais gerais enquanto que detalharemos o espaço do bairro. No Jardim São Remo tivemos o suporte institucional de um programa de extensão e convivemos com uma coletividade (os moradores, a Associação Desportiva do bairro, a Associação de Moradores etc.), não se tratava do convite de um indivíduo para uma conversa em seu espaço de trabalho, mas do acesso ao bairro e da convivência com seus moradores. Nas empresas e na maioria das startups, a negociação com o campo, em geral, foi por meio dos indivíduos que lá trabalhavam, não por meio das empresas.

Nas linhas a seguir, descreveremos esses lugares tendo em vista esta diferenciação e baseando-nos em trechos de nosso diário de campo. Seguiremos a cronologia de nossos

registros e conservaremos partes do relato na primeira pessoa do singular. Feita essa descrição, passaremos a explicar em específico as conversas que tivemos com as trabalhadoras e trabalhadores, indicando os porquês e comos que sustentaram esses encontros.

4.1.2 A empresa: um tipo de organização, mais ainda, um tipo de atividade

Ulrich Bröckling (2015, p.28) compreende a empresa como algo mais que um tipo específico de organização, ele prefere compreendê-la como "um tipo de atividade que pode ser aplicada em firmas, instituições públicas e organizações privadas, bem como a todos os membros [dessas organizações], e finalmente para todo e qualquer indivíduo e toda e qualquer situação na vida". Essa compreensão muito tem a ver com aquilo que vivi como trabalhadora de empresas multinacionais.

Lembro-me dos acordos tácitos que ultrapassavam o "ambiente de trabalho". Um deles era o de que eu só deveria frequentar bares, restaurantes e lanchonetes "ativados pela marca", ou seja, que vendessem o produto da empresa em que eu trabalhava. Afinal, eu deveria fazer parte do alcance das metas também como consumidora e meu comportamento deveria mostrar o meu compromisso integral com meu trabalho. Tratava-se de uma lógica muito prática: "você é a empresa, e se a empresa cresce, você cresce junto". Lembro-me também do prêmio que recebi por ser "inovadora e criativa", "características de uma verdadeira empreendedora", assim como me disseram durante a entrega de um pequeno troféu dourado nas festas de fim de ano da firma. A demanda empreendedora parecia se impor na minha experiência.

Anos depois já como trabalhadora-pesquisadora, compreendi que a demanda empreendedora impunha-se a muitos e concordei com Bröckling, a empresa era este exercício mobilizador que se pretende aplicável a tudo e a todos. Foi por essa concordância que decidi que a empresa seria um primeiro espaço relevante de conversa sobre a solicitação constante para sermos empreendedores.

No mês de Março de 2017, recebi a aprovação do Comitê de Ética para iniciar o trabalho de campo. Anterior a este mês, meu esforço foi o de estreitar o contato com possíveis informantes e trabalhadores com quem poderia conversar. Nessas negociações com o campo, fui convidada por ex-colegas de trabalho a visitá-los em seus escritórios, nas empresas que trabalhavam. Por isso, tive de me deslocar até eles por alguns dias e retomar a convivência com

uma velha conhecida: a “cultura empresarial” (Bröckling, 2015, p.14) e seu ordenamento simbólico.

Este convívio me possibilitou, além dos diálogos com os trabalhadores, a convivência com o ambiente de trabalho que os cercava. Assisti a reuniões de começo de turno chamadas “matinais” com equipes de vendas e de logística em que se entoavam cantos como os de torcida organizada nos estádios de futebol. Os colaboradores subiam nas mesas e dançavam, convidando outros para um revezamento entre pulos e cantorias. Outros colaboradores, menos extrovertidos, faziam batuques com os EPI’s (Equipamentos de Proteção Individuais). Certo final de tarde, próximo ao escurecer, as metas do mês foram alcançadas e um foguetório iluminou o quarteirão em que esta empresa estava localizada.

Nestas visitas agitadas às empresas, registrei em gravações de áudio três conversas com trabalhadoras. Todos elas colaboradoras, o que quer dizer trabalhadoras não-terceirizadas com vínculo formal de emprego, em duas empresas multinacionais de bens de consumo imediato, mais especificamente do ramo de bebidas, alimentos e higiene do nordeste e sudeste brasileiros.

4.1.3 A startup: a intensificação do empreendedorismo

“Nós somos especialistas em RH para o *enviroment* de *startups* e também somos uma *startup*”, assim me disse o “sócio, co-fundador e CEO [*Chief Executive in Office*]” de uma consultoria em Recursos Humanos. Não era a primeira vez que escutava a palavra “startup”, mas foi a primeira vez que entrei em contato com aquele espaço.

O termo *startup* vem do inglês e é, geralmente, utilizado para empresas recém criadas e que possuem algum tipo de novo serviço ou tecnologia com combinações “inovadoras” para gerar negócios. O que quer dizer que a iniciativa deve ter em sua fundação o objetivo de trazer novas combinações de tecnologias, serviços e produtos que alterem determinado mercado.

Foi nos Estados Unidos que essas empresas ganharam protagonismo na economia por meio da narrativa do empreendedor que com pouco recurso financeiro inicial conseguiu o sucesso extraordinário. Das garagens da Califórnia para a formação do Vale do Silício, estas narrativas estabelecem uma “cultura empreendedora” que se replica como imposição em diversas quadras do globo. A prosperidade da economia norte-americana seria suficiente para que estas empresas estivessem na agenda das políticas públicas em outros países.

Desde 2012[55], há programas do governo brasileiro para o incentivo à criação deste tipo de empresa, com um debate em relação ao crédito e à simplificação de impostos e regulações trabalhistas.

O ambiente das startups que visitei pode ser compreendido como a intensificação da demanda para que os sujeitos empreendam. Diferentemente da empresa, a startup era literalmente o início de tudo. O trabalho não era de manutenção de uma empresa já estabelecida, mas de criação de todos os aspectos de um negócio. Na startup, os empreendedores têm na insegurança e na precariedade os motivadores para o crescimento do negócio. Se alcançam o sucesso são a prova da recompensa do comportamento empreendedor. Do contrário, veem no fracasso a possibilidade de aprender, melhorar e tentar outra vez. Ou conforme as palavras de um trabalhador: "Eu nunca perco. Eu ganho ou aprendo" (frase que posteriormente descobri ser atribuída a Nelson Mandela).

Dessa forma, a mobilização de um exercício de si mesmo era mais persistente e intensa nas startups que nas empresas estabelecidas. "Adapte-se ou morra" foi uma das máximas desse exercício de si mesmo que encontrei impressa em canecas de café que os empreendedores seguravam com orgulho. Segundo a explicação de um dos deles, a frase "estimula a mente e o café o corpo". Busquei pelo autor da frase sem sucesso, mas descobri que o imperativo também dá título a um livro de citações em que se encontram "55 princípios elaborados a partir de 400 citações de pensadores sobre o mundo empresarial", de acordo com a sinopse do livro.

Os *startupers*, nome dado a quem trabalha nessas empresas (ao menos como me falou um dos trabalhadores), inventaram uma espécie de "novafala", na qual palavras ou expressões em inglês eram lançadas no meio de conversas em português de ritmo acelerado, e novas palavras surgiam numa composição por aglutinação entre o inglês e o português. Alguns exemplos: "*That's fucking awesome*, cara", diziam os trabalhadores entre si em tom de

[55] Atualmente, temos no Brasil o "Programa Nacional de Aceleração de Empresas Nascentes de Base Tecnológica em TIC (Startups)", batizado de o Start-Up Brasil. Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) trata-se de um programa que tem por objetivo apoiar startups brasileiras e internacionais que desenvolvam software, hardware, serviços de TI [Tecnologia da Informação] ou que se utilizem destas tecnologias para inovar, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico sustentável do país e o aumento da competitividade brasileira nesse setor. O incentivo a startup tornou-se, portanto, parte das políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. A justificativa divulgada para o fomento dessas empresas vem do fato de que elas "revitalizam o mercado" e "posicionam o país globalmente", alterando as lógicas estabelecidas e trazendo "inovação", "dinamismo" e "competitividade" para a economia e para a sociedade. Mais recentemente, o Governo Federal estabeleceu uma "parceria com representantes da iniciativa privada" e com o Sebrae para estruturar um possível marco legal para as startups. A necessidade de regular essas iniciativas se deve ao fato de que houve um aumento de mais de 500% no número de startups no país em pouco mais de sete anos.

comemoração ou elogio; "O cara tem de entrar no *flow*, só assim produz mais em menos tempo", assim explicavam-me da concentração (o "fluxo") necessária para trabalhar e entregar as demandas do dia; "Ah, ele não era um verdadeiro *startuper*, era um *bullshiteiro*", esse último substantivo usado para definir alguém que "só fala mas não faz nada" como me foi dito quando questionei sobre o porquê de um dos trabalhadores ter sido "desligado"; "Aqui não pode ter *mindset* de CLT", indicaram como requisito para trabalhar em uma startup referindo-se a uma "postura de empregado" inadequada para *startupers.*

A maioria dos escritórios dessas empresas localizavam-se em *coworkings*, espaços alugados que possuem um "conceito mais aberto, inteligente, informal e menos custoso" que um espaço dedicado somente a uma única empresa. "Compartilha-se um espaço com outros empreendedores e empresas sem barreiras físicas, o que possibilita e mesmo impulsiona o arranjo de novos negócios e a diminuição de custos", assim como me explicou uma gerente de um dos coworkings. Além das visitas a esses escritórios compartilhados, pude acompanhar eventos em *Hubs*, espaços "concentradores" de startups e de possíveis investidores. Enquanto o coworking tem uma função de diminuição do custo predial de uma empresa (seja ela startup ou não), os hubs são espaços que funcionam para a mediação específica de negócios entre startups e possíveis investidores. Ambos os espaços preservam algo da "retórica da economia compartilhada" (Slee, 2016) e do "networking" (Guevara, 2017).

Alguns trabalhadores das startups que visitamos eram empregados, no entanto, a maioria se utilizava do registro de Microempreendedor Individual (MEI) e, formalmente, eram "prestadores de serviço". No entanto, era sabido que o registro MEI funcionava apenas como uma forma de não estabelecer um contrato de trabalho submetido às condições estabelecidas na (antiga) CLT[56], sob a justificativa dos altos impostos recolhidos que poderiam ser destinados ao trabalhador aumentando seu salário total.

Assim como na empresa, minha negociação para conviver com os trabalhadores das startups foi feita por meio de ex-colegas de trabalho. O convívio nessas empresas nascentes recheou meu diário de campo por um ano e meio, tempo no qual realizei seis conversas em maior profundidade com duas trabalhadoras e quatro trabalhadores nas idas aos coworkings de quatro startups diferentes e em três eventos em Hubs das regiões sudeste e sul do país. Dessa forma, além das conversas temos cenas e acontecimentos registrados em nosso diário de campo

[56] Iniciamos o campo em Março de 2017 e em Julho do mesmo ano foi imposta a Reforma Trabalhista, alterando formalmente e profundamente as relações de trabalho no país.

que também constituem material de grande relevância em nossas análises e que será apresentado em capítulo posterior.

4.1.4 O bairro Jardim São Remo: outras e várias formas de trabalhar

"Empreendedorismo é opção para moradores", dizia a manchete do jornal online Notícias do Jardim São Remo[57]. O subtítulo continuava: "São remanos realizam investimentos em comércios próprios como alternativa econômica". A matéria explicava que os motivos para a escolha do empreendedorismo "incluem as demissões, a necessidade de complementação do orçamento e o sonho de se tornar um trabalhador independente, livre dos chefes e da rotina nas empresas".

Eu fui em busca de reportagens como esta quando a Professora Leny avisou-me que algumas matérias do Jornal da São Remo falavam dos empreendedores do bairro. E que talvez fosse um caminho para conseguirmos ampliar nosso campo para além das empresas e startups, e do emprego. A Professora também me indicou o contato de uma funcionária da Universidade que "trabalhava com a comunidade da São Remo em um programa de extensão há muitos anos".

Prontamente, fiz contato por e-mail com o Programa Aproxima-Ação do Núcleo de Direitos Humanos da USP, seguindo os passos recomendados por Leny. Recebi o retorno da equipe do Programa em poucos dias e marquei um horário para visitá-los. No dia marcado, conheci Beatriz Rocha, Bia (como prefere ser chamada), educadora responsável pelo Programa, e sua equipe de estagiários.

Conversamos longamente sobre meu interesse de pesquisa e sobre a necessidade de ter contato com "outros empreendedores" fora das empresas e das startups. Bia contou-me de seu trabalho no bairro Jardim São Remo há mais de 20 anos e sugeriu que eu conhecesse o bairro e conversasse com os trabalhadores moradores de lá. "São pessoas com trajetórias de trabalho muito interessantes e de muito empreendedorismo", explicou-me Bia. Foi assim que ela se tornou minha principal "informante do campo" na São Remo, utilizando-se do vínculo

[57]A matéria completa pode ser acessada em http://www2.eca.usp.br/njsaoremo/?p=3704 [Acesso em Agosto de 2019].

estabelecido por meio do seu trabalho no programa de extensão da Universidade e do conhecimento do bairro.

Ao longo das idas à São Remo, dois assuntos ganharam protagonismo nos registros do diário de campo. O primeiro deles diz respeito à história do bairro. Foi somente a partir do conhecimento da história do lugar que pude compreender a história do surgimento e desenvolvimento do programa de extensão na Universidade. Em bem da verdade, foi somente pela história da São Remo que consegui compreender um pouco mais da história da Universidade de São Paulo. Além disso, muitos trabalhadores com os quais convivi tinham suas trajetórias vinculadas ao surgimento do bairro, ao programa e à Universidade. Portanto, falamos de histórias que se misturam e que não podem ser contadas sem que uma adentre a outra. O segundo assunto que ganhou protagonismo em nosso diário diz respeito às horas de andanças pelas ruelas e becos do bairro. Caminhar pela São Remo tornou-se um modo de estar no campo, encontrar os possíveis trabalhadores com quem eu poderia conversar e de negociar a minha presença na comunidade.

No intuito de apresentar essas relações e localizar as conversas que lá desenvolvemos, apresento nas linhas abaixo os principais registros que fiz sobre a história do bairro, do Aproxima-Ação e da Universidade, que serão seguidos pela descrição das negociações com o campo e dos encontros com os trabalhadores.

4.1.4.1 Jardim São Remo, Aproxima-Ação e USP: histórias de dentro e fora

A história do bairro Jardim São Remo[58] só pode ser contada por meio da construção do campus da Universidade na zona sudoeste da capital paulista. E o inverso também é verdadeiro: a construção da Universidade só pode ser relatada pelo estabelecimento das primeiras residências em seus arredores. O bairro é parte de um assentamento de trabalhadores que construíram a Universidade. As primeiras construções dentro no campus, que atualmente

[58] Além das conversas com os trabalhadores, conseguimos mais informações sobre a história do bairro na reportagem do Nexo Jornal publicada em 2016, intitulada "Como é a relação entre a Cidade Universitária e a comunidade São Remo", e na página virtual aberta elaborada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. A matéria do Nexo Jornal pode ser acessada em https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/09/06/Como-%C3%A9-a-rela%C3%A7%C3%A3o-entre-a-Cidade-Universit%C3%A1ria-e-a-comunidade-S%C3%A3o-Remo. A página virtual da FAUUSP pode ser acessada em http://www.saoremo.fau.usp.br/ [Acessos em Agosto de 2019].

formam a Escola Politécnica, datam de 1940, mas foi a partir de 1960 que maiores investimentos trouxeram novas construções e seus trabalhadores para os entornos do terreno. Conforme relato de Ana Maria Ferreira Haddad registrado na página virtual SÃO REMO_FAAUUSP:

> As primeiras ocupações da favela São Remo se relacionam ao surgimento e crescimento do Campus da USP, na zona oeste da cidade de São Paulo. Aproximadamente na década de 60, a instituição passa a receber fortes investimentos em infraestrutura e muitos de seus trabalhadores, advindos de outras regiões brasileiras e buscando por um local de moradia, se estabelecem imediatamente ao lado do terreno da universidade.

Surgem então as primeiras casas que abrigavam os trabalhadores das obras no campus. A USP até os dias de hoje "cede" o terreno em comodato aos 15 mil moradores do bairro.

Figura 6. Bairro Jardim São Remo em 1979. Na foto, as primeiras construções do bairro.

Fonte: Notícias do Jardim São Remo, acesso em Agosto de 2019.

Figura 7. Bairro Jardim São Remo atualmente. Na foto, no canto superior esquerdo está o Circo, mais abaixo do mesmo lado, a quadra e o campo de futebol do bairro.

Fonte: Nexo Jornal, acesso em Agosto de 2019.

Até 1995, comunidade e Universidade não tinham fronteiras formais e o acesso dos moradores ao campus não encontrava barreiras físicas. Mas a partir de 1997, foi terminada a construção do muro que cerca a Universidade e mantém o acesso ao campus limitado por meio de duas portarias com catraca e vigilância. A Associação de Moradores do bairro indica que um dos objetivos da construção dessas barreiras de acesso é explicado pela circulação de crianças e adolescente são remanos que eram suspeitos de cometer infrações no campus, principalmente furtos. Institucionalmente, a USP defendeu que a construção do muro deu-se para "[...] controlar o número de transeuntes pela USP e, consequentemente, preservar os prédios e patrimônios da Universidade[59]".

Durante toda a década de 1990, o número de crianças e adolescentes que flanavam no campus "saltava aos olhos" de grupos de alunos, docentes e funcionários. Tais grupos relataram em cartas suas reclamações e incômodos com "a presença dos meninos", como segue no trecho

[59] Conforme registrado pelo Notícias do Jardim São Remo. A afirmação pode ser acessada em http://www2.eca.usp.br/njsaoremo/?p=420 [Acesso em Agosto de 2019].

da carta assinada pela Associação Atlética Acadêmica Politécnica endereçada ao Diretor da Escola Politécnica da USP, e apresentada nos trabalhos Mariana Machado Rocha (2019, p. 94):

> Eles passaram a abusar de nosso patrimônio, seja pisando e pulando em nossos sofás, seja depredando nossa mesa de sinuca, etc. A segurança do prédio nada podia fazer, pois os moleques simplesmente não os respeitam. Os seguranças sabem disso, pois alegam que, para pôr ordem na situação, necessitariam dar-lhes boas bordoadas, o que lhes acarretaria enormes problemas. A questão é muito complicada, pois entendemos que a situação da segurança é delicada: os marginais se sentem "intocáveis", pois os seguranças não podem encostar neles, e esta é a única linguagem que entendem.

Um dos momentos mais agudos da tensão e da violência que retratam a "relação hierárquica" (Rocha, 2019) entre os dois espaços aconteceu em novembro de 1997: o desaparecimento por dois dias e a posterior confirmação da morte do estudante Daniel Pereira de Araújo, de 15 anos, morador da São Remo. Segundo reportagem do Jornal Folha de São Paulo, publicada em 6 de Novembro de 1997[60], o estudante

> [...] estava com oito amigos nadando na raia, o que é proibido pela USP. Segundo seus amigos, dois seguranças em motocicletas chegaram ao local para expulsar as crianças. Dois garotos conseguiram fugir. Outros seis afirmam ter sido espancados com galho de árvore por um dos seguranças. Exames de corpo de delito feitos pelo Instituto Médico Legal confirmam que quatro dos garotos foram agredidos. Os garotos afirmam ter visto Daniel correndo paralelamente à raia olímpica, sendo perseguido por um segurança em uma moto. Foi a última vez que Daniel foi visto vivo. [...] A última busca feita pela polícia aconteceu ontem no início da madrugada. Após a saída dos policiais, seguranças da USP teriam continuado procurando o corpo, que foi encontrado ao lado de uma bomba de água.

O posicionamento da Universidade à época foi colocado em nota oficial na qual alegava que "a área deveria ser destinada apenas a atletas e que os seguranças haviam alertado o menino do risco de afogamento". Diante da suspeita de envolvimento da Guarda Universitária na morte do estudante e do posicionamento irresponsável da Universidade, a comunidade empreendeu uma série de protestos. Dentre outras depredações, um dos portões de entrada e saída do bairro para a Universidade foi completamente destruído, permanecendo assim até 2017. Rocha (2019, p.100) sintetiza: "Durante anos a estrutura física caracterizada pela destruição da guarita foi

[60] A matéria completa pode ser acessada em https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff061101.htm [Acesso em Agosto de 2019].

uma espécie de monumento, que demarcava a reação dos moradores à morte de Daniel e à proibição de entrada no campus". A morte do jovem mostrou ao grande público o "campo de guerra" (Rocha, 2019, p.100) localizado nas fronteiras da USP e da São Remo.

Nas entrevistas realizadas por Rocha (2016 e 2019) quando de sua dissertação de mestrado, os moradores apontaram que o campo de guerra foi ampliado e intensificado com os muros e catracas construídas dois anos antes da morte de Daniel. Relatos indicam que os conflitos com a Guarda Universitária transformaram-se na rotina das crianças e adolescentes do bairro. Conforme depoimento apresentado por Rocha (2019, p.99) de um são remano que frequentava a Universidade na infância,

> A guerra na verdade já existia antes [da morte de Daniel], né? Porque fecharam a USP e a gente queria entrar, né? Nós éramos acostumados a ir lá todo fim de semana, às vezes até na semana mesmo, quando não tinha aula à tarde, nas férias, ia lá, soltar pipa, jogar bola, então, era um espaço que a gente frequentava, e de repente chegou alguém, colocou um muro lá de semana a gente ia pra tentar entrar eles não deixavam, aí pra entrar a gente tinha que pular o muro...

Em 1998, a resposta institucional criada para a tentativa de pacificação desse campo de guerra foi o Programa Avizinhar, primeiro nome dado ao que se transformaria a partir de 2001 no Aproxima-Ação.

Os primeiros levantamentos feitos pelo Programa Avizinhar (1998-2001) revelaram discrepância entre aquelas reclamações (como as feitas pela Associação Atlética Acadêmica Politécnica) e a realidade. Os educadores do Programa levantaram a quantidade e o "perfil" das crianças e adolescentes que circulavam pelo campus e suas atividades por lá: eram 64 crianças e adolescentes frequentadores assíduos do campus; eram todos meninos, "alguns com idade entre 9 e 14 anos e uma menor quantidade com idade entre 15 e 18 anos". Nenhum indicou usar drogas. Todos afirmavam morar com suas famílias e estavam matriculados na escola. A ida ao campus era justificada primeiramente pelo trabalho: "para realizar trabalhos informais, como vender doces, catar latinhas ou cuidar de carros". Mas também iam ao campus para divertimento: "brincavam de bola, empinavam pipa, andavam de bicicleta, apanhavam frutas e, também, aprontavam travessuras". Pequenos furtos e infrações foram cometidos por alguns desses meninos (Rocha, 2019, p.94).

A partir de 2001, o Avizinhar torna-se o Aproxima-Ação. Atualmente, segundo a descrição institucional[61], o Programa

> [...] caracteriza-se por um espaço de interlocução entre ações e projetos da USP e as demandas sociais comunitárias, inventariando, articulando e dando suporte às atividades de formação e inclusão social por meio de ações dentro das diversas áreas do conhecimento, tendo como público-alvo as crianças e adolescentes, e como referência os Direitos Humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
>
> As atividades desenvolvidas têm por finalidade disseminar a cultura do respeito à diversidade e aos direitos da criança e do adolescente nos campi da USP; realizar diagnóstico de demandas sociais e das ações realizadas na Universidade que as atendam; promover ações educativas que estimulem o desenvolvimento social das comunidades vizinhas aos campi da USP e sistematizar as experiências acumuladas pela Universidade na área da educação social, disponibilizando o conhecimento gerado à comunidade, a outras universidades que vivenciem questões similares e à sociedade de forma geral.

Uma das ações mais recentes do Programa diz respeito à "produção e distribuição de material educativo que alerta e orienta sobre como proceder diante da presença e permanência de crianças e adolescentes nos espaços universitários"[62]. Apesar do Aproxima-Ação ainda ter como principal público-alvo crianças e adolescentes, sua maior função é mediar a tensa e violenta relação entre comunidade e Universidade. É, portanto, um programa desenvolvido nas tensões dessa relação, o que significa estar nas fronteiras de conflitos entre grupos de moradores, o tráfico, a polícia, as ONGs, para além dos conflitos internos a uma das maiores universidades da América Latina.

4.1.4.2 Pelos becos e ruelas

Em minhas visitas ao bairro na companhia de Bia e dos estagiários do Programa, andamos muitas horas pelas ruelas e becos sem um roteiro prévio. No início, a intenção de Bia era me apresentar o bairro, sua dinâmica e suas personagens, mas também era seu objetivo me apresentar *ao* bairro. Ou seja, andar pelo bairro não era apenas uma forma de me introduzir aos

---

[61] Descrição registrada na página virtual da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Pode ser acessada em http://prceu.usp.br/programa/usp-aproxima-acao/ [Acesso em Agosto de 2019].

[62] Mais sobre a ação intitulada "USP Aproxima-Ação e os cuidados com Crianças e Adolescentes" pode ser acessado em http://prceu.usp.br/noticia/aproxima-acao-usp-lanca-campanha-sobre-os-direitos-da-crianca-e-do-adolescente/ [Acesso em Agosto de 2019].

cenários e aos possíveis trabalhadores com quem conversaria, antes era mostrar que a minha presença no lugar tinha a autorização dela e, por isso, deveria ter o respeito do bairro. Pelas relações tensas entre comunidade e Universidade, minha presença como pesquisadora deveria ser legitimada por negociações anteriores das quais Bia era a referência.

Depois de duas ou três visitas, andar tornou-se mais procurar por encontros que negociar minha presença por lá. Quero dizer com isso que caminhar pelo bairro tornou-se efetivamente buscar com quem conversar. E nisso também, a autorização de Bia pareceu-me imprescindível. Compreendi que não se poderia falar com "todos" e esse filtro não poderia ser feito por quem está "chegando agora". Mais uma vez, a autorização de Bia considerava o que podia ser feito dentro das negociações com o campo, negociações das quais eu não conseguiria compreender pois estava lá "de passagem". Soube então que minha posição era aguardar pelas autorizações que geralmente vinham com o aviso: "Está aí alguém que pode te contar coisas muito interessantes!".

Desta forma, as conversas eram negociadas por ela, por entre as ruelas e becos, a cada novo encontro com os moradores. Em diferentes cenários, as conversas transcorreram na quadra poliesportiva (epicentro de muitos acontecimentos na comunidade), no Circo, na sala de estoque de uma das pizzarias do bairro, numa lanchonete, numa serralharia, em bares, em quitandas, nas salas e puxadinhos das casas. A arquitetura do pouco espaço da favela aumentava a possibilidade dos encontros. Nestas andanças pelo bairro, conversamos com 17 trabalhadoras e trabalhadores são remanos. Pelo público-alvo do Programa Aproxima-Ação ter sido majoritariamente de meninos, conversei com mais ex-alunos de Bia (10 homens) que com mulheres (7). Do total de conversas, apenas quatro foram com paulistas do interior e paulistanos, as demais foram com migrantes, em sua grande maioria do nordeste brasileiro.

4.2 As conversas

Preferimos nomear nossas entrevistas semi-estruturadas com os trabalhadores de "conversas" pois prezamos pela "interação conversacional" e por "uma forma de interação que deve se assemelhar, enquanto gênero de fala, às conversas cotidianas, uma vez que é pautada pela dialogicidade e pela coconstrução de sentidos". Não se trata de ignorar as diferenças entre as duas formas de interação, mas de ressaltar uma maior fluidez, troca e negociação de sentidos, "nas quais a interanimação dialógica se faça com o mínimo possível de exercício de poder verticalizado" (Aragaki et al., 2014, p.65).

Em cada conversa com os trabalhadores, minhas intenções foram duas: (1) explicar o que me interessava estudar da maneira mais simples e objetiva, exercitando o meu poder de síntese e estimulando uma conversa sobre o tema da pesquisa (o que se tornou um espaço para que os trabalhadores questionassem, pedissem algo em troca ou opinassem sobre como eu deveria pesquisar); (2) e pedir para que falassem de suas trajetórias de trabalho, tendo em vista o que expliquei dos meus interesses. Por trajetória de trabalho, concordávamos que seria aquilo que os levou a trabalhar, ou seja, os "quandos" e "comos" das suas atividades de trabalho, fossem assalariadas ou não, por vínculos formais ou informais, legais ou ilegais de trabalho. Em certa medida, decidimos abordar a demanda empreendedora sem perguntar diretamente por ela mas por meio da trajetória de trabalho.

Antes de cada entrevista, pedi aos trabalhadores que me falassem seus nomes e como preferiam ser chamados. Ainda pedi que me dissessem sua idade, gênero, raça, estado civil e local de nascimento. Quando os trabalhadores titubeavam ao responder uma dessas questões, geralmente em relação à raça e gênero, dei opções baseada no que compreendi ser mais simples e objetivo para os trabalhadores. Para raça, dei as opções baseada na autodeclaração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): branca, preta, parda, indígena ou amarela. Para gênero, pedi que me falassem como se identificavam entre o feminino ou masculino ou outra categoria, ou ainda em nenhuma. Para a autodeclaração da raça as opções funcionavam, já para as de gênero alguns trabalhadores pensaram não fazer sentido pois já haviam se apresentado como "queriam ser chamados". Por isso, decidi por seguir o modo que se apresentavam e os pronomes que usavam ao referirem-se a si mesmos.

Para cada trabalhador com quem conversei, dediquei um breve parágrafo para que o leitor conheça quem são elas e eles, e como transcorreram nossos encontros. Esses parágrafos

são resumos dos comentários e anotações que fiz após cada conversa. Todavia, como já mencionei, este não é o universo total de minha convivência com os trabalhadores. Tive inúmeros outros encontros e conversas que não estão registrados em gravações, tanto pela recusa legítima de trabalhadores em ceder suas falas para publicação, quanto pelos registros de campo incompletos que eventualmente fiz. Apresento a seguir somente aqueles com quem tive conversas registradas em detalhes no diário de campo ou em gravações de áudio.

A forma de apresentá-los em breves parágrafos parece-me ser mais coerente com os propósitos e com o fundamento da pesquisa do que delimitá-los às linhas e colunas de uma tabela. Nomes e locais de trabalho são fictícios para que o anonimato seja preservado, como já mencionamos. Cabe dizer ainda que a organização dos parágrafos tem a ver com a cronologia dessas conversas que começamos em 2017. Por fim, indicamos que nossa pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil em Janeiro de 2017, sendo aprovado em 21/03/2017 sob o número CAAE 63539817.1.0000.5561.

Passemos à apresentação das trabalhadoras e trabalhadores com quem conversamos e convivemos.

Elga, trinta e quatro anos, parda. Casada, tem uma filha de dois anos. É supervisora de vendas de uma indústria de bebidas transnacional. Possui pós-graduação em Logística. Encontrei-me com Elga numa tarde de verão recifense na empresa em que ela atualmente trabalha. Recorri a ela pois na época em que trabalhamos juntas ela era vista e também se auto-proclamava empreendedora dentro de uma empresa, por seu espírito inovador e seu “inconformismo construtivo”.

Fabiana, quarenta e um anos, parda. Casada, tem dois filhos pré-adolescentes. É Analista de Recursos Humanos de uma indústria de bebidas transnacional. Administradora, é pós-graduada em Psicologia Organizacional. Fabiana tem uma história de adoecimento, desligamento, reintegração e recontratação na empresa em que trabalha. Ela reconhecia-se como portadora de um espírito empreendedor e resiliente, afirmando que superava todos os obstáculos e que era “pau pra toda obra”.

Juliana, vinte e oito anos, branca. Noiva, contou-me que casaria dali a pouco meses, sem filhos. Graduada em Publicidade e Propaganda, é Coordenadora de Marketing de uma empresa transnacional de bens de consumo imediato. Foi premiada por seu comportamento empreendedor e inovador em uma competição nacional com jovens empreendedores. À época,

pensava em um dia deixar seu atual emprego para “realmente empreender” pois sua geração “encontrou a felicidade na demissão”.

Laura, vinte e seis anos, branca. Solteira, mora um bairro nobre de São Paulo com a irmã mais velha. Convidei-a para uma conversa pelo seu interesse e pela sua formação em cursos livres sobre empreendedorismo. Nossa conversa foi no coworking que ela trabalha como analista comercial de uma startup de Recursos Humanos. Quando cheguei à sala onde me esperava, ela me abraçou e começou a chorar. Laura passou algum tempo explicando os motivos daquele choro: era a pressão por metas no trabalho.

Leandro, trinta e três anos, branco. Casado, tem um filho ainda pequeno. Formado em Engenharia, é co-fundador de uma startup. Conheci Leandro por meio de um trabalho de consultoria em Recursos Humanos. Ele nunca teve um emprego, empreendeu logo que saiu da universidade e abriu seu próprio negócio. Vendeu sua startup recentemente para um grupo de investimentos estrangeiro. Atualmente, ele é CFO (*Chief Financial Officer*) da empresa que fundou.

Ítalo, trinta e nove anos, branco. Casado, tem dois filhos. Formado em Administração, é co-fundador e CEO (*Chief Executive Officer*) de uma startup. O encontro com Ítalo deu-se por meio de um trabalho de consultoria em Recursos Humanos. Ítalo tem uma longa história como empreendedor, situando na infância suas primeiras tentativas de negócio. Foi empregado de grandes empresas, mas pediu demissão pois não enxergava seu futuro como funcionário, queria ter seu próprio negócio.

Diego, trinta e quatro anos, branco. Casado, tem duas filhas. É graduado em Matemática, é co-fundador e CTO (*Chief Technology* [ou *Technical*] *Officer*) de uma startup. Conheci Diego por causa de um trabalho de consultoria em Recursos Humanos. Ele resolveu empreender com um amigo logo depois de concluir a graduação, sendo este seu único trabalho na vida. A camiseta que vestiu no dia de nosso encontro teve muito a ver com o que conversamos. A estampa dizia “*Dream. Believe. Be bold. Work hard*” (em tradução livre: Sonhe. Acredite. Seja ousado. Trabalhe duro).

Andrea, trinta e dois anos, branca. Solteira, sem filhos. Graduada em Administração e pós-graduada em Finanças. Conheci Andrea em um trabalho como consultora e pedi para entrevistá-la pois sabia de sua atuação com empreendedorismo social. Combinamos de conversar durante seu horário de almoço, após uma reunião que ela teria com seus chefes. Ao encontrá-la, ela me

informou que fora “demitida” durante a reunião. Andrea era MEI mas trabalhava como Diretora de um coworking que também era uma startup.

Ricardo, trinta e quatro anos, branco. Casado, tem um filha de seis anos. Graduado em Música, Ricardo afirma ser “ao mesmo tempo” professor de inglês, empreendedor e *coach*. Conheci Ricardo por meio de amigos que me indicaram sua página em uma rede social para que eu seguisse o que ele falava e fazia como empreendedor e *coach*. Ricardo é evangélico e atua como *coach* na igreja que frequenta. Ele mencionou que sua mais nova aventura empreendedora é ensinar inglês para atletas.

Rinaldo, trinta e dois anos, branco. Casado, tem um filha. À época de nosso encontro, cursava graduação em Comunicação Social com uma bolsa oferecida pela igreja evangélica que frequentava. Rinaldo é um empreendedor nato, segundo ele mesmo. Desde a infância, enxerga “oportunidades em tudo”. Deixou o emprego com carteira assinada pois enxergava em sua *barbershop* a possibilidade de fazer uma carteira de clientes que lhe dariam além do sustento, liberdade e autonomia.

Aldo, quarenta e dois anos, pardo. Casado, sem filhos. Alagoano, migrou no início da vida adulta para o sudeste. Seu Aldo é jardineiro e aprendeu a profissão quando veio morar em São Paulo. Trabalhou em algumas firmas mas decidiu ser seu próprio patrão depois de humilhações e pressões no emprego. Registrou-se MEI e fez cartão de visita para distribuir aos possíveis clientes. Desde então, acredita que a liberdade que o trabalho autônomo lhe proporciona é bem melhor que ter de “lidar com patrão”.

Marta, trinta e seis anos, negra. Separada, tem um filho de sete anos. Conheci Marta, migrante nordestina, enquanto ela vendia doces caseiros feitos por sua mãe. Os doces eram o complemento de renda já que seu salário como auxiliar de limpeza não era suficiente para as contas do mês. Contou-me que estava decidida a voltar a empreender já que não tinha tempo de dedicar-se ao filho e o salário não compensava todas as humilhações que passava. Seu plano era voltar a vender lingeries de porta em porta.

Dona Aparecida, cinquenta e sete anos, negra. Separada, tem três filhos. Migrante nordestina, Dona Aparecida é mãe de Marta e dona da receita dos doces caseiros que complementavam a renda da família. Diferente de Marta, acreditava que empreender era uma parte a mais do trabalho, mas o emprego era seu objetivo principal. Seu plano era fazer um currículo em que constasse todas as suas habilidades para que pudesse ser chamada para um novo emprego.

Fabíola, trinta e nove anos, parda. Solteira. Mulher trans e migrante nordestina, contou-me que era uma "sobrevivente". Sua principal atividade era vender Natura e Avon, mas eventualmente fazia "programas". Além disso era agente de saúde voluntária e ganhava uma bolsa auxílio para isso. Participava do Transcidadania, programa de inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho, do qual também recebia um auxílio mensal e onde cursava corte e costura.

Antenor, trinta e três anos, branco. Casado. Sócio em uma pizzaria. Antenor veio do Ceará para São Paulo ainda na infância. Desde cedo se virava catando latinhas, olhando carros e pedindo lanches aos transeuntes. Começou a trabalhar como garçom e entregador de marmitas em uma rotina de horários muito comprida. De garçom passou para a cozinha do restaurante e começou a aprender a cozinhar. Por mais de dez anos foi pizzaiolo. Saiu do trabalho quando decidiu dedicar-se à pizzaria do irmão, tornando-se sócio.

Rodrigo, trinta e um anos, branco. Casado. Sócio em uma pizzaria. É irmão de Antenor e também passou a infância "achando o que fazer" nas ruas. Começou a trabalhar como ajudante de cozinha e passava os dias lavando vasilhames. Também tinha um segundo turno de trabalho como entregador de marmitas. Nas duas funções passou dez anos, mas nunca foi promovido a cozinheiro, como era seu objetivo. Por isso, resolveu abrir seu próprio negócio: uma pizzaria no bairro em que mora.

Theo, trinta e dois anos, branco. Casado, tem um filho. Dono de uma empresa de manutenção de pisos, ele era um homem "muito ocupado", disse-me algumas vezes até decidir que poderia conversar comigo. Sem funcionários, em uma rotina puxada, ele fazia serviços de colocação e manutenção em pisos de clientes que conseguia distribuindo cartões e também divulgando seu Whatsapp "por aí". Disse-me que seu segredo para ser um empreendedor de sucesso era trabalhar com o que ama.

Joana, cinquenta e um anos, negra. Divorciada, tem dois filhos, uma menina e um menino. Ela é professora de reforço das crianças do bairro em dois turnos e também vende geladinhos em casa para complementar a renda. Foi membro de uma ONG de empreendedorismo social por alguns anos, mas não conseguiu "ser funcionária". Joana não acredita na CLT e pensa que "quem depende de emprego tem de submeter ao patrão", algo que suas "raízes" não permitem.

Rogerinho, trinta e um anos, pardo. Casado, tem um filho. Recentemente conseguiu seu primeiro trabalho de carteira assinada como promotor de vendas de uma empresa de bebidas. Seu comportamento empreendedor estava lhe rendendo frutos pois já lhe consideravam para

uma promoção de cargo na empresa. Apesar de seu atual emprego, Rodolfinho tinha uma história anterior no tráfico e chegou a ser preso, cumprindo uma sentença de cinco anos na cadeia.

Daniel, quarenta anos, pardo. Casado, tem dois filhos adultos. Migrante nordestino, veio de Pernambuco para São Paulo na infância. É serralheiro e fez da parte térrea da sua casa seu espaço de trabalho com as ferramentas e máquinas de solda. Presta serviços para empresas da região e diz que consegue ter seu sustento e "mais um pouco" garantidos. Seu trabalho como autônomo lhe dá liberdade de fazer seu próprio horário e seu próprio salário.

Douglas, sessenta e três anos, pardo. Casado, tem uma filha. Pernambucano mudou-se para São Paulo e aprendeu a profissão de serralheiro com o pai. Trabalhou por muitos anos em sociedade, mas não deu certo. Com o fim da sociedade, Douglas descobriu que tinha lesões graves na retina causadas pela falta de proteção dos olhos durante as soldas. Mesmo com a saúde debilitada, resolveu procurar emprego. Passados três anos, ele desistiu e voltou a fazer bicos como autônomo.

Joaquim, sessenta e três anos, negro. Casado, tem três filhos. Seu Joaquim fez de seu quintal uma serralharia já que não estava conseguindo arranjar emprego. Chamou seu amigo Douglas e os dois faziam os reparos de solda que surgiam. Passou muitos anos como porteiro, sem registro na maioria deles. Apesar da ideia de fazer uma pequena atividade com Douglas, Seu Joaquim pensava ser melhor insistir no emprego e quem sabe completar os anos para a aposentadoria.

Maria das Dores, cinquenta e seis anos, negra. Casada, tem dois filhos. Por estar desempregada há mais de um ano, Das Dores tinha resolvido empreender e fazer marmitas para vender aos porteiros e aos pedreiros das obras dos bairros próximos onde morava. Em nosso encontro, ela mostrou-se desanimada e revoltada com o governo que tinha "acabado com a economia" e por isso ela tinha perdido seu emprego. A saúde de Das Dores também estava debilitada e a rotina na cozinha não ajudava na sua recuperação.

Lúcia, sessenta e sete anos, branca. Viúva, tem três filhos. Migrante nordestina, antes de mudar-se para São Paulo, trabalhava no roçado do pai. Agora, aposentada, ainda trabalha como auxiliar de limpeza em firmas terceirizadas, vende produtos da Natura e da Avon e também é diarista em duas casas e um escritório. Com a aposentadoria estava pagando as parcelas da compra de um terreno para construir e alugar, conforme explicou sobre seus planos para o novo investimento.

Zé, setenta e seis anos, negro. Casado, tem quatro filhos. Aposentado, sempre complementou a renda vendendo alguma coisa ou algum serviço. Com a mulher montou uma loja de produtos variados. Marceneiro, Seu Zé também fez um puxadinho em frente a sua casa para colocar suas ferramentas, e aproveitou para colocar um refrigerador para vender suco de laranja ou a fruta gelada. Disse-me que, no verão, os garotos do bairro saem dos jogos na quadra e vem tomar suco em sua barraca.

Sonia, sessenta e dois anos, negra. Não nos informou sobre seu estado civil. Tem três filhas. Ela veio para São Paulo quando tinha oito anos para "trabalhar na casa de uma senhora". Aos 16, deixou a casa e fui buscar emprego em outras firmas. Desde cedo aprendeu a costurar e fez curso de técnica de enfermagem. Faz faxinas e cuida de crianças e idosos. Sonia tem um papel de liderança no bairro em que mora e organiza doações e festas em datas comemorativas. É apaixonada pela Escola de Samba em que é parte da Harmonia e também costureira.

4.3 O Arquivo

Anunciamos acima que o *Global Entrepreneurship Monitor* e o Sebrae são fontes não apenas importantes na circulação da demanda empreendedora no Brasil, mas estavam presentes em inúmeros "fragmentos de conversas" ao longo de nossa pesquisa. Por sua repetição em nossos registros, decidimos por utilizá-los como pontos cardeais em nossa pesquisa. Eles constituem nosso principal arquivo.

Depois da questão lançada pela Professora Valerie, passamos a buscar evidências que nos indicassem possíveis respostas. Essa busca levou-nos às leituras dos relatórios anuais intitulados "Empreendedorismo no Brasil". Iniciamos a leitura interessados nos resultados que aquela pesquisa apresentava. Logo passamos também à leitura de sua metodologia e sobre sua autoria. Começamos a compreender então do que se tratava o Global Entrepreneurship Monitor e constatamos que seus relatórios tinham o patrocínio e o apoio institucional do Sebrae desde as suas primeiras publicações no início da década de 2000. Durante a leitura dos relatórios nacionais percebemos a necessidade de conhecer mais da história de seu maior "stakeholder", o Sebrae.

Entre os documentos acessados, tanto do GEM quanto do Sebrae, buscamos conhecer três aspectos: 1) a história do GEM e seus relatórios sobre o Brasil; 2) a história do Sebrae e sua força política; e 3) e a relação de retroalimentação entre a pesquisa GEM e o Sebrae e como ela está posta na produção e circulação da demanda empreendedora no Brasil. O que trataremos nas linhas abaixo é uma forma de apresentar como abordamos estes aspectos e quais documentos acessamos para isso. Compreendemos que

> Documento não é prova, é provocação, provocação à inteligência e à sensibilidade, provocação à imaginação e ao sonho, provocação à interpretação e à criação, provocação à criação de sentido, provocação aos sentidos e aos desejos. Documento não é prova, é provação, ele coloca à prova a capacidade de quem com ele lida de analisar, pensar, compreender, imaginar, intuir, criar, criticar, desconfiar, argumentar, sentir, se deixar afetar (Albuquerque Júnior, 2013, p.22).

Isto quer dizer que não consideramos o documento como soberano da realidade, ou mesmo que ele registre uma verdade ou uma realidade sobre a demanda empreendedora em nosso contexto. Pelo contrário, eles são as escolhas das verdades registradas: antes de provas eles *funcionam* como provas. E pensaremos a partir deles na demanda empreendedora no Brasil.

Não será nosso objetivo apresentar os resultados a que chegamos neste capítulo, o que nos importa por hora é mostrar como chegamos até os documentos. O arquivo com o qual nos vinculamos faz parte de contar como aconteceu nosso processo de pesquisa e, aqui, contaremos o que fizemos para conhecer o GEM e o Sebrae.

4.3.1 Para conhecer o Global Entrepreneurship Monitor

Nas idas e vindas do campo, o contato com o Global Entrepreneurship Monitor, seus relatórios e desdobramentos deu-se persistentemente. Este monitor internacional da atividade empreendedora foi mencionado por nossos participantes e encontrado inúmeras vezes em nossas pesquisas sobre o que está sendo dito sobre o empreendedorismo no Brasil. Pelo constante encontro com os resultados do GEM, não podemos ignorá-lo em nossa pesquisa.

Inicialmente, pensamos que os relatórios do GEM nos dariam números sobre a quantidade de pequenas empresas e microempreendedores no Brasil e no mundo, talvez, com alguns recortes demográficos. Pensávamos que teríamos respostas para questões quantitativas como, por exemplo, quantas empresas são abertas ou fechadas por ano no país. Não sabíamos de detalhes desta ferramenta e não havíamos lido nenhum relatório da pesquisa, apenas reportagens em revistas sobre os números que a ferramenta oferece. Dessa forma, pelo superficial conhecimento da ferramenta (apesar do encontro constante com ela), resolvemos mergulhar na leitura dos relatórios publicados na página virtual do GEM[63].

O primeiro relatório que lemos foi o sumário executivo divulgado em 2000 sobre o empreendedorismo no Brasil (não há relatório público completo da pesquisa no ciclo de 2000, apenas o sumário). A leitura nos possibilitou uma compreensão muito mais ampla (daquela que esperávamos) do que vem sendo dito sobre empreendedorismo em nosso país nos últimos 19 anos. E pelo impacto que isto nos causou, decidimos ler de pronto todos os relatórios divulgados sobre o país, e logo em seguida, todos os sumários executivos globais.

Para tornar a leitura e análises das dezenas de relatórios um trabalho possível delimitamos o nosso alcance em dois níveis de leitura, o internacional e o nacional. O nível internacional nos interessa por responder perguntas mais abrangentes, por exemplo, a

[63] Todo o material que acessamos está disponível em https://www.gemconsortium.org/ [Acesso em dezembro de 2019].

construção da metodologia da pesquisa. Em nível nacional, o interesse está no desenvolvimento do empreendedorismo como uma "palavra de ordem" e em como é descrito o que deve ser o empreendedor e o empreendedorismo no Brasil.

Estabelecidos os nossos interesses, demos os seguintes passos:

a) Lemos os relatórios globais disponíveis na página virtual do GEM Global, o que corresponde aos "*Executive Reports*" do ciclo de pesquisa de 1999 ao ciclo de 2017/18;
b) Lemos os relatórios e sumários executivos sobre o Empreendedorismo no Brasil desde sua primeira edição em 2000 até 2018, última edição disponível publicamente nas páginas virtuais do IBQP (Instituto Brasileiro de Produtividade) e SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas);
c) Pesquisamos, lemos e analisamos os questionários e roteiros de entrevistas, além de dados de maior abrangência (quadros comparativos entre países, quadros e gráficos da série histórica do Brasil, mapas, entre outros) disponíveis na página virtual do GEM Global;
d) Lemos dois relatórios de "Tópicos Especiais", um relativo a metodologia GEM e o segundo, já citado mais acima, sobre a influência do GEM nas políticas públicas dos países participantes.

Além da leitura dos relatórios GEM, cabe ressaltar que buscamos contato com a equipe nacional pelo endereço de e-mail disponibilizado na página virtual do GEM *Consortium* em Setembro de 2018, mas até a presente data nenhum retorno nos foi dado; em paralelo, por meio de ex-colegas de trabalho, conhecemos e convidamos uma pessoa que já fez parte da equipe nacional da pesquisa para uma breve entrevista, mas não tivemos retorno sobre a disponibilidade dela até o momento. Houve ainda a possibilidade de receber atualizações e participar de discussões dos dados do projeto, integrando um grupo na rede social *LinkedIn*, chamado "GEM *Academic Researchers*". No entanto, não conseguimos acesso ao grupo. Dessa maneira, na leitura e análise dos dados publicados nos relatórios.

4.3.2 Para conhecer o Sebrae

Para conhecermos a história do Sebrae, buscamos trabalhos acadêmicos anteriores ao nosso que pudessem ajudar na descrição do que é o Serviço, sua criação e desenvolvimento.

Além disso, buscamos compreender quais os trabalhos que analisam a intersecção entre o desenvolvimento do Sebrae e o empreendedorismo no Brasil.

Iniciamos nossa busca por meio da pesquisa nos Periódicos CAPES em Outubro de 2018. Por meio dessa ferramenta, chegamos a mais de mil trabalhos. Precisamente 1.475 materiais entre artigos, livros, imagens e recursos audiovisuais, que citam o Sebrae em qualquer dos campos de busca disponíveis na ferramenta. Ou seja: citam ou em seus títulos, ou entre seus autores, ou em seu assunto, ou em sua bibliografia (em um dos campos ou em mais de um deles). Consideramos o material publicado entre 1990 e 2018, e determinamos esse período especialmente pela mudança da natureza jurídica que o Serviço sofreu em 1990. Em grande parte, os materiais encontrados são das áreas de administração e negócio.

Pela impossibilidade de lermos integralmente todos os materiais, iniciamos uma leitura geral dos títulos dos materiais e notamos que muitos deles utilizam do Sebrae como referência e promovem estudos de caso por meio de seus programas, mas não tem como objetivo principal ou específico a análise da história e desenvolvimento desse Serviço. Por exemplo, artigos como "Estudo de caso aplicado ao Sebrae: Sistema de medição para as unidades de administração e finanças" (2008) ou "A contribuição do processo de estimativas de custos (PMBOK) para a gestão no Projeto de Desenvolvimento Integrado do Território da Cidadania de Itapipoca-CE" (2012) demonstram que o Sebrae é fonte de informação e de dados, mas não nos auxiliam na compreensão e na análise da história desse Serviço.

Seguimos nossa busca pesquisando também por teses e dissertações. Duas dissertações encontradas mostraram-se fontes importantes para nossos objetivos porque utilizam o Sebrae como categoria de análise, de forma crítica, e não somente como estudo de caso ou fonte de dados. Primeiramente, lemos a dissertação intitulada "Sebrae e empreendedorismo: origem e desenvolvimento" de Natália Maximo e Melo, defendida no Programa de Ciências Sociais da Universidade de São Carlos em 2008; e por causa dessa primeira leitura, chegamos à dissertação "O Sebrae e as relações público-privado no Brasil" de Eliana B. M. Lopes defendida na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista no ano de 2001.

Mais além, nos utilizamos dos materiais disponíveis na página virtual do Sebrae, especialmente da seção "Quem somos", do estatuto e do direcionamento estratégico do Serviço; da página virtual intitulada de "Memorial Sebrae"[64]; e de buscas por reportagens sobre o

[64] Esta página pode ser acessada em https://memorial.sebrae.com.br/historia/?ano=1965 [Acesso em Outubro de 2018].

Serviço no acervo virtual do Jornal Folha de São Paulo, principalmente por esse veículo ser considerado o maior jornal em circulação do país e também pela facilidade de acesso ao seu repositório virtual[65].

Da história do Sebrae, passamos a buscar especificamente por seus programas voltados ao empreendedorismo. Por meio da linha do tempo apresentada no Memorial Sebrae, acessado entre Novembro e Dezembro de 2018, mapeamos a partir do final da década de 1980 todos os principais programas, cursos e ações que continham e/ou ainda contêm em seus nomes e/ ou objetivos as palavras empreendedorismo e empreendedor e que em sua descrição remetesse às características empreendedoras ou ao o que é ser empreendedor. Em complemento a este mapeamento, buscamos na seção "Empreendedorismo" da página Virtual do Sebrae, outros programas e cursos mais recentes e que pudessem não estar apresentados na linha do tempo do Memorial.

Feito este primeiro filtro, iniciamos uma busca por materiais que explicassem os programas e ações e trouxessem elementos que caracterizam o (ou o que deve ser o) sujeito empreendedor no Brasil. De cartilhas a capas de revistas e vídeos, tentamos abarcar a maior quantidade de materiais que apresentassem os adjetivos utilizados para a caracterização do sujeito empreendedor. Destacamos algumas ações sobre as quais construímos a maior parte de nossa argumentação: 1) realizamos um curso da plataforma EaD Sebrae, chamado "Aprender a empreender"[66]; 2) utilizamos os materiais de acesso público sobre o Empretec; 3) e, por fim, realizamos uma varredura de conteúdos disponibilizados pelo CER (Centro Sebrae de Referência em Educação Empreendedora) sobre o comportamento empreendedor.

Optamos por realizar o curso no intuito de ter acesso ao conteúdo mais atualizado possível que é repassado ao aluno, ou seja, ao potencial ou futuro empreendedor. Realizar às 15 horas do curso "Aprender a Empreender" nos trouxe elementos importantes e materiais de

---

[65] O acervo virtual do Jornal Folha de São Paulo por de ser acessado pelo link: https://acervo.folha.com.br/ [Acesso em Dezembro de 2018].

[66] Segundo o Memorial Sebrae, a plataforma EaD é um dos destaques do Serviço, sendo "pioneiro na oferta contínua de cursos livres gratuitos, à distância e com tutoria", contando com quase 380 mil alunos. Nessa plataforma, em Novembro de 2018, 31 cursos estavam ativos. Todos tinham duração de até 60 dias, sendo abertos a todos os públicos, apenas com os requisitos de acesso à internet, conclusão de todos os módulos do curso e aprovação em uma avaliação. Essa avaliação poderia ser feita quantas vezes fossem necessárias até que o aluno atingisse o aproveitamento exigido, sendo classificado ao final como aprovado ou reprovado. Ser aprovado é requisito para a matrícula em outro curso da plataforma, na qual o aluno só pode fazer um curso por vez.

acesso relativamente restritos, por exemplo, acesso a arquivos com mapas mentais e a referências bibliográficas sobre os temas abordados.

Além do material do curso online, ao buscar compreender as características do empreendedor por meio dos programas do Sebrae, o Empretec não poderia ser deixado de lado. Com a nacionalização dessa metodologia em 2000, o Sebrae dissemina um projeto das Nações Unidas que, segundo o próprio Serviço, “comprovadamente” auxilia o empreendedor e o faz ter mais chances de sobrevivência, poder de competitividade e permanência no mercado. Por ser um seminário presencial pago, do Empretec tivemos acesso somente a materiais divulgados publicamente, mas que se tornaram importantes na composição do que é dito sobre o empreendedor.

5. Dos pontos de partida à Tese

De nossos pontos de partida – isto é, considerando os nossos instrumentos teórico-metodológicos, nossa convivência com os trabalhadores e o estudo do arquivo -, formulamos uma compreensão do empreendedorismo como uma *demanda*.

Trata-se de uma exigência feita aos sujeitos para se conformarem a uma normatividade. Por isso, não deve ser procurada ou localizada *nos* sujeitos, mas naquilo que deles é demandado (aprender a ser, se portar, se mostrar, se conduzir) para alcançar uma ordem social pautada pelo mercado. Essa ordem social mercadológica faz parte da racionalidade neoliberal. Nesse sentido, a demanda empreendedora pode ser compreendida como um *dispositivo de governo neoliberal*, o que quer dizer que em uma rede intrincada de discursos, instituições, leis, arquiteturas e práticas há uma condução do trabalho e dos trabalhadores, e ao fim e ao cabo, da vida em sociedade. Na relação que aqui indicamos, enquanto o neoliberalismo é uma racionalidade de governo, o empreendedorismo é um dos dispositivos que sustenta essa racionalidade.

Como dispositivo que é, o empreendedorismo emerge como uma resposta a uma urgência histórica em que o emprego não é mais nem referência, nem objetivo em um projeto político, econômico e social. A população que vive do trabalho e que, no contexto do Sul Global, sempre criou trabalho, deve fazê-lo dentro do espaço de veridicção possível, ou seja, dentro do cálculo neoliberal. O empreendedorismo é a um só tempo a formação e o destino para que possamos estar dentro desse cálculo. A demanda empreendedora é, ao mesmo tempo, o método empregado e o objetivo a ser alcançado por todos. Para a maioria dos que vivem do trabalho, essa demanda *governamentaliza* as várias formas de trabalhar anteriores e exteriores ao empreendedorismo. O empreendedorismo *governamentaliza* o *polimorfia do trabalho*. Inclusive e principalmente a precariedade constituinte desse polimorfia.

O que queremos dizer é que a precariedade da criação de trabalho para a maioria daqueles que vivem do trabalho é *governamentalizada* por meio do dispositivo do empreendedorismo na era neoliberal. Em suma, a demanda empreendedora é um exercício de *governo da precariedade*.

Todavia, este governo não pode ser analisado como uma hegemonia encerrada em si mesma. Antes, deve ser compreendido como um campo de disputas. Embora colocada como pretensamente inescapável, a demanda empreendedora encontra a resistência na astúcia, no oportunismo e na tática dos sujeitos.

Podemos resumir nossa tese nos seguintes termos: o empreendedorismo é uma demanda que pode ser compreendida como um dispositivo de governo neoliberal. Ela governamentaliza a polimorfia do trabalho no contexto brasileiro. Inclusive e principalmente, a precariedade constituinte dessa polimorfia. Por meio dessa demanda, faz-se o governo da precariedade. Embora colocada como pretensamente inescapável, a demanda empreendedora encontra a resistência na astúcia, no oportunismo e na tática dos sujeitos.

A partir daqui, nosso objetivo é o de explicar e ilustrar este argumento, ou seja, sustentar nossa tese. Tudo o que colocamos nas linhas adiante tenta atestar e levar o leitor a compreender como e por que chegamos a estas afirmações.

5.1 Para falarmos a "mesma língua"

Antes de ampliarmos o argumento lançado, é preciso que falemos a mesma língua, por assim dizer. Tentamos estabelecer aqui as definições que auxiliam a leitura dos demais capítulos – ao menos, assim esperamos. Trata-se do vocabulário que utilizamos ao longo desta tese.

Nosso argumento sustenta uma outra forma de pensar o empreendedorismo e, por isso, elabora um conceito sobre o tema: o empreendedorismo é uma demanda. Todavia, esta é a linha de chegada de nossa pesquisa. Tivemos linhas de partida para operacionalizá-la. Isto é, partimos de definições operacionais sobre empreendedorismo que ao longo da pesquisa foram reformuladas e sustentadas em nossos aportes teóricos e metodológicos de preferência.

Para exemplificarmos: quando decidimos por conviver e conversar com trabalhadores e explicar sobre nosso tema de interesse, tivemos de explicitar uma noção de empreendedorismo e o porquê decidimos que aqueles trabalhadores tinham algo a falar sobre o tema. Se consideramos que eles tinham conhecimento sobre nosso objeto de estudo, havia de nossa parte uma definição *a priori* do que era aquele objeto. Por isso, torna-se importante apresentar a *definição operacional* que utilizamos na pesquisa, ou seja, o significado comunicável de empreendedorismo que colocamos em circulação.

Desta forma, quando falamos de empreendedorismo falamos *a partir* da noção formulada pelo Global Entrepreneurship Monitor. Nesse monitor, empreendedorismo é

> *Qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou empreendimento* como, por exemplo, uma atividade autônoma, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente. Em qualquer das situações a iniciativa pode ser de um indivíduo, grupos de indivíduos ou empresas já estabelecidas [ênfases nossas] (IBQP, 2016, p.109).

A escolha dessa definição deu-se por sua referência direta ao trabalho e pela abrangência dos exemplos que indica. Falamos a partir do trabalho como uma categoria central na vida humana e pensamos o empreendedorismo para além dele. Nesse sentido, a definição do GEM nos ajuda pois diz respeito ao trabalho em geral, mas também ao emprego em específico. No emprego, o empreendedorismo pode ser chamado de *intraempreendedorismo* (ou empreendedorismo corporativo) e concerne à "ação de estimular empregados a se envolverem em atividades de inovação na organização" (IBQP, 2008, p.84).

O GEM aponta ainda que o empreendedorismo pode ser orientado pela *necessidade* ou pela *oportunidade*. O que quer dizer que os empreendedores podem necessitar empreender por não ter outra opção de trabalho ou que podem identificar uma oportunidade que "desejam" perseguir sem que isso tenha a ver com a falta de trabalho (IBQP, 2016, p.112). Desta forma, a definição inclui o que se refere a "criar trabalho", tanto por "necessidade" como por "oportunidade"[67]. Por isso, comporta a *viração*, os *bicos*, as *ôias*[68], o *freelance*[69]. Refere-se também àqueles trabalhadores que podem ter contrato mas não são empregados, os *trabalhadores autônomos*. E também àqueles que não possuem contrato ou registro de formalização, os *trabalhadores informais*. Ainda, pode referir-se aos *empregados*, isto é, trabalhadores com vínculos contratuais relativamente estáveis e duradouros, que em paralelo podem realizar outras atividades de trabalho como empreender.

A definição do Global Entrepreneurship Monitor está alinhada com as definições utilizadas na economia e na administração. Simon Parker (2004, pp.2-5) indica que nessas

---

[67] Consideramos a diferenciação entre necessidade e oportunidade feita pelo GEM problemática. Já que aqueles que necessitam empreender também "criam" ou "percebem" oportunidades em seu ambiente. Trata-se de uma formulação que sugere uma hierarquia entre necessidade e desejo, aos moldes de Abraham Maslow. Ao mesmo tempo, justamente por explicitar essa hierarquia, essa diferenciação nos interessa.

[68] Viração, bicos e ôias são gírias – utilizadas a depender da região geográfica do país – que remetem ao trabalho informal ou ao trabalho autônomo que pode ser ou não paralelo ao emprego.

[69] Estrangeirismo que, em geral, remete ao trabalho autônomo por um período curto de tempo. Também pode remeter ao trabalho informal e pode ser paralelo ao emprego.

ciências iguala-se empreendedorismo a auto-emprego (trabalho autônomo, informal, por conta própria etc.) por basearem-se na lógica de que o trabalhador por conta própria preenche as funções de tomada de risco como empreendedores. Essa equivalência também viria da própria dificuldade de definição de empreendedorismo nas estatísticas sobre trabalho. No nível conceitual, fala-se de empreendedorismo, mas no nível prático, utiliza-se a noção mais próxima da "manifestação do empreendedorismo" (Parker, 2004, p.5). Nas estatísticas, portanto, há comumente a equivalência entre empreendedor e trabalhador por conta própria.

Desta maneira, a definição de empreendedorismo do GEM permitiu que buscássemos as "manifestações do empreendedorismo" tanto com o trabalhador autônomo (MEI, por exemplo), quanto com trabalhadores por conta própria informais. Também permitiu que buscássemos a convivência com "intraempreendedores" em empresas multinacionais e dos trabalhadores em startups. Nosso intuito foi conviver com tais "manifestações" questionando uma equivalência entre trabalhadores de diversos setores e distintas atividades.

É ainda necessário que indiquemos nossa insistência nos termos empreendedorismo, empreendedor e empreender pela diferenciação que nossa língua permite. Enquanto o empreendedor é aquele que decide realizar uma tarefa trabalhosa, o empresário é aquele que administra, gere e dirige uma empresa. Nossa ênfase, portanto, é nesta "tarefa trabalhosa" e nas "decisões" que levam à ela. A empresa e o empresário remetem a um negócio estabelecido, o que não é enfatizado em nossa pesquisa. A escolha por esses termos faz também com que utilizemos o termo "empreendedorização", ao invés de "empresariamento" ou "empresarialidade" para falar das mudanças que buscam transformar as sociedades por meio do empreendedorismo. Justificamos estas escolhas com mais elementos em capítulos à frente.

Por fim, é preciso indicar que a partir de agora todo uso que faremos da palavra empreendedorismo deve remeter à demanda empreendedora. Estabelecido nosso vocabulário, passemos à ampliação de nossos argumentos nas páginas a seguir.

PARTE III – A DEMANDA EMPREENDEDORA

6. Uma definição de empreendedorismo

Pensemos na seguinte frase: "Empreender é se jogar de um precipício e construir um avião durante a queda"[70].

Esta frase – atribuída ao empresário americano, cofundador da rede social LinkedIn e autor, Reid Hoffman – parece-nos uma das definições mais bem acabadas sobre empreendedorismo. Ideológica de seu ponto de partida (o salto do precipício), evoca uma tarefa gigantesca (representada pelo avião) para impor o imperativo da sobrevivência (o vôo) ou, do contrário, o chão se aproximará mais e mais.

É ideológica pois carrega todo o apagamento das perguntas históricas: como se chegou ao precipício? Por que se lançar de lá? Quem, de partida, tem alguma tecnologia, ferramenta ou material para a construção do avião durante a queda? Quem tem pára-quedas? Michel Foucault alertava que é "bem possível que as grandes máquinas de poder sejam *acompanhadas* de produções ideológicas" [ênfases nossas] (2016, p.29).

Todavia, esta definição não pode ser considerada simplesmente ideológica pois é positiva, de outro modo, possui "uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade" (Machado, 2014, p. 20). O qual seja, seu método e sua finalidade não estão apenas no ocultamento, falseamento, negação, naturalização ou inversão da história, estão principalmente na produção de uma normatividade que se impõe no corpo lançado ao abismo, instrumentalizando sua trajetória ao demandar a produção do "avião" – uma tarefa monumental e improvável de ser cumprida desde o início. A produção ideológica que *acompanha* a discursividade empreendedora só pode ser mantida por meio de uma constante chamada à ação, e por meio de "instrumentos efetivos de formação e de acúmulo de saber" (Foucault, 2010a, p.29). Mais que pela *ideologia*, o empreendedorismo é sustentado na constante *mobilização*.

Esta mobilização, contida no "se jogar" da frase atribuída a Reid Hoffman, remete ainda ao exercício de si consigo mesmo. Refere-se a um protagonismo individualizado e contínuo,

---

[70] No inglês, a frase original tem variações: às vezes referindo-se à figura do empreendedor (***An entrepreneur*** *is someone who will jump off a cliff and assemble an airplane on the way down*), outras mencionando "abrir um negócio" ou "abrir uma empresa" (***Starting a company*** *is like throwing yourself off the cliff and assembling an airplane on the way down*). Também se coloca como questão na tradução desta frase o verbo em inglês "*assemble*" que remete a montar ou juntar peças, diferentemente do verbo construir em português que tem seu sentido posto mais na criação e na inventividade. Tendo em mente tais considerações sobre a tradução, preferimos aqui utilizar o verbo empreender no infinitivo sem demarcar o sujeito, mas enfatizando o sentido de realizar uma tarefa trabalhosa em que não estão claras as condições anteriores ao lançar-se do precipício.

representado pelo pronome reflexivo *se*. Remete-nos à *ascese*. Esse exercício de si não propõe exatamente uma "moral da renúncia", aos moldes mais específicos da *ascese protestante* na leitura weberiana, mas ao de "um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura *se* elaborar, *se* transformar e atingir um certo *modo de ser*" [ênfases nossas] (Foucault, 2006b, p. 265). Trata-se da constituição de si, de modo mais geral, como "protagonista" de sua própria história. Ou ainda, trata-se da necessidade de ser para si próprio, incessantemente e durante toda a existência, um objeto (Foucault, 2006a).

Esta definição de empreendedorismo parece tratar do aprimoramento do sujeito como objeto e fim de si mesmo durante a queda (na iminência do encontro com o chão) e por meio do desafio de uma tarefa monumental. Na queda, provocada pelo "livre" se jogar, temos um substantivo feminino que evoca um movimento ininterrupto, do alto para baixo. Movimento que, por metáfora, ainda pode significar enfraquecimento, perda, desprestígio, desvalorização e descrédito. Cair remete também ao encurtamento do tempo e do espaço com o chão. E, por isso mesmo, da escassez de possibilidades para reagir.

A mobilização que sustenta o empreendedorismo é, desta forma, regida pelo signo da precariedade contida na queda do precipício, instala-se na urgência do corpo em sobreviver e se reproduz incessantemente na expectativa de cumprir a tarefa do vôo.

6.1 O empreendedorismo é uma demanda

Este "puxar conversa" serviu para ilustrar como construímos nosso entendimento do que é o empreendedorismo.

Em termos gerais, compreendemos o empreendedorismo como uma *demanda* que mobiliza de forma ininterrupta os indivíduos e está posta na antinomia de um exercício de si por meio da *liberdade* em jogar-se do precipício e na *imposição* urgente em sobreviver por meio do vôo. Para alguns, lançar-se do precipício será uma grande aventura. Para muitos outros, será uma questão da perseverar até o encontro com o chão.

Conforme já anunciamos, utilizamos a expressão demanda empreendedora como sinônimo da palavra empreendedorismo. A palavra parece-nos pouco para aquilo que pretendemos caracterizar, sendo a expressão mais abrangente. *Empreendedorismo* relaciona-se diretamente com a política econômica, com os termos da Administração e da Economia.

Preferimos falar de *demanda empreendedora* para alargar uma ideia que se impõe não somente ao indivíduo, ou aos trabalhadores ou a determinada parcela da população, mas a cada um e a todos.

Há de se explicar que a expressão demanda empreendedora é um empréstimo, ao mesmo tempo, uma adaptação que fazemos das ideias de Ulrich Bröckling (2015). Empréstimo pois o autor se utiliza dela, mas adaptação pois ele não a define.

A preocupação deste autor é de dar nome ou protagonismo ao constante chamado do empreendedorismo. À novidade mais aterradora sintetizada por Gilles Deleuze[71], Bröckling adiciona outra não menos terrificante: a injunção de que todos devem transformar a si mesmos, até o último rincão de suas almas, em empreendedores em missão própria [tradução nossa] (2015, p.11). Para ele, essa injunção forma um esquema interpretativo complexo, um *self* empreendedor, que deve ser utilizado por todos para compreenderem a si mesmos e a suas vidas. A preocupação de Bröckling, da qual compartilhamos, está na composição de uma *genealogia da subjetivação*.

Para Bröckling (2015), não há algo como uma entidade ou um sujeito empreendedor completamente formado pela demanda para que se empreenda. Ele indica que o *self* empreendedor está em constante formação, é o potencial, o aprendizado e a formação para ser empreendedor. O *self* empreendedor é um gerúndio. Por isso, o autor indica que

> O Self empreendedor não possui nome, nem endereço. Espécimes não podem ser encontradas nem em escritórios, nem em startups. Tampouco é o que as pesquisas empíricas das ciências sociais indicam como sendo uma "personalidade modal", a construção estatística de um sujeito mediano que combina os traços mais comuns de personalidade em um determinado grupo. Não é o mais novo tipo social, depurado em entrevistas ou estudos de caso psicanalíticos. Não é uma máscara de caráter como na crítica marxiana da ideologia, nem é um roteiro da sociologia do interacionismo. O termo "self empreendedor" não denota uma entidade empírica observável mas uma maneira de abordar os indivíduos como povo, de alterá-los e fazer com que eles se alterem de uma forma particular. É uma ficção real no sentido empregado por Hutter e Teubner: um "como se" altamente efetivo, que inicia e sustenta um processo de modificação dos sujeitos e de modificação de si pela mobilização do desejo de se manter e do medo de estar fora de uma ordem social que sustentada por mecanismos de mercado. O self empreendedor é um sujeito no gerúndio – não é algo que existe mas algo que deve ser trazido à existência [tradução nossa] (Bröckling, 2015, p. 20).

[71] "Informam-nos que as empresas têm uma alma, o que é efetivamente a notícia mais terrificante do mundo" (Deleuze, 1992, p.222).

Tendo em vista o *self* empreendedor, voltemos à tentativa de sistematizar a demanda empreendedora. De nossa parte, pensamos que essa expressão, mais que o substantivo empreendedorismo, enfatiza o que nos interessa pesquisar em termos mais específicos: o empreendedorismo como um intenso e contínuo imperativo para uma forma de inserção econômica que também se espraia como um modelo de organização social e comportamental no neoliberalismo.

Ao escolhermos pelo uso desta expressão, por um lado, ressaltamos a mobilização contínua, por outro, enfatizamos uma demanda específica, a empreendedora. Não falamos de uma demanda empresarial pois pensamos que o empreendedorismo e o empreendedor são representações mais agudas em nosso argumento sobre a história do presente, mais do que a empresa e o empresário. As definições das palavras empreendedor e empresário no português permitem nossa ênfase no primeiro em detrimento do segundo.

Nosso esforço está em colocar lentes de aumento sobre a demanda especificamente empreendedora pois essa representa o alto risco do início de um negócio, representa o momento crítico da construção de uma empresa em que tudo se configura como inseguro e incerto, como algo que é (mais ou menos) provável no futuro. Se falássemos de uma demanda empresarial, a nosso ver, estaríamos falando mais da gestão e manutenção, e menos do desafio, do risco e da incerteza.

A empresa e o empresário são representações de manutenção e melhoramento de processos em um negócio já estabelecido. Falar de uma demanda por sermos empresários de nós mesmos é pressupor uma atividade que se estabelece e que pode ser administrada. Mas a insistência em diferenciar entre estas demandas dá-se pois nossas análises se voltam menos a uma estabilidade (relativo aqui à possibilidade de acesso a algo estabelecido contido na noção de empresa) e mais à ininterrupta mobilização dos indivíduos ao risco e à insegurança.

Nossa preocupação é ressaltar a falta de qualquer estabilidade contida na demanda empreendedora para a maioria da população que vive do trabalho.

Trata-se, portanto, de uma questão de ênfase: o empreender é o estado crítico do empresariamento. Por isso também, evitamos as expressões "empresariamento" (Ambrózio, 2011) e "empresarialidade" (Dinis e Ussman, 2006), e valorizamos o uso de uma tradução mais recente, a de *empreendedorização da sociedade*[72]. Essa tradução também nos ajuda a acentuar

[72] Tradução livre do termo em inglês "*entrepreneurialization of society*". Em um primeiro momento, Tomas Marttila (2013a, 2013b) falará de um "empreendedorização do social" que pode eventualmente tornar-se visível.

a demanda fora do sujeito, redefinindo-o como uma população a ser regulada, isto é, acentua o empreendedorismo como a forma de governar um povo. Esse conceito foi desenvolvido por Tomas Marttila (2013a, 2013b, 2018) e relacionado aos estudos de governamentalidade.

Por "empreendedorização da sociedade", Marttila (2018) compreende um processo histórico que viabiliza a disseminação de conceitos, ideias, e racionalidades neoliberais. Ele desenvolve o significado da expressão baseando-se nos trabalhos de Nikolas Rose (1990; 1996) e Paul DuGay (1996), nos quais identifica a convicção – própria do neoliberalismo – de que indivíduos, instituições e organizações não podem funcionar plenamente se não adotarem qualidades e competências empreendedoras. Nessa proposta, o autor elucida que é preciso subverter o argumento mais comum de que o empreendedor tem servido como um modelo de ação para grande parte dos atores sociais e voltar a atenção às mudanças históricas que levaram à "empreendedorização da sociedade", ou ainda, que levaram à governamentalização do empreendedor[73].

6.1.1 Por uma questão ética, política e teórico-metodológica

Faz parte de nosso esforço em definir a demanda empreendedora insistir na sua *positividade*, o qual seja, insistir principalmente na sua chamada à mobilização. Por outro lado, é necessário também justificarmos a recusa a outras noções recorrentemente anunciadas sobre o empreendedorismo como *ideologia* (Coelho-Lima, 2016), *mitologia* (Ehrenberg, 2010; Antunes, 2018) ou *falácia* (Campos & Soeiro, 2016). Justificamos nossa recusa a esses termos por motivos éticos, políticos e teórico-metodológicos.

Mais a frente, passa a designar que a "empreendedorização da sociedade" é um processo histórico que viabiliza as ideias e racionalidades neoliberais (Marttila, 2018). Nas pesquisas brasileiras, encontramos o uso do termo "empreendedorização", na tese de doutorado de Rene José Rodrigues Fernandes, defendida em Fevereiro de 2019, na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Nesta tese, o autor faz uso do termo como tradução livre para a palavra em inglês "entrepreneurialism".

[73] Aprofundaremos a noção de governo mais adiante. No entanto, adiantamos alguns elementos. A governamentalização do empreendedor é o processo de transformação do empreendedor em uma forma de governo. Marttila (2018) leva em consideração o que Foucault explica como sendo a "estatização contínua das relações de poder". Ou seja, "É certo que o Estado nas sociedades contemporâneas não é simplesmente uma das formas ou um dos lugares – ainda que seja o mais importante – de exercício do poder, mas que, de um certo modo, todos os outros tipos de relação de poder a ele se referem. Porém, não porque cada um dele derive. Mas antes, porque se produziu uma estatização contínua das relações de poder (apesar de não ter tomado a mesma forma na ordem pedagógica, judiciária. econômica, familiar). Ao nos referimos ao sentido restrito a palavra "governo", poderíamos dizer que as relações de poder foram progressivamente govemamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado" (Foucault, 1995, p.247).

Falemos primeiramente das questões teórico-metodológicas. Os instrumentos de pensamento dos quais nos apropriamos neste trabalho derivam da genealogia nos termos de Foucault. Tais instrumentos não permitem que utilizemos sem cautela conceitos que predizem uma "verdade" oculta (e tudo o que dela pode ser extraído: a origem, o idêntico, a permanência, o universal). Vejamos os porquês.

No texto "Nietzsche, a genealogia e a história"[74] (2014/1971), Foucault apresenta e distingue palavras nos escritos do filósofo alemão. Analisa principalmente o sentido de *Ursprung*, *Herkunft*, *Entstehung*, *Abkunft* e *Geburt* que são traduzidas, respectivamente, como origem, proveniência, emergência (traduzida também como surgimento), ascendência e nascimento. Não é nosso objetivo nos demorarmos no vocabulário nietzschiano, mas a importância de apresentá-lo vem da necessidade de compreensão da genealogia como atualizada em termos foucaultianos. Assim, entre os vocábulos utilizados por Nietzsche, Foucault intenta apresentar a genealogia entre três termos: como a recusa à pesquisa da história desde a "origem"[75] (*Ursprung*), passando a evocá-la ao nível da *proveniência* (*Herkunft*) e da *emergência* (*Entstehung*) (Azeredo, 2014, p.64).

---

[74] É preciso processar, mesmo que brevemente, o nietzschianismo que atravessa Foucault (Azeredo, 2014). Para entender a genealogia foucaultiana, um passo elementar é o de se apropriar da leitura do "sentido histórico" em Nietzsche. Para tanto, recomendamos a leitura do breve texto intitulado "Nietzsche: a verdade como ficção" (Zaterka, 1996) e do artigo "Nietzsche, pensador da história? Do problema do 'sentido histórico' à exigência genealógica" (Denat, 2008). Além dessas recomendações, cabe fornecer ao leitor de maneira mais imediata algumas informações sobre o nietzschianismo em Foucault. Apesar de não ser afeito à filiação, Foucault apaixonou-se pela leitura do Nietzsche dos anos de 1880 e em várias declarações falou da importância do filósofo alemão para seu o trabalho (Foucault, 1999). Em textos a partir da década de 1960 é possível ter maior dimensão da marca nietzschiana em Foucault, como na fala no Colóquio em Royaumont, intitulada "Nietzsche, Freud, Marx" (em 1964), em que o autor indica o estabelecimento de uma nova hermenêutica fundada pelos três autores. Ou, ainda, no texto que tratamos nas linhas acima chamado "Nietzsche, a genealogia e a história" (de 1971), em que esmiúça e atualiza a genealogia nietzschiana. Em fevereiro de 1966, juntamente com Gilles Deleuze, Foucault inicia a edição francesa das obras completas de Nietzsche. O desejo de uma leitura rigorosa, que fizesse jus e devolvesse ao "pensador maldito" sua "'verdadeira' cara" anima Foucault. Ele toma para si a tarefa genealógica nietzschiana, atualizando-a. Conforme Motta (2000) na Apresentação do Volume 2 de "Ditos e Escritos" (edição brasileira), "o trabalho de Nietzsche foi um dos eixos que permitiram operar a passagem da arqueologia à genealogia" no trabalho de Foucault. O qual seja, permitiu que do enunciado, Foucault passasse ao estudo do poder. O pensador francês insistiu, perseguindo o legado de Nietzsche, no "desafio de fazer revirar o fundo acomodado das camadas históricas que perpetuavam as crenças a respeito de nossa 'origem' ocidental" (Carvalho, 2012, p. 225). Ainda, assim como Nietzsche, Foucault persistirá na ideia de que a genealogia é situada entre o corpo e a história: a busca genealógica "deve mostrar todo o corpo impregnado de história e a história causando a ruína do corpo" (Foucault, 2014, p. 65). Neste sentido, a busca genealógica, é a tentativa "[d]a superação da história metafísica na medida em que toma o corpo como a mais palpável superfície de inscrição dos acontecimentos" (Carvalho, 2012, p.236). É neste sentido que "a genealogia é cinza" (Foucault, 2014, p. 55), pois é a cor da mistura entre história e corpo.

[75] Colocamos as palavras origem e verdade entre aspas ao falar das concepções nietzschianas para enfatizar a ficcionalidade dessas ideias, assim como o faz Nietzsche em seus escritos. Em certa medida, seguimos ao longo de todo texto deste capítulo a indicação nietzschiana encontrada em Zaterka (1996, p.89): "Quando o filósofo [Nietzsche] pretende efetuar um distanciamento frente a determinadas palavras, ele utiliza a pontuação como instrumento. É por isso que a 'verdade' está freqüentemente entre aspas". Portanto, para as palavras com as quais

A ideia da "origem" demarca um lugar instituído, um começo e uma verdade e, por isso mesmo, uma identidade. "É preciso ser metafísico para lhe procurar uma alma [a da história] na idealidade longínqua da origem" (Foucault, 2014, p. 61). No entanto, "o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate" (Foucault, 2014, p. 59). Neste sentido, é preciso insistir na *proveniência* (*Herkunft*) pois é a partir dela que se pode pensar a heterogeneidade, "descobrir todas as suas marcas sutis, singulares, subindividuais que podem se entrecruzar [...] e formar uma rede difícil de desembaraçar" (Foucault, 2014, p. 62).

A pesquisa da *proveniência* (*Herkunft*) é a pesquisa pelos "começos inumeráveis" e dos "mil acontecimentos agora perdidos" (Foucault, 2014, pp. 62-63). A noção de *proveniência* recoloca a "origem" das coisas por baixo, recusando a perfeição de um início, uma "alta origem", por assim dizer. Insere a ironia das descontinuidades e dos acidentes na leitura histórica.

> A admissão do entroncamento de distintas raízes, acidentes e dispersões heterogêneas, que marcam a *proveniência*, acentuarão, de maneira obtusa, o campo crítico de onde a genealogia se posiciona para se dirigir ao ponto de surgimento dos movimentos que marcam a história [ênfases nossas] (Carvalho, 2012, p.30).

A *emergência* (*Entstehung*) terá também papel decisivo na recusa da "origem" na genealogia, juntamente com a *proveniência* (*Herkunft*). Além dos começos inumeráveis, a pesquisa genealógica buscará as condições da emergência histórica, "é, portanto, a entrada em cena das forças" (Foucault, 2014, p. 67). É também um "lugar de afrontamento", mas não pode ser resumido a um campo fechado em que oponentes tem força em pé de igualdade. Pelo contrário, é o lugar como distância entre os oponentes, é o "não-lugar" em que

> Homens dominam outros homens e é assim que nasce a diferença dos valores; classes dominam classes e é assim que nasce a idéia de liberdade; homens se apoderam de coisas das quais eles têm necessidade para viver, eles lhes impõem uma duração que elas não têm, ou eles as assimilam pela força – e é o nascimento da lógica. Nem a relação de dominação é mais uma "relação", nem o lugar onde ela se exerce é um lugar. E é por isto precisamente que em cada

---

temos uma relação de distância, usamos aspas; para aquelas que são parte ilustrativa de nossos objetivos nesta Tese, usamos o itálico para ressaltá-las.

> momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosamente procedimentos (Foucault, 2014, p.68).

Neste sentido, a recusa à "origem" e a preferência por uma pesquisa que preza a *proveniência* e a *emergência* apresentam o atravessamento nietzschiano em Foucault, mas sobretudo apresentam uma das tarefas que o autor francês coloca para si mesmo: a de meticulosamente e pacientemente marcar os rituais de dominação, os imperativos e os procedimentos, sustentados em um jogo de forças. É preciso que aquele que realiza a pesquisa genealógica, o genealogista, escute "a história em vez de acreditar na metafísica". Esse pesquisador deve aprender que "atrás das coisas há 'algo inteiramente diferente': não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas" (Foucault, 2014, p. 58).

Por meio da genealogia, portanto, tem-se ao menos duas premissas para a pesquisa[76]: a recusa à "origem", o que quer dizer a recusa à "verdade original"; e a ênfase no jogo de forças que constituem os discursos legitimados como "verdadeiros". O problema que se coloca é menos o do descobrimento da "verdade" e mais do *funcionamento da verdade*. Isso quer dizer, do *regime de verdade* em que os discursos funcionam e circulam como "verdadeiros", os instrumentos de distinção entre o "verdadeiro" e o "falso", "as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro" (Foucault, 2014, p. 52). A genealogia, neste sentido, busca neutralizar tanto a ideia que faz da ciência o conhecimento que promove a salvação do sujeito, tirando-lhes da alienação, como a que faz da ideologia "um conhecimento em que o sujeito tem

---

[76] Indicamos estas duas premissas para a pesquisa, mas isto pode ser melhor aprofundado se levarmos em consideração a *genealogia do poder* como pensada por Foucault. Ou seja, se voltarmos às bem-conhecidas precauções para o estudo do poder em Foucault (2016, pp.24-30). São elas: 1) estudar o poder em suas capilaridades, longe de suas "formas regulamentadas e legítimas"; 2) estudar o poder em suas práticas "reais e efetivas", "nesses processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos"; 3) Compreender o poder como algo que circula, funciona e que "transita pelo indivíduo que ele constituiu"; 4) é preciso uma análise ascendente do poder, ou seja, pensar a partir das técnicas e procedimentos mais infinitesimais como essas foram colonizadas em estratégias mais gerais; 5) para que se exerça poder há de se produzir e fazer circular "aparelhos de saber que não são acompanhamentos ou edifícios ideológicos". Em suma, o poder não é uma coisa, posto que é uma relação, uma prática. Por isso, não se pode ter poder. O poder é exercido. Se não há quem ou o que o detenha a priori, não há um centro fixo do poder, e isso desvincula-o como sendo do Estado ou de uma determinada classe, existem formas outras de exercício do poder para além das instituições dominantes, que podem ou não se ligar a essas. Os exercícios de poder são produtivos, não são essencialmente repressivos, o poder se exerce para fazer viver. E para fazer viver, o poder forma e organiza saberes, coloca-os em circulação.

sua relação com a verdade perturbada, obscurecida, velada pelas condições de existência" (Machado, 2014, p. 27).

Desta forma, ao falarmos do empreendedorismo como ideologia, mitologia, ou falácia estamos supondo um "abuso ideológico" (Barthes, 2009, p. 11) que desloca, mascara, obscurece, macula uma "verdade", seja a da "identidade" do trabalhador ou a do trabalho decente originário, justo e intocável. Tais conceitos fazem com que ignoremos as próprias condições políticas para a regulação e para o controle do trabalho, e as disputas e lutas ao redor disso. (E mesmo que tomemos como referência uma "verdade" do trabalho decente como sendo aquele muito temporariamente "alcançado" no Norte do mundo – nos "trinta anos gloriosos do capitalismo", ao redor do emprego -, não estaríamos considerando que essa "verdade" foi por muito a expectativa mas nunca a realidade para a maioria da população que vive do trabalho). Portanto, a recusa à "origem" ou à "verdade" nos faz igualmente recusar qualquer palavra que impregne na demanda empreendedora a ideia de falsidade: "falácia", "mito", "ideia mistificadora", etc.

Um segundo motivo para nossa recusa a tais termos provém destas primeiras questões teórico-metodológicas sobre a "verdade", mas carrega o peso de pensar a ética no fazer da pesquisa e nos efeitos políticos que se configuram com a pesquisa e pela pesquisa. Torna-se importante apresentar essas questões pois "a qualidade moral da experiência dos cientistas sociais atuantes, a vida ética que levam enquanto fazem suas pesquisas, praticamente nunca é discutida, exceto nos termos mais genéricos" (Geertz, 2001, p.31). Pensar sobre o que é pesquisa e sobre o processo de pesquisa é configurá-la como uma forma de conduta, é encará-la eticamente. Ademais, é preciso que nossa conduta seja localizada por dentro da economia dos saberes, que recusemos estar fora dela, que pensemos nos efeitos que nossas afirmações transmitem e por quais efeitos elas são atravessadas e sustentadas. Em suma, é preciso "pensar os problemas políticos" da pesquisa (Foucault, 2014, p.53).

Para este exercício de pensamento ético e político, propomos o uso alegórico de uma sequência de cenas relativamente bem conhecida do filme "O guia pervertido da Ideologia"[77] em que o filósofo esloveno Slavoj Žižek comenta outro filme: "Eles vivem" lançado em 1988, de roteiro e direção de John Carpenter.

[77] "O guia pervertido da ideologia" (2012) de Sophie Fiennes, estrelado pelo filósofo esloveno Slavoj Žižek.

“Eles vivem” conta a história de uma descoberta. O protagonista, John Nada – um trabalhador, em situação de rua, branco e pobre -, encontra uma caixa de papelão escondida em uma falsa parede de madeira de uma igreja abandonada. A caixa contém vários óculos de sol de lentes pretas e Nada pega um deles para si. Ao colocá-los, ele começa a ver a “verdade” por trás de tudo e de todos. As propagandas e as pessoas começam a ser desmascaradas com o uso dos óculos: Nada olha para os outdoors e enxerga a verdadeira mensagem, olha para as pessoas e consegue perceber o que elas realmente são. Através das lentes pretas, Nada desvenda a “verdadeira” ordem social em que vive, conseguindo desmantelá-la. Slavoj Žižek comenta que os óculos encontrados pelo protagonista funcionam como “óculos da crítica à ideologia” com os quais desvela-se a “realidade”.

Em uma das cenas mais intensas do filme de Carpenter, John Nada entra em uma luta física com seu amigo, John Armitage – outro trabalhador, negro e pobre – para fazê-lo colocar os “óculos da crítica à ideologia”. Nada inicia uma batalha corpo a corpo para que Armitage também tenha acesso à “verdade”. Segundo o comentário de Žižek, a luta entre os dois amigos representa a dor e o desgaste da crítica à ideologia, em que o conforto e o prazer da ignorância produzem a resistência de Armitage em não querer saber a “verdade” que Nada lhe impõe. Contudo, o filósofo esloveno conclui seu comentário indicando que a ideologia deve ser compreendida pelo inverso do que o filme de John Carpenter propõe. Ou seja, a ideologia seria a lente com a qual vemos a realidade distorcida, “os óculos”. Žižek sugere que a crítica à ideologia deveria ser livrar-nos dessa lente, “tirar os óculos”.

Descrita esta sequência, voltemos a pensar nossa conduta no processo da pesquisa. As trajetórias dos trabalhadores com as quais tivemos contato reafirmam na demanda empreendedora uma “utilidade”, um espaço simbólico e material em que se constrói um “sentido” para o “disparate” do mundo, em que se organiza a vida e, por vezes, a própria sobrevivência do corpo. Explicar suas trajetórias de trabalho (e, ao fim e ao cabo, suas vidas) como suportadas ou atravessadas por uma ideologia, mitologia ou falácia seria pressupor que nosso lugar é de deter uma “verdade” sobre suas trajetórias e sobre a ordem social em que eles estão inseridos. Se a alegoria é útil, como pesquisadoras seríamos John Nada, aquele que descobre um meio de acessar a verdade e desmantelar a ordem social. Teríamos os “óculos da crítica à ideologia” e, por isso, o poder de apresentar a “verdadeira” realidade. A pesquisa, por

sua vez, corresponderia a luta intrínseca à crítica à ideologia, em um corpo a corpo para que os trabalhadores, representados por John Armitage, abandonem o conforto da ignorância e coloquem os óculos.

Esta comparação pode ser avaliada como inadequada por alguns e relativista por outros. No entanto, o que buscamos com ela, primeiramente, é ilustrar nossa conduta diante de um processo limitado de pesquisa, reafirmando que os trabalhadores não são objetos *de* nossa crítica, não são a mercadoria dos dados na economia do academicismo que utilizamos para afirmar uma "verdade" a que tivemos acesso privilegiado. Eles são parte da crítica, sem que nós, pesquisadoras, pudéssemos (ou precisássemos) impor-lhes as lentes da "verdade". Em segundo lugar, esta comparação pretende esclarecer que nossa pretensão como pesquisadoras é mais local e específica que a busca de uma "origem": não pretendemos ser representantes da "identidade" dos trabalhadores ou da "verdade" do trabalho (Foucault, 2014, p. 46). Dessa maneira, seguimos a hipótese foucaultiana[78] para o trabalho intelectual que sugere que

> O problema político essencial para o intelectual não é criticar os conteúdos ideológicos que estariam ligados à ciência ou fazer com que sua prática científica seja acompanhada por uma ideologia justa; mas saber se é possível constituir uma nova política da verdade. O problema não é mudar a "consciência" das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade (Foucault, 2014, p. 54).

Em terceiro lugar, cabe o aviso de que a insistência na positividade da demanda empreendedora e no regime que a sustenta não é uma brecha para que se relativize coisas que não se pode relativizar. Não há questionamento ou relativização possível da violência e da dominação fundadoras das políticas neoliberais[79], por exemplo. Analisar um aspecto particular do neoliberalismo – a demanda empreendedora – não é um esforço por relativizar ou fazer proselitismo sobre a escravidão, o genocídio, os roubos sistemáticos e todos os tipos de injustiça e dominação social. Pelo contrário, propor uma análise outra que não centrada numa hipótese repressiva, que não voltada somente às falsidades dos discursos, é reconhecer que "[...] se trata

---

[78] Na entrevista intitulada "Verdade e Poder" de 1977, Foucault discorre sobre o papel do intelectual e os problemas políticos que se colocam entre o poder e a verdade. No entanto, avisa que suas considerações especificamente sobre "os problemas políticos dos intelectuais" são uma "hipótese" (Foucault, 2014, p. 53).

[79] Exemplo disto, do qual falaremos mais adiante, é a o terrorismo de Estado perpetrado pelas ditaduras civis-militares, particularmente no cone sul, com o apoio de países do norte, nomeadamente os Estados Unidos da América, a partir do final da década de 1950 e início da década de 1960. Neste sentido, a violência foi a parteira da sociedade neoliberal na América Latina, se pudermos utilizar a máxima de Karl Marx (2013, p. 786).

de uma guerra que se trava por todos os meios possíveis para implantar o novo regime de poder e a nova forma de existência" (Dardot e Laval, 2016, p.20).

Portanto, não nos interessa uma "verdade" mascarada pela demanda empreendedora, mas a produção dos *efeitos de verdade* dos quais a demanda empreendedora é parte. Ainda, não nos interessa assumir o lugar dos reguladores da "verdade", colocando-nos à parte dos *regimes de verdade*. Não é nosso objetivo pensar na pesquisa pelo jogo de termos "ciência/ideologia", antes, intentamos pensar o jogo posto nos termos "verdade/poder" (Foucault, 2014, p.53). Enfim, não nos interessa pensar a demanda empreendedora em termos negativos, como se por ela houvesse somente uma negação aos sujeitos (do verdadeiro, do bom e do justo). Insistiremos nos seus *efeitos de verdade*, na sua *positividade*.

7. A demanda empreendedora é um dispositivo de governo neoliberal

Por meio de sua *positividade*, compreendemos a demanda empreendedora como um *dispositivo de governo neoliberal*.

Essa afirmação não é um diagnóstico simplesmente, mas serve para apresentar sob quais leituras teóricas compreendemos esta demanda. Ela remete diretamente aos conceitos foucaultianos[80] de *dispositivo* e de *governo*, além de apresentar um entendimento específico sobre o que é *neoliberalismo*. Assim, para compreender tal afirmação será preciso decompô-la e, para tanto, dividi-la entre estes conceitos. Mas avisamos que esta é apenas uma das formas de organizar nossa proposição e estamos cientes que ela carrega um emaranhado de outros conceitos que não poderão ser aqui aprofundados à exaustão. Os conceitos que serão expostos pretendem uma ênfase naquilo que nos interessa em relação à temática de nosso estudo, sendo complementados eventualmente por notas de rodapé. Seremos, portanto, instrumentais.

---

[80] Aqui cabe uma explicação ao leitor. A obra de Foucault situa-se no espaço incômodo da liberdade de apropriação. O autor nos convida ao uso instrumental de sua obra, o que é, ao mesmo tempo, um chamado a um modo livre de apropriação de seu percurso intelectual, e a demonstração de como ele mesmo se apropria livremente de seus autores de preferência. Conforme sua famosa máxima: "Quanto a mim, os autores de que gosto, eu os utilizo" (Foucault, 2014, p.233). Mas a caixa de ferramentas que Foucault oferece comporta ao menos duas outras pistas de suas intenções como intelectual: a sua insistência em ser um "intelectual específico", rejeitando a figura do "intelectual universal", ou melhor, recusando ser "a consciência clara e individual da uma universalidade da qual o proletariado seria a forma obscura e coletiva" (Foucault, 2014, pp.46-47); e rejeitando qualquer registro de autenticidade e de pertencimento a um lugar na tradição filosófica, ou ainda, rejeitando fazer parte do "ritual acadêmico do comentário" (Alvarez, 2015, p.16). Todavia, entre o convite à livre apropriação de sua obra e as recusas à tradição, não se pode deduzir uma vulgarização do trabalho intelectual de Foucault, muito menos significa encontrar em suas obras uma leitura inconsistente ou desleixada. Bourdieu (1996 citado por Alvarez, 2015, p.17) em seu comentário "*Qu´est-ce que faire parler un auteur?: À propos de Michel Foucault*" (em tradução livre: Sobre o que fala um autor?: Sobre Michel Foucault) indica que a escrita de Foucault era a de um "autor consciente" que "torna-se difícil de ler para poder encontrar seus verdadeiros leitores e, em contrapartida, contornar as ameaças representadas pelas forças da não-recepção". Bourdieu (1996 citado por Alvarez, 2015, p.17) ainda explica que Foucault "buscava não os leitores que leem para falar em seguida do que leram, mas sim aqueles que leem para, a partir disso, fazer alguma coisa, fazer avançar o conhecimento". O avançar inclui os descaminhos e o esforço de conhecer um pensamento denso e complexo, incluía da parte de Foucault o empenho constante de "esclarecer, sempre com rigor, suas escolhas teórico-metodológicas, caracterizar as hipóteses em jogo, corrigir seus pontos de vista e, por vezes, indicar as leituras equivocadas de seus trabalhos" (Alvarez, 2015, p.17). É neste espaço de liberdade e de tentativas permanentes de avançar (não no sentido evolutivo, mas no sentido de deixar para trás) que apropriamo-nos da caixa de ferramentas de Michel Foucault. Pensamos que o único sinal de reconhecimento que se pode ter para com um pensamento como o dele "é precisamente utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger, gritar" (Foucault, 2014, p.143). É de um espaço específico, local e heterogêneo que pretendemos pensar o problema que aqui examinamos. Para tanto, nas linhas abaixo apresentamos os "instrumentos de pensamento" que escolhemos dentre as várias e variadas possibilidades da caixa de ferramentas foucaultiana. São instrumentos com os quais exercitamos a *problematização*, isto é, aquele "exercício crítico do pensamento que se opõe à ideia de uma pesquisa metódica da 'solução'" (Revel, 2005). Para isso, será preciso o ritual do comentário acadêmico para que o leitor acompanhe o uso que fazemos de Foucault, em verdade, trata-se mais do compromisso e da sinceridade com o leitor do que dos rituais em si.

7.1 Dispositivo

Num traçado aberto por Deleuze (1990), Giorgio Agamben (2005, p.9) apresenta a "hipótese" de que a palavra *dispositivo* é um "termo técnico decisivo na estratégia do pensamento de Foucault".

Desde a "Arqueologia do Saber" (2008), Foucault utiliza a palavra *positividade* que tem a mesma derivação etimológica de *dispositivo* (do latim, *ponere*). Mas é somente em "O poder Psiquiátrico" (2006) que Foucault inaugura o uso desse termo, conforme indica Thomas Lemke (2018, p. 38). Em meados da década de 1970, sobretudo com a publicação de "Vigiar e Punir" (2013), Foucault passa a utilizar largamente o termo *dispositivo*, sem nunca tê-lo definido propriamente[81]. Apesar disso, é certo que esta terminologia acompanha os deslocamentos das preocupações e métodos de Foucault. A utilização de *dispositivo* sobrepõe-se à de *episteme*[82], marcando uma ampliação de método entre a arqueologia e a genealogia; bem como, apresentando um deslocamento para uma nova preocupação do pensador francês relativa à *governamentalidade* – termo com o qual nos ocuparemos mais à frente.

Ainda segundo Agamben (2005, p.10), foi preciso "traçar uma sumária genealógica deste termo" tanto na obra de Foucault quanto no contexto histórico mais geral para que se pudesse compreender a sua importância. Em um primeiro momento, o filósofo italiano fornece explicações para compreendermos de onde Foucault retira a terminologia *dispositivo*. E indica que a *proveniência* do termo está guardada no ensaio "Introdução à filosofia de Hegel" (tradução livre do original "*Introduction à la philosophie de Hegel*") de Jean Hyppolite. No terceiro capítulo desse ensaio, que tem por título "Razão e História. As ideias de positividade e de destino" (tradução livre do original "*Raison et histoire. Les idées de positivité et de destin*"), Hyppolite argumenta que "positividade" e "destino" são "dois conceitos-chave do pensamento hegeliano".

---

[81] Conforme Agamben (2005), Foucault chega próximo a uma definição de dispositivo em uma entrevista em 1977, intitulada "Sobre a história da sexualidade" (título como exposto no livro Microfísica do Poder [2014, pp.363-406]).

[82] Conforme Foucault (2014, 2014, p. 367), "Agora, gostaria de mostrar que o que chamo de dispositivo é algo muito mais geral que compreende a *épistémè*. Ou melhor, que a *épistémè* é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não-discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos".

Em especial, o termo “positividade” para a filosofia hegeliana localiza-se na oposição entre “religião natural” e “religião positiva ou histórica”. O primeiro tipo é da relação “imediata e geral da razão humana com o divino”, o segundo é aquele do “conjunto das crenças, das regras e dos ritos que em uma determinada sociedade e em um determinado momento histórico são impostos aos indivíduos pelo exterior”. A oposição entre essas religiões corresponde à própria oposição entre natureza e positividade que, segundo Hyppolite é, por sua vez, correspondente à “dialética entre liberdade e coerção e entre razão e história” (Agamben, 2005, p.10). Para Agamben, as passagens escritas pelo mestre de Foucault[83] sobre a centralidade do termo “positividade” em Hegel não poderiam passar despercebidas, o que levaria à seguinte conclusão:

> Se "positividade" é o nome que, segundo Hyppolite, o jovem Hegel dá ao elemento histórico, com toda a sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, por assim dizer, interiorizada nos sistemas das crenças e dos sentimentos, então Foucault, tomando emprestado este termo (que se tornará mais tarde "dispositivo") toma posição em relação a um problema decisivo, que é também o seu problema mais próprio: a relação entre as indivíduos como seres viventes e o elemento histórico, entendendo com este termo o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder. O objetivo último de Foucault não é, porém, como em Hegel, aquele de reconciliar os dois elementos. Nem mesmo a de enfatizar a conflito entre estes. Trata-se para ele antes de investigar os modos concretos em que as positividades (ou os dispositivos) atuam nas relações, nos mecanismos e nos "jogos" de poder (Agamben, 2005, p.10).

Seguindo o traçado de Agamben, o *dispositivo* em Foucault não é um termo particular, do contrário, trata-se daquele que ocupa o lugar dos “universais” na obra foucaultiana; bem como o conceito de positividade na obra de Hegel, de acordo com Hyppolite. Mas essa afirmação não prediz que Foucault, a partir da noção de *dispositivo*, passe a considerar “universais”, passa sim a utilizar um *conceito operativo de caráter geral*, ou seja, mais que para “universais”, Foucault abrirá espaço para “universalizáveis”[84] (Koopman, 2013, p.233). Além

---

[83] Em sua longa relação com Hyppolite, Foucault sucede-o no Collège de France e como anuncia em sua fala inaugural: “Ora, se somos muitos os devedores de Jean Hyppolite, é porque, infatigavelmente, ele percorreu para nós e antes de nós esse caminho através do qual nos afastamos de Hegel, tomamos distância, e através do qual nos encontramos de volta a ele mas de outra maneira, logo em seguida obrigados a deixá-lo novamente” (Foucault, 2014b, p.68).

[84] Segundo Koopman (2013), a rejeição de Foucault à universalidade de categorias e conceitos metodológicos não é correspondente à rejeição daquilo que é universalizável. De outra forma, a questão metodológica não implica uma rejeição da idéia de que os objetos das investigações são eles próprios universalizáveis.

de prover da filosofia hegeliana, como entendida por Hyppolite, o significado de *dispositivo* em Foucault também conserva o uso mais geral da palavra, conforme os dicionários franceses[85], tendo preservado o seu sentido jurídico (parte de uma sentença ou de uma lei), tecnológico (mecanismo ou partes de um mecanismo) e militar (ações planejadas) (Agamben, 2005, p.11).

Em um segundo momento, Agamben passa a buscar a *emergência do dispositivo* na economia dos discursos, sua pergunta é em qual contexto histórico o termo dispositivo surge como no seu significado moderno. Para explicar essa *emergência*, ele empreende uma *genealogia teológica da economia*[86], pela qual busca compreender o como e o porquê da utilização do termo grego *oikonomia* na teologia: "Por que os padres sentiram a necessidade de introduzir este termo na teologia? Como se chegou a falar de uma economia divina?" (Agamben, 2005, p.11). No minucioso percurso feito por Agamben, as inflexões e as graduais extensões da esfera semântica desse termo grego são registradas (Agamben, 2011).

Agamben (2005) explica que nos primeiros séculos do cristianismo esse termo grego passa a ter uma função decisiva na história da Igreja. *Oikonomia* denota uma práxis e não um paradigma epistêmico. Significa uma atividade prática: a administração do *oikos*, da casa. E é por essa práxis que o cristianismo vai lidar com o problema colocado na Santíssima Trindade (um Deus que ao mesmo tempo é três), sem que dessa figura tríplice possa ser pensado um retorno ao politeísmo ou ao paganismo. O argumento de um Deus que é Um sustenta-se no Ser e na Substância, mas seu desdobramento em três sustenta-se na *oikonomia*, ou seja, na administração do mundo que Ele criou. Cristo, o filho de Deus, é designado como o "homem da economia", mas nem por isso fratura o Ser de Deus. Deus mantém-se como a ordem imanente e transcendente: Ele é a Ordem de colocar o mundo em ordem. Essa coincidência, que é ao mesmo tempo paradoxo, refere-se a uma contínua atividade de governo do mundo, que implica também na fratura entre ser e práxis e os articula em Deus (Agamben, 2011, p.89).

Para Agamben, é o termo grego *oikonomia* que deixa como herança teológica o *dispositivo*. A importância da função da *oikonomia* é traduzida pelos padres latinos como

---

[85] Isto também é reconhecido por Lemke (2018, p.34 [ênfases no original]): "A palavra francesa "*dispositif*" teve uma trajetória etimológica complexa. Primeiramente, ela foi usada para se referir aos termos promulgantes de uma decisão legal, posteriormente, a mobilização [*deployment*] de tropas na guerra, e, finalmente, ela significou um aparelho ou um aparato técnico".

[86] Sobre esta genealogia ver "O reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e do governo" (2011), mais especificamente o segundo capítulo desta obra.

dispositivo (*dispositio*): “o termo [...] vem, portanto, para assumir em si toda a complexa esfera semântica da oikonomia teológica” (Agamben, 2005, p. 12). Dessa maneira,

> Os "dispositivos", dos quais fala Foucault, estão de algum modo conectados com esta herança teológica, podem ser de algum modo reconduzidos à fratura que divide e, ao mesmo tempo, articulam em Deus ser e práxis, a natureza ou a essência e o modo em que Ele administra e governa o mundo das criaturas.

Ademais, é preciso entrecruzar esta genealogia teológica com a filosofia de Heidegger, outro pensador de grande influência na obra de Foucault. Segundo Agamben (2005, p. 11), é preciso juntar o termo *Ge-stell* nas análises sobre o *dispositivo*. O termo heideggeriano tem a mesma etimologia de “*dis-positio, dis-ponere*” e é explicado como sendo “a essência da tecnologia”, que por sua vez diz respeito à questão posta por Heidegger da tecnologia como o derradeiro problema da metafísica. *Ge-stell* será definido como a ordenação das coisas: a atividade de dispor, ordenar e acumular coisas, e até sujeitos, como recursos. *Ge-stell* será, nesse sentido, a *oikonomia*, o *dispositivo* teológico de governo do mundo (Agamben, 2011, p. 252). Agamben aponta que a *positividade*, a *ordenação* e o *dispositivo* tem em comum, portanto, a *oikonomia*: “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, *em um sentido em que se supõe útil*, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens” (Agamben, 2005, p.12 [ênfases nossas]).

Esse revirar do uso e do sentido do *dispositivo* mostra-nos a função teórico-metodológica do termo como estrutura e como estruturante, ou melhor, mostra-nos a função de representação de uma ordem estruturada e de uma configuração dinâmica e móvel para delimitar e fazer funcionar os *regimes de verdade*. Neste sentido, o *dispositivo* oferece um “modelo de articulação” (Foucault, 1995, p.242). Mais ainda, conforme Foucault (citado por Lemke, 2018, p.46), “o dispositivo integra incessantemente os elementos dos quais consiste e é, ele mesmo, o resultado desse processo de ‘formação’”. Todos esses elementos estão postos em um jogo, uma relação constituída em “mudanças de posição, modificações de funções” (Foucault, 2014, p.364), re-interpretações, justificativas, inclusões e exclusões. Eles estão inscritos numa relação de poder e sua função principal é responder a uma urgência de um determinado momento histórico: “O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante” (Foucault, 2014, p.365).

Todavia, apesar de emergir da dominância de sua função estratégica, para sua constituição efetiva e seu funcionamento, é necessário ressaltar um "duplo processo" (Foucault, 2014, p.365): primeiro, um processo de "sobredeterminação funcional", o que corresponde à configuração dinâmica do *dispositivo,* já que sua funcionalidade exige reajustes e rearticulações "pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros [...]"; em segundo, um processo de "preenchimento estratégico" que corresponderia à mobilidade do *dispositivo*, isto é, a transformação de "'efeitos negativos' em 'positivos' por meio da redefinição do objetivo estratégico" (Lemke, 2018, p.47). Esta seria a regra do duplo condicionamento em que "o dispositivo impacta na estratégia e, ao mesmo tempo, a estratégia informa o dispositivo" (Lemke, 2018, p.47). Esse processo em dois gumes permite

> [...] contornar um viés funcionalista. Uma vez que os critérios de fracasso e sucesso são uma parte integral do dispositivo, eles não podem ser considerados como parâmetros externos. Na verdade, o "sucesso" de um dispositivo não é garantia de sua continuidade, uma vez que estratégias bem-sucedidas podem finalmente abolir suas fundações ou pré-condições materiais e, assim, torná-las obsoletas. Inversamente, o "fracasso" de um programa estratégico pode ser muito "bem sucedido", uma vez que ele pode ocasionar um "reinvestimento estratégico". Colocado diferentemente: um dispositivo pode funcionar "bem" porque ele não funciona de maneira alguma ou apenas "mal", por exemplo por meio da criação dos problemas com os quais ele presumivelmente lida. [...] Como vimos, o dispositivo está sempre ligado a direcionar ou dirigir processos da vida (Lemke, 2018, p. 48).

Assim sendo, pensar por meio do conceito de *dispositivo* acarreta algumas aberturas analíticas. Se o *dispositivo* é a própria rede que se configura entre elementos heterogêneos (discursivos e não-discursivos), primeiramente, não se poderá pensar nele a partir de um ponto central, por exemplo, a partir do Estado. É preciso inverter a compreensão, colocá-la em rede, estudando como tecnologias tornaram-se "materializadas e estabilizadas em configurações institucionais" (Lemke, 2018, p. 44). É preciso estudar a *governamentalização do Estado* (retomaremos essa expressão mais à frente). Em segundo lugar, o *dispositivo* permite "uma consideração integral que investiga a interação dinâmica de elementos que são, com frequência, sistematicamente separados" (Lemke, 018, p.44). O material e o simbólico devem ser postos em rede, sem que neles haja uma independência ou que deles se derive uma igualdade. Dessa forma, "[...] uma analítica dos *dispositivos* rastreia-as [as políticas de um Estado] em novas tecnologias e formas de saber que proporcionam a 'possibilidade mesma de parecer isolar da sociedade os aparelhos independentes de um Estado'" (Lemke, 2018, p. 45).

O sentido e a função metodológica deste termo são demarcados portanto pela rede que se estabelece entre elementos heterogêneos, na relação entre esses elementos e em sua função estratégica como resposta a uma urgência histórica. O *dispositivo* é uma rede dinâmica e móvel em que "discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas" (Foucault, 2014, p.364) são colocadas em articulações uns sobre os outros para determinados fins, sobretudo para direcionar os processos de vida (Lemke, 2018, p.48) com efeitos que se reinvestem, em uma tentativa de englobar as resistências ao próprio *dispositivo* refazendo-o também pelos problemas que dele surgem. Em um sentido mais amplo, o dispositivo tem por objetivo o *governo*.

7.2 Governo

Se seguirmos as indicações de Foucault, *governo* não pode ser identificado com *Estado*, como no uso mais comum da palavra nos nossos dias – "o *governo* de determinado partido", "as medidas tomadas pelo *governo*" etc. Do contrário, devemos manter a amplitude de sua acepção. "Devemos deixar para este termo a significação bastante ampla que tinha no século XVI [na Europa]", segundo Foucault (2010b, p.244).

Governo, no sentido empregado pelo autor, tem a ver com uma forma de *exercício do poder*. O poder é da ordem do governo. Em um sentido amplo, pode-se afirmar que o poder se exerce ao "*conduzir condutas*" e "*ordenar probabilidades*" (Foucault, 2008b, p.244). A palavra conduta é a tradução encontrada pelo pensador francês em que se articulam tanto o sentido da condução dos outros quanto o sentido da condução de si. O que quer dizer que,

> A conduta é, de fato, a atividade que consiste em conduzir, a condução, se vocês quiserem, mas é também a maneira como uma pessoa se conduz, a maneira como se deixa conduzir, a maneira como é conduzida e como, afinal de contas, ela se comporta sob o efeito de uma conduta que seria ato de conduta ou de condução (Foucault, 2008a, p.255).

Mitchell Dean (2010, pp.18-19) apresenta a pluralidade de sentidos impregnados nas palavras conduzir e conduta, encadeando e demonstrando os desdobramentos desses sentidos. O autor explica que o verbo conduzir tem o sentido de guiar, dirigir, indicar uma direção. A

ação de conduzir implicaria algum conhecimento prévio, um saber *como* fazer, um cálculo. Enfim, prediz um *know-how*. O substantivo feminino conduta, por sua vez, remete à ação possível ou apropriada, ao comportamento de alguém, ao modo de agir, de se portar e de viver. Possui um sentido ético, um senso moral, uma referência para as ações de alguém.

Uma referência, portanto, que se desdobra no ideal, ou, de outra forma, na ideia do que é o melhor a ser feito em determinada situação: um código de conduta, por assim dizer (algo que também coincide com o conhecimento de [se] conduzir). Dessa idealidade desdobra-se o debate para a avaliação e para normatização, ou seja, para o controle das condutas sob o prisma do que é racional. Mas tal racionalidade precisa ser efetivada e regulada e para isso surgem as autoridades que conduzem: tutores da racionalidade, se assim podemos caracterizá-los.

Dean, alargando as indicações de Foucault, oferece uma definição de governo:

> Governo é qualquer atividade mais ou menos calculada e racional empreendida por uma multiplicidade de autoridades e agências, empregando uma variedade de técnicas e formas de conhecimento, que busca moldar condutas por meio de desejo, aspirações, interesses e crenças de vários atores, para fins definidos mas cambiáveis e com um conjunto diverso de consequências, efeitos e resultados relativamente imprevisíveis [tradução nossa] (Dean, 2010, p.19).

Em outras palavras, governar é *moldar a conduta humana*[87] de forma *deliberada*. Mesmo o governo das coisas tem por fim derradeiro à modulação da conduta das mulheres e dos homens. A palavra conduta, dessa maneira, é a chave para a compreensão da dinâmica e, em algum nível, da coincidência entre governar a si mesmo, governar os outros e governar as coisas para melhor governar.

---

[87] Sobre o governo ser *o governo da conduta humana* Foucault (2008, p.166 [ênfases nossas]) desenvolve: "Vemos que a palavra 'governar', antes de adquirir seu significado propriamente político a partir do século XVI, abrange um vastíssimo domínio semântico que se refere ao deslocamento no espaço, ao movimento, que se refere a subsistência material, a alimentação, que se refere aos cuidados que se podem dispensar a um indivíduo e acura que se pode lhe dar, que se refere também ao exercício de um mando, de uma atividade prescritiva, ao mesmo tempo incessante, zelosa, ativa, e sempre benévola. Refere-se ao controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir. E, enfim, refere-se a um comércio, a um processo circular ou a um processo de troca que passa de um indivíduo a outro. Como quer que seja, através de todos esses sentidos, há algo que aparece claramente: nunca se governa um Estado, nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. *Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades*. Quando se fala da cidade que se governa, que se governa com base nos tecidos, quer dizer que as pessoas tiram sua subsistência, seu alimento, seus recursos, sua riqueza, dos tecidos. Não é portanto a cidade como estrutura política, mas as pessoas, indivíduos ou coletividade. *Os homens é que são governados*".

A melhor condução é programática, pressupõe cálculo e reflexão. Envolve o conhecimento de todos os aspectos governados: é uma tentativa de forjar a conduta (humana) *racionalmente*. A racionalidade, no entanto, não deve ser compreendida como a Razão[88], mas como diferentes maneiras de pensar e calcular, de definir propósitos e de gerir conhecimento (Dean, 2010, p.19). Também pode ser compreendida em termos weberianos, de acordo com Avelino (2016), como uma ação dirigida pela racionalidade para um objetivo específico, "na qual existe a mais perfeita articulação, a articulação mais eficaz, entre os meios empregados para atingir o fim almejado". Foucault se interessa pelo estudo dessas ações orientadas, articuladas, que se pretendem eficazes, principalmente em seus cursos "Segurança, Território e População" (de 1978) e "Nascimento da Biopolítica" (de 1979). Para o estudo dessas *racionalidades de governo*, ele propõe a noção de *governamentalidade*[89].

Esta palavra "feia"[90] alguns comentadores (Avelino, 2016; Miller e Rose, 1990 e 1992; Dean, 2010) entendem, ou melhor, tentam explicar didaticamente como a combinação de "governo" (*gouverneur*) e "mentalidade" (*mentalité*), o que corresponderia a uma análise empírica das relações historicamente particulares entre técnicas (governo) e conhecimento, ideias e atitudes (mentalidade) (Marttila, 2013, p. 296). Thomas Lemke citando Senellart (2007), no entanto, aponta para uma explicação distinta: a palavra governamentalidade é derivada da palavra francesa *gouvernemental* que significa "referente ao governo", que corresponde à "análise de diferentes formações históricas e modos de governo que se relacionam a configurações, reflexões, noções, teorias, práticas envolvidas no governo dos

---

[88] Dean (2010, p.19) explica que, desde de Max Weber, sabemos que não há uma única Razão ou padrão universal para julgar todas as formas de pensamento e aquilo que chamamos de Razão é, em realidade, o racionalismo específico e peculiar do Ocidente. Com Foucault, passamos a saber que, mesmo este racionalismo, não pode ser único, do contrário, trata-se de diferentes e várias racionalidades, modos de pensar, de buscar propósitos e definir objetivos. Ademais, Miller e Rose (2012 citados por Lemke, 2017, p.118) indicam que "não há uma racionalidade unitária que possa ser claramente separada de múltiplas formas de irracionalidade (ideologia, imaginação e assim por diante), mas sim uma pluralidade de estilos de pensamento diferentes e heterogêneos, fazendo surgir distintos princípios morais, reivindicações de verdade, formas de *expertise* e assim por diante".

[89] Lemke (2007, p.43) assinala que esta palavra não passa a ser conhecida somente depois do uso que Foucault lhe dá. Roland Barthes, nos anos de 1950, já tinha utilizado este "bárbaro mas inevitável neologismo" para explicar um mecanismo ideológico que apresenta o governo como a origem das relações sociais [tradução nossa]. Para Barthes, governamentalidade refere ao "governo apresentado pela imprensa nacional como a Essência da eficácia". Foucault desvincula a terminologia de seu contexto semiológico e utiliza-a para representar a racionalização das práticas de governo no exercício da soberania.

[90] Foucault explica (2008a, pp.155-156): "Gostaria de começar agora a percorrer um pouco a dimensão do que eu chamei com esta *feia* palavra que é 'governamentalidade'. Supondo-se portanto que 'governar' não seja a mesma coisa que 'reinar', não seja a mesma coisa que 'comandar' ou 'fazer a lei'; supondo-se que governar não seja a mesma coisa que ser soberano, ser suserano, ser senhor, ser juiz, ser general, ser proprietário, ser mestre-escola, ser professor; *supondo-se portanto que haja uma especificidade do que é governar, seria preciso saber agora qual é o tipo de poder que essa noção abarca*" [ênfases nossas].

estados, das populações, das prisões, das empresas etc" [tradução nossa] (Marttila, 2013, p. 286).

A noção de governamentalidade aponta um deslocamento dos interesses de pesquisa de Foucault. Bröckling, Krassman e Lemke (2010) explicam que até o meio dos anos de 1970, ele se utiliza da "Hipótese de Nietzsche", abordando o poder em termos de luta, guerra e confronto, para fugir de uma análise das relações sociais pautada apenas na "Hipótese de Reich"[91]. Mas a "Hipótese de Nietzsche" acarretava em problemas, sendo o principal deles o limite da análise ao corpo e à disciplina, deixando de lado os processos de subjetivação.

A microfísica do poder dava conta de uma parte apenas das análises possíveis. Ora, se governar continha a ambiguidade de conduzir e conduzir-se, era preciso compreender como o sujeito é sujeitado, e, da mesma forma, como ele se constitui a si próprio como sujeito. Outra questão ainda se impunha, na crítica das abordagens do poder que tem por centro o Estado, as práticas específicas e locais (nas instituições, prisões, hospitais) tornaram-se limitadas para pensar questões políticas de maior alcance. O Estado, então, surgia como objeto a ser estudado para ampliar as análises do poder.

Foucault apropria-se da noção de governamentalidade para uma "dupla expansão de seu aparato analítico" (Bröckling, Krassman e Lemke, 2010), ele vai mirar na ponte entre a constituição do Estado e a constituição dos sujeitos, sem que deles se derive um centro do poder. A ponte que essa noção estabelece entre o exercício do poder (o governo) e a subjetividade, torna possível o estudo das tecnologias de governo vinculadas às tecnologias do eu. Também torna possível investigar como formas de governo político recorrem a processos pelos quais o indivíduo age sobre si mesmo (Dean, 2010).

O problema do governo permitiu, ainda, a ampliação das análises da relação poder/saber – dos regimes de verdade. Sendo as práticas de governo baseadas em racionalidades, isto é, em modos específicos de pensar, de representar e de interpretar, o governo torna-se um ponto nodal para compreender a relação entre poder e saber. Enfim, a governamentalidade é o instrumento foucaultiano para a compreensão das várias racionalidades de governo que são *estatizadas*, ou

[91] Foucault (2010a, p. 16) elucida: "Vocês estão vendo, portanto, que, a partir do momento em que tentamos libertar-nos dos esquemas econômicos para analisar o poder, encontramo-nos imediatamente em face de duas hipóteses maciças: de uma parte, o mecanismo do poder seria repressão – hipótese que, se vocês concordarem, chamarei comodamente de hipótese de Reich – e, em segundo lugar, o fundamento da relação de poder é o enfrentamento belicoso das forças – hipótese que chamarei, também aqui por comodidade, hipótese de Nietzsche".

seja, não derivam do Estado, mas são incorporadas por ele. Por isso, a governamentalidade pode ser definida como *o estudo da governamentalização do Estado*.

Além de ponte entre níveis de análise, a governamentalidade surge como uma bússola utilizada por Foucault para localizar-se em uma "genealogia do Estado Moderno" (Avelino, 2011 e 2016; Bröckling, Krassman e Lemke, 2010), e, por isso mesmo, em uma "história do Sujeito" (Bröckling, Krassman e Lemke, 2010). Nessa genealogia, Foucault marcará três formas particulares de governo: a *Razão de Estad*o, a *polícia* (ou o estado administrativo[92]) e o *liberalismo*. Essas racionalidades específicas de governo não contam uma história evolutiva de modernização do Estado, do contrário, contam das rupturas e das variadas tecnologias de poder que nele são incorporadas.

Sobre a Razão de Estado, Foucault explica que ela é o esforço para diferenciar os princípios e métodos do Estado daqueles com os quais "Deus governa o mundo, um pai governa uma família, um líder governa uma comunidade" [tradução nossa] (Foucault, 2013, p.74). Sobre a polícia, ele elucida que não se trata da instituição que atualmente chamamos de polícia, mas da definição da natureza dos objetos da atividade racional do Estado, da definição dos objetivos que o Estado deve alcançar e dos instrumentos gerais que ele emprega para isso [tradução nossa] (Foucault, 2013, p.74). A Razão de Estado diz respeito ao fortalecimento do próprio Estado, em sua natureza, em sua extensão e em concorrência com outros Estados; enquanto a polícia diz respeito ao que concerne à vida, isto é, a toda e qualquer atividade realizada pelo homem, para que dela se derive alguma produtividade.

À terceira forma de governo, o liberalismo, Foucault dedicou uma considerável investigação. Avelino (2016) assinala que a proposta mesma de uma "genealogia do Estado Moderno" foi o empreendimento estabelecido por Foucault como forma de descrever o funcionamento na história do *Estado governamentalizado pela racionalidade liberal*. A compreensão lançada por Foucault é de que "o liberalismo é menos uma fase histórica, uma filosofia política ou um sistema econômico, e mais um refinamento da arte de governar"; pode ser também compreendido como uma *tecnologia política*: "isto é, uma prática que comporta tanto um aspecto técnico quanto um aspecto lógico, epistemológico, reflexivo. São essas duas

[92] Nas palavras de Foucault (2008b, p.51 [ênfases nossas]): "O Estado de polícia é um govemo que se confunde com a administração, *um govemo que é inteiramente administrativo* e uma administração que tern para si, atrás de si, o peso integral de uma governamentalidade".

dimensões, técnica e reflexiva, que se encontram compreendidas no termo tecnologia" (Avelino, 2016, pp.254-255). É, ainda, uma *economia de governo* regida pelo princípio de que "para governar mais, é preciso governar menos" (Veiga Neto, 2000, p.184).

Nas recomendações de Foucault,

> O liberalismo deve ser analisado então como *princípio e método de racionalização do exercício do governo* – racionalização que obedece, e é essa a sua especificidade, a regra interna da economia máxima. Enquanto toda racionalização do exercício do govemo visa maximizar seus efeitos diminuindo o máximo possível o custo (entendido no sentido político tanto quanto no sentido econômico), a racionalização liberal parte do postulado de que o govemo (trata-se, é claro, não da instituição "govemo", mas da atividade que consiste em reger a conduta dos homens num quadro e com instrumentos estatais) não poderia ser sua própria finalidade [ênfases nossas] (2008b, p. 432).

Há duas rupturas a partir desta compreensão do liberalismo. Rompe-se com a Razão de Estado que "desde o fim do século XVI, havia procurado na existência e no fortalecimento do Estado o fim capaz de justificar uma governamentalidade crescente e de regular seu desenvolvimento". Ao mesmo tempo, rompe-se com o princípio da polícia em que "não se presta atenção suficiente, coisas demais escapam, áreas demasiado numerosas carecem de regulação e de regulamento, faltam ordem e administração – em suma, govema-se pouco demais". Na racionalidade liberal o governo não tem sua razão de ser em si mesmo, nem em seus instrumentos estatais, nem em sua maximização. O princípio da racionalidade liberal é o de que "sempre se governa demais" (Foucault, 2008b, pp. 432-434).

Outra descontinuidade que emerge com a racionalidade liberal é uma crítica que não pode ser limitada a um simples "teste de otimização" (Foucault, 2008b, p. 432). A crítica liberal é atravessada pelas questões do menor custo para alcançar um objetivo e, principalmente, sobre a legitimidade de governar, ou seja, de estabelecer que finalidades deve o governo perseguir, "em relação à sociedade, para justificar sua existência" (Foucault, 2008, p. 433). A questão da legitimidade deve encontrar-se com o interesse da sociedade. Conforme nos lembra Avelino (2016), o Estado Moderno localiza-se naquilo que deixava de ser a antiga estrutura feudal com seus laços comunitários. O Estado Moderno faz emergir a concepção do que é privado e individual, e, principalmente, faz emergir a noção de "interesse". Neste sentido, a razão governamental moderna funda-se na autolimitação e funciona orientada pelos interesses.

> Agora [no Estado Moderno], o interesse a cujo princípio a razão governamental deve obedecer são interesses, é um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, e um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados (Foucault, 2008b, p. 61).

Ao jogo de interesses para legitimação do governo liberal, temos de adicionar ao menos outros dois jogos. Aqueles localizados numa intrincada relação entre o *poder político* e o *poder pastoral* (Bröckling, Krassman e Lemke, 2010; Veiga Neto, 2000). O poder político vem da noção antiga da *polis*, organizado ao redor da lei, da universalidade, do público. O poder pastoral, por sua vez, representa a concepção cristã da relação entre o pastor e seu rebanho, de líderes e liderados, em que se guia cada indivíduo para a salvação. O pastorado cristão tem por objetivo o cuidado com a "verdade" de todo e cada indivíduo, sendo essa verdade guardada pela autoridade pastoral. Chamemos o pastorado de poder individualizante [tradução nossa] (Foucault, 2013, p. 62). Entre a polis e o pastorado está a "inteligência" do Estado Moderno (Donzelot citado por Avelino, 2016, pp. 262-263). Ou como Foucault resume, nos Estados Modernos combinam-se dois jogos:

> Um estranho jogo [o pastorado] dos quais os elementos são vida, morte, verdade, obediência, indivíduos, identidade; um jogo que não parece ter nada a ver com o jogo da cidade [*polis*] sobrevivendo por meio do sacrifício de seus cidadãos. Nossas sociedades provaram-se realmente demoníacas quando elas combinaram estes dois jogos – o jogo da cidade-cidadão e o jogo do pastor-rebanho – em o que chamamos de Estados Modernos [tradução nossa] (2013, p.71).

Veiga Neto (2000, pp.205-206) indica que para o *jogo da cidade* foram necessários novos saberes que pensavam uma universalidade dos indivíduos, isto é, que pensavam na *população*: "inicialmente, a Estatística, a Economia e a Demografia; depois, a Saúde Pública; logo adiante, toda a 'área psi' (a Psiquiatria, a Psicologia, a Psicanálise)". Aqui é preciso que enfatizemos a importância da noção foucaultiana de *biopoder*[93]. Este é um termo que lança um novo elemento ao problema de governo na obra de Michel Foucault. Trata-se da tecnologia que se exerce sobre a população. Da brutalidade e violência do poder soberano, passa-se a complementá-lo com o *biopoder*. O qual seja,

[93] Mais sobre biopoder e biopolítica, ver Johanna Oksala (2013) e Fabiana Jardim (2009).

> Tecnologias que não visam aos indivíduos como indivíduos, mas, ao contrário, visam à população. Em outros termos, o século XVIII descobriu esta coisa capital: o poder não se exerce simplesmente sobre os sujeitos, o que era a tese fundamental da monarquia, segundo a qual há o soberano e os sujeitos. Descobre-se que aquilo sobre o qual o poder se exerce é a população (Foucault, 2012, p. 179).

Isto é, emerge a preocupação de cuidar das regularidades e acidentes de uma massa global, uma "entidade biológica" (Foucault, 2012, p. 179) que é a população, e tudo que dela pode ser nomeado, medido e acompanhado para melhor governar e garantir mais a produtividade da totalidade dos corpos que a sua destruição. Essa preocupação forma-se como problema político, o que é nomeado de *biopolítica*. Dessa forma, o bom governo fazia-se pela emergência dessa nova leva de conhecimento surgida com o novo problema político da população. Ainda, a medida do bom governo implicou uma administração dos esforços, ou melhor, de uma economia dos esforços de governo.

Por sua vez, ao *jogo do poder pastoral* serviu à disciplina, com as técnicas de confissão, de vigilância de si mesmo: "capaz[es] de colocar para dentro de cada indivíduo o olhar do soberano que se apaga com o raiar da Modernidade" (Veiga Neto, 2000, p.206). Em outros termos, trata-se de "uma tecnologia que visa os indivíduos a fundo, até mesmo em seu corpo, em seu comportamento", "uma espécie de anatomia política, de anatomopolítica" (Foucault, 2012, p. 179). No alvorecer da modernidade, o poder pastoral é estendido[94] para além de seu "contexto eclesiástico original" (Bröckling, Krassman e Lemke, 2010, p.3), ou nas palavras de Veiga Neto, expande-se "do âmbito religioso para o âmbito civil e do âmbito do indivíduo para o âmbito da população".

A hipótese de Foucault é que as técnicas do pastorado eventualmente produziram formas de subjetificação com as quais o Estado Moderno e a sociedade capitalista desenvolveram-se, sobretudo a partir do século XVIII. Por um problema de governo, o governo das almas no pastorado, tem-se a reflexão do espírito sobre si próprio. Com sua expansão para além do contexto eclesiástico e com sua secularização, é derivada a reflexão das próprias premissas, objetos e objetivos do governo dos homens no Estado Moderno. A felicidade, a salvação e o bem-estar dos homens, problemas do antigo pastorado, são articulados em um problema político

---

[94] Sobre esta ampliação do poder pastoral, recomendamos a leitura do texto "Omnes et singulatim: uma crítica da Razão Política" (2006) que reproduz a conferência proferida por Michel Foucault na Universidade de Stanford em 1979.

para o Estado, que se amplia potencialmente a toda ordem de ações humanas (Bröckling, Krassman e Lemke, 2010, p.5).

O Estado Moderno governamentalizado pela racionalidade liberal, portanto, emerge a partir de uma sobreposição de jogos, da biopolítica e da "anatomopolítica" (Foucault, 2012, p.178), e de continuidades e descontinuidades. Sobrepõe-se o jogo totalizante da cidade-cidadão ao jogo individualizante do pastor-rebanho, e, por isso mesmo, ao jogo dos interesses individuais e coletivos. Rompe-se com a Razão de Estado tendo o Estado como um fim em si mesmo, mas continua-se com uma Razão, agora, colocada na sociedade, como objeto e objetivo de governo. Esta é a economia de poder que sustenta a racionalidade liberal e que vai se tornar a forma hegemônica do Estado a partir do século XVIII.

Dos jogos que constituem a compreensão do liberalismo como racionalidade de governo (e também como tecnologia política) temos de retomar um princípio, o do governo pelo interesse, mas aliar a ele um outro: o do mercado como lugar de veridicção sobre o governo. Desde a Idade Média o mercado é visto como lugar de regulamentação, "um objeto privilegiado de vigilância e de intervenções do governo". Mas "as coisas acontecem" no liberalismo quando ao invés da saturação de intervenções em uma "govemamentalidade regulamentar indefinida", reconhece-se que neste lugar a ação deve ser deixada "livre", "com a mínima intervenção possível, justamente para que ele [o mercado] possa formular a sua verdade e propô-la como regra e norma à prática governamental" (Foucault, 2008b, p.42). Neste sentido,

> O mercado surgiu, em meados do século XVIII, como já não sendo, ou antes, como não devendo mais ser um lugar de jurisdição. O mercado apareceu como, de um lado, uma coisa que obedecia e devia obedecer a mecanismos "naturais", isto é, mecanismos espontâneos, ainda que não seja possível apreendê-los em sua complexidade, mas espontâneos, tão espontâneos que quem tentasse modificá-Ios só conseguiria alterá-los e desnaturá-Ios (Foucault, 2008b, p.42).

Por outro lado, o mercado quando livre de intervenções apresentará um "preço certo" ou justo ou bom, de acordo com os fisiocratas. Isto é, o mercado, se liberto em sua natureza e ação, apresenta uma verdade, ou o que metaforicamente pode ser chamado de "o preço verdadeiro". A teoria econômica com a relação preço-valor vai possibilitar que o mercado seja revelador de uma verdade. O mecanismo natural do mercado e a formação livre dos preços (justos, bons, em suma, "verdadeiros") tornam-se uma medida do bom governo. O mercado torna possível a ligação entre "a produção, a necessidade, a oferta, a demanda, o valor, o preço,

etc" e torna essas variáveis as medidas para um regime de verificabilidade entre o "falso" e o "verdadeiro" da prática governamental. "O mercado é que vai fazer com que o governo, agora, para poder ser um bom governo, funcione com base na verdade" (Foucault, 2008b, pp.44-45).

A lógica possibilitada pelo mercado é atrelada à "segunda grande descoberta do século [XVIII]": "Se o mundo físico é governado pelo movimento [primeira grande descoberta do século XVIII], diziam os economistas, é o interesse que governa o mundo moral" (Avelino, 2016, p. 264). Se o interesse rege a conduta moral, ir contra o próprio interesse seria ilógico. O interesse, dessa forma, torna-se um princípio de governo (ao mesmo tempo em que um um objeto de manipulação). E é nesse sentido que o liberalismo é um "gestor de liberdade", ele estabelece as medidas do interesse de todos e de cada um. Interesse que deve ser fabricado aos moldes da lógica "natural" do mercado, já que este é o regime de verificabilidade do "verdadeiro" e do "falso".

Esta é uma imbricação importante em que o interesse "verdadeiro" será aquele que conecta-se à lógica "natural" do mercado. Nas palavras de Avelino (2016, p. 265), no liberalismo, portanto, "o que governa o comportamento dos indivíduos é o interesse de ganhos, de lucro, de benefícios". O indivíduo liberal é formulado como um "sujeito que calcula sua ação para obter o maior ganho possível" (Avelino, 2016, p. 264): é um sujeito econômico, o *homo oeconomicus*.

Por manipular os interesses vinculando-os à "verdade" do mercado, o liberalismo não pode abrir mão da gestão do campo de ação da liberdade dos indivíduos. E, para tanto, precisa gerir a conduta dos indivíduos entre a segurança e o perigo, efetivando a (des)medida da tomada de risco. A liberdade é objeto de manipulação na ordenação da probabilidade de estar seguro ou em perigo. Foucault (2008b, p.90) anuncia que o lema do liberalismo é "viver perigosamente", o que significa que na manipulação do espaço de liberdade de ação dos indivíduos, "eles são postos perpetuamente em situação de perigo, ou antes, são condicionados a experimentar sua situação, sua vida, seu presente, seu futuro como portadores de perigo". O liberalismo é fundado na antinomia entre liberdade de ação e segurança; enquanto a primeira supõe o risco, a segunda tenta medir (ou manipular) esses riscos.

Até o início do século XX, a problemática do liberalismo estava posta na demarcação da ação do governo, o qual seja, delimitar o seu espaço de intervenção para criar um espaço livre, o mercado. Esta seria a "versão *laisser-faire, laisser-passe*r: é preciso deixar fazer, deixar ir e vir, deixar agir, deixar movimentar-se" (Avelino, 2016, p.265), dentro, é claro, da lógica

“natural” do mercado. No entanto, o deixar agir do naturalismo mercadológico sofre um grave revés em meados do século XX, instaurando uma crise da governamentalidade liberal. Ambrózio (2012, pp. 55-56) indica que há uma comprovação histórica de que a naturalidade e a espontaneidade das ações individuais no mercado “não leva a um conjunto harmônico da sociedade”. Ele aponta a crise de 1929 como a evidência patente que “[...] [a] mão invisível não era passível de comprovação em virtude das ações individuais dos capitalistas terem guiado a economia mundial a uma crise nunca antes vista”.

A esta crise será dada uma resposta ou uma reconfiguração das ideias liberais: a problemática de até onde se deve governar será suplantada pela pergunta: como se deve governar? Coloca-se um problema de método em detrimento dos problemas do que se deve ou não governar. De outra forma, o problema está em

> [...] saber *como* se pode regular o exercício global do poder político *com base nos princípios de uma economia de mercado*. Não se trata portanto de Iiberar um espaço vazio, mas de relacionar, de referir, de projetar numa arte geral de governar os princípios formais de uma economia de mercado (Foucault, 2008b, p.181).

Tudo será (ou poderá ser) governável – governamentalizável -, o problema está posto em *como* fazê-lo. A resposta à crise de governamentalidade liberal é o *neoliberalismo*.

7.3 Neoliberalismo

“Neoliberalismo, neoliberalismo em todos os lugares… O neoliberalismo está no ar”, assim diz Kean Birch (2017) na Introdução do livro em que propõe renovar uma agenda de investigação sobre o termo.

Para ele, se há palavras-chave que têm servido como resposta a muitas e diferentes questões das ciências sociais, uma delas é neoliberalismo. Essa terminologia tornou-se uma espécie de resumo da realidade. Foi transformada em um tipo de “slogan mais do que um termo a ser especificado” [tradução nossa] (Peck; Brenner; Theodore, 2018, p. 3). E, em geral, há uma tendência nos trabalhos acadêmicos de utilizá-la prescindindo de sua história, de suas várias leituras e de suas disputadas definições (Cahill et al., 2018). Dieter Plehwe (2009. p. 2) afirma

que neoliberalismo pode ser considerado qualquer coisa, menos um termo bem definido e sucinto.

Pela polissemia do termo, Kean Birch (2017) vai indicar a exaustão de seu uso pelos críticos e duvidar da utilidade desse conceito pois, para ele, neoliberalismo pode ser qualquer coisa que queiramos que isso seja.

A nosso ver, Birch acerta ao indicar tanto a utilização para tantos fins, quanto as disputas conceituais que envolvem o termo, dificultando seu uso. Contudo, a displicência daqueles que se utilizam do termo não pode ser confundida com uma vulgaridade intrínseca a ele, nem sua pluriversalidade deve ser identificada como inconsistência. Se há desatenção ou imprecisão no uso do termo, é preciso refinar sua utilização, antes de descartá-lo.

Utilizar "neoliberalismo" reflete uma decisão política que remete àquela da esquerda anti-capitalista no uso desse termo, principalmente, na América Latina, em partes da África Subsaariana e na França (Harvey, 2008). Neste sentido, concordamos com Cahill et al. (2018): neoliberalismo é um termo valioso por refletir uma intervenção política contra algo que se impõe como inevitável. Preservar sua discussão é abrir a possibilidade de resistir à sua pretensa inevitabilidade, recusando o que Margaret Thatcher resumiu como "TINA" (*There Is No Alternative*). Portanto, compreendemos que não há um esgotamento da possibilidade de utilizá-lo.

Apesar das várias definições de neoliberalismo, é possível identificar algumas linhas mestras sobre o conceito. Davies (2014, p. 311) aponta que em uma revisão bibliográfica da literatura sobre o tema, podemos encontrar ao menos quatro pontos compartilhados por muitos autores de diferentes abordagens das ciências sociais. O primeiro ponto: o liberalismo é para os neoliberais uma fonte de inspiração, mas não é um modelo a ser seguido. O neoliberalismo é uma inovação e não um programa "nostálgico" do *laissez-faire* liberal. Em segundo lugar, as políticas neoliberais estão para além dos limites do mercado – apesar de diferenças em relação à compreensão do que é o mercado (Birch, 2017) -, mirando instituições outras, por exemplo, as universidades, os serviços públicos em geral, os sindicatos etc.

Esta mira em instituições "fora" do mercado tem por objetivo colocá-las para "dentro" dele, reinventando-as em seus moldes, ou ainda, enfraquecendo-as ou neutralizando-as. Um terceiro ponto seria o de que para criar e atingir seus objetivos, o neoliberalismo precisa de instrumentos estatais robustos, não pode depender das forças do mercado apenas. Os estados neoliberais devem produzir e reproduzir as regras institucionais e de conduta para os indivíduos,

formando uma certa visão política e ética. O quarto e último ponto diz respeito a esta visão que é dominada pela ideia de competição, ou seja, da produção de desigualdade. Competição e desigualdade são valores positivos no neoliberalismo. À essa revisão de Davies, podemos acrescentar que ao neoliberalismo é inerente uma agenda de políticas que engloba o "chavão" da "santíssima trindade" da liberalização econômica, privatização e desregulação (Higgott, 2000; Plehwe e Walpen, 2006), o que não quer dizer "Estado mínimo"[95].

É importante que estes pontos mais ou menos compartilhados de nenhuma forma sejam confundidos com a noção de que neoliberalismo é uma forma monolítica e coerente de governar. Conforme Dean (2010, pp.149-150) é preciso que pensemos "as racionalidades neoliberais em complexas inter-relações com o neoconservadorismo e as reações populistas e antigovernamentais, bem como nos debates sobre moralidade e comunidade" [tradução nossa].

Além destes pontos de convergência na literatura sobre o neoliberalismo em sua forma plural, é preciso observar algo que não é enfocado por autores influentes sobre este tema (Mirowski e Plehwe, 2015; Harvey, 2008; Plehwe, Bernhard e Neunhöffer, 2007; Anderson, 1995): o "*euroamericanocentrismo"* impregnado na compreensão do neoliberalismo. Trata-se, nas palavras de Raewyn Connell e Nour Dados (2014 e 2018), da hegemonia de uma perspectiva geopolítica referenciada ao Norte. Existe uma parte da história bem conhecida do neoliberalismo, mas também uma outra que usualmente é contada como coadjuvante. Será necessário colocarmos essas duas partes da história em perspectiva a seguir.

7.3.1 Neoliberalismo, uma história do Norte

A história do neoliberalismo, sua origem e desenvolvimento é contada geralmente a partir do famoso caminho aberto pela Sociedade de Mont Pelèrin, tendo entre seus membros mais reconhecidos Milton Friedman, Karl Brunner, Alan Walters, Martin Feldstein, James Buchanan e Gary Becker (Plehwe, 2009, p.9).

Sua "pré-história" é datada nos anos de 1920, mas ganha fôlego após a Segunda Guerra Mundial, e se alastra globalmente ao final dos anos de 1970. Perry Anderson (1995) explica

[95] Conforme Brown (2018, p.77), "[...] nenhum intelectual neoliberal buscava um Estado fraco". Ao contrário o objetivo duplo era limitar o escopo e focar acenduadamente o funcionamento do Estado". Não se trata, portanto, de um Estado "mínimo", mas "enxuto, não soberano e milimetricamente focado, isolado de interesses particulares, de pactos pluralistas e de demandas das massas".

que neoliberalismo é coisa distinta do liberalismo clássico pois o "neo" é, por assim dizer, gradualmente adicionado ao "liberalismo" no início do século XX, com a reconsideração de duas questões: 1) como garantir um mercado livre; 2) e como redefinir as funções do Estado para isso (Plehwe, 2009, p. 10).

A publicação do livro *Old and New Economic Liberalism* (em tradução livre, "Velho e Novo Liberalismo Econômico"), em 1921, escrito pelo economista sueco Eli F. Heckscher, é considerado o primeiro passo para o paulatino crescimento das novas ideias liberais. Plehwe (2009, p. 12) indica que o termo "neoliberalismo" só será utilizado pela primeira vez em 1925, no livro *Trends of Economic Ideas* (em tradução livre, "Tendências das Ideias Econômicas"). Hans Honegger, autor desse livro, identifica um "neoliberalismo teórico" (*theoretical neoliberalism*), conceito baseado nas ideias de Alfred Marshall, Eugen von Böhm-Bawerk, Friedrich von Wieser, Karl Gustav Cassel, entre outros. No entanto, Birch (2017, p.19) aponta usos do termo que datam de antes, do final do século XIX, em escritos de R.A. Armstrong e Charles Gide.

Plehwe e Walpen (2007) assinalam que o "neoliberalismo teórico" inicia a propagação de uma doutrina da competição e do empreendedorismo, colocando-se em oposição às ideias socialistas, em geral, e ao bolchevismo, em particular. As intervenções do Estado passam a ser vistas de maneira negativa, e, por isso mesmo, o legado do liberalismo clássico persiste. Mas em meados da década de 1920, inicia-se a discussão para que novas abordagens liberais sejam formuladas. Nos trabalhos do sociólogo Leopold von Wiese e do economista Ludwig von Mises, ambos austríacos, essas novas formulações ganham corpo. Principalmente nos trabalhos de von Mises, durante a Segunda Guerra, as estruturas do pensamento neoliberal são fincadas. Plehwe (2009, p. 11) aponta para a criação de um tipo de "formação intelectual extra-acadêmica", tendo como exemplo o *Privatseminar* idealizado por Mises em que empresários, oficiais de câmaras de comércio e intelectuais frequentavam.

Na década de 1930, o termo neoliberalismo começa a aparecer em vários contextos como uma designação para um novo movimento intelectual e político. Há de ser ressaltada, ainda nesta década, a publicação do livro *An Inquiry into the Principles of The Good Society* (em tradução livre, "Uma investigação sobre os princípios da boa sociedade"), de Walter Lippmann, em 1937. De acordo com Plehwe (2009), o livro de Lippmann é recebido com entusiasmo na Europa e nos Estados Unidos. A principal mensagem desta publicação é a superioridade do mercado sobre a intervenção do estado. Na França, o livro é tão bem recebido

que origina um Colóquio intitulado “Walter Lippmann”, organizado pelo filósofo Louis Rougier, em 1938.

Entre os convidados para o colóquio estão Raymond Aron, Louis Baudin, Friedrich August von Hayek, Ludwig von Mises, Michael Polanyi, Wilhelm Röpke, e Alexander Rüstow. Plehwe e Walpen (2007) explicam que durante os debates sobre a fragilidade do estado liberal e os perigos do coletivismo, o termo “neoliberalismo” é uma das sugestões para nomear este movimento, mas outras como “neo-capitalismo” (*néo-capitalisme*), “liberalismo positivo” (*libéralisme positif*), “liberalismo social” (*libéralisme social*) e, – curiosamente – “liberalismo de esquerda” (*libéralisme de gauche*) também são indicadas. Alguns autores dirão que o termo neoliberalismo foi o escolhido nesta reunião, outros dizem que não houve um acordo sobre que termo usar, não ao menos durante o Colóquio (Birch, 2017, p.17).

A importância deste evento está na definição das prioridades deste movimento: o mecanismo de preço, da livre iniciativa, do sistema de competição e de um estado forte e imparcial. Para Dardot e Laval (2016, p.71)[96], baseados no livro de Ronald Max Hartwell intitulado “*A history of the Mont Pèlerin Society*” (1995), o Colóquio “Walter Lippmann” é o verdadeiro momento de nascimento do neoliberalismo. Eles explicam que este evento é determinante pelo protagonismo dos participantes nos anos do pós-Guerra para a efetivação do pensamento e da política neoliberais.

Na mesma época do Colóquio Lippmann, o seu organizador Louis Rougier estabelece uma editora, *La Librairie de Medicis*, que se torna o selo de publicação dos pensadores que participaram do Colóquio. Na França, surgia e ganhava força uma rede internacional de intelectuais. Com a Segunda Guerra Mundial, no entanto, os encontros dessa rede foram suspensos. Ao mesmo tempo, com a Guerra houve a “diáspora neoliberal” (Birch, 2017, p.17). Ou seja, intelectuais europeus desta rede deixaram a Europa continental e se dispersaram em outras partes do mundo, principalmente imigrando para o Reino Unido e para os Estados Unidos, o que fez disseminar o pensamento desses intelectuais para além da rede do Colóquio.

Foucault (2008b, p.183), assim como Plehwe e Walpen (2007), aponta que outro desenrolar importante do Colóquio Lippmann é a formação da "Comissão Internacional de estudo para a renovação do liberalismo" (em francês no original: *Centre International d’E´tudes pour la Rénovation du Libéralisme*, “CIERL"), em meados dos anos de 1939. Ainda, sobre os

[96] Outros autores indicam o mesmo: Harvey (2008), Birch (2015) e Peck (2010), por exemplo.

nomes sugeridos ao novo debate liberal, Foucault considera o "liberalismo positivo" como o mais importante para que se percebam as mudanças em curso. Trata-se de um liberalismo intervencionista. Nas palavras de Foucault (2008b, pp.183-184), trata-se de "um liberalismo de que Röpke, na *Gesellschaftskrisis*, que publicara, aliás, pouco tempo depois do colóquio [Walter] Lippmann, diz: 'A liberdade de mercado necessita de uma política ativa e extremamente vigilante'"[97].

Em um artigo bibliográfico, escrito na década de 1950, Carl J. Friedrich (1955, pp.512-513) analisa o pensamento neoliberal, principalmente pela obra de Alexander Rüstow, e identifica a política – assim como compreendida na tradição aristotélica – como o princípio primeiro dos neoliberais. Os pensadores neoliberais indicavam que a manutenção da primazia do político deveria ser feita por meio do Estado, compreendido como um ponto central de autoridade. Esta é uma diferença crucial das tendências dominantes do liberalismo: para os neoliberais, seu pensamento resume-se na fórmula entre "economia livre – estado forte".

A ideia de um Estado-guardião do interesse público, fortalecido e neutro, vem da tradição hegeliana em que o Estado deve ser fortalecido naquilo que lhe diz respeito, mas deixar livre aquilo que não é essencial aos seus objetivos. Diferentemente de Hegel, em que o estado se definia por seus objetivos éticos, os pensadores neoliberais veem o Estado como um instrumento para ordenar da melhor forma a "comunidade". Deve-se pontuar que a "comunidade" não é identificada como a "sociedade". De forma distinta, a primeira designa a situação *vital* do homem em todos os seus componentes essenciais, isto é, a vida humana; enquanto a segunda diria respeito meramente a aspectos externos ao homem que podem ser mensurados, como se faz na política tradicional.

É neste sentido que, no pós-Guerra, o conceito de neoliberalismo é organizado como um movimento político-filosófico. Anderson (1995) aponta que o texto "O caminho da Servidão" (título original: *The road to Serfdom*), escrito em 1944 por Friedrich von Hayek,

---

[97] Foucault continua sua ênfase no que considera um dos pontos fulcrais para o novo liberalismo, a intervenção. Ele assinala (Foucault, 2008b, pp. 183-184): "E vocês encontram em todos os textos dos neoliberais essa mesma tese de que o governo num regime liberal é um governo ativo, e um govemo vigilante, e um governo intervencionista, e com fórmulas que nem o liberalismo clássico do século XIX nem o anarcocapitalismo americano poderiam aceitar. Eucken, por exemplo, diz: 'O Estado é responsável pelo resultado da atividade econômica'. Franz Böhm diz: 'O Estado deve dominar o devir econômico'. Miksch diz: 'Nessa política liberal' – essa frase é importante – 'é possível que nessa política liberal o número das intervenções econômicas seja tão grande quanto numa política planificadora, mas sua natureza é diferente'. Pois bern, creio que temos aqui, nesse problema da natureza das intervenções, urn ponto a partir do qual poderemos abordar o que há de específico na política neoliberal".

pode ser considerado a pedra angular do edifício do pensamento neoliberal a partir dos anos de 1940. Nesta obra, a liberdade individual (ou o individualismo) é apaixonadamente defendida como valor central da civilização que deve ser preservado da intervenção do Estado a todo custo. Segundo Hayek (2010, p. 73), se a sociedade caminha para uma lógica socialista (ou coletivista), perdemos "o nosso bem mais precioso", a liberdade.

No prefácio à edição Norte-Americana de 1975, Hayek (2014, p.11) explica que seu livro foi escrito na Inglaterra de 1944, durante a guerra, com o objetivo de dirigir-se "a uma classe muito especial de leitores britânicos", "cujas simpatias inclinavam-se para a esquerda", e tenta explicar que "não foi [por] zombaria" que dedicou o livro "aos socialistas de todos os partidos". Anderson (1995), no entanto, indica que o texto de Hayek era um ataque frontal ao Partido Trabalhista Inglês que venceu as eleições em 1945.

Dois anos depois da vitória do Partido Trabalhista Inglês e três anos após a publicação de "O caminho da Servidão", Friedrich von Hayek convocou aqueles simpáticos às suas ideias para uma reunião na Suíça, no vilarejo de Mont Pèlerin. Sob financiamento da fundação William Volker e com a benção do diretor Harold Luhnow (Birch, 2017, p.17), Hayek convida para esta reunião 15 participantes que também estavam no Colóquio "Walter Lippmann" realizado nove anos antes na França (Anderson, 1995, p.10). Todos eles "adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano", dentre eles: o próprio Walter Lippmann, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig von Mises, Walter Eupken, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga. A partir deste encontro funda-se, em 1947, a Sociedade de Mont Pèlerin (SMP), "uma espécie de franco-maçonaria neoliberal" (Anderson, 1995, pg. 11), que surge com o objetivo de contestar o keynesianismo, retomando "aquela liberdade de ação econômica sem a qual a liberdade política e social jamais existiu no passado" (Hayek, 2014, p.39).

Harvey (2008) assinala que os membros da SMP se descreveram como "liberais", no sentido europeu tradicional – descrição posta em uma nota de rodapé na declaração de fundação da sociedade que diferencia o sentido europeu e americano do termo[98] –, devido a seu compromisso fundamental com à liberdade individual. Ele indica ainda que o rótulo

[98] A nota esclarece que o termo "liberal", usado no sentido europeu, pode ser resumido na preferência por um governo mínimo e disperso. Não teria a ver com o sentido americano do termo que indica o oposto do europeu, ou seja, a preferência por um concentração e extensão do poder governamental. A declaração de fundação da Sociedade de Mont Pèlerin, em inglês, pode ser lida em: https://www.montpelerin.org/statement-of-aims/ [Acesso em Março de 2019].

"neoliberal" vem confirmar a adesão do grupo aos princípios de livre mercado da economia neoclássica do século XIX, promovidos nos trabalhos de Alfred Marshall, William Stanley Jevons e Leon Walras. Esta adesão tinha por objetivo substituir as teorias clássicas de Smith, Ricardo e Marx. No entanto, o termo neoliberalismo é pouco empregado como autodesignação desse grupo a partir dos anos de 1980, já que suas teorias serão vinculadas aos golpes de estado na América Latina, especialmente no Chile.

Apesar dos esforços da Sociedade, com suas primeiras conferências anuais (que passam a ser bianuais, e depois alternam-se entre conferências gerais e regionais), a difusão do pensamento neoliberal é tímida em um primeiro momento. Afinal, as duas décadas seguintes à fundação da SMP são consideradas parte do auge do capitalismo avançado, nos seus "trinta anos gloriosos". A ideia da desregulação do mercado, defendida por Hayek e seus associados, não parecia fazer sentido naquele contexto de crescimento econômico vertiginoso, mas, ao mesmo tempo, a SMP conseguia atenção para as suas ideias contra uma dita "regulação social".

Anderson (1995, p. 10) elucida que Hayek e seus aliados desafiavam "o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – na realidade imprescindível em si –, pois disso precisavam as sociedades ocidentais". Este é também um dos aspectos que diferencia o liberalismo e o neoliberalismo. Para os neoliberais, "a desigualdade é a mesma para todos", conforme apontado por Foucault (2008b, p.196). O que quer dizer, "o jogo econômico [no neoliberalismo], com os efeitos desigualitários que ele comporta, é uma espécie de regulador geral da sociedade, a que, evidentemente, todos devem se prestar e se dobrar" (Foucault, 2008b, p.196). Diferentemente dos liberais que viam na troca a essência do mercado, a desigualdade será o motor da concorrência que, por sua vez, será a essência do mercado para os neoliberais.

Mirowski e Plehwe (2009)[99] buscam explicar como o neoliberalismo, por meio e para além da Escola Austríaca, torna-se hegemônico. Plehwe (2009), especificamente, indica que o neoliberalismo tem sua estrutura posta na criação de um espaço de pensamento comum (o que não quer dizer único [*pensée unique*], como sustentou Bourdieu) em que ideias filosóficas e

[99] Segundo estes autores, há uma imagem estereotipada dos estudos tradicionais sobre o neoliberalismo que ignora o fato de que o pensamento neoliberal austríaco e ordoliberal suíço e alemão tem claros desacordos com a ortodoxia neoclássica. Para estes autores, os estudos sobre neoliberalismo pecam ao não considerar tais fatos históricos fundamentais, e relacionam o pensamento neoliberal diretamente à Escola Austríaca. Os autores indicam que em Michel Foucault (2008a e 2008b) encontra-se uma leitura, para além dessa Escola, que, por exemplo, considera o ordoliberalismo como "legitimamente neoliberal" por causa de sua forte ênfase no caráter social das relações econômicas, ampliando a compreensão das variações do neoliberalismo no pós-guerra, especialmente na Alemanha e nos Estados Unidos da América.

políticas se misturavam e tornavam-se um projeto coletivo de educação e de aprendizado com o objetivo (este sim, talvez, possa ser compreendido como único) do avanço das causas neoliberais.

Este esforço comum criou, por conseguinte, uma comunidade com um discurso abrangente. Largo no seu esforço por incluir diversas áreas do conhecimento na academia, mas sobretudo para além da academia, desenvolvendo normas e crenças organizadas e publicadas por seus *think tanks*. Os vários grupos neoliberais que se encontraram (e se encontram) na SMP formam o que pode ser chamada de uma "complexa e eficiente maquinaria de conhecimento" (Plehwe, 2009, p. 6). Frost (2002) e Mitchell (2009) analisam a eficiência destes "laboratórios de ideias" (uma tradução para a expressão "*think tanks*") na captura do espaço político, alterando o que eles indicam ser o "clima intelectual" de uma sociedade.

Timothy Mitchell (2009, p. 387) remonta a circulação do discurso neoliberal alterando uma dada distribuição de idéias com uma articulação engenhosa, internacional e nacional, entre financiamento, produção de pesquisa e utilização dos resultados destas pesquisas para uma espécie de retroalimentação, para angariar mais fundos e para propagar ainda mais as ideias neoliberais. Essa articulação muito tem a ver com o que ele nomeia de "a inovação dos *think tanks*". Ainda de acordo com este autor, F. A. Hayek propõe que tecnologias políticas podem ser desenvolvidas para gerar mudanças nas opiniões de uma sociedade. Mas, para tanto, essas tecnologias têm de ser operadas por aquilo que Hayek nomeia de "pensadores de segundo fronte": não são acadêmicos ou especialistas de uma área de conhecimento, mas jornalistas, professores, comentadores, cineastas, escritores. Todos os que de alguma forma trabalham as ideias em "segunda mão" ("*second-hand dealers in ideas*").

Portanto, estabelecer uma rede de pensadores de "segundo fronte" seria uma das principais empreitadas do movimento neoliberal. Utilizando uma linguagem das táticas de guerra, Frost (2002) explica que, para a propagação do pensamento neoliberal, a produção acadêmica deveria ser considerada a "artilharia de longo alcance", ou em outras palavras, seriam os mísseis e foguetes do discurso neoliberal; os *think tanks* e os jornalistas dedicados à panfletagem neoliberal seriam a "artilharia de curto alcance", ou de outra forma, os morteiros desse discurso; o "combate corpo-a-corpo" na imposição das ideias neoliberais seria uma batalha travada por políticos e ativistas. Neste sentido, Hayek articula um posicionamento "radical" ao planejar em longo, médio e curto prazo e alcance uma combinação entre elite acadêmica e escrita popular, bem como entre algum grau de sofiticação e simplificação populista (Plehwe, 2009, p.6).

Mais especificamente sobre os think tanks, Timothy Mitchell (2009) assinala que um protótipo destes centros de informação foi a *Foundation for Economic Education* (FEE), fundada um ano antes da Sociedade de Mont Pèlerin (SMP), em 1946. Foram empresários norte-americanos que em contato com Hayek fundam a FEE, e no mesmo ano, também fundam o *Free Market Project*, na Escola de Direito da Universidade de Chicago, que se torna o embrião da Escola de Economia de Chicago. Esses mesmos empresários patrocinam a fundação da SMP. Dessa forma, a articulação ganha corpo: há dinheiro de fundos privados para pesquisas, das quais os resultados são propagados em toda sorte de documentos e materiais que possam influenciar as agendas governamentais.

A relação simbiótica entre empresariado e pensamento neoliberal, encabeçado por Hayek, são efetivamente estabelecidas em 1955, no Reino Unido, quando Anthony Fisher funda o *Institute of Economic Affairs* (IEA) com o objetivo de "estabelecer um instituto de pesquisa que traria perspectivas inovadoras, baseadas no mercado, para problemas relativos à política pública". Esse Instituto ajuda a formar novos *think tanks* em vários países ao redor do globo. E muitos desses *think tanks* serão fundados por membro da SMP. O *International Center for Economic Policy Studies* (rebatizado como *Manhattan Institute*) e a *Heritage Foundation* são exemplos destes *think tanks*, auxiliados por Fisher (Tribe, 2009).

O final dos anos de 1970 e o início dos anos de 1980 marcariam a passagem do neoliberalismo de um regime discursivo para efetivamente um regime de governo. Por exemplo, o IEA foi a base intelectual que inspirou Margaret Thatcher, e foi colocada em prática com seu plano de governo a partir de 1979. Um ano depois, William J. Casey, fundador do *Manhattan Institute*, organiza a campanha eleitoral vitoriosa de Ronald Reagan. A partir dos anos de 1980 com a crise da dívida externas dos países do Sul, reformas neoliberais são impostas, tendo seu registro maior no que foi nomeado por John Williamson, "Consenso de Washington". Esse documento de dez pontos era uma "recomendação" para reformas que levassem à "santíssima trindade" da liberalização econômica, privatização e desregulação. Dessa forma, a partir dos anos 1990, o neoliberalismo ganha o mundo por meio da influência política do Norte (Davies, 2014).

7.3.2 Neoliberalismo, a pluriversalidade da história

A narrativa das origens do neoliberalismo acima organizada é fundamental para que se compreenda o termo em seu *regime de verdade*. Todavia, é uma parte apenas da história, centrada ao Norte do mundo que define o neoliberalismo a partir de pensadores americanos e europeus, e como uma resposta que se efetiva ao fim dos trinta anos gloriosos do capitalismo avançado. Há de se notar, igualmente, que depois da crise econômica em 2008, a retomada dos estudos sobre o neoliberalismo teve seu foco distanciado dos aspectos neocoloniais e globalizantes das reformas neoliberais. Com o choque da crise e a sobrevida do neoliberalismo, as questões nas ciências sociais voltaram-se à tentativa de compreender o "escopo" do governo neoliberal, "suas racionalidades e genealogia" [tradução nossa] (Davies, 2014, p. 310).

A historicidade do neoliberalismo e de suas racionalidades torna-se crucial para que se possa ressaltar o seu caráter multifacetado, contingente e fluido (Davies, 2014). A nosso ver, não se pode abrir mão de contar esta história. No entanto, uma abordagem histórica *euroamericanocentrada* desemboca em duas questões. A primeira delas é o risco de reforçar uma unidirecionalidade do exercício do poder, no qual o núcleo *intraeuroamericano* exerce seu poder de cima para baixo. A segunda é a separação entre uma teoria "pura" do neoliberalismo e as estratégias e programas políticos neoliberais[100] (Connell e Dados, 2014), como se não houvesse uma formação entre os dois elementos.

Neste sentido, é preciso um deslocamento e uma abertura deste núcleo nórdico no exercício do poder. Há, desde a década de 1970, uma importante literatura que aponta para um padrão nas ciências sociais em que se constrói uma dinâmica causal do Norte com o efeito para o restante do mundo, sendo esse restante um "cenário de aplicação" (Connell e Dados, 2014 e 2018). Assim, é necessário explicitar essa perspectiva geopolítica e deslocá-la nas análises que nos propomos. O que quer dizer, em nosso caso, pensar a efetivação do neoliberalismo como

[100] Connell e Dados (2014, p.120) aprofundam sobre esta separação entre teoria e prática nos estudos do neoliberalismo e assinalam que: "Existe uma tendência em toda esta literatura [sobre o neoliberalismo] [...] de separar a teoria neoliberal da prática neoliberal. A teoria é tratada como neoliberalismo em seu estado puro, e a prática como sendo sua sempre imperfeita realização. Sem dúvida, isto se dá parcialmente porque a teoria é facilmente acessada, em textos da linha dura como *Capitalismo e Liberdade* (1962) de [Milton] Friedman. De outra parte, porque os empreendedores das políticas neoliberais anunciam isso frequentemente quando criticam políticos que não tem coragem de implementar a linha dura. Mas essa separação tem o infeliz efeito de desviar nossa atenção dos problemas práticos (possivelmente bem diferentes daqueles que preocuparam Friedman e Hayek) aos quais o neoliberalismo tem, ao que parece, oferecido soluções" [tradução nossa, ênfases do texto original].

política de estado nas ditaduras da América Latina e em outros governos ao Sul. Esse modo de pensar implica recusas e propostas. Vejamos.

Recusamos a perspectiva de uma "transferência das ideias neoliberais" (Fisher, 2009), bem como a de "uma cena de experimentações neoliberais" ou "experiência-piloto para o novo neoliberalismo dos países avançados do Ocidente" (Anderson, 1995). O que se chama de "ensaio" e "experimentação" do neoliberalismo – em outras palavras, o que se chama de um proto-neoliberalismo –, chamaremos de sua constituição.

Nossa recusa parte da seguinte mirada: se restringirmos a história dos países do Sul Global[101] como um constante "ensaio" ou "experiência-piloto" corremos o risco de repetirmos a ideia contida na fratura histórica já mostrada por Edward Said (citado por Castro-Gómez, 2005, p.26), de que, de um lado, há sociedades ao Norte (no Ocidente) que são a parte ativa, criadora, doadora de conhecimento, cuja missão é levar a modernidade ao restante do mundo; de outra parte, há esse restante do mundo, entendido como receptor do conhecimento, cuja missão é acolher o progresso e a civilização.

Importante notar que de um lado as sociedades "criadoras" tem por características a racionalidade, o pensamento abstrato, a disciplina, a criatividade e a ciência. O restante caracteriza-se pelo prefixo "pré", ou seja, é o anterior, o passado que ainda não alcançou o presente moderno; é pré-racional, empírico, imitativo, espontâneo, dominado pelo corpo, pelo mito e pela superstição. Apagamos ou colocamos à parte a história do "restante" do mundo para cumprir a história universal e moderna do Norte. Isto é, colocamo-nos como instrumento de uma compreensão teleológica da história em que apagamos as nossas próprias marcas.

Contudo, não se trata de questionar a hegemonia do Norte no regime neoliberal, antes, trata-se de colocar à prova uma verticalidade encerrada desta hegemonia, desconsiderando uma dinâmica histórico-estrutural, e apagando a própria experiência histórica ao Sul.

Em nossa temática, propomos que colocar à prova estes elementos é fazer perguntas sobre como um "ensaio neoliberal" daquilo que estava sendo "produzido pelos teóricos do

---

[101] De acordo com Dados e Connell (2012, pp.12-13) a expressão "Sul Global" refere-se amplamente às regiões da América Latina, Ásia, África e Oceania. É uma terminologia que possui uma familiaridade com outras como "terceiro mundo" e "periferia", por exemplo. Mas, para as autoras, a expressão denota uma mudança de foco de uma perspectiva centrada em desenvolvimento ou diferenças culturais para uma ênfase nas relações geopolíticas de poder. "Sul Global" é uma terminologia que funciona como mais que uma metáfora para "subdesenvolvimento", funciona como uma referência a "toda uma história de colonialismo, neo-imperialismo e diferencial econômico e mudança social por meio da qual imensas desigualdades nas condições de vida, expectativa de vida e acesso a recursos são mantidas [tradução nossa].

Norte" – e ao mesmo tempo não era um pensamento estabelecido, não tinha força suficiente, ou seja, capital político estabelecido (Hickel, 2016, p. 143) –, sustentou e orientou governos desde a década de 1960 no Sul do mundo (muitos inaugurados por meio da violência e da coerção). Ademais, é preciso que se explique como "ferozes adversários do welfarismo" foram mobilizados para dar conta de Estados que nunca tiveram um sólido estado de bem-estar social.

Portanto, nossa intenção é a de também pensar a história, ou a constituição histórico-estrutural do neoliberalismo ao Sul e, particularmente, no Brasil.

7.3.3 Neoliberalismo ao Sul

> A rebelião no Brasil é sem dúvida o grande sucesso que os Neoliberais tiveram até agora em seus quatro ou cinco anos de existência (somente três das mais de quarenta organizações neoliberais foram fundadas antes de 1959), e a única ocasião em que eles foram diretamente responsáveis (apesar de não serem os únicos responsáveis) por derrubar um governo. O que será do futuro do IPES [Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais] e de grupos similares, há de esperar para ver, mas o poder alcançado pelos Neoliberais em meia década de existência é notável, e um fator que teremos de tratar no futuro (Bailey, 1965, p.445)[102].

> Em 1956, firmou-se um convênio entre a Pontifícia Universidade Católica de Santiago do Chile e a Universidade de Chicago pelo qual um grupo de alunos selecionados da Universidade Católica e também da Universidade do Chile realizaram os seus estudos de pós-graduação em Economia. O objetivo era fornecer à Universidade Católica um grupo inicial de pelo menos quatro professores em período integral que recebessem treinamento rigoroso em Ciências Econômicas. Foi assim que, desde outubro de 1958, houve uma profunda transformação no ensino na Universidade Católica. Um produto do prestígio acadêmico alcançado foi a organização em 1967 e 1968 de um curso de economia especialmente projetado para empresários. Este curso foi ministrado nos escritórios da Sociedad de Fomento Fabril e contou com a presença dos empresários mais representativos e importantes do país. A coexistência entre acadêmicos e empresários foi reciprocamente enriquecedora e produziu como resultado a proposta de participação de um grupo da nossa Escola de Economia na preparação de um programa econômico para o candidato Sr. Jorge Alessandri Rodríguez (De Castro, 1992, vii)[103].

---

[102] Tradução livre do original: "The Brazilian rebellion is undoubtedly the greatest success the Neoliberals have had so far in their four or five years of existence (only three of the more than forty Neoliberal organizations were founded before 1959), and the only occasion on which they have been directly (though not uniquely) responsible for the overthrow of an incumbent régime. What the future of IPES and similar groups will be in Brazil, and whether the transformation of the country will be a truly revolutionary one, remains to be seen, but the power mustered by Neoliberals in half a decade of existence is remarkable, and a factor which will have to be dealt with in the future".

[103] Tradução livre do original: "En 1956 se firmó un convenio entre la Pontificia Universidad Católica de Santiago de Chile y la Universidad de Chicago por el cual un grupo de alumnos seleccionados tanto de la Universidad Católica como de la de Chile irían becados a la Universidad de Chicago para realizar estudios de posgrado en Economía. El objetivo era dotar a la Universidad Católica de un grupo inicial de por lo menos cuatro profesores de jornada completa que tuvieran un riguroso entrenamiento en Ciencias Económicas. Así fue como a partir de

> Em Maio de 1979, a Associação Turca de Industriais e Empresários (TUSIAD) lançou uma extensa campanha chamada "A saída Realista". A campanha era extremamente crítica ao governo do Partido Republicano do Povo e atacava a estratégia de desenvolvimento – Industrialização por Substituição de Importações -, propondo do contrário uma ampla reforma de mercado orientada para Industrialização para Exportação. Seis meses depois o Partido Republicano do Povo teve de renunciar, e o Partido da Justiça, de centro-direita ascendeu ao poder, implementando um pacote de reformas radicais em compasso com as sugestões do FMI em 1978, as quais o governo anterior tinha falhado em implementar por causa das já críticas condições econômicas e sociais no país. [...] O chamado "Pacote de 24 de Janeiro" pavimentou o caminho para uma conjuntura crítica, transformando as relações entre o estado, o empresariado e outros grupos da sociedade (Ozel, 2003, p.100)[104].

Respectivamente, os trechos apresentados acima são: um estudo sobre as políticas neoliberais na América Latina publicado em 1965 (um ano após o golpe militar-empresarial no Brasil), de autoria de Norman A. Bailey, ex-conselheiro do governo Norte-Americano; parte da Apresentação escrita por Santiago De Castro do documento "El Ladrillo" (em tradução livre: "o tijolo"), tornado público em 1992 em que se apresenta a construção do plano econômico da ditadura chilena; e uma descrição feita pela cientista política Isik Ozel sobre o chamado "Pacote de 24 de Janeiro" de 1980 na Turquia. Além destes trechos apresentados, poderíamos incluir outros sobre mudanças ocorridas ao Sul que antecedem ou acontecem ao mesmo passo que o neoliberalismo de Thatcher e Reagan, como as políticas neoliberais de desregulação na Austrália na década de 1980, encabeçadas por Paul Keating, tesoureiro do Partido do Trabalho (*Australian Labor Party*) (Connell e Dados, 2014).

A apresentação de todos estes trechos tem por intenção primeira e última insistir na proposição de uma dinâmica histórico-estrutural para pensar o neoliberalismo. Sem dúvida, a

---

octubre de 1958 se produjo una profunda transformación en la enseñanza en la Universidad Católica. Producto del prestigio académico alcanzado fue que en 1967 y 1968 se organizara un curso de Economía especialmente diseñado para empresarios. Este curso se dictó en las oficinas de la Sociedad de Fomento Fabril y a él concurrieron los empresarios más representativos e importantes del país. La convivencia entre académicos y empresarios fue recíprocamente enriquecedora y produjo como resultado el que éstos propusieran a un grupo de nuestra Escuela de Economía su participación en la elaboración de un programa económico para el candidato señor Jorge Alessandri Rodríguez".

[104] Tradução do original: "In May and June of 1979, the Turkish Industrialists and Businessmen's Association (TUSIAD) launched an extensive media campaign called "The Realist Way Out." The campaign was highly critical of the incumbent RPP (Republican People's Party) and attacked the government's development strategy—namely ISI—proposing instead major market reforms and a shift toward an export-oriented industrialization strategy (EOI). Six months later, the RPP had to resign, and the right-of-center Justice Party came to power, implementing a radical reform package in line with the suggestions of the IMF in 1978, which the previous government had failed to implement due to already critical economic and social conditions in the country. [...] The so-called January 24 package would pave the way for a critical juncture, transforming relations among state, business and other societal groups.

mais comentada das mudanças que antecedem o thatcherismo e reaganismo, é a "experiência" do Chile nas mãos de Augusto Pinochet a partir de 1973 em um golpe militar que se impõe pelo terrorismo de estado (Bruff, 2016; Fischer, 2009; Connell e Dados, 2018; Kingstone, 2018). Segundo Connell e Dados (2014), essa "experiência" é lembrada pela vinculação entre a Escola de Chicago e os "Chicago Boys" que se tornaram parte do governo ditatorial. Para essas autoras, há de se explicar como o conservadorismo militar toma para si as ideias neoliberais que, diga-se de passagem, não eram hegemônicas nos Estados Unidos.

Elas explicam esta relação indicando que à ditadura chilena os pensadores neoliberais não oferecem um "manual de teoria econômica", mas uma *estratégia de desenvolvimento*. Isto significou, em termos políticos e econômicos, o abandono do processo de industrialização que havia sido o plano principal de desenvolvimento até os anos de 1960. Por um lado, esse abandono implicou no enfraquecimento da organização dos trabalhadores a partir do operariado industrial. Por outro, o projeto de desenvolvimento para o Chile voltou-se ao mercado internacional e foi impulsionado pela "era petrodólar". Apesar da crise do início dos anos 1980, esta estratégia se sustentou com o regime de terrorismo de Estado e, dada as devidas alterações político-econômicas[105], manteve-se depois da queda deste regime a partir de 1990.

As explicações de Connell e Dados (2014 e 2018) fornecem um deslocamento importante em que não há uma verticalidade das ideias neoliberais que se impõe pela ditadura, pelo contrário, é o regime ditatorial que se utiliza do pensamento neoliberal para seu exercício de poder. O Chile de Pinochet não é simplesmente o "laboratório" dos pensadores neoliberais, antes, é o regime golpista que encontra no plano de desenvolvimento neoliberal sua conveniência e coloca-o em funcionamento. Esse plano é sem dúvida fruto do investimento de longo prazo na renovação dos economistas chilenos em formação na Escola de Chicago e de financiamento de think tanks neoliberais internacionais, sobretudo norte-americanos, mas também é fruto do *movimento gremialista* nas universidades e na sociedade civil (Cristi, 1999 e 2000), da influência das publicações com as do jornal *El Mercurio* e da criação do CESEC (Centro de Estudios Socio-Económicos), primeiro think tank neoliberal chileno (Soto Gamboa, 2003). Todas essas partes combinavam o conservadorismo católico e a polarização política da época, o que significava um movimento de parcelas da sociedade, nomeadamente as classes médias e o pequeno empresariado.

[105] Mais sobre essas mudanças, ver Karin Fischer (2009).

A ditadura no Chile, portanto, pode informar uma leitura menos centralizada no pensamento neoliberal "puro" do Norte do mundo. No entanto, se voltarmos aos trechos apresentados mais acima, podemos pensar que mesmo antes da "experiência" neoliberal mais comentada sobre o Sul, o Brasil teve um papel de "pioneiro" nos "feitos" neoliberais tendo como evento principal o golpe militar-empresarial de 1964. Nas linhas abaixo, tentamos elaborar algumas considerações sobre o "pioneirismo" do neoliberalismo no Brasil. Vejamos.

7.3.3.1Considerações sobre neoliberalismo no Brasil

Escrever sobre o neoliberalismo na atualidade e no contexto brasileiro parece justificar a escrita de uma segunda Tese. Enquanto escrevemos estas linhas, tivemos a aprovação de uma reforma da Previdência e temos em debate a reforma administrativa, batizada de "Plano Mais Brasil"[106], prevista para ser realizada em 2020. Além disso, propõe-se um novo regime de contrato, o "Verde e Amarelo" para a geração de postos de trabalho para os jovens de 18 a 29 anos. Todas essas, propostas podem ser nomeadas como típicas "Lei[s] de precarização do trabalho" (Delgado e Delgado, 2018, p.40).

Essas propostas foram elaboradas pelo atual Ministro da Economia Paulo Guedes, um economista formado na Escola de Chicago nos anos de 1970, que viveu no Chile nos anos 80 e fundou o Banco BTG Pactual também nessa mesma década. É certo que as reformas de Guedes se consolidam no caminho pavimentado por Michel Temer[107], que em seu "governo terceirizado" (Antunes, 2018, p.294) implementou uma reforma trabalhista regressiva e inconstitucional como mostrado por muitos (Delgado e Delgado, 2017; Maior e Severo, 2017; Krein et al., 2018). Mas Guedes radicaliza a transformação do Estado de tal forma que alguns indicam ultrapassar a "terapia de choque" (Anderson, 2011) no Chile de Pinochet. Trata-se de um momento de difícil descrição, quanto mais de compreensão.

É possível indicar, no entanto, que estamos vivendo um momento em que neoliberalismo e conservadorismo se fortalecem, em "elementos de

---

[106] Ver mais em https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/05/paulo-guedes-plano-mais-brasil-pretende-transformar-o-estado-brasileiro [Acesso em Novembro de 2019].

[107] Além da reforma trabalhista, em 2017 destaca-se ainda a aprovação da Lei nº 13.429/2017 que permite a terceirização ilimitada, irrestrita, em todas as atividades das empresas, inclusive em suas atividades-fim. Ademais, a extinção do Ministério do Trabalho por meio da Medida Provisória 870/19.

individualismo/empreendedorismo, discurso religioso, pretensa gestão técnica ("desideologizada"), antiestatismo e nacionalismo" (Pereira da Silva, 2018, p.170).

Desde a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, o empenho em compreender o que se passa é demonstrado pelas inúmeras "análises de conjuntura" de cientistas sociais e políticos (Velasco Cruz et al., 2015; Perissinoto, 2016; Souza, 2016; Solano, Ortellado e Moretto, 2017; Solano, 2018). Alguns indicam que a partir da década de 2010 vivemos a era do *neogolpismo*, o que seria uma nova roupagem institucional para a desestabilização de governos eleitos pelo voto (Tokatlian, 2009 e 2012; Araújo e Pereira, 2018; Pereira da Silva, 2018). Estas "novas formas de golpe não [necessariamente] têm a participação direta dos militares, e se processam através de interpretações distorcidas das instituições, particularmente do mecanismo do *impeachment* quando este é constitucionalmente previsto" (Pereira da Silva, 2018, p.170), como foi o caso do impedimento de Rousseff.

São "golpes institucionais" pois se efetivam "por meio de instituições vigentes" e não há um abandono formal do Estado Democrático de Direito. Nas palavras de Pereira da Silva:

> Talvez essa insistência nas instituições e nos procedimentos guarde relação com a concepção hegemônica de democracia enquanto nada mais que instituições e procedimentos, e particularmente instituições e procedimentos que devem se reproduzir globalmente de forma acrítica. Desse modo, preservados formalmente certos simulacros de instituições e procedimentos, não se poderia afirmar categoricamente que a democracia foi de todo abandonada (Pereira da Silva, 2018, p.172)

Mas a permanência da forma institucional está ligada a um movimento mais amplo de articulação midiática e com o fortalecimento de *think tanks* neoliberais (ou "ultraliberais") (Rocha, 2015, 2017, 2019). Tomemos como exemplo a articulação entre os Institutos Liberais e a Atlas Network. Karina C. Baggio (2017) explica em pormenores o desenvolvimento da Atlas e de seus parceiros em nosso continente e em nosso país nos anos pré e pós-impeachment de Dilma Rousseff[108]. Ela lembra que o presidente da Atlas Network, desde 1991, é Alejandro

[108] Atualizando alguns números referidos por Baggio (2017): ao redor do globo são 495 instituições em 96 países listadas como parceiras na página virtual da Atlas Network. No Brasil, são catorze organizações listadas como parceiras. São elas: o Instituto Atlantos, em Porto Alegre; Instituto de Estudo Empresariais, também em Porto Alegre; Instituto de Formação de Líderes, em Belo Horizonte; Instituto de Formação de Líderes, em São Paulo; Instituto de Formação de Líderes, em Santa Catarina; Instituto Liberal, no Rio de Janeiro; Instituto Liberal de São Paulo, em São Paulo; Instituto Liberdade, em Porto Alegre; Instituto Ludwig von Mises Brasil, em São Paulo; Instituto Millenium, no Rio de Janeiro; Líderes do Amanhã Institute, em Vitória; Livres, no Rio de Janeiro; Mackenzie Center for Economic Freedom, em São Paulo; e Students for Liberty Brasil, em São Paulo. Ainda conforme Baggio (2017, p. 6-7), algo a ser notado é a repetição de nomes entre patrocinadores ou doadores de

Antonio Chafuen, ou somente Alex Chafuen. Argentino radicado americano que, desde 1985, é membro da Atlas e trabalhou diretamente com Anthony Fisher (de quem falamos mais acima). Segundo Baggio (2017, p. 5), Chafuen é "simpatizante do Tea Party, tendência ultraliberal-conservadora dentro do Partido Republicano – ultraliberal na economia e conservadora no que se refere a questões sociais, religiosas e de costumes".

É notável o desenvolvimento desta Rede nas três décadas passadas. De acordo com reportagem intitulada "Esfera de Influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana", veiculada em 11 de Agosto de 2017, no *The Intercept* Brasil[109]:

> [Alex] Chafuen cita diversos líderes ligados à Atlas que conseguiram ganhar notoriedade: ministros do governo conservador argentino, senadores bolivianos e líderes do Movimento Brasil Livre (MBL), que ajudaram a derrubar a presidente Dilma Rousseff – um exemplo vivo dos frutos do trabalho da rede Atlas, que Chafuen testemunhou em primeira mão.

É nesta articulação entre forma institucional, institutos liberais e mídia que o golpe de 2016 consolida-se e efetiva (a volta ou o aprofundamento de) um projeto neoliberalizante. Sendo a reforma trabalhista de 2017, o congelamento dos gastos públicos por vinte anos e a terceirização irrestrita representações agudas desse projeto.

Diante deste cenário, é preciso estipularmos os limites do que podemos registrar nesta Tese. Tentaremos buscar elementos que configuram o pensamento neoliberal "à brasileira", juntando a essas, análises das ciências sociais e registros historiográficos que consideramos importantes. Nosso objetivo é fazer um sobrevoo desde o meio do século passado até o final dos governos lulistas no início da década passada, tendo como mediana o golpe militar-empresarial de 1964. Como todo sobrevoo, daremos mais ênfase à paisagem, mas buscaremos prover ao leitor obras com as quais ele poderá ter acesso aos detalhes. Passemos então ao nosso sobrevoo.

---

recursos que são ao mesmo tempo especialistas, autores ou colaboradores desses institutos dentre jornalistas, economistas, cientistas políticos, juristas ou consultores. São os pensadores de "segundo fronte" que atuam em paralelo: "ao mesmo tempo, em órgãos de imprensa da mídia corporativa, em geral como colunistas, e nas organizações liberais ou ultraliberais, além de participarem ativamente dos eventos dessas organizações, ministrando palestras, cursos etc".

[109] Acesso à reportagem completa: https://theintercept.com/2017/08/11/esfera-de-influencia-como-os-libertarios-americanos-estao-reinventando-a-politica-latino-americana/ [Acesso em Março de 2019].

7.3.3.1.1 Neoliberalismo antes de 1964

Na última década do século passado, são iniciadas reformas que transformam o paradigma político e econômico no Brasil, sendo caracterizadas principalmente pela sua "orientação para o mercado". No pensamento econômico, o desenvolvimentismo iniciado nos anos pós 1930 é sucedido pelo neoliberalismo (Massimo, 2013). Embora o marco temporal de início das reformas neoliberais no Brasil seja indicado na década de 1990 (Massimo, 2013, p.137), sabe-se que o pensamento neoliberal brasileiro tem vida longa anterior, sendo forjado sobretudo na articulação entre economistas e empresários.

Bielschowksy (1995) indica que a corrente de pensamento econômica neoliberal, em paralelo com a corrente desenvolvimentista nacionalista e com a corrente socialista, foi uma das mais importantes expressões do pensamento econômico brasileiro. Para esse autor, o pensamento neoliberal na economia no pós-1930 "teve de passar por transformações que viabilizassem sua resistência frente à nova realidade", imersa em crise internacional e em profundas transformações sociais, políticas e econômicas (Bielschowsky. 1995, p.37). A corrente neoliberal brasileira entre os anos de 1940 e 1960 apresentava um posicionamento fundado em três princípios: pensava que o estado deveria reduzir sua intervenção na economia; buscava políticas de estabilização monetária, "evitando a discussão dos seus efeitos sobre o nível de renda e emprego"; e não via projetos de industrialização com bons olhos, sendo seus pensadores "frequentemente contrários a essas medidas" (Bielschowsky, 1995, pp.37-38).

Esta corrente era representada por economistas como Eugênio Gudin, que manteve contato próximo com pensadores tanto da Escola austríaca, como Gottfried Haberler – uma autoridade no pensamento de Joseph A. Schumpeter (Swedberg, 2006, p.x); quanto da Escola de Chicago, como Jacob Viner (Bielschowsky, 1988, p.41). Um dos delegados brasileiros na Conferência de Bretton Woods[110], Gudin atuou como Ministro das Finanças no interstício de governo de Café Filho (1954-1955) e foi responsável por uma reorientação significativa na política econômica com o favorecimento de corporações multinacionais com significativa

[110] A Conferência de Bretton Woods juntou "730 delegados de 44 países, o Brasil entre eles, [...] na cidade de Bretton Woods, estado de New Hampshire, nos Estados Unidos, para a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas. O objetivo era urgente: reconstruir o capitalismo mundial, a partir de um sistema de regras que regulasse a política econômica internacional". Para mais, ver http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23 [Acesso em outubro de 2019].

redução de taxas, em detrimento das empresas brasileiras, e sob a justificativa que as empresas estrangeiras trariam mais tecnologia para o país (Dreifuss, 1987; Ferraz, 2106).

Ainda, Gudin foi o criador do projeto que a partir de 1944, tornou-se a base do ensino da economia no Brasil (Bielschowsky, 1988, p.438). Por isso, ele é considerado um dos patronos da economia brasileira e mentor do pensamento neoliberal que influenciou toda uma geração. Dentre os influenciados por Gudin estão Alexandre Kafka, Roberto Campos, Octávio Gouveia de Bulhões e Denio Nogueira (Dreifuss, 1987, p.74). Esses economistas formaram e conduziram os principais "núcleos da militância intelectual" neoliberal, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), o Conselho Nacional de Economia (CNE), a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Federação do Comércio de São Paulo (FCSP) (Bielschowsky, 1988, pp.38-39).

A atuação destes economistas não se limitava a estes espaços, eles eram conferencistas assíduos em eventos em outras "organizações neoliberais" para as elites do empresariado, dos profissionais liberais e dos militares (Dreifuss, 1987, p.73). Por exemplo, Gudin era um "conferencista ativo" na Escola Superior de Guerra (ESG), bem como palestrante em conferências do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) (Dreifuss, 1987, p. 254-255), e atuava como diretor do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) (Dreifuss, 1987, p.405).

Neste sentido, há uma intersecção da história do pensamento econômico brasileiro em sua linha neoliberal e a formação e sustentação de "organizações neoliberais". Esta vinculação tem seu auge na "única ocasião em que eles [os neoliberais] foram diretamente responsáveis (apesar de não serem os únicos responsáveis) por derrubar um governo" à época, conforme o trecho apresentado mais acima, escrito por Norman A. Bailey (1965).

Bailey[111] é um especialista em segurança nacional e economia que fez parte dos governos de Ronald Reagan e George W. Bush. O artigo deste especialista de 1965, enaltece a

[111] Atualmente, Bailey é um associado e expert do Institute for Global Economic Growth (em tradução livre, Instituto para crescimento econômico global). O IGEG oferece a consultoria de especialistas norte-americanos para governos que "se interessam em identificar e corrigir impedimentos para o crescimento econômico de seus países", de acordo com a página oficial do Instituto. (Mais sobre este instituto, ver: http://www.igeg.org/ [Acesso em Setembro de 2019]). A especialidade de Bailey neste instituto é segurança nacional, inteligência estratégica e planejamento operacional do Exército Americano. Ele é considerado um dos fundadores do campo da "Economia da Segurança Nacional" (national security economics). Durante a década de 1980, Bailey foi parte da administração Reagan, no Conselho Nacional de Segurança (National Security Council). Mais tarde, na administração de George W. Bush foi um oficial sênior na Diretoria de Inteligência Nacional. Bailey tem ao menos cinco livros publicados, sendo três sobre a América Latina e um sobre a África portuguesa.

proeza dos neoliberais no Brasil, mas volta sua atenção às proezas desenvolvidas na Colômbia, apontando para um espraiamento das ideias e de organizações neoliberais quase dez anos antes do golpe em 11 de setembro de 1973 no Chile. Em todo caso, o que mais nos interessa nos argumentos de Norman Bailey, é o que ele nomeia de "organizações neoliberais".

Segundo este autor, no final dos anos de 1950 e início dos 60, as organizações neoliberais na América Latina tinham dois fatores em comum. O primeiro é que seus associados eram em grande parte empresários "no sentido mais amplo da palavra" e profissionais liberais[112]. O segundo fator é o de que esses associados eram contrários a todas as formas de "coletivismo", fossem elas propostas "pela direita ou pela esquerda", e eram a favor do "livre mercado", embora não em sua formulação liberal original. As ideias promovidas por essas organizações eram inúmeras e nem sempre convergentes. Abarcavam desde a filosofia de Ayn Rand, passando pela teoria econômica de von Mises e Hayek até a "economia social de mercado" de Wilhelm Röpke e Jacques Rueff (Bailey, 1965, p.445).

"Fissuras e controvérsias" parecem ser parte do movimento neoliberal desde seu início, no entanto, Bailey (1965, p.446) sugere uma concentração de poder e de participação da "ala social" – o que quer dizer, daqueles que se identificam com a "economia social de mercado" – que permitiu uma ação coordenada e unificada do movimento neoliberal desde o meio do século passado. Neste sentido, havia um esquema geral para a organização do movimento neoliberal pela concentração de poder em determinada "ala" do movimento.

Este esquema tinha como princípio a centralização das decisões em um grupo pequeno, geralmente, um comitê executivo no qual o presidente é o membro mais influente para a efetivação das decisões (Bailey, 1965, pp.445-446). Contudo, esse não era um esquema inflexível. Bailey indica que, no Brasil, tem-se o exemplo de uma organização neoliberal, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que dividiu o controle da organização entre o Rio de Janeiro e São Paulo dadas as particularidades da atuação dos neoliberais em cada uma dessas cidades.

O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais tem um papel de protagonismo no golpe militar-empresarial no Brasil em 1964. Mas sua história deve ser colocada em relação com a história do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e com a participação de seus

[112] Bailey (1965, p. 445) indica uma análise dos associados nestas em treze organizações neoliberais em seis países da América Latina em que um total de 2453 associados eram 67% de "capitalistas", 19% de "profissionais liberais" e 14% de "outros", sendo a categoria "outros" composta majoritariamente por mulheres.

associados da Escola Superior de Guerra (ESG). Essas duas organizações, IPES e IBAD, com os seus associados da ESG, formaram um "complexo político-militar" (Dreifuss, 1987, p.161) decisivo para os eventos que transcorreram àquela época e que reverberam até os dias de hoje.

No final dos anos de 1950 e início dos anos de 60, a situação político-econômica no Brasil pode ser resumida em três aspectos: a dívida externa e a inflação ao final do governo de Juscelino Kubitschek; a eleição e posterior renúncia de Jânio Quadros; e a ascensão de João Goulart de vice a presidente. Especificamente, a ascensão de Goulart gerou preocupação no empresariado por sua herança trabalhista, tendo sido ministro do trabalho no governo de Getúlio Vargas (Starling, 1986). É neste cenário que o complexo IPES/IBAD tem sua formação. Desse complexo, o IBAD é o primeiro a se formar, por volta de 1959. No Rio de Janeiro, com a reunião de empresários, o instituto emerge sob a justificativa de "defender a democracia".

O IPES, por sua vez, surge em 1961, também com a reunião de empresários que tinham objetivos semelhantes: "suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e a sua ambição de readequar e reformular o Estado" (Dreifuss, 1987, p.163). O IPES, particularmente, era dividido em grupos de estudo, de trabalho e pequenos comitês. Em um dos grupos de estudo – no Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC), liderado pelo general Golbery do Couto e Silva – seus membros vinham preferencialmente da Escola Superior de Guerra (ESG).

Por meio deste complexo, a ditadura estabelecida em 1964 ganha sustentação prévia (diferentemente da tentativa frustrada em 1961) para além da repressão e do terrorismo de estado. Há um encadeamento duplo de ações. À brutalidade da repressão é adicionada a circulação das ideias produzidas nesta articulação entre empresariado, profissionais liberais e militares, em diversas frentes, principalmente, a midiática, em jornais (Diario Associados, Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, entre outros) televisões (a Rede Globo de Televisão) e rádios (Eldorado, Globo) (Dreifuss, 1987).

No entanto, este "assalto à opinião pública", não se dava apenas de cima para baixo. O IPES/IBAD infiltrou-se e fez uso de diversos outros instrumentos: produziu e financiou cursos, eventos, folhetins, revistas de sindicatos, cartuns e filmes. Soma-se a isso a infiltração em movimentos religiosos, em sua maioria católicos, em movimentos de estudantes e trabalhadores. Nem mesmo grupos de escoteiros foram poupados, já que, segundo Dreifuss:

> A União dos Escoteiros do Brasil, liderada pelo Frei Daniel, também recebia assistência do IPES [...]. As contribuições aos escoteiros serviam para manter a imagem pública do IPES e o supriam de faturas legítimas por "despesas" feitas, bem como outro meio ambiente de classe média no qual operar (Dreifuss, 1987, p.257).

Na articulação deste complexo, "o IBAD agia como uma unidade tática e o IPES operava como centro estratégico" (Dreifuss, 1987, p. 164). No entanto, esse complexo será levado adiante somente pelo IPES, já que em 1963 houve a dissolução do IBAD por ordem judicial[113]. De toda forma, é de conhecimento que este complexo é parte de uma rede maior na América Latina (Bailey, 1965; Dreifuss, 1987), com fortes vinculações principalmente com o governo estadunidense em um alinhamento durante a Guerra Fria (Dreifuss, 1987; Ferraz, 2016). Por essa forte vinculação, o complexo IPES/IBAD foi produtor de larga propaganda anticomunista, "contra o esquerdismo". Mas surgiu também como instrumento de difusão da "liberdade" e do "regime de livre iniciativa". J. B. Leopoldo Figueiredo, presidente do IPES, em discurso para a Associação Brasileira de Relações Públicas indicou que o instituto surge da necessidade de

> [...] "despertar entre nós a consciência generalizada do bem-estar comum, em oposição à busca de vantagens por indivíduos, grupos ou classes, uma forma ilegítima usada por alguns para transpor a fronteira de liberdade de outros, violando o direito de todos. É mais do que urgente estimular o senso de responsabilidade de cada um". E ele acrescentava: "O IPES surge com o objetivo de esclarecer primordialmente a classe empresarial que, diga-se de passagem, precisa mais de que qualquer outra classe saber realmente quais são os limites ideais do regime de livre iniciativa no campo econômico" (Dreifuss, 1987, p.169).

O IPES funcionou até 1972. No entanto, nos anos pós-golpe teve uma atuação efetiva nos governos militares. Dreifuss evidencia que ipesianos e aqueles ligados aos ipesianos ocuparam setores importantes da administração do Estado. O autor ressalta que ativistas do complexo IPES/IBAD, industriais e banqueiros fizeram parte dos ministérios e órgãos administrativos em nome de uma "tecnocracia". Um exemplo disto está na criação do Sistema Nacional de Informação (SNI) que teve como fundador e primeiro chefe nacional o General

---

[113] Sobre a dissolução do IBAD: "o IBAD [foi dissolvido], por ato do Poder Judiciário datado de 20 de dezembro de 1963, sob a acusação de "exercer atividade ilícita e contrária à segurança do Estado e da coletividade". Para mais, ver http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-democratica-popular-adep [Aceso em outubro de 2019].

Golbery de Couto e Silva, responsável por um Grupo de Estudos ipesiano, conforme indicamos mais acima (Dreifuss, 1987, p. 421).

7.3.3.1.2 Neoliberalismo após de 1964

Mesmo com o complexo político-militar neoliberal instaurado para a sustentação do golpe, os anos de ditadura terão uma estratégia desenvolvimentista. Sobre esse aspecto, Sader (2013, pp.136-137) aponta uma particularidade brasileira dentre os demais golpes do cone Sul. Por se dar nos anos de 1960, a ditadura é iniciada no "ciclo longo expansivo do capitalismo mundial", por isso, "o regime conseguiu, mediante a repressão aos sindicatos e o arrocho salarial, imprimir um ritmo expansivo à economia". Somente a partir da "crise da dívida", ou seja, do impacto do crescimento das dívidas e dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), houve o abandono do projeto desenvolvimentista.

Isto é, a partir da metade dos anos de 1980, já quando da abertura política no Brasil, o receituário neoliberal começa a efetivar-se no plano político-econômico com mais vigor. "Estatismo, nacionalismo e desenvolvimentismo" passam a referenciar o passado e o antigo. O moderno virá da "integração externa, internacionalização e abertura econômica" (Diniz, 1999, p.156). Ao mesmo tempo, o processo de transição democrática permitiu a convocação de Assembleia Constituinte, o que não ocorreu em outros países da América Latina[114]. Houve a formulação de um "projeto democratizante" na transição democrática que foi construído pela sociedade civil e que fez surgir novas instituições orientadas por esse projeto, "tais como os Conselhos Gestores, os Orçamentos Participativos, etc" (Dagnino, 2004b, p.146.).

Neste sentido, o célebre discurso de Ulysses Guimarães em outubro de 1988, acertadamente afirmava que "a Assembléia Nacional Constituinte rompeu contra o establishment [...]"[115]. A nova Constituição surgiu em um momento agudo do neoliberalismo

---

[114] Os recentes protestos no Chile, entre outubro e novembro de 2019, pediam justamente a chamada para uma Assembleia Constituinte para a derrubada da Carta Magna que vigora desde a ditadura de Augusto Pinochet. Em meados do mês de novembro de 2019, foi anunciado um plebiscito a ocorrer em Abril de 2020 para consultar se os eleitores desejam ou não uma nova Constituição. Sobre o acordo para o plebiscito: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/em-resposta-a-protestos-chile-fara-plebiscito-sobre-nova-constituicao.shtml [acesso em novembro de 2019].

[115] Para acesso ao discurso completo, ver https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituinte-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf [Acesso em outubro de 2019].

ao redor do mundo, o que a torna um movimento incompleto (Sader, 2013). Ou, nas palavras de Eli Diniz (1999, p.167), a Carta Constitucional e "seus preceitos teriam envelhecido antes mesmo de se consolidarem". Entre a nova Constituição e o impeachment de Fernando Collor de Mello, no início dos anos de 1990, houve a pavimentação das reformas neoliberais com a reforma da máquina administrativa.

Tais reformas ganharam profundidade e amplitude nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC). É FHC que anuncia "o fim da era Vargas". No seu discurso de despedida do Senado Federal[116] quando de sua eleição como presidente em 1994, ele disse:

> Senhor Presidente, senhores Senadores,
>
> Levamos a cabo a tarefa da transição. [...] Mas a hora não é de congratulações apenas. É de pensar no futuro. [...]. Acontece que o caminho para o futuro desejado ainda passa, a meu ver, por um certo acerto de conta com o passado. Eu acredito que o autoritarismo é uma página virada na História do Brasil. *Resta, contudo, um pedaço do nosso passado político que ainda atravanca o presente e retarda o avanço da sociedade. Refiro-me ao legado de Vargas – ao seu modelo desenvolvimentista autárquico e ao seu Estado intervencionista.* Esse modelo, que à sua época assegurou progresso e permitiu nossa industrialização, começou a perder fôlego no fim dos anos 70. Atravessamos a década de 80 às cegas [...] No final da "década perdida", os analistas políticos e econômicos mais lúcidos, das mais diversas tendências, já convergiam na percepção de que o Brasil vivia, não apenas um somatório de crises conjunturais, mas o fim de um ciclo de desenvolvimento de longo prazo (ênfases nossas).

Para FHC, nas "marchas e contramarchas" do processo de transição política, um novo projeto tinha de ser colocado, um que recusasse "a manutenção dos mesmos padrões de protecionismo e intervencionismo estatal [que] sufocava a concorrência necessária à eficiência econômica". Era preciso renovar a ordem do dia por meio de uma reforma do Estado e da inserção do país na economia internacional. Os passos para a nova ordem já haviam sido dados no governo de Itamar Franco: a abertura externa, a desestatização da economia e o uso de instrumentos de estabilização monetária. FHC, por sua vez, deu seguimento e implementou a nova ordem (Bresser-Pereira, 1998) com o receituário do Consenso de Washington, com a "santíssima trindade" da liberalização econômica, privatização e desregulação. Esse receituário teve ressonâncias nos anos seguintes: financeirização, especulação, desigualdade de renda,

[116] Para acesso ao discurso completo, ver http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/discurso-de-despedida-do-senado-federal-1994 [Acesso em outubro de 2019].

endividamento, informalização e precarização das condições de trabalho (Cardoso, 1998; Sader, 2013; Samuels, 2003; Soares, 2001).

Diante deste cenário, ao final da década de 1990, surge a "maré rosa" ou a "guinada à esquerda" (Chodor, 2015; Kingstone, 2018; Pereira da Silva, 2014 e 2018). Tratou-se da chegada ao governo por meio de eleições democráticas de líderes formados na esquerda latino-americana. Essa onda à esquerda teve início com a eleição de Hugo Chávez, na Venezuela em 1998, e se alastrou para mais de dez países no continente, com exceção da Colômbia (Pereira da Silva, 2018, p.166). "Fenômeno único na história da região" (Pereira da Silva, 2014, p.67), já que antes um governo de esquerda eleito democraticamente só havia acontecido no Chile, em 1970, com Salvador Allende. No Brasil, a maré rosa é capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), tendo seu principal líder, Luiz Inácio Lula da Silva, como presidente por dois períodos e sendo sucedido por dois outros períodos pela presidenta Dilma Rousseff.

Muito há o que dizer sobre esta onda e, particularmente, sobre os governos do PT nos anos de 2000 até a metade da década de 2010. Definições para estes governos sobram: "progressistas", "pós-neoliberais" (Sader, 2013), "neodesenvolvimentistas" (Sicsú, Paula e Michel, 2005) são nomenclaturas que estão entre outras, menos elogiosas, como "populista" e "autoritários" (Pereira da Silva, 2018). Em geral, as menos elogiosas são utilizadas em uma disputa pelos termos da democracia e carregam uma mirada colonial e elitista sobre "o que deve ser" um projeto de sociedade (Pereira da Silva, 2018).

A parte disto, sobre os governos do PT, particularmente, consideramos uma definição de Evelina Dagnino (2004a e 2004b) que se torna crucial para compreender os últimos trinta anos de "marchas e contramarchas" no Brasil. Dagnino aponta para uma "confluência perversa"[117] entre dois projetos que surgem na transição democrática: um projeto democratizante e participativo e outro, um projeto neoliberal. O perverso dessa confluência reside "no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva" (Dagnino, 2004a, p.96-97). Apesar de Dagnino localizar esta confluência principalmente na década de 90 e no início dos anos 2000, pensamos que ela pode ser alargada para pensar a forma de "conciliação" dos governos petistas.

[117] Evelina Dagnino propõe uma análise gramsciana de *projeto político* e compreende o projeto neoliberal como aquele que propõe um "Estado mínimo". Embora trabalhemos com distintas perspectivas teóricas, consideramos a noção de "confluência perversa" proposta por ela de importante valor para compreendermos o contexto brasileiro, especialmente, das últimas três décadas.

A “Carta aos Brasileiros”[118], publicada em junho de 2002, é um exemplo desta confluência perversa de que fala Dagnino. Na carta, Lula afirma a “coragem” de fazer o novo, mas com “responsabilidade” da estabilidade econômica, em uma “ampla negociação nacional”, conduzindo a “uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade”. Ele assegura pontos importantes para o pensamento neoliberal como seu “compromisso histórico com o combate à inflação” que, no entanto, teria de ser “acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos”. Por ser um Brasil de todos, disse ele, “a estabilidade, o controle das contas públicas e da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros”. Ele assinala, por fim, que todas as “mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais” e reafirma seu compromisso com as “contas públicas e [em] mantê-las sob controle”, ao mesmo tempo, reafirma seu compromisso “pela Produção, pelo emprego e por justiça social”.

Anderson (2011) ao analisar o “Brasil de Lula” ressalta, por um lado uma continuidade com o governo de FHC. Ele indica que o governo de Lula em termos de política econômica “pode ser considerado contíguo ao de Fernando Henrique Cardoso, um desenvolvimento dentro da mesma matriz” (Anderson, 2011, p.48). No entanto, como um “processo social”, o governo de Lula “marcou uma ruptura distinta”. Por exemplo, “nem uma única empresa havia sido privatizada” no governo do petista, o que já impõe um “abismo” com os governos de FHC (Anderson, 2011, p. 30).

Se voltarmos à “confluência perversa” de que fala Dagnino podemos pensar os governos petistas entre dois projetos distintos mas que em aparência demandam ações “similares”, em “referências comuns, que tornam seu deciframento uma tarefa difícil” (Dagnino, 2004b, p.142) com o uso de termos como “participação de todos” e “democracia”. Desta forma, “o que essa ‘confluência perversa’ determina é um obscurecimento dessas distinções e divergências, por meio de um vocabulário comum e de procedimentos e mecanismos institucionais que guardam uma similaridade significativa” (Dagnino, 2004b, p.147).

No campo de disputa entre o projeto participativo e o projeto neoliberal, a participação e a cidadania deslizam para versões “liberais” em que há de se “incluir” os cidadãos sem questionar no que exatamente esse cidadão será incluído. O “como” da racionalidade neoliberal

[118] Para acesso a carta ver http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf [Acesso em outubro de 2019].

é colocado em prática sem que se questione as normas anteriores ao método aplicado. Em outras palavras, cidadania, participação e democracia são tornados instrumentos para a manutenção da e para o acesso à uma ordem já estabelecida. A participação "desde baixo" para que os cidadãos construam a democracia brasileira é retomada em termos neoliberais no "acesso" e na "inclusão". Ou nas palavras de Dagnino:

> Tornar-se cidadão passa a significar *a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor*. Esse parece ser o princípio subjacente a um enorme número de programas para ajudar as pessoas a "adquirir cidadania", isto é, *aprender como iniciar microempresas, tornar-se qualificado para os poucos empregos ainda disponíveis, etc*. [...] o mercado é oferecido como uma instância substituta para a cidadania. [...] Aqui encontramos uma poderosa legitimação da *concepção do Mercado como instância alternativa de cidadania*, na medida em que o mercado se torna a *encarnação das virtudes modernas* e o único caminho para o sonho latino-americano de *inclusão no Primeiro Mundo* [ênfases nossas] (2004a, p.104).

7.3.3 Neoliberalismo nesta tese

Depois do sobrevoo, é preciso que indiquemos nossa localização de pouso. O que quer dizer que precisamos indicar objetivamente nossa compreensão sobre o que é o neoliberalismo, considerando a dificuldade de sua definição e a dinâmica histórico-estrutural apresentada nas linhas acima.

Seguimos aqui a leitura foucaultiana. O que quer dizer que pensamos o neoliberalismo como uma racionalidade de governo que pode ser definida como a "reprogramação do liberalismo" (Brown, 2018, p.30). De forma objetiva, o neoliberalismo nesta tese pode ser definido como:

a) Uma racionalidade de governo. Trata-se do cálculo da condução e da conduta renovado a partir da crise de governo liberal nas primeiras décadas do século passado. O seu regime de veridicção é o mercado, sem que isso signifique um pensamento único sobre o que seja o mercado. Essa concepção pode variar dentro das várias escolas neoliberais e das configurações geopolíticas;
b) Uma racionalidade do *como* governar ou uma "arte de governo". Por isso, sua potência está na "ação unificada" para o exercício de poder, bem mais do que em um "pensamento único". As divergências de pensamento não precisam ser "resolvidas" já

que é na pluralidade e na ambiguidade que se pode encontrar muitas respostas ou partes que compõem respostas e instrumentos para variados problemas. A sobrevida do pensamento neoliberal está tanto na sua "incoerência", quanto na sua "ação unificada" para o exercício do poder;

c) Uma racionalidade em que "liberdade e dominação são duas faces da mesma moeda" (Lemke, 2017, p.131). O que quer dizer que a racionalidade neoliberal tem por característica "uma articulação específica de subjetivação autônoma com a sujeição disciplinar, liberdade e dominação" (Lemke, 2017, pp.131-132). O poder autoritário, a violência, a sujeição e a dominação não são efeitos colaterais ou contradições lógicas do neoliberalismo, são partes constituintes de articulações específicas. Os elementos "racionais" e "irracionais" se relacionam e se articulam nesta arte de governo.

Por fim, lembramos ao leitor nossa perspectiva sobre a relação neoliberalismo-empreendedorismo: enquanto o neoliberalismo é uma *racionalidade de governo*, a demanda empreendedora é um *dispositivo* que sustenta essa racionalidade.

Analisamos essa sustentação nas páginas a seguir, retomando não apenas o diagnóstico exposto e caracterizando-o, mas recolocando as perguntas que deram movimento à nossa pesquisa. Lembremos delas: somos todos empreendedores? Como surgiu este anúncio de que somos todos empreendedores? Na elaboração de possíveis respostas, começaremos pela segunda pergunta, traçando uma genealogia da demanda empreendedora. Em seguida, pensaremos o anúncio de que "somos todos empreendedores" enfocando a convivência com os trabalhadores.

PARTE IV – UMA GENEALOGIA DA DEMANDA EMPREENDEDORA

8. “A história como um carnaval organizado”

A genealogia é uma história das possibilidades da história.

Isto quer dizer, é a pesquisa histórica daquilo que pode ser dito e daquilo que pode ser feito (Dean, 1992). Em palavras mais inventivas, “a genealogia é a história como um carnaval organizado” (Foucault, 2014, p.82). Uma maneira de organizar a festa dos eventos históricos, sem que dessa organização derive-se a verdade da história. É possível dizer que a genealogia é a pesquisa pelo profano, para entender como se colocou a verdade no lugar sagrado da verdade.

Dean (1992) anuncia que a genealogia é uma “forma de uso de afirmações” que se distingue de outros usos. Distingue-se da epistemologia, por exemplo, que tem como preocupação as afirmações como conhecimento verdadeiro. Também diferencia-se da história intelectual, que tem por objeto as afirmações como ideias. Igualmente, é distinta de uma sociologia do conhecimento que busca compreender as afirmações como ideologias ou “visões de mundo”. Em suma, a genealogia não se volta à regulação do que é verdadeiro ou falso, nem à captura do movimento das ideais, nem à relativização das ideias em oposição a processos sócio-históricos como a “racionalização, a transição para a modernidade, o desenvolvimento do capitalismo, o embate de grupos divergentes, classes, movimentos e seus interesses etc.” [tradução nossa] (Dean, 1992, p.217).

A genealogia é a problematização metódica do que está dado, do que é tomado como certo e verdadeiro. É a tentativa de colocar o que se considera verdadeiro dentro do horizonte das possibilidades do que pode ser feito [tradução nossa] (Dean, 1992, p.216). Para tanto, Michel Foucault (1991, p.76) indica que é preciso seguir pelo caminho da “eventualização”[119] da história. Com este termo, ele pretende estabelecer a “quebra” do que é “auto-evidente”, atentar para a singularidade quando da tentação de explicar as coisas por uma “constante histórica”, “um traço antropológico imediato” ou uma “obviedade que se impõe uniformemente sobre tudo” (Foucault, 1991, p.76).

Para ilustrar, Foucault (1991, p. 77) explica que não é óbvio que os “loucos” sejam considerados “doentes mentais”, nem evidente que a única coisa a ser feita com um criminoso é prendê-lo, também não é simples e notório que a solução para uma doença seja o exame

[119] Tradução do termo em inglês, *eventualization*. Em outros registros, Foucault não se utiliza deste termo, mas de outros como “nominalismo histórico” ou “história política da verdade” (Lemke, 2017, p.36).

individual dos corpos. É preciso proceder com múltiplas causas e analisar os eventos na multiplicidade de processos que o constituem. “Eventualizar” a história é questionar as obviedades e familiaridades nas quais nosso conhecimento repousa, o que designa a função teórico-política da “eventualização”. Designa, da mesma forma, a incompletude necessária a esse projeto que se coloca desde o início como “revisável” e “corrigível”.

A partir da genealogia, pela “eventualização” da história, buscamos investigar como o empreendedorismo tornou-se um espaço para a verdade sobre o trabalho e sobre a vida em sociedade. Ao invés de recorrermos ao empreendedorismo como a explicação das formas de trabalhar em nossos dias, buscamos compreender como ele se tornou uma das formas de falar, mensurar, regular, organizar o trabalho, as sociedades e os indivíduos no presente. Percorremos o seguinte caminho: tomamos o anúncio recorrente de que somos uma “sociedade empreendedora” e que “somos todos empreendedores” – não importa se por fé no empreendedorismo ou pela de ironia da crítica -, e procuramos entender como o empreendedorismo foi transformado numa palavra-chave que caracteriza nossa sociedade e nós mesmos. Para seguirmos a indicação literal de Foucault, não tomamos por óbvio que “somos todos empreendedores”. Dessa forma, foi preciso procurar como nos tornamos “todos empreendedores”.

O método é de inspiração genealógica, mas é preciso lembrar ao leitor que nosso objetivo é uma análitica do governo, suportada pelos estudos de governamentalidade. Para tanto, é preciso pensar em termos da “governamentalização do Estado”, isto é, nossa preocupação é a “análise das condições específicas sob as quais entidades particulares emergem, existem e mudam”, não se trata aqui de pensar “práticas particulares de governo como instâncias de conceitos ou tipos ideais” (Dean, 1999, pp.20-21).

Mas este objetivo, pensamos, já foi esclarecido nas partes anteriores deste trabalho. O que pretendemos agora é mostrar uma articulação engenhosa entre discursos, práticas e usos com os quais organizamos os eventos do “carnaval” da história em relação ao nosso tema. Nosso objetivo é organizar a miríade de eventos que constituem e reconfiguram as formas de governo tendo como um dispositivo a demanda empreendedora.

8.1 Uma articulação engenhosa

A produção de ideias, opiniões, dados e informações é aspecto fundamental da racionalidade neoliberal (Mitchell, 2009), ou melhor, das racionalidades de governo modernas (Foucault, 2008b). No neoliberalismo, a importância desse aspecto é afirmada por Milton Friedman (1962/1982). No prefácio da edição de 1982 de seu livro "Capitalismo e Liberdade" (*Capitalism and Freedom*), ele explica a utilidade de seu escrito em um par de argumentos. O primeiro deles é de que seu livro serve para fornecer mote para conversas informais (*bull sessions*). Mesmo nas horas de lazer, é preciso que o indivíduo pense em questões políticas, deixe-as "ferver em sua mente", só assim poderá transformar, ao longo do tempo, suas preferências em convicções [tradução nossa] (1962/1982, p.viii).

O segundo argumento é o mais "básico" do par elencado pelo autor: seu livro serve para deixar as opções abertas até que as circunstâncias possibilitem uma mudança. As mudanças vêm, em geral, das crises. O estado crítico serve para tirar da inércia os arranjos governamentais e chacoalhar o *status quo*. Para Friedman, sendo reais ou apenas "percebidas" – inventadas, acrescentamos -, as crises produzem "mudanças reais". Portanto, quando as crises ocorrem, aparecem as possibilidades de mudança. E nessas possibilidades, as ações a serem tomadas são pautadas pelas ideias que "estão por aí" [tradução nossa] (1962/1982, p.ix). Nas palavras do ganhador do Nobel de Economia em 1976: "Isto, eu acredito, é nossa função básica: desenvolver alternativas às políticas existentes, mantê-las vivas e disponíveis até que o politicamente impossível torne-se politicamente inevitável" [tradução nossa] (Friedman, 1962/1982, p.ix).

Explicamos anteriormente que a circulação do discurso neoliberal é uma articulação engenhosa, internacional e nacional, entre financiamento, produção de dados, informações e pesquisas, e utilização dos resultados dessa produção para uma espécie de retroalimentação, angariando mais fundos e propagando ainda mais as ideias neoliberais (Mitchell, 2009, p. 387). As ideias devem circular "por aí" para que se tornem "inevitáveis" politicamente.

Bob Jessop (2018) sugere que no neoliberalismo há uma transferência da elaboração de políticas econômicas e sociais para cima, para baixo e para os lados, impulsionada por esta articulação engenhosa. Nesse sentido, não se trata de um "Estado mínimo", mas de *formas de governo* reconfiguradas para além *do* Estado. O sociólogo britânico afirma, por exemplo, que há uma preocupação em moldar as agendas políticas e econômicas ao redor do globo com as

agências e organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e fóruns intergovernamentais, como o Grupo dos Oito (G8) e o Grupo dos 20 (G20).

Para Jessop (1990 citado por Lemke, 2017, p.44), *o* Estado é formado por uma pluralidade de projetos: "o *como*, o *se* e o *em que medida* pode-se falar em termos definitivos sobre o Estado dependem na realidade do resultado contingente e provisório das lutas para realizar 'projetos de Estado' mais ou menos específicos" [ênfases no original]. Por isso, uma analítica do governo em nosso tempo tem *no* Estado um dos mais importantes lugares (ou formas) de exercício do poder, no entanto, essa não é a única ou a mais central das localizações possíveis. Em outros termos,

> *O* Estado é um efeito de estratégias, uma vez que ele não pode ser reduzido a um ator homogêneo e estável, que existe anteriormente à ação política. Ao contrário, *o* Estado deve ser compreendido como uma resultante emergente e complexa de práticas governamentais conflitantes e contraditórias [...] Como os projetos de Estado [de que fala Jessop], as "artes de governo" não são objeto de teorias políticas ou ideologias abstratas, mas sim uma parte integrante de um regime de práticas que especifica os objetivos da ação governamental que é regulado por uma reflexão contínua [ênfases no original] (Lemke, 2017, p.44).

Tendo isto como prerrogativa, passamos a contar uma história por meio de dois pontos de ancoragem com os quais pensamos o empreendedorismo como um dispositivo de governo que (por isso) é parte constituinte e efeito também *do* Estado, transformado-o. Nas linhas a seguir, usamos do GEM e do Sebrae, por vezes, contanto diretamente a história dessas organizações, e, por outras, utilizando-as apenas como motivos para a descrição de outras organizações e de aspectos que nos auxiliam a compreender a história de nosso presente. Esta breve genealogia está dividida em dois níveis, o empreendedorismo como fenômeno "pós-nacional" (ou internacional) e sua acomodação em nível nacional. A saber.

8.2 A demanda empreendedora mundo afora

"Por que empreendedorismo?" é a pergunta lançada no relatório inaugural do Global Entrepreneurship Monitor em 1999.

"Por que se importar [com o empreendedorismo]?" é também uma outra questão levantada por um estudioso do tema (Reynolds, 2007). Richard Swedberg (2000) indica que um número de causas interage para que o empreendedorismo seja colocado na ordem do dia, mas essa interação não seria fácil de apreender ou explicar. O que se sabe efetivamente é que o "fervor" do empreendedorismo dos anos de 1980 é transformado em um "movimento" mundo afora, espalhando-se pelos quatro cantos, sem distinção (Alvarez, 1996 citado por Swedberg, 2000, pp.7-8). Em países mais ou menos desenvolvidos, mais ou menos propensos à atividade empreendedora, as atenções se voltam ao empreendedorismo.

8.2.1 Olhos e ouvidos se voltam ao empreendedorismo

Na década de 1990, foi iniciado o Painel de Estudo sobre a Dinâmica Empreendedora (tradução livre do original, *Panel Study of Entrepreneurial Dynamics* [PSED]). Tratava-se de um programa de pesquisa que buscava coletar dados sistemáticos, confiáveis e generalizáveis sobre importantes aspectos da atividade empreendedora e da criação de novos negócios nos EUA (Reynolds et al., 2002). Foram os esforços de Paul Reynolds e se seus colegas, com o suporte financeiro da Agência público-privada *Wisconsin Housing and Economic Development Authority* (WHEDA)[120] e a operacionalização da coleta de dados pela Universidade de Wisconsin, que deu forma ao PSED I. Seguiu-se com o PSED II, tendo o suporte financeiro da Fundação Ewing Marion Kauffman e a Universidade de Michigan (Reynolds, 2007).

O PSED tornou-se uma fonte de dados nacionais pioneira na mensuração e na compreensão do processo empreendedor. Esses dados incluem a proporção e as características da população adulta envolvida na tentativa de criar um novo negócio, as atividades que esses

[120] A WHEDA foi criada primeiramente como *Wisconsin Housing Finance Authority* (WHFA) em 1972. O objetivo dessa agência era lidar com a escassez de moradias populares no estado. Em 1983, como resposta à recessão, a missão da agência passou a incluir financiamento de negócios e agricultura e tornando-se a *Wisconsin Housing and Economic Development Authority*, WHEDA. Essas informações estão disponíveis na página virtual da Agência em https://www.wheda.com/WHEDA-history/ [Acesso em dezembro de 2019].

empreendedores em formação realizam para criar seus negócios, e a proporção e as características de criação de negócios que se tornaram empresas consolidadas. Segundo Acs e Audretsch (2010), as análises dos dados proporcionados pelo PSED foram expostas em um significativo número de artigos, dissertações e conferências, gerando um conhecimento importante sobre a atividade empreendedora ao longo da década de 1990.

Foi baseado na metodologia do PSED que emergiu o Global Entrepreneurship Monitor. Criado em setembro de 1997, surgiu como um consórcio entre a London Business School (LBS), no Reino Unido, e a Babson College, nos Estados Unidos. A iniciativa foi formulada por Michael Hay (LBS) e Bill Bygrave (Babson College), a partir da metodologia desenvolvida por Paul Reynolds, com o objetivo de coletar sistematicamente dados comparáveis entre vários países do mundo (Reynolds, 2007). De acordo com Acs e Audretsch (2010, p. 3), o Monitor é um projeto "quantitativo por natureza", "multidisciplinar em sua abordagem" e "internacional em sua orientação" [tradução nossa]. A iniciativa chamou a atenção para a importância do empreendedorismo, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento.

Assim como o PSED e o GEM, ao longo da década de 1990, outras iniciativas ganharam força. O Instituto de Economia Max Planck com seu grupo *Entrepreneurship, Growth and Public Policy* (em tradução livre, "Empreendedorismo, crescimento e política pública") tornou-se um dos mais importantes think tanks internacionais sobre o tema (Acs e Audretsch, 2010, p.3). A Fundação Ewing Marion Kauffman também teve significativa atuação para o estudo do empreendedorismo, colaborando com governos nacionais e organizações internacionais, financiando coleta de dados e iniciativas "em Washington e na OCDE em Paris" [tradução nossa] (Acs e Audretsch, 2010, p.4). Da mesma forma, o *Swedish Entrepreneurship Forum* (em tradução livre, Fórum Sueco de Empreendedorismo) teve um papel importante no financiamento de pesquisas sobre o empreendedorismo financiando em toda a Europa iniciativas relativas ao tema, operando "nos corredores da União Europeia" [tradução nossa] (Acs e Audretsch, 2010, p.5).

A lista pode continuar, principalmente, entre as universidades americanas e européias. No entanto, pensamos que o mencionado é suficiente para que se entenda a importância que ganha o tema no final do século XX. O que não fica claro nesta descrição é: por que tantos olhos e ouvidos voltados à atividade empreendedora?

O período entre as Grandes Guerras e os trinta anos gloriosos do pós-Segunda Guerra Mundial (1945-1975), não eram propícios para que o empreendedorismo emergisse como horizonte nas políticas públicas (Fernandes, 2019). Mas a urgência histórica da "estagflação" dos anos de 1970 (Harvey, 2008) torna-se a oportunidade para que as ideias que "estavam por aí" pudessem se tornar politicamente viáveis. A crise dos anos de 1970 é a oportunidade que tira o empreendedorismo do papel de coadjuvante para o protagonismo das políticas econômicas (Landström, 2005, p.164).

A partir do início da década de 1980, com o trabalho de David Birch (1979 e 1981) sobre a geração de emprego nos EUA, há efetivamente o retorno do empreendedorismo às discussões na elaboração de políticas públicas. Birch contrariou a ideia hegemônica à época de que as maiores geradoras de emprego seriam as grandes empresas. Ele indicou que as pequenas e novas empresas geravam 60% de todos os novos empregos nos EUA, enquanto as grandes empresas eram responsáveis por menos de 15% desse total (Landström, 2005, p.164). Em seu artigo de 1981, intitulado *Who creates Jobs* (em tradução livre, "Quem cria empregos?"), Birch indica uma mudança na economia americana: "da indústria para os serviços", das "ferramentas" para o "pensamento", de "empresas de grande porte de capital intensivo" para "empresas de pequeno porte de trabalho intensivo", e de "uma dependência de capital físico" para "uma dependência do capital humano" [tradução nossa] (Birch, 1981, p.10).

Por seu trabalho sobre a geração de empregos privilegiando a "microeconomia", David Birch teve enorme influência nos decisores da política nos EUA. Suas ideias navegavam muito bem nos "novos ventos políticos" que sopravam no "mundo ocidental", sendo capitaneados por Margaret Thatcher e Ronald Reagan [tradução nossa] (Landström, 2005, p.165). O trabalho de Birch fez voltar as atenções – não apenas do governo americano mas do mundo -, para o empreendedorismo (Landström, 2005; Fernandes, 2019).

Da ideia da microeconomia e da mudança econômica que ocorria nos EUA, nos termos de Birch, o empreendedorismo passa a ser mais que uma parte do desenvolvimento econômico. Passa a ser o alvo no qual as políticas públicas devem mirar. Seria necessário esquecer a "ilusão da reindustrialização" e focar no que os EUA sabem fazer de melhor: *thoughtware*, o qual seja, pensar e gerar conhecimento. Birch (1981, p.12) argumentava que não haveria por que manter o fascínio pela "eficiência" *hardware* da indústria japonesa quando se tinha o nível de produção de conhecimento americano.

Um exemplo disso estava na quantidade de prêmios Nobel entre os países. Entre as décadas de 1950 e 1980, dos 176 prêmios, 93 deles foram para americanos, 68 para a comunidade europeia e apenas 2 para japoneses. Ademais, focar na produção de conhecimento significava ter uma economia voltada a empresas pequenas no setor de serviços, e não voltada à industrialização. Outros países poderiam produzir para os EUA, algo que estabeleceria uma nova divisão de trabalho não necessariamente prejudicial ao país. O cálculo político deveria se dar entre o que será produzido e por quem será produzido. Afinal, não seria necessário "jogar o jogo" da industrialização eficiente, mas estabelecer um "novo jogo" (Birch, 1981, pp.12-14).

Paul Reynolds cria o PSED e colabora com o GEM, tendo em vista o que foi desenvolvido por Birch (Reynolds, 2002 e 2007). Ele elencou uma lista dos porquês de incluir o empreendedorismo na agenda do dia da elaboração de políticas públicas. Segundo Reynolds (2002, pp.2-16), a partir dos estudos de Birch, houve um acúmulo de evidências em pesquisas subsequentes que sustentam a hipótese de que a criação de novos negócios seria um fundamento da geração de trabalho. Nos EUA, metade das novas vagas criadas viriam de novos negócios e a outra metade da expansão de negócios existentes (filiais, franquias, subsidiárias etc.). Isto é, o empreendedorismo, seja independente ou dentro das corporações já existentes, teria um papel crucial na economia americana.

Ainda, as pesquisas indicavam que a produtividade está atrelada à substituição de empresas estabelecidas pouco eficientes por novos negócios mais eficientes. Muito da inovação econômica existente vem de pequenas e novas empresas, e também de empresas estabelecidas que financiam novos negócios. Portanto, "crescimento sem empreendedorismo é raro [tradução nossa] (Reynolds, 2007, p.3). O empreendedorismo também é um caminho para a mobilidade e a integração social, sobretudo em economias de mercado. Nas palavras de Reynolds:

> Em todas as sociedades, algumas pessoas ou grupos tem mais influência, riqueza e prestígio que outros. Aqueles que ocupam esses papéis mudam constantemente – a circulação das elites. Algumas mudanças ocorrem em gerações à medida em que os indivíduos sobem ou descem na hierarquia social em relação a seus pais. Outras mudanças ocorrem quando novos imigrantes desenvolvem novas carreiras e posições sociais dentro do sistema. Grande número de indivíduos descobre que a criação de empresas é um dos caminhos principais para a inserção na economia. Para muitos, isso leva a melhorias na totalidade de sua influência, riqueza e prestígio [tradução nossa] (Reynolds, 2007, p.5).

Por tudo isto, os pequenos negócios tornavam-se importantes e estimular sua criação e desenvolvimento seria crucial na disposição de um novo cenário. O trabalho de Birch (e as pesquisas subsequentes a ele) parece ser um dos eventos em que ideias que "estavam por aí" passam a ser reunidas e desenvolvidas para impulsionar o empreendedorismo em um "novo jogo". Senão, vejamos.

8.2.2 Reunir ideias deixadas "por aí"

É possível indicar que Birch e as pesquisas no esteio de seu trabalho fazem coro com um tipo de "retórica" a favor das "Economias do Conhecimento" (*Knowledge Based Economy*) que se estabelecem a partir de 1990 como uma resposta possível à crise arrastada desde a metade da década de 1970. Segundo Jessop (2018), essa "retórica" envolve a produção, administração, distribuição e uso de conhecimento como um elemento chave para o crescimento econômico, geração de riqueza e de trabalho nos setores privado, público e no chamado terceiro setor.

Nessas "economias", a ideia promovida é a de que o conhecimento é aplicado de forma reflexiva à produção, o que intensifica a própria produção. Por ser transformado em *commodity ficcional*, o conhecimento dependerá de suportes extra-econômicos, o que será sustentado por uma "sociedade do conhecimento" [tradução nossa] (Jessop, 2018, p.349). Para Jessop (2018, p.351), a partir de 1990 as políticas públicas passam a estimular os sujeitos a serem "parceiros" em uma economia flexível voltada ao conhecimento, à inovação e ao empreendedorismo, promovendo a autonomia, a autossuficiência e o empoderamento na sociedade.

Para a composição dessa "retórica", alguns argumentos e práticas devem ser resgatados, reunidos e colocados em funcionamento. É possível indicar que o argumento mais utilizado para isso é o do empreendedor de Joseph A. Schumpeter (Jessop, 2018). Se era preciso resgatar a importância do conhecimento e da inovação, era preciso renovar a leitura de Schumpeter que continha todo o necessário, inclusive em termos matemáticos, para o "novo jogo". A corrente Neo-Schumpeteriana reunirá economistas para enfatizar a inovação como a principal força na dinâmica econômica (Hanusch e Pyka, 2006, p.276). Conforme Magnusson (1994, p.5), essa corrente continua a se basear nas ideias primordiais de Schumpeter para pautar as discussões sobre "tecnologia", "inovação" e "regimes de tecnologia", bem como os debates sobre a "estrutura institucional mais ampla para as mudanças tecnológicas".

É preciso, então, buscar quais as ideias primordiais de Schumpeter resgatadas e reunidas a partir do final do século passado.

8.2.3 O empreendedor Schumpeteriano

O empreendedorismo e sua importância para o "desenvolvimento das sociedades" não é um tópico que aparece apenas ao final da década de 1970, tem vida longa, alguns diriam vida antiga (Karayiannis, 2003). As ideias sobre o empreendedorismo tem espaço entre filósofos, como Jeremy Bentham e John Stuart Mill, que preocupavam-se com o tema em seus trabalhos nos séculos XVIII e XIX (Landström, 2005, p.29). Mill, particularmente, é quem dissemina o termo "empreendedor" entre os economistas ingleses (Schumpeter, 1954 citado por Swedberg, 2000, p. 11).

Economistas clássicos, desde o século XVIII já haviam lançado a ideia da correlação positiva entre empreendedorismo e crescimento econômico: Richard Cantillon, Jean Baptiste Say, Frank Knight e Carl Menger são pioneiros. Esse último, fundador ideológico da Escola austríaca de economia, propunha o subjetivismo e o individualismo metodológicos. Menger afirmava que os fenômenos econômicos são percebidos como "relações entre pessoas" e que na sociedade e na economia os atores são os "indivíduos", não "um grupo ou uma classe" (Landström, 2005, p.30).

Da Escola austríaca fundada por Menger, foi Joseph Alois Schumpeter[121] o mais influente na construção de uma teoria sobre o empreendedorismo (Landström, 2005, p.31). Mas, por que Schumpeter?

O pensamento de Schumpeter torna-se emblemático no "novo jogo" voltado ao *thoughtware* pois nele pode ser embasada a necessidade de inovação, de empreendedorismo e de competição (Jessop, 2018). De acordo com Swedberg (2000, p.12), Schumpeter é a principal figura na literatura sobre empreendedorismo. A produção teórica desse economista austríaco da primeira metade do século passado será fartamente utilizada na literatura sobre o empreendedorismo até os nossos dias. Entre 1981 e 2015, nos periódicos de "maior prestígio" voltados ao tema, Schumpeter é o autor mais citado, tendo duas obras que figuram em uma lista

[121] Mais sobre a vida e a obra de Schumpeter, recomendamos a Introdução escrita por Richard Swedberg da edição em inglês de *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (2006).

entre outras trinta e oito obras protagonistas nos estudos do empreendedorismo (Ferreira et al., 2015).

Segundo Swedberg (2000, p.18), por muito tempo a economia não se ocupou do empreendedorismo. William Baumol (1968 citado por Swedberg, 2000, p.18) indica que o empreendedor e o empreendedorismo "desaparecem virtualmente" do debate dos economistas até meados do século passado, sendo tópicos discutidos pontualmente. A macroeconomia era a linha de discussão hegemônica, na qual o empreendedor não tinha espaço. Contudo, ao final da época de ouro do capitalismo, essa linha será questionada, colocando-se em pauta discussões sobre a "mesoeconomia" e a "microeconomia" (Hanusch e Pyka, 2006), no que pode ser chamada de "revolução antikeneysiana" (Gentili, 1998, p. 77).

Jessop (1993; 2018) indica que do projeto de Estado do Bem-Estar Social keynesiano passa-se a um Estado do "*workfare* schumpeteriano pós-nacional" em que duas preocupações reconfiguram o projeto político para o Estado, são elas: a preocupação de promover a inovação e a competição estrutural na política econômica e a preocupação em promover a flexibilidade e a competição na política social (Jessop, 1993, p.36). Enquanto John Maynard Keynes era citado para justificar a preocupação do Estado na garantia do pleno emprego, Schumpeter é redescoberto como um teórico da inovação como força-motriz da economia. Dessa maneira, há uma profunda reorientação *do* Estado em que as políticas públicas tem seus objetivos transformados, afastando preocupações como a redistribuição de renda e a inclusão progressiva da população no Estado de Bem-Estar Social, e aproximando objetivos de produtividade e redução de custo em uma economia aberta (Jessop, 1993, p. 37).

Em termos mais simples, o "pleno emprego keynesiano" pareceu estabelecer um sentido econômico e político, em que a integração das massas dava-se por meio do mercado de trabalho e da promoção de empregos (Gentili, 1988, p.84). Com a crise do emprego no final do século e, ao mesmo tempo, da possibilidade de crescimento – isto é, do *grunemployment*[122] -, a discussão é voltada para os "mecanismos internos" do capitalismo. Foi preciso promover tanto uma dinâmica nas relações de produção para a intensificação do trabalho, quanto o repasse das responsabilidades de criação de postos de trabalho para fora *do* Estado. O que segue o receituário de David Birch e da retórica da "Economia do Conhecimento".

[122] Utilizamos esse termo na Parte I deste trabalho, mas lembramos ao leitor que se trata do "crescimento e recuperação econômica ligados a um aumento progressivo da taxa de desemprego" (Gentili, 1998, p.78).

As ideias da microeconomia tornam-se preciosas para esta reformulação *do* Estado e, por isso mesmo, para a reconfiguração das formas de governo. Da era Keynesiana passa-se à era Schumpeteriana (López-Ruiz, 2004; Jessop, 2018).

Afinal, antes de Schumpeter a discussão econômica não tinha fôlego para impulsionar os elementos do "novo jogo". O economista austríaco é pioneiro nas formulações que propõem uma dinâmica interna do capitalismo, sem que se coloque em jogo "elementos ou fatores que sejam externos à economia para explicar o seu desenvolvimento". As causas históricas ou os "motivos sociais e políticos que levaram o capitalismo ao atual estágio de desenvolvimento" são colocadas de lado para que seja possível pensar "um 'mecanismo' interno à própria economia que dê conta das transformações da vida econômica" (López-Ruiz, 2004, p.99). Ou, nas palavras do próprio Schumpeter, em sua teoria do desenvolvimento econômico não será motivo de apreciação:

> [...] nenhum fator histórico evolutivo — sejam eventos individuais como a aparição da produção americana de ouro na Europa no século XVI, sejam circunstâncias "mais gerais" como modificações na mentalidade do homem econômico, no âmbito do mundo civilizado, na organização social, nas constelações políticas, na técnica produtiva, e assim por diante — nem serão descritos seus efeitos para casos individuais ou para grupos de casos. Pelo contrário, a teoria econômica, [...] simplesmente será aperfeiçoada para seus próprios fins, construindo-se a partir dela mesma (Schumpeter, 1982, p.72).

O livro *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, publicado primeiramente em 1911 e revisado em 1926, é uma das obras de "maior impacto" nos estudos sobre empreendedorismo (Ferreira et al., 2015, p.406). Essa obra tem em sua primeira versão uma análise apaixonada do desenvolvimento econômico (Swedberg, 2000). Mas é a sua segunda edição, mais sóbria e objetiva, que contém a "teoria schumpeteriana do empreendedor". Especificamente, os aspectos mais citados dessa teoria estão no segundo capítulo da obra, intitulado "O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico". Os demais capítulos são, em geral, ignorados pois não tiveram qualquer impacto no debate econômico (Swedberg, 2000; Winter, 2006).

Neste famoso segundo capítulo encontra-se, por exemplo, a explicação do fundamento do desenvolvimento econômico pelas "novas combinações" realizadas por empreendedores, o que quer dizer, a ação de indivíduos específicos para "combinar materiais e forças que estão ao nosso alcance" (Schumpeter, 1982, p.76). O empreendedorismo, nesse sentido, é definido como

o ato de inovar, diferentemente do ato de inventar. “Enquanto não forem levadas à prática, as invenções são economicamente irrelevantes” (Schumpeter, 1982, p.95). A inovação é tornar relevante economicamente o que foi inventado.

Se empreender é igual a inovar, administrar, gerir e investir não são parte do empreendedorismo na perspectiva schumpeteriana. O empreendedor é, por isso, diferente do empresário (no sentido de administrador ou gerente), como também é distinto do capitalista (o banqueiro, por exemplo) que provém o crédito. Trata-se da tipologia schumpeteriana dos sujeitos econômicos no processo capitalista moderno, como sugere López-Ruiz (2004, p.108). Essa tipologia sustenta a viabilidade da teoria schumpeteriana em termos organizacionais (divisão de papéis) e financeiros (acesso a financiamento). Além disso, é possível desenvolver “novas combinações” não somente em novos negócios, mas naqueles que já existem.

Schumpeter (1982, p.83) indica que “não é necessário que ele [o empreendedor] esteja permanentemente vinculado a uma empresa individual”, o que traceja o chamado “intraempreendedorismo” ou “empreendedorismo corporativo”. Ainda, o empreendedor pode ser localizado no “processo”, já que o ato de inovar é sucedido por uma acomodação da novidade. Ou seja, “alguém só é um empresário [empreendedor] quando efetivamente ‘levar a cabo novas combinações’, e perde esse caráter assim que tiver montado o seu negócio, quando dedicar-se a dirigi-lo, como outras pessoas dirigem seus negócios” (Schumpeter, 1982, p.86). O envelhecer da “nova combinação”, por assim dizer, é o final da figura do empreendedor, ele apenas existe enquanto exerce o ato de inovar.

Uma outra “tipologia” schumpeteriana bem conhecida diz respeito às motivações do empreendedor (Swedberg, 2000, p.16). O que motiva o empreendedor é, primeiramente, o desejo de “fundar um reino privado”, alcançar algo próximo à “nobreza medieval”. Para Schumpeter (1982, p.98), essa “fascinação é especialmente forte para as pessoas que não têm nenhuma outra chance de atingir distinção social”. A segunda motivação é relativa ao “desejo de conquistar”, o que transforma a ação econômica similar a um esporte em que “há competições financeiras, ou melhor, lutas de boxe”. Trata-se da “ambição social” que difere da “satisfação de necessidades” (Schumpeter, 1982, pp. 98-99). A terceira e última motivação reside na “alegria de criar”, o que é relacionado com o exercício da “energia” e da “engenhosidade”. O empreendedor schumpeteriano “procura dificuldades, muda por mudar, delicia-se com a aventura”, seria, nesse sentido específico, “anti-hedonista” (Schumpeter, 1982, p.99).

Swedberg (2000, p.16) traduz as motivações do empreendedor para uma linguagem moderna como o desejo por poder e independência, a vontade de alcançar o sucesso e a satisfação de realizar algo [tradução nossa]. O ganho pecuniário não é uma motivação essencial para o empreendedor. É, sem dúvida, uma maneira concreta de mensurar o sucesso, mas apenas "relativamente" (Schumpeter, 1982, p.99). Teoricamente, o empreendedor não é um sujeito econômico, nas palavras de Schumpeter (1946, citado por Swedberg, 2000, p.16). Mas este economista indica limites para suas observações sobre uma "psicologia do empreendedor", já que quaisquer considerações "a mais" sobre as motivações desses indivíduos ultrapassam as fronteiras da teoria econômica e adentram a psicologia de fato (Schumpeter, 1982, p.99).

Há de se ter em mente que o trabalho de Schumpeter é mais amplo que o segundo capítulo da edição de seu livro de 1926. Ele possui publicações de fôlego sobre a história do pensamento econômico e trabalhos mais sociológicos como "Capitalismo, Socialismo e Democracia" (Swedberg, 2000). Nessa obra, em particular, Schumpeter anuncia uma "obsolescência da função empreendedora" (Schumpeter, 2006, p.131). Ele sugere que há uma tendência de que o "progresso econômico" seja descaracterizado", "despersonalizado" e "automatizado".

O capitalismo teria como fato essencial a "destruição criativa", a incessante destruição do que é velho e a incessante criação do que é novo (das "novas combinações"). Schumpeter exemplifica esse processo por meio da imagem dos aparatos produtivos de uma fazenda e do desenvolvimento qualitativo que sofrem ao longo do tempo. A história do início da racionalização das colheitas passando pela mecanização dessas, até a sua ligação a estradas e ferrovias para distribuição, conta a história de uma "revolução". Assim como é revolucionária a história dos aparatos produtivos de outras indústrias como a do ferro, do aço, do carvão, dos transportes etc. Essa é a "mutação industrial" que incessantemente "revoluciona" a estrutura econômica (Schumpeter, 2006, p.83).

Todavia, segundo Schumpeter, esse desenvolvimento econômico trazido por aquilo que é reformado ou revolucionado pelo empreendedor tenderia a perder sua importância com os cálculos e a racionalização. Assim também, "acostumaria" a personalidade e a "vontade de poder" dos indivíduos às mudanças econômicas, amortecendo as revoluções empreendedoras. Swedberg explica as preocupações de Schumpeter nas seguintes palavras:

> As pessoas [...] estão se acostumando à mudança e consequentemente há menos oposição ao empreendedorismo – algo que enfraquece a teimosia e originalidade dos empreendedores. As grandes corporações também estão começando a desenvolver uma rotina de tecnologias inovadoras reunindo especialistas. Finalmente, o capitalismo tem a tendência geral de racionalizar e desmistificar tudo na sociedade, incluindo o empreendedorismo [tradução nossa] (Swedberg, 2000, p.16).

O progresso mecanizado e despersonalizado do capitalismo levaria ao fim desse sistema. A eventual derrocada do capitalismo faz com que Schumpeter chegue à conclusão de que o socialismo seria "inevitável". Ele diz que o seu prognóstico, em partes, se assemelha ao dos socialistas marxistas e ao dos socialistas "vulgares" (Schumpeter, 2006, 134).

8.2.4 Combinando outras ideias

O empreendedor schumpeteriano é um ponto nodal do pensamento sobre o tema até os dias de hoje. Essa teoria serve à reconfiguração das políticas econômicas e sociais, disseminando o empreendedorismo como a resposta a uma urgência histórica e impulsionando uma "sociedade mais empreendedora".

Embora faça parte dessa reconfiguração e, em certa medida, seja parte do anúncio de que "somos todos empreendedores", Schumpeter (2006, p.132) é claro ao afirmar que apenas uma fração muito pequena da população tem o que é requerido para ser um empreendedor. Sua visão "elitista" e "heróica" do empreendedor é rejeitada por muitos (Swedberg, 2000, p.16), já que inviabiliza a disseminação e o aprendizado do empreendedorismo. No limite, inviabiliza o uso do empreendedorismo para o governo das populações. Por Schumpeter somente não seria possível que todos fossemos empreendedores. Portanto, outras ideias devem ser combinadas ao empreendedor schumpeteriano.

8.2.4.1 A psicologia empreendedora de David Clarence McClelland

A primeira metade do século passado é marcada pelo desenvolvimento das ciências do comportamento. Mais especificamente, da "engenharia social" (Paicheler-Harrous, 2018, p.123). Segundo Lemov (2005 citada por Hoffarth, 2019, p.2), essa engenharia baseia-se na suposição de que mensurar e controlar o mundo interno do indivíduo possibilita regular a

sociedade como um todo de acordo com as demandas, desejos e modelos sociais em voga. Tal suposição levou à expansão de pesquisas relacionadas à motivação, à persuasão e à moral. A partir da década de 1950, a psicologia também passa a considerar questões organizacionais, integrando teorias como as de participação, criatividade e auto-realização no cenário das organizações, tendo representantes como Abraham Maslow neste campo (Hoffarth, 2019, p.2).

David Clarance McClelland, psicólogo estadunidense, formado nos anos de 30 do século passado, desenvolve seu pensamento entre estes dois campos de interesse (Hoffarth, 2019). Ele é reconhecido por suas pesquisas sobre motivação, poder, competência, mas tem um lugar de "aplicação" desses aspectos, o mundo dos negócios e do empreendedorismo para que seja possibilitada uma mudança na sociedade.

Nas pesquisas desenvolvidas por McClelland (1961/ 1972), considera-se que todo indivíduo tem uma motivação inerente para melhorar, ou um "motivo para ação" (*motive for action*). Três categorias organizam essa noção: 1) Necessidade de realização pessoal (*n-Achievement*), isto é, o indivíduo busca sentir-se realizado; 2) Necessidade de autoridade e Poder (*n-Power*), o que significa a necessidade de exercer influência sobre os outros; 3) Necessidade de afiliação (*n-Afilliation*), o que quer dizer a busca por estabelecer contatos positivos em seu ambiente, tendo por necessidade ser aceito pelos outros. Dentre essas três categorias a que mais resultaria em comportamentos empreendedores é a "necessidade de realização pessoal" pois, de acordo com McClelland (1961/1972), os indivíduos que são motivados pela busca de sua realização tendem a se colocar em situações de desafio, sendo mais propensos ao risco, buscando alcançar metas em suas vidas. Essa necessidade se encaixa naquilo que é esperado do comportamento empreendedor.

Para chegar à formulação destas categorias, McClelland apropria-se de maneira particular do Teste de Apercepção Temática (TAT), desenvolvido por Murray e Morgan (Winter, 1998, p.130). Esse teste projetivo foi desenvolvido na década de 1930 na *Harvard Psychological Clinic*. Trinta e uma imagens retiradas de revistas de apelo popular formam o material a ser mostrado aos indivíduos, os quais, por sua vez, tinham de contar pequenas histórias sobre as cenas mostradas. As histórias passam a ser codificadas e pontuadas de acordo com um padrão de 28 motivações inatas (ou necessidades) e 20 fatores ambientais. O resultado seria um perfil da personalidade de cada indivíduo. O objetivo de traçar esse perfil estava na possibilidade de explorar as diferentes intenções de ação dos indivíduos em determinadas circunstâncias. McClelland, no entanto, utiliza desta ferramenta para alcançar "objetivos

maiores”: desenvolver indivíduos para o alcance do progresso das sociedades (Hoffarth, 2019, p.4).

Conforme Hoffarth (20179, p.5), uma grande influência teórica para este psicólogo é a leitura de Max Weber traduzida por Talcott Parsons. McClelland (1984 citado por Hoffarth, 2019, p.24) explica que quando iniciou suas pesquisas para entender o papel da “necessidade de realização” na sociedade, ele foi levado a pensar na “descrição de Max Weber do empreendedor sob a influência da ética protestante pois Parsons havia traduzido o livro de Weber para o inglês, o que era parte do conhecimento geral do departamento [na Universidade de Harvard]” [tradução nossa]. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (2004) serve à formulação da hipótese-chave em um dos livros mais citados nos estudos de empreendedorismo nas últimas três décadas (Ferreira et al., 2015), *A Sociedade Competitiva: Realização e Progresso Social*[123] (1961/1972).

Neste livro, McClelland estrutura duas paralelas para compreender a relação da motivação e do progresso social. A primeira paralela é o que ele nomeia como “Hipótese de Weber”. Na leitura de McClelland (1961/1972, p.73), Weber sugere que a Reforma Protestante “produziu um novo tipo de caráter que infundiu um espírito mais vigoroso na atitude tanto de trabalhadores como de empresários e que, em última análise, resultou no desenvolvimento do moderno capitalismo industrial”. A segunda paralela é formada no traçado deixado pela tese de doutorado de Marian R. Winterbottom, intitulada *The relation of childhood training to achievement motivation* (em tradução livre, “A relação do treinamento infantil com a motivação para realização”), de 1953. Nesse estudo, a autora “apontou para a existência de uma possível ligação entre a motivação de realização e o desenvolvimento econômico” (McClelland, 1961/1972, p.23). A partir da relação entre mães e filhos, Winterbottom buscou compreender como as mães “incutiam em seus filhos um forte interesse pela realização”, chegando à conclusão de que mães com filhos que obtiveram pontuação alta na “necessidade de realização”, “estabeleciam padrões mais elevados; esperam dos filhos domínio e confiança em si próprios desde a infância” (McClelland, 1961/1972, pp.72-73).

Essas duas paralelas encontram-se na explicação do “Espírito do capitalismo moderno”: “Quer dizer, o estudo de Winterbottom sugere-nos um meio psicológico pelo qual poderia ter ocorrido o desenvolvimento histórico descrito por Weber” (MccLelland, 1961/1972, pp.73-74).

---

[123] Título Original em inglês *Achieving Society* (1961).

Weber e Winterbottom proporcionam as bases para que se compreendesse uma "ligação entre o protestantismo e o surgimento do capitalismo, nos termos de uma revolução na família, a qual acarretou um maior número de filhos com fortes impulsos personalizados de realização". O fato de que "a Igreja Protestante" tenha suprimido o celibato também seria um fator a se observar pois

> O pastor protestante podia agora dar exemplos concretos das práticas de criar e educar filhos, suscetíveis de ser imitadas pelos seus paroquianos de um modo que antes era impossível, sob regime de celibato sacerdotal. Foi criado um mecanismo social pelo qual a nova visão religiosa do mundo pôde afetar, especificamente, a socialização e, por conseguinte, a motivação da nova geração (McClelland, 1961/1972, p.76).

Para além de Weber e Winterbottom, McClelland utilizava das "teorias da modernização", como desenvolvida por exemplo por Walt Rostow (1971) (Hoffarth, 2019, p.5). Essas teorias propunham que as sociedades progrediriam da "tradição" para o "moderno", o que quer dizer que as sociedades "tradicionais" passariam por um processo de desenvolvimento em que alcançariam as "democracias liberais modernas do Ocidente". No seu plano de pesquisa, McClelland levanta dados por meio de entrevistas individuais, questionários e inventários para mensuração da motivação, em quatro países: Japão, Alemanha, Brasil[124] e Índia. As escolhas para esses países deram-se por comparação com os EUA e com o Ocidente. A Alemanha foi escolhida por ser uma economia avançada mas com "estrutura social" e "valores" diferentes dos EUA". O Japão entrou nessa lista por ser um país não-ocidental que alcançou expressivo desenvolvimento econômico. A Índia, por sua vez, foi elencada por ser um país não-ocidental e "subdesenvolvido". E, por fim, o Brasil fez parte da pesquisa "por ser um país subdesenvolvido dentro da tradição cultural do Ocidente" (McClelland, 1961/1972, p.86).

McClelland (1961/1972) realiza uma exaustiva análise dos dados, apontando uma história das "sociedades realizadoras" no passado, extrapolando a religião; a relação entre os fatores psicológicos e o desenvolvimento econômico; as definições sobre o papel do empresário, suas características e comportamentos. E, por fim, por meio de seus resultados,

---

[124] No Brasil, o principal pesquisador do time nacional foi Arrigo Angelini, professor catedrático de Psicologia Educacional da Universidade de São Paulo, que teve contato com David McClelland durante seu "estágio de cerca de um mês no Departamento de Psicologia da Universidade de Michigan", em 1954 (Witter, 1998). Nacionalmente, os dados levantados foram por meio de entrevistas com 130 mães e 378 filhos, "principalmente de escolas particulares de todas as espécies em São Paulo" (McClelland, 1961/1972, p.87).

anuncia proposições em uma espécie de “plano” para o desenvolvimento e crescimento econômico, no qual diversas frentes de intervenção são elencadas.

Os resultados de McClelland sugeriram que uma das condições para o progresso e desenvolvimento econômico das sociedades estava na quebra das “tradições”. Ele afirma: “Um povo *deve* romper com as formas tradicionais (no sentido científico da palavra “deve”), se deseja viver num nível econômico mais elevado” (McCLelland, 1961/1972, p.471). Se uma sociedade deseja alcançar “os benefícios da cultura material avançada da moderna civilização” deve aceitar valores e padrões culturais que sustentam essa civilização. Além do mais, o contato com “tais benefícios” é “inevitável” e, ao que parece, irresistível. A sociedade que tem contato com as civilizações modernas passa a desejar ser moderna (McCLelland, 1961/1972, p.471).

O moderno, embora irresistível, terá resistência na sociedade “tradicional”, segundo a perspectiva de McClelland. “Se houver resistência à modernização”, é necessário aprender com os “comunistas” e com “os movimentos religiosos” que há tempos mostram a efetividade das “campanhas ideológicas”. É preciso utilizar “os meios de contato”, isto é, “rádios, discursos públicos, imprensa escrita” para deixar as pessoas a par das mudanças e prepará-las para elas. Informação e preparação devem se revestir do “fervor emocional necessário para converter as pessoas às novas normas” (McCLelland, 1961/1972, pp.473-475).

Ainda, para romper com as tradições, uma sociedade deve prezar pela “emancipação das mulheres”. É decisivo para uma sociedade que se pretende moderna ter “movimentos feministas” fortes. Sendo as mulheres “os membros mais conservadores de uma sociedade”, é preciso expô-las aos riscos e influenciá-las pelos “meios de comunicação de massa”. Uma maneira de fazer com que as mulheres adotem “novos valores e normas” é o trabalho fora do lar. A partir dessa exposição a novas ordens, as “mulheres criariam” seus filhos de modo diferente, fazendo com que as gerações por vir fossem mais propensas também a se lançarem ao risco (McCLelland, 1961/1972, p.476).

Para que todo esse “plano”, efetivando suas sugestões e “induções”, seja colocado em prática, McClelland indica que a “subcontratação de empresas particulares” para fins específicos é o melhor caminho. Deve ser criada uma “abordagem de ajuda externa (*global aid and relief programs*) que poderia ser adotada por organismos internacionais ou países desenvolvidos” (McClelland, 1961/1972, p.516). Até a década de 1960, argumenta McClelland, a ajuda aos “países subdesenvolvidos” tinha caráter de financiamento de “governo a governo”

ou um programa de assistência técnica em que “países desenvolvidos” deslocavam seus especialistas para os “países subdesenvolvidos” a fim de executar esse programa.

Mas para que estas duas formas de ajuda fossem mais eficazes, “o governo norte-americano poderia subcontratar uma maior parte dos seus planos de ajuda a empresas particulares”, numa base de “empresa a empresa” ao invés de “governo a governo”. A presença de universidades nessas formas de ajuda funciona especialmente bem, em forma de “missões” de especialistas a “países subdesenvolvidos”. McClelland advertiu que o plano proposto “precisa[va] de maior elaboração para resolver suas implicações políticas e econômicas”, mas seria um meio de ajuda externa essencial, considerando a importância de “recursos humanos altamente motivados” para o desenvolvimento econômico (McClelland, 1961/1972, p. 518).

A leitura da motivação de David McClelland não é ingênua em seu objetivo, são “razões políticas e práticas” que o levam a tentar compreender as “forças que dão origem ao rápido desenvolvimento econômico”, buscando localizar no homem “os motivos fundamentais e a forma como organiza suas relações com os seus semelhantes” (McClelland, 1961/1972, p.23). A administração de John F. Kennedy, interessada em promover uma “alternativa ao comunismo” para os países “em desenvolvimento”, utilizou das teorias da modernização – e, por isso, da psicologia norte-americana nelas baseadas – para sustentar seus programas de “ajuda externa”. Muitos cientistas sociais, o que inclui McClelland, intentaram dispor de suas ferramentas teóricas e metodológicas para participar da construção dessas “ajudas” (Pickren, 2009).

A sugestão de McClelland em relação às “ajudas” na base da “empresa a empresa” é sucedida pela criação de sua própria consultoria a McBer & Company, em sociedade com David Berlew.

Os primeiros treinamentos que tinham por objetivo o desenvolvimento da “motivação para realização” (e consequentemente do desenvolvimento econômico) foram realizados na Índia com pequenos empresários de Kakinada, uma cidade na costa leste do país, em 1964. O objetivo era transformar a auto-percepção de pequenos empresários “desinteressados, retrógrados e fatalistas” (McClelland, 1961/1972 citado por Hoffarth, 2019, p.5). Um ano depois desse projeto McClelland explica que um número suficiente de pessoas estava intrigado pelas possibilidades dessa abordagem o que criou a demanda de uma organização que poderia prover de forma regular o tipo de treinamento de motivação que foi experimentado na Índia. Ele anuncia: “No padrão clássico do sistema da livre iniciativa americano, tal organização agora

vem à existência – a *Human Resources Development Corporation* (em tradução livre, Corporação de Desenvolvimento de Recursos Humanos)" (McClelland, 1965 citado por Hoffarth, 2019, p.6). Logo depois de sua criação, essa Corporação é rebatizada de McBer & Company (Hoffarth, 2019, p.6).

Depois da Índia, outros países como Uganda, Tunísia, Indonésia, Malásia, Irã e Polônia contrataram os serviços da McBer para o aumento da "motivação para realização" de seus pequenos empresários (McClelland, 1974 citado por Hoffarth, 2019, p.6). Durante a década de 1960, a missão da McBer será o desenvolvimento da "motivação para realização". Contudo, Hoffarth indica uma transição no método e nos objetivos da Companhia a partir da década de 70.

Críticos do trabalho de McClelland denunciaram seus treinamentos como "lavagem cerebral", o que fez com que o psicólogo "começasse a ponderar a ética" dos seus treinamentos de "mudança de personalidade" e a diferenciar "influência" de "manipulação". Para lidar com tais críticas e a provável resistência aos treinamentos depois dessas críticas, este psicólogo decidiu por formatar o seu modelo de intervenção na Abordagem Centrada na Pessoa. A partir dessa mudança, os consultores da McBer afirmaram uma menor resistência que faziam com que "os sujeitos se sentissem como agentes de sua própria transformação", mais do que sendo "modificados" pelos consultores [tradução nossa] (Hoffarth, 2019, pp.10-11).

Em relação aos objetivos da Companhia, a "motivação para realização" é gradualmente substituída pelo objetivo de treinar lideranças, e a ferramenta teórica para isso passa a ser "motivação para o poder" (*n-Power*). McClelland chega à conclusão que não adiantaria desenvolver a "motivação para realização" já que os indivíduos estariam ligados a estruturas organizacionais que poderiam impedir o exercício dessa motivação. Seria preciso treinar também aqueles que lideram as estruturas organizacionais para que eles desenvolvessem a "motivação para realização" de suas equipes. Segundo Hoffarth (2019, p.10), essa mudança faz com que a McBer continue relevante na década em que os treinamentos corporativos têm seu *boom*.

Em outras palavras, a "McBer & Company reforçou a tendência no mundo dos negócios, fornecendo serviços de consultoria de gestão a empresas, buscando criar líderes inspiradores que pudessem motivar funcionários sobrecarregados e fazer com que se sentissem mais bem-sucedidos, realizados e inspirados" [tradução nossa] (Hoffarth, 2019, p.15). A McBer passou a focar em treinamentos que dessem conta do processo de *de-layering* (em tradução

livre, “retirar camadas”), em que as lideranças médias foram retiradas da estrutura organizacional, “enxugando” e “flexibilizando” as empresas. Essa tendência foi particularmente forte nos EUA durante a década de 70 e a McBer “voltou” seu negócio ao seu “país” de origem, deixando as “ajudas externas” em segundo plano. Mas ao manter sua relevância, foi possível que em meados da década de 80 a Companhia crescesse e expandisse sua atuação para além dos Estados Unidos e abrisse filial na América Latina.

8.3 Esta articulação engenhosa mundo afora basta?

Ao final do século XX e início do século XXI, ideias da economia neoclássica esquecidas nos anos de 1920, são reunidas e resgatadas. Acrescenta-se a isso os imperativos psicológicos das ciências da “engenharia social” desenvolvidos nos anos 1950. Ademais, os imperativos morais do thatcherismo e do reaganismo impulsionam uma “cultura empresarial/empreendedora” e o “individualismo”, nos “novos ventos políticos” que sopram ao final do século XX.

Enfim, as ideias deixadas “por aí” são politicamente instrumentalizadas em uma articulação engenhosa como uma resposta à urgência histórica da crise instalada nos anos de 1970. E, na década de 90, o empreendedorismo é estabelecido como uma abordagem para a condução da vida das populações, sendo uma promessa de inserção econômica, mobilidade e integração social na era neoliberal.

Embora essa articulação nos ajude a entender o empreendedorismo em um plano mais geral, trata-se apenas de uma parte da articulação, o que não é suficiente para entendermos o empreendedorismo em nosso contexto. Passemos então à história do que podemos chamar de um empreendedorismo “à brasileira”.

9. A demanda empreendedora à brasileira

Em 03 de Janeiro de 1988 surgia o Programa de TV *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* (PEGN) que até os dias de hoje vai ao ar todos os domingos de manhã, veiculado pela Rede Globo de Televisão.

Figura 8. Seção "Crítica" do Jornal O Estado de São Paulo, em 06 de Fevereiro de 1992.

T2 - O ESTADO DE S.PAULO — TELEJORNAL — DOMINGO, - DE FEVEREIRO DE 19

AUDIÊNCIA

Confira os cinco programas de maior Ibope de cada emissora na Grande São Paulo

■ CULTURA
Anos Incríveis-série 6
Planeta Terra-série 6
Cine Brasil: Vai que é Mole 5
Animais do Bosque dos Vintêns 4
Bem Brasil: Samba Novo 4

■ SBT
Topa Tudo por Dinheiro 25
Troféu Imprensa 19
Porta da Esperança 18
Quarta Esp.: Lembre-se Que Te Amo 16
Festival da Casa Própria 16

■ GLOBO
Tela Quente: Ghost 59
Fera Ferida 45
Retrospectiva 39
Domingo Maior: Vingador do Futuro 38
Fantástico 38

■ RECORD
Especial Sertanejo 5
Nelson Ned Especial 4
Paixões Perigosas-série 4
Heróis da Bíblia: A Terra dos Faraós 3
Twin Peaks-série 3

■ MANCHETE
Cinema Nacional: Tati, a Garota 4
Jornal da Manchete 3
Domingo Forte 2
Blackman-série 2
Clube da Criança 2

■ GAZETA CNT
Corrida de São Silvestre 5

CRÍTICA

Programa tenta mostrar que o trabalho compensa

'Pequenas Empresas, Grandes Negócios', da Globo, destaca as pessoas que deram certo investindo em seus projetos

DIB CARNEIRO NETO

Que tal começar o domingo morrendo de inveja de seu José, que em pouco tempo passou de caminhoneiro a dono de uma empresa fabricante de lona impermeável? E o sortudo do seu João, que ficou milionário depois que inventou uma máquina revolucionária de fazer embalagens para pizza? Quem quiser correr o risco de passar o resto do dia na maior frustração pode encarar o programa Pequenas Empresas, Grandes Negócios, *exibido às 8 da manhã, todo domingo na Globo.*

Mas, felizmente, há quem nutra entusiasmo com o sucesso alheio. Para esses nobres de espírito e de caráter (oh!), o programa — entrando agora em seu quarto ano de produção — é obrigatório. O resto do domingo não será frustrante, mas mobilizador, revigorante, repleto de autênticas lições de como ser independente e bem-sucedido dizendo adeus ao patrão. Existe fantasia mais tentadora para um assalariado brasileiro?

Se os personagens não fossem mesmo da vida real, entrevistados de carne e osso, gente simples que passa de explorado a big boss, Pequenas Empresas, Grandes Negócios *então representaria a meia hora mais fantasiosa e 'cinderelesca' da televisão brasileira. Tudo dá certo nas empreitadas dessas pessoas. Basta ter uma idéia e investir em trabalho, ousadia, dedicação e honestidade — quer opção mais digna e edificante na grade das emissoras? Xuxas e Chispitas perdem longe.*

Realizado por uma produtora independente, a GTEC, o Pequenas Empre-

A âncora Esther Jablonski: graça e competência

SEU CANAL

Fonte: Acervo virtual do Jornal O Estado de São Paulo, acessado em Março de 2019.

Dib Carneiro Neto em uma edição do Jornal Estado de São Paulo de 1992, avaliava o PEGN – que entrava em seu quarto ano de existência – como "obrigatório" para as manhãs de domingo. O crítico de teatro e jornalista cultural elenca os motivos pelos quais não se pode perder o Programa. Segundo ele, depois de assistir ao PEGN, "o resto do domingo não será frustrante, mas mobilizador, revigorante, repleto de autênticas lições de como ser independente

e bem-sucedido dizendo adeus ao patrão". E indaga: "Existe fantasia mais tentadora para um assalariado brasileiro?".

Ele insiste que, para aqueles que são "nobres de espírito e de caráter (oh!)", o sucesso alheio não causará apenas inveja, mas efetivamente canalizará os sentimentos e guiará as ações para que as histórias contadas no Programa sejam inspirações e exemplos a serem seguidos. Para o jornalista, "basta ter uma ideia e investir em trabalho, ousadia, dedicação e honestidade". Essa fórmula é a garantia do sucesso. Caso não fosse, o PEGN poderia ser considerado como "a meia hora mais fantasiosa e 'cinderelesca' da televisão brasileira".

O Programa mostra por A mais B – e por meio de histórias reais com "entrevistados de carne e osso" -, que só não passa de "explorado a *big boss*" quem não se dedica e quem não assume riscos. O PEGN seria, para Dib Carneiro Neto, um Programa edificante e digno de compor as grades das emissoras brasileiras de TV. (Mas se os motivos por ele elencados não fossem suficientes, ele avisava ao público que acordar cedo aos domingos valeria a pena pela "gracinha da apresentadora", "colírio para os olhos" e "de quebra, muito competente").

Com o mesmo nome do Programa de TV, é lançada a Revista mensal PEGN[125]. Em sua capa inaugural, surgia o imperativo em letras grandes: "Seja seu próprio patrão". As reportagens que compunham a primeira edição faziam referência a uma "modelo-empresária" e também a uma personagem de uma novela daquela época que foi, segundo a publicação, a "empreendedora do ano".

Ao longo de vinte anos, outras chamadas nesta mesma Revista incitaram: "seja seu próprio patrão", "dê adeus ao chefe", "faça a sua história". São anúncios produzidos e sustentados em uma rede intrincada de especialistas, instituições, organizações em que a exigência vem sempre acompanhada por uma forma de aprendizado. "Saiba como fazer", "aprenda", "desenvolva", "pratique", em suma, "aprenda a empreender".

---

[125] De acordo com o Memória Globo o programa de TV " alavancou o lançamento de uma revista homônima, publicada pelo ex-publicitário Franklin Vassão. Posteriormente, a publicação foi adquirida pela Editora Globo". Ver em https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/pequenas-empresas-grandes-negocios/ [Acesso em novembro de 2019].

Figura 9. Capa número 1 da Revista Pequenas Empresas & Grandes Negócios, publicada em Dezembro de 1988.

Fonte: Acervo Memória Globo

No momento de redemocratização, de participação dos movimentos sociais e de diversos atores na construção de um “projeto democratizante” pela nova Constituição, o empreendedorismo foi apresentado à sociedade brasileira. As ferramentas para a empreitada de “ser seu próprio patrão” também passaram a ser disponibilizadas. Programa de TV e Revista nos servem como um símbolo do anúncio da demanda aos brasileiros: “aprenda a empreender”.

9.1 Como esta demanda emerge em nosso contexto?

Tanto Programa quanto Revista surgiram das ideias de Paulo de Tarso Lustosa da Costa, político filiado à sigla PMDB (Partido do Movimento Democratico Brasileiro) do Ceará até meados da década passada. A intenção de Lustosa, era a de trazer a ideia da "microempresa" para o dia-a-dia das pessoas (Melo, 2008, p. 50). Ele foi presidente do Centro Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, o Cebrae. Escolhido para ocupar o cargo pelo então presidente da república José Sarney, Lustosa buscou explorar o espaço na mídia e trazer para o seu escopo as políticas públicas, com o intuito de alcançar maior legitimidade para o Cebrae na esfera federal do governo.

É possível afirmar que sob a presidência de Lustosa, esses objetivos foram atingidos. O Cebrae conquistou essa legitimidade e se modificou profundamente para ter como principal objetivo o fomento do empreendedorismo no Brasil.

Este Centro, criado em 1972, foi a primeira entidade governamental de apoio ao pequeno negócio. Seu surgimento estava vinculado à concessão e à orientação de crédito às pequenas indústrias. Inicialmente, o Cebrae tomou forma de um mediador entre o mercado de crédito e o Estado, formulado como um braço das atividades desenvolvidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)[126] e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) entre os anos de 1965 e 1972 (Mancuso, pp.32-33, 2002 citado por Melo, 2008, p. 44).

O financiamento de negócios de pequeno porte no país ocorria em ambas as instituições: no caso da SUDENE, o foco estava em pequenas empresas industriais para estimular o desenvolvimento regional; no caso do BNDE, o objetivo era o desenvolvimento do mercado consumidor das empresas pesadas (Melo, 2008, p. 39). A isso, junta-se o fato do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) em que essas instituições iniciaram os primeiros grupos de trabalho e acordos com centros de estudo e universidades para formação de conhecimento sobre as pequenas empresas em nosso país.

Entre estas cooperações, a estabelecida entre SUDENE e o *Research Institute for Management Science* da Holanda e com o *United States Agency for International Development* (USAID). O BNDE, por sua vez, criou um Grupo de Trabalho para diagnóstico do setor de

[126] Atualmente, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

pequenos negócios e para recomendação de formas de apoio a essa fatia do potencial empresarial. Em março de 1960, esse diagnóstico foi publicado como o "documento 33"[127], um estudo dos "Problemas da Pequena e Média Empresa", e apontava a necessidade de criação do Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa (GEAMPE). O grupo foi criado por decreto, mas não chegou a ser constituído de fato. Em 1964, a partir de convênios estabelecidos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco alemão *Kreditenstalt fur Wiedeaufbau* (KfW) houve a exigência da criação de um grupo executivo para tutelar o dinheiro repassado ao BNDE, o que deu origem ao FIPEME (Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa) (Melo, 2008, p. 39).

Em compasso com o financiamento, cresceu a necessidade de orientação dos empresários para que eles pudessem melhor alocar os recursos recebidos, e isso fez surgir as primeiras formas de consultoria aos negócios de pequeno porte no país, a partir do meio da década de 1960. Com a expansão das demandas do FIPEME, o BNDE propôs, em 1971, a criação do Cebrae. Em 1972, esse Centro passou a tutelar não somente a mediação de crédito ao pequeno empresário, mas a consultoria às organizações de pequeno porte.

Ao longo do seu desenvolvimento, o Cebrae teve uma sucessão de alterações de seus estatutos, com o total de seis estatutos em 15 anos, entre 1972 até 1987. Lopes (2001) indica que muitas destas alterações estão relacionadas às mudanças na esfera do governo federal. Isso demonstra a instabilidade do Centro como entidade governamental em suas primeiras décadas de existência. Discussões sobre sua extinção e reorganização são colocadas em pauta durante grande parte da década de 80. Mas a sobrevivência do Centro dá-se tanto pelo jogo político que promoveu na redemocratização quanto por sua "capilaridade" e "sua ação efetiva exercida na ponta, junto à pequena empresa". Nas ocasiões em que tentaram extinguir o serviço, especialmente durante o governo Sarney, "o Legislativo vetou" (Melo, 2008, p.60).

[127] Mais sobre o "documento 33" em https://memorial.sebrae.com.br/historia/?ano=1960 [Acesso em Novembro de 2019].

9.1.1 Transformações *do* Estado

A pesquisadora Eliana B. M. Lopes (2001) conta que a inclusão do Artigo 179[128] na Constituição de 1988 fez parte da efetivação política do Cebrae, garantindo sua sobrevivência.

Com a implementação do Plano Cruzado e as medidas de congelamento de preços adotadas no governo de José Sarney, o Cebrae entra em conflito com a esfera federal, alertando "os pequenos empresários sobre os perigos de se fazer empréstimos" apesar dos juros baixíssimos (Lopes, 2001, p. 79). Ao mesmo tempo desse impasse, políticos de diferentes partidos chamados na formulação da Carta Constitucional, embasaram-se nos programas desenvolvidos pelo Cebrae para propor o Artigo sobre as pequenas e médias empresas na nova Constituição. Lopes (2001, p.81) indica que por meio do Cebrae, "a defesa do capital privado nacional é enfocada por diferentes partidos, e há um relativo consenso sobre a necessidade do Estado de intervir, implementando políticas voltadas ao segmento [dos pequenos negócios]".

A força dos programas e o uso dos meios de comunicação idealizados pelo Cebrae afetaram as decisões políticas. Não apenas na inclusão do tema da nova Carta Magna que surgia, mas na regulamentação posterior à inclusão do Artigo 179. Segundo a página virtual "Memória Globo", "Após dois anos e meio no ar, o *Pequenas Empresas & Grandes Negócios* contribuiu para modificar a legislação, incentivando a regulamentação do Artigo 179 da Constituição, que dava tratamento diferenciado ao microempresário"[129]. O processo de regulamentação é uma das garantias da sobrevida do Centro após 1988.

De fato, esta é justificativa que para que o Cebrae seja reconfigurado em 1990. No primeiro ano do governo de Fernando Collor de Mello, a Medida Provisória nº 151/1990 de 15 de março de 1990, extinguiu diversas entidades da Administração Pública Federal, o que incluiu o Cebrae. Para que a sua sobrevivência fosse possível, houve uma articulação de lideranças internas e um movimento de seus funcionários, com coleta de assinaturas no Congresso e mobilização de lideranças empresariais para angariar apoio institucional. Baseando-se nessa mobilização e em suas ações midiáticas para a construção da legitimação do Cebrae, Lustosa

---

[128] O Artigo 179 da Constituição dispõe sobre tratamento jurídico diferenciado às microempresas e às empresas de pequeno porte, visando o incentivo pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

[129] Seção de "Curiosidades" do Memória Globo em https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/pequenas-empresas-grandes-negocios/ [Acesso em novembro de 2019].

então apresentou a Collor uma proposta de transformação do Centro em um serviço social autônomo desvinculado da administração pública federal.

A intenção de extinção é revertida na privatização do órgão (Melo, 2008, p. 57) pelo Decreto nº 99.570, de 9 de outubro de 1990. Do Cebrae emerge o *Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas*, o Sebrae com 'S'. Agora, constituído como uma entidade "paraestatal" que possui a força de Lei (na Constituição) e orçamento garantido pelo Sistema S[130].

9.1.2 Educar o empreendedor

Embora conturbado pelo impedimento do primeiro presidente eleito após 25 anos de ditadura militar-empresarial, o início dos anos de 1990 marca a emergência na esfera política de medidas neoliberais, o que impulsiona o empreendedorismo nas transformações *do* Estado. Conforme já mencionamos nos capítulos anteriores, a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, promove uma "renovação da ordem do dia" por meio de uma reforma do Estado e da inserção do país na economia internacional. Os passos para a nova ordem já haviam sido dados no governo de Itamar Franco: a abertura externa, a desestatização da economia e o uso de instrumentos de estabilização monetária. FHC, por sua vez, deu seguimento e implementou a nova ordem com o receituário do Consenso de Washington, com a "santíssima trindade" da liberalização econômica, privatização e desregulação.

Neste cenário, a transformação do Sebrae em entidade paraestatal efetiva uma mudança em que os termos empreendedor e empreendedorismo passam a fazer parte efetiva da agenda de projetos e programas da instituição. Apesar dos impasses institucionais que esta mudança causou, o Sebrae conseguiu implementar nos primeiros anos daquela década, programas que disseminaram o empreendedorismo e que até hoje fazem parte de sua agenda, como a "Feira do Empreendedor" (em 1992) e o "Empretec" (a partir de 1993), construindo gradualmente, não

[130] No decreto que institui o serviço, para além da desvinculação da instituição da administração pública federal, foram estabelecidas a arrecadação de recursos e a composição de diretoria e do conselho deliberativo. O principal recurso do Serviço passa a vir de uma alíquota de 0,3% (variando até 0,6%) cobrada sobre as remunerações pagas pelas empresas contribuintes do Serviço Social da Indústria (Sesi), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) aos seus empregados. Houve questionamento da constitucionalidade do novo encargo que seria cobrado das empresas pelo Conselho Nacional da Indústria (CNI), mas esse eventualmente retirou a ação que havia levado ao Supremo Tribunal Federal. Dessa maneira, o Sebrae passa a integrar o chamado "Sistema S".

apenas justificativas para políticas públicas, mas o que seria o comportamento esperado para o empreendedor brasileiro.

Especificamente sobre o "Empretec", no documento de 2009, intitulado "*Empretec Programme: The Entrepreneur's Guide*"[131] (em tradução livre, "Programa Empretec: O guia do Empreendedor") é explicada a metodologia desse curso[132]. Conforme o documento,

> A metodologia Empretec é baseada nas pesquisas conduzidas pelo psicólogo da Universidade de Harvard, o Professor David McClelland, que tem realizado um trabalho extensivo em empreendedorismo desde o final dos anos de 1950. Sua pesquisa demonstrou que todos têm uma motivação interna para melhorar. Essa "motivação para ação" foi chamada de arquétipo por McClelland. Ele classificou os 40 arquétipos em três tipos motivacionais principais orientados pela realização, afiliação e poder [...] A motivação para realização pode ser ensinada? Baseados nas pesquisas de McClelland vários programas de treinamento têm sido desenvolvidos para empresários aumentarem sua motivação para realização. Este programa é baseado na pesquisa financiada pela United States Agency for International Development (USAID) que foi conduzida pela McBer & Company (consultoria de David McClelland) e a Management Systems International (MSI) para determinar as competências comportamentais que distinguem empreendedores de sucesso de empreendedores menos bem sucedidos [tradução nossa].

Ainda, o documento explica que para chegar a estas competências comportamentais, foram realizadas entrevistas focais de aproximadamente quatro horas com centenas de empreendedores em diversos países. Os pesquisadores compararam as entrevistas para buscar compreender a maneira de pensar e agir entre os pesquisados, principalmente as ações e pensamentos de "empreendedores de sucesso". Após meses de testagens chegou-se à conclusão que existiam competências que os empreendedores de sucesso compartilham, mesmo entre os vários países e tipos de negócios diferentes. A estas competências foi dado o nome de Características do Comportamento Empreendedor, ou CCEs (no original, *Personal Entrepreneurial Competencies* or PECs)[133]. O Empretec é um treinamento para o desenvolvimento dessas características.

---

[131] Documento em inglês disponível no repositório da *United Nations Division on Investment, Technology and Enterprise Development* (UNCTAD) https://unctad.org/en/Docs/diaeed20093_en.pdf [Acesso em Novembro de 2019].

[132] De acordo com Melo (2008), a sigla Empretec é formada pela junção das palavras empreendedor e tecnologia. O programa foi batizado com este nome em sua primeira versão na Argentina, mas logo se tornou o nome da metodologia internacionalmente.

[133] A descrição das CCEs pode ser encontrada em: http://empretec.unctad.org/?page_id=30 [Acesso em Novembro de 2019].

De acordo com este relatório, 400 mil pessoas já foram treinadas na metodologia em quase 40 países no mundo desde 1988. O principal produto do Empretec é o seminário chamado de *Entrepreneurship Training Workshop* (em tradução livre, "Oficina de treinamento em Empreendedorismo") que tem por objetivo promover uma mudança comportamental que auxilia empreendedores a alcançarem resultados de sucesso em seus negócios. Desenvolvido primeiramente na Argentina, foi expandido rapidamente para toda a América Latina e África, logo depois foi implementado no Oriente Médio, no Leste Europeu e na Federação Russa.

Em 1993, o Sebrae firmou acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para a implementação do Empretec em todo território nacional. Essa nacionalização foi concluída sete anos depois, em 2000. Mas a metodologia baseada nas características empreendedoras não está apenas no Empretec, outros cursos, formações e materiais do Sebrae fazem uso constante delas. Por exemplo, no material do curso "Aprender a empreender"[134], no qual o aluno passa por uma "avaliação" de suas competências empreendedoras, sendo indicado ao final se ele tem um potencial empreendedor e o quanto pode desenvolver seu comportamento para realização completa desse potencial. Segundo a apostila desse curso, "são os comportamentos que determinam os empreendedores".

Cabe notar que a partir de meados dos anos de 2000, os cursos presenciais e à distância do Sebrae que se utilizam dessas características empreendedoras em suas grades passam a ser objeto de estudo em pesquisas de pós-graduação em Psicologia no Brasil, com consentimento e apoio da entidade. Estas pesquisas voltavam-se principalmente à avaliação de impacto dos treinamentos (Lopes, 1999; Zerbini, 2003; Alvim, 2008).

Mas educação empreendedora não se dá somente nestes cursos. Um outro exemplo possível para educar o empreendedor é o jogo Desafio Sebrae (que atualmente tem o nome de "Desafio Universitário Empreendedor"). Nele, estudantes do ensino superior participam de uma rotina virtual de trabalho em uma empresa. Ao longo de seis meses, universitários espalhados por todo o país, formam equipes e competem entre si aplicando conhecimentos e capacidades para administrar um negócio. As equipes com os melhores resultados são premiadas em um evento anual.

Para o universitário e para o ensino básico, a educação empreendedora ganha um plano nacional. Há pouco mais de cinco anos, foi lançado o Programa Nacional de Educação

---

[134] Mais sobre o curso em https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/cursosonline/aprender-a-empreender,b070b8a6a28bb610VgnVCM1000004c00210aRCRD [Acesso em Novembro de 2019].

Empreendedora (PNEE) com o intuito de inserir a cultura empreendedora nos currículos escolares de todo o país. O PNEE é baseado na constatação de que em nosso país o ensino do (e por meio do) empreendedorismo "enfrenta muitos desafios". A educação empreendedora não é uma prioridade, o que dificulta a difusão da cultura empreendedora na formação das crianças e jovens. O Sebrae utiliza-se dos dados mais recentes da Pesquisa GEM em 2018 em que o Brasil ocupa o 56º dentre os 65 países participantes da amostra, que indica que é "no ranking mundial, estamos dentre os últimos países a difundir a cultura do empreendedorismo nas escolas"[135].

Um dos especialistas nos quais o Sebrae baseia seus projetos para Educação Empreendedora é Fernando Dolabela. Esse psicólogo desenvolveu as metodologias "Pedagogia Empreendedora" para a educação fundamental[136] e "Oficina do Empreendedor" para o Ensino Superior. A primeira metodologia é utilizada em experiências nos Sebraes estaduais[137] antes mesmo do PNEE ser formulado. A principal ideia da Pedagogia Empreendedora é de que o empreendedorismo é o ato de sonhar, o que o faz transbordar para fora das empresas.

Neste sentido, o empreendedorismo é um modo de ser (Dolabela, 2007; Dolabela e Filion, 2013). Em uma articulação entre as ideias de Schumpeter e McClelland (Dolabela e Filion, 2013, p.140), o empreendedorismo é compreendido como um sistema da atividade humana em que "indivíduos [...] são capazes de sonhar e se organizar para tornar seus sonhos realidade". Por isso, os sonhos, expressão da coletividade, devem ser canalizados no processo educacional em uma "transmissão" de novos valores.

Para tanto, duas perguntas são a base da metodologia: "qual é o seu sonho?" e "o que você vai fazer para transformar seu sonho em realidade?". Enquanto a primeira pergunta tem "um caráter mágico, assustadoramente mágico, porque, ao receber essa pergunta, o aluno se sente protagonista da própria vida" (Dolabela, 2007, p.128), a segunda "dispara um processo

---

[135] Dados disponíveis em https://cer.sebrae.com.br/programa-nacional-de-educacao-empreendedora/ [Acesso em Novembro de 2019].

[136] Especialmente para a educação fundamental de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade (Dolabela, 2004, p.128).

[137] Em 2003, por exemplo, a Pedagogia Empreendedora "foi implementada em 130 cidades do Estado do Paraná, como parte de um grande projeto de desenvolvimento local promovido pelo Sebrae-Paraná". O objetivo era o de trabalhar com "cidades inteiras, com o objetivo de induzir mudanças culturais". Fernando Dolabela coordenou esse projeto, treinando consultores que, por sua vez, coordenaram workshops com professores das cidades participantes do projeto. O Sebrae estadual financiou esta implementação (Dolabela e Filion, 2013, pp.167-168).

de criação, de criatividade, pondo em uso todo o patrimônio existencial do aluno, que é diverso, que é único" (Dolabela, 2007, p.129).

Curiosamente, o ato de sonhar compreendido como parte do processo de empreender parece chegar à pesquisa GEM. No ano de 2012, o Brasil passa a incluir o "sonho" nas suas mensurações. Segundo o relatório GEM, a partir de 2012 "foi introduzida uma questão sobre qual seria o sonho do brasileiro, procurando comparar o desejo de ter um negócio próprio com outros desejos [...] (IBQP, 2013, p.28). Em uma lista[138] com sonhos como "ter plano de saúde", "ter a casa própria", "viajar pelo Brasil" e "ter uma carreira em uma empresa", os indivíduos escolhem qual deles seria o seu sonho. O sonho dos brasileiros é avaliado como parte da mentalidade empreendedora do país. Se o sonho de ter o próprio negócio aparece como sendo um dos mais citados, isso indicaria uma maior probabilidade de desenvolvimento da atividade empreendedora no país.

9.1.3 De milhares para milhões de empreendedores

No início da década de 2000 o Sebrae se "reinventa". A entidade formulou uma "autocrítica" com o lançamento da "Reinvenção do Sebrae" em que foi defendido uma "atualização da entidade diante de uma nova realidade social". Segundo o Memorial Sebrae[139], com a campanha "Milhares para Milhões", do Sebrae Nacional são formuladas "novas metas, entre elas ampliar significativamente o número de atendimentos, que deveriam passar 'de milhares para milhões', *incluindo os empreendedores informais* e ampliando-se a cultura de 'união faz a força'" [ênfases nossas].

Nos anos finais da década de 1990 – término do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso -, com o alto índice de desemprego, o governo federal lança o programa de financiamento "Brasil Empreendedor", com a principal justificativa de colocar "cidadãos e o Governo, de mãos dadas, buscando maneiras de enfrentar o desafio do desemprego". O

---

[138] A lista completa exposta no relatório do ciclo de 2012 (IBQP, 2013, p.29) é a seguinte: viajar pelo Brasil, comprar a casa própria, ter seu próprio negócio, comprar um automóvel, viajar para o exterior, ter um diploma de ensino superior, ter plano de saúde, fazer carreira numa empresa, ter seguro de vida, ter seguro para automóvel, casar ou formar uma família, comprar um computador.

[139] Informações disponíveis em https://memorial.sebrae.com.br/historia/?ano=1999 [Acesso em Novembro de 2019].

Programa, desenvolvido em parceria com o Sebrae buscou capacitar e financiar empreendedores em todo o país. Tratava-se de um "programa emergencial de manutenção e geração de postos de trabalho".

Nesta "nova realidade", o Sebrae passa a ser um idealizador e gestor de programas, mas do que um órgão executor (Melo, 2008, p. 69). Para idealizar e gerir seus programas, a gestão das informações e das mensurações e avaliações sobre a atividade empreendedora passa a ser um foco da instituição. Já em meados da década de 1990, o Sebrae estabeleceu um departamento dedicado a estudos e pesquisas que dessem conta de três objetivos: a geração de informações de interesse do empreendedor; o recolhimento de informações de interesse do Sebrae sobre o funcionamento das micro e pequenas empresas; e, ainda, a realização de estudos e pesquisas que subsidiassem os processos decisórios do setor público, tendo como beneficiários o empreendedor e a pequena empresa. O Serviço também torna-se responsável pela publicação de séries temáticas, as chamadas "Edições Sebrae". O antigo departamento e as edições Sebrae, nos dias de hoje, são parte da Unidade de Gestão Estratégica de Sebrae Nacional. Tal Unidade é responsável pelos estudos e pesquisas e pelo direcionamento estratégico do Sebrae.

É na constituição desta Unidade de Gestão Estratégica que o Sebrae se encontra com o Global Entrepreneurship Monitor e, a partir dos anos 2000, passa a patrocinar, participar e publicar os relatórios chamados "Empreendedorismo no Brasil".

9.1.4 Monitorar a atividade empreendedora e influenciar as políticas públicas

> É senso comum que, para a existência de uma intensa atividade empreendedora, deve existir uma cultura favorecedora que reforce e privilegie os valores e as atitudes inerentes ao processo empreendedor. *Culturas com valores conservadores quanto ao risco, ao novo e ao erro são pouco propícias ao empreendedorismo. Sociedades onde a legitimidade social do empreendedor é amplamente aceita e assimilada são, também, aquelas onde o empreendedorismo encontra os melhores mecanismos de sustentação e incentivo*. [...] Tempos atrás, novos empreendimentos eram geralmente vistos com desconfiança e os novos empreendedores muitas vezes tidos como aventureiros ou oportunistas. O possível valor agregado do projeto à economia e ao bem-estar social não era tomado como resultado natural do processo. Com a *maior exposição do país ao processo de internacionalização*, e a percepção do enorme avanço tecnológico produzido por empresas privadas e suas conseqüências para a comodidade e a qualidade de vida, além da contribuição à geração de empregos e à riqueza das nações, a legitimidade do empreendedor está rapidamente adquirindo uma conotação positiva. *Os valores atribuídos às noções de censura religiosa, quanto ao acúmulo e à demonstração de riqueza, oriundas da religião católica principalmente, parecem estar cedendo lugar à cultura do usufruto e do bem-estar material, resultantes do esforço*

> *empreendedor. Uma forte influência do modelo norte-americano, de consumo e do sucesso econômico, parece estar contaminando gradativamente o sistema de valores das gerações mais recentes.* A própria exaltação de ícones empresariais norte-americanos, pelos meios de comunicação, revela a transformação dos valores e interesses prevalentes [ênfases nossas] (IBQP, 2000, p.23).

O trecho acima é parte do primeiro relatório "Empreendedorismo no Brasil" fruto do ciclo da pesquisa GEM, publicado em 2000, sob os auspícios do Sebrae e com a condução técnica do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP)[140] em parceria com Instituições de Ensino Superior.

Os relatórios GEM são descritos como uma tentativa de criar indicadores sociais e econômicos que forneçam a governos e a organizações informações que facilitem a interação e a compreensão dos fenômenos associados ao desenvolvimento e ao progresso das sociedades "no rápido movimento de globalização". Assemelham-se a relatórios do Banco Mundial, do Fórum Econômico, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD), das Nações Unidas e de outras organizações que buscam promover "fontes de informação" (Bosma et al., 2017, pp.3- 4).

A justificativa para que o objeto de análise seja o empreendedorismo é apresentada pelo Monitor em seu primeiro sumário executivo global. "Por que o empreendedorismo?" é a pergunta que surge como título de um dos capítulos, seguida da explicação: "Para muitos países, a resposta a essa questão está no maior exemplo de compromisso nacional com o empreendedorismo e com o progresso econômico: os Estados Unidos" [tradução nossa] (GEM, 1999, p. 7).

A justificativa para monitorar o empreendedorismo no mundo é a "forte correlação" entre desenvolvimento econômico e atividade empreendedora, sendo os Estados Unidos da América a mais perfeita tradução disso. Dessa maneira, seria preciso entender tal correlação e utilizá-la como a referência para os demais países, estabelecendo critérios para fortalecê-la. No depoimento de um especialista no relatório "Empreendedorismo no Brasil" de 2003, tem-se

---

[140] Criado em 1995, o IBQP é fruto de um Acordo de Cooperação Técnica assinado entre os governos do Brasil e do Japão. Em 2002, foi reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Sua missão é "promover a excelência em gestão, a produtividade, o empreendedorismo e a inovação nas organizações privadas e públicas". Estas informações estão disponíveis em http://www.ibqp.org.br/institucional/ [Acesso em Novembro de 2019].

mais um exemplo da referência que deve ser seguida. Diz o especialista: “nos EUA, qualquer pequeno negociante é visto como alguém que pode vir a ser um Bill Gates” (IBQP, 2003, p.62).

O GEM orienta-se por três objetivos: medir as diferenças entre os níveis de atividade, de comportamento e de aspirações empreendedoras entre indivíduos ao redor do globo; revelar fatores que determinam a natureza e os níveis de atividade empreendedora; e identificar implicações em políticas e programas governamentais que promovam o empreendedorismo na sociedade (Bosma et al., 2017, p. 4-5).

Além destes objetivos, o GEM parte de algumas premissas. A primeira delas sustenta que a prosperidade econômica é dependente do dinamismo da atividade empreendedora, considerando sua variação em impacto e características. A segunda premissa está centrada na ideia de Audretsch e Keilbach (2007)141 de uma “sociedade empreendedora” na qual a economia requer que indivíduos com habilidade e motivação se tornem empreendedores ativos e fortaleçam uma norma social legitimadora do empreendedorismo. Para tanto, o empreendedorismo deve incluir indivíduos de todos os espectros sociais; deve incluir mulheres, pessoas de todas as idades e de níveis educacionais diferentes, bem como pessoas em situação de vulnerabilidade. A última premissa indica que altas aspirações dos indivíduos para a abertura de um novo negócio é particularmente importante para a criação de empregos e para a inovação na economia.

A pesquisa GEM dispõe de uma metodologia calcada em duas fontes de dados: a pesquisa com a população adulta (APS – *Adult Population Survey*) e a pesquisa com especialistas locais em empreendedorismo (NES – *National Expert Survey*)[142]. Além destas duas fontes, há uma terceira, que pode ser considerada indireta: o “agrupamento de medidas provenientes de fontes de dados secundários de vários países”, fornecidas pelo IBGE no caso brasileiro (IBQP, 2007, 139). Dessa forma, o GEM conseguiria cobrir dois pólos da atividade empreendedora, de um lado a visão “macro”, as condições institucionais do empreendedorismo

[141] No artigo citado pelo GEM Manual 2017 e indicado nas referências, “Entrepreneurship Capital and Economic Growth” de David B. Audretsch e Max Keilbach não há menção a esta nomenclatura “sociedade empreendedora” (*entrepreneurial society*) literalmente. O propósito do artigo é demonstrar que na economia tradicional o empreendedorismo não é reconhecido em todo seu potencial.

[142] As bases de dados destes dois procedimentos de até quatro anos atrás estão publicadas na página virtual do consórcio GEM e podem ser acessada por meio de programas específicos de estatística. Acesso em https://www.gemconsortium.org/data [Acesso em Novembro de 2019].

e de outro, a visão "micro", acompanhando as atitudes, atividades e aspirações dos empreendedores.

O Modelo GEM tem seu foco no indivíduo como "a encarnação do empreendedorismo" (*the embodiment of entrepreneurship*). Tal abordagem é o que diferencia as medidas propostas pelo GEM de demais pesquisas e estatísticas sobre a atividade empreendedora no mundo que, em geral, focam suas análises no número de abertura de novos negócios (Bosma et al. 2017, p. 6-7). Trata-se de "uma abordagem sócio-econômica compreensiva" que considera o nível da atividade empreendedora em um país em relação com os diferentes tipos e fases dessa atividade.

Até 2011, o GEM documentou como o empreendedorismo é afetado pelos contextos nacionais sem distinções sobre o desenvolvimento econômico de cada país. Em revisões feitas entre 2009 e 2011[143], a pesquisa incorpora o entendimento de como as economias dos países mudam ao se "desenvolverem", e também "a natureza mutante e a contribuição do empreendedorismo para esse desenvolvimento" (Bosma et al., 2017, p.8). Por causa do maior número de países participantes na pesquisa, foi acrescentado ao modelo conceitual uma "classificação que coincide com a utilizada no Relatório de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial" (IBQP, 2009, p.25). Esta classificação caracteriza três níveis de desenvolvimento econômico entre os países:

> [...] (i) economias baseadas na extração e comercialização de recursos naturais, doravante tratadas aqui como países *factor-driven*, acompanhando a nomenclatura reconhecida internacionalmente; (ii) economias orientadas para a eficiência e a produção industrial em escala, que se configuram como os principais motores de desenvolvimento, doravante denominados países *efficiency-driven*; (iii) economias baseadas na inovação ou simplesmente *innovation-driven* (IBQP, 2009, p.25).

As economias *factor-driven* são orientadas para alcançar uma estrutura básica que ainda não existe, por exemplo, o desenvolvimento de instituições, da infraestrutura, da estabilidade macroeconômica, da educação primária e do sistema de saúde. As economias orientadas pela eficiência, *efficiency-driven*, tem seu foco em mecanismos de garantia de funcionamento de seu mercado interno, de desenvolvimento do sistema de educação superior, do mercado de trabalho e de tecnologia – sendo esse o caso do Brasil. Os países classificados como *innovation-driven*

[143] Apesar de encontrar estas revisões desde 2009, o GEM Manual 2017 indica que elas se consolidam em 2011 (p.7).

são os que possuem seu desenvolvimento econômico orientado essencialmente pela inovação, isto é, as condições para empreender tornam-se mais importantes para o desenvolvimento econômico do que infraestrutura básica ou medidas que gerem eficiência (Bosma et al., 2017, p.8).

Embora empreste nomenclaturas de outras organizações, o GEM criou uma novilíngua para o empreendedorismo a partir de suas mensurações. As principais medidas deste Monitor são: a Taxa de Empreendedorismo Nascente, o que quer dizer o percentual da população adulta entre 18 e 64 anos que está ativamente envolvida na estruturação de um negócio do qual será proprietário, mesmo que esse negócio ainda não tenha pago salários, pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração para os proprietários por mais de três meses; a Taxa de Empreendedorismo Novo, isto é, o percentual da população adulta que administra um novo negócio do qual é proprietário, negócio este que pagou salários, pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração para os proprietários por mais de três e menos de 42 meses; a Taxa de Empreendedorismo Inicial, o que corresponde a soma das Taxas de Empreendedorismo Nascente e Novo; a Taxa de Empreendedorismo Estabelecido, ou seja, o percentual da população adulta que administra e é proprietário de um negócio estabelecido, negócio este que pagou salários, pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração para os proprietários por mais de 42 meses; e a Taxa de Empreendedorismo Total que corresponde a soma das quatro Taxas anteriores.

9.1.5 “Empreendedorismo no Brasil”

No Brasil, o time nacional do GEM[144] enfrentava uma contradição desde o primeiro ciclo da pesquisa. O Brasil é um dos países mais empreendedores do mundo, mas não é um país desenvolvido.

[144] De acordo com os dados disponibilizados nos relatórios GEM, o time nacional é coordenado pelo IBQP, tendo como “parceiro master” o Sebrae. Ao longo dos quase vinte anos de pesquisas ocorreram mudanças nas parcerias de auxílio técnico e institucional. Entre as Instituições de Ensino Superior parceiras da pesquisa destacam-se a Universidade Federal do Paraná (UFPR) (parceira a partir 2010), a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) (parceira entre 2002 e 2008), a Fundação Getulio Vargas (FGV-EAESP) (parceira entre 2012 a 2017), o Centro Universitário Positivo (UNICENP) (parceria entre 2006 e 2008) e o Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) (parceria entre 2011 e 2014). Além disso destaca-se a parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL/PR) (entre os anos de 2002 a 2004) e com a Confederação Nacional dos Jovens Empresários (CONAJE) (parceria entre 2015 e 2017). O Instituto Bonilha é o principal parceiro para a pesquisa com a população adulta.

Isto foi explicado como o resultado da complexidade da economia em um país que tinha na agricultura o seu mais importante setor produtivo. Outros componentes faziam parte dessa complexidade. Por exemplo, em relação a países desenvolvidos com uma alta taxa de atividade empreendedora, no Brasil (bem como em grande parte da América Latina) a burocracia para abertura e manutenção de um negócio, além da carga tributária seria um componente para compreender o desejo frustrado de empreender do brasileiro. O desejo e a iniciativa existem, mas não se desenvolvem diante da dificuldade imposta pelas regulações *do* Estado. O recomendado então seria a maior desregulação e flexibilização do mercado para aliviar as dores do pequeno empresário, bem como a privatização de vários serviços que gerassem a inclusão e a competitividade entre as pequenas empresas em mais setores da economia (IBQP, 2000).

A partir do segundo relatório GEM, a narrativa torna-se um tanto mais complexa. A metodologia do monitor passa a compreender dois tipos de empreendedorismo, aquele impulsionado pela oportunidade e outro desencadeado pela necessidade. Isto quer dizer que o empreendedor poderia iniciar seu negócio pela oportunidade que observou no ambiente de negócio de sua comunidade ou pela falta de outras opções de trabalho e de inserção econômica. As altas taxas de empreendedorismo por necessidade passam a explicar o tímido desenvolvimento econômico do Brasil. Essas taxas apontavam também para a necessidade de educar a sociedade para que ela pudesse empreender percebendo as oportunidades de negócio em que poderiam inovar verdadeiramente, assim como foi pensado por Schumpeter.

No início dos anos de 2000, os especialistas entrevistados pelo GEM[145] assinalavam a importância de uma mudança cultural no Brasil. Segundo eles, a cultura brasileira não era propícia para o florescimento da atividade empreendedora. Os erros não eram percebidos como uma oportunidade de aprendizado, mas como marcas do fracasso. Aqueles que ousavam ser ambiciosos eram vistos como desonestos, enquanto aqueles que se dedicavam a uma carreira como funcionários eram vistos como aqueles que trabalham duro. Os especialistas explicaram essa visão desfavorável ao empreendedorismo como herança de nossa colonização. Se tivéssemos sido colonizados por países de língua inglesa, ao invés de por um país católico e

---

[145] As listas dos especialistas entrevistados pelo GEM estão disponíveis nos relatórios a partir do ciclo de 2009. Em uma busca pelas instituições em que estes especialistas estão filiados, surge o Sebrae como a entidade mais chamada a responder à pesquisa. Há uma articulação engenhosa em que o parceiro master da pesquisa GEM no Brasil, torna-se também o principal respondente da pesquisa. A entidade é também a maior divulgadora dos resultados da pesquisa, tanto em suas unidades quanto com os decisores das políticas públicas no país.

conservador como Portugal, nós seríamos uma sociedade muito mais empreendedora (IBQP, 2001, p.63).

Este cenário desfavorável já não é mais mencionado pelos especialistas ao final da década de 2000. Mesmo considerando a crise financeira de 2008, o Brasil é narrado como um país criativo e empreendedor que lida com crises com perseverança. São anos de otimismo em que uma mudança cultural não era mais a preocupação, o Brasil já tinha as condições culturais favoráveis para a atividade empreendedora. Os relatórios pareciam estar em compasso com a máxima, lançada como campanha no início da era petista: "Eu sou Brasileiro e não desisto nunca", com o *slogan*, emprestado de Luís da Câmara Cascudo, que celebra que "o melhor do Brasil é o brasileiro"[146].

O final da década de 2000 também traz a criação da figura do Microempreendedor Individual (MEI). A criação dessa figura jurídica é parte da influência do GEM nas políticas públicas brasileiras por meio do Sebrae, segundo as avaliações do próprio Monitor (Herrington, 2018, p.7).

Criada pela Lei Complementar nº 128/2008, a figura do MEI foi uma ação desenvolvida para o aumento da baixa cobertura previdenciária dos trabalhadores por conta própria (Krein et al., 2012; Costanzi, 2018). Para Krein et al. (2012, p.14), a partir dessa formalização, o empreendedor teria acesso à proteção social com o recolhimento da contribuição social do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), o que "assegura a condição de sujeito no sistema de seguridade social", tendo acesso à aposentadoria, ao auxílio-doença, ao salário maternidade e, para os dependentes do MEI, acesso à pensão por morte e ao auxílio-reclusão.

A partir de 2009, o programa passou a incluir na previdência social trabalhadores que contribuíssem com 11% do valor do salário mínimo, o que representou uma diminuição de 9% na contribuição básica individual. No âmbito do MEI, o salário mínimo é o parâmetro para o valor do salário de contribuição e, igualmente, para o valor dos benefícios pagos aos segurados.

---

[146] Em 19 de julho de 2004, o Presidente da República à época, Luiz Inácio Lula da Silva, lançou a campanha "Eu sou Brasileiro e não desisto nunca", com o slogan emprestado de Luís da Câmara Cascudo, que celebra que "o melhor do Brasil é o brasileiro". Segundo uma reportagem do Jornal Folha de São Paulo, veiculada um dia após o lançamento da campanha, Lula reforçou em seu discurso que "o Estado não pode resolver tudo" e que novos valores deveriam mexer com este hábito de pensar, instaurado no país, de que o governo seria o único responsável pelo desenvolvimento da sociedade brasileira. O Estado, segundo ele, gerou inúmeros problemas ao longo da História. Lula afirmou ainda: "Eu acho que uma campanha como essa pode mexer com valores que, na minha opinião, são tão importantes como o econômico". Aos brasileiros, ele propôs que resgatassem sua auto-estima, numa chamada para um novo tempo em que a tutela do Estado deveria ser repensada. A reportagem completa pode ser acessada em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2007200402.htm [Acesso em Março de 2019].

Aqueles que se formalizam MEI podem apenas se aposentar por idade ou por invalidez. Vários impostos também foram reduzidos para essa categoria, por exemplo, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). Há de se considerar ainda que, a partir de 2011, o valor da contribuição previdenciária foi reduzido de 11% para 5% do salário mínimo (Costanzi, 2018).

Para a inscrição como MEI, as principais regras são: exercer atividade prevista na lista de Profissões e Atividades e ter faturamento, de janeiro a dezembro, de no máximo R$ 81.000,00 (ou R$ 6.750,00 por mês). Trabalhadores com carteira assinada podem ser MEI, mas não podem ser sócios ou titulares de outra empresa. O MEI pode ter mais de uma atividade cadastradas e até um empregado[147]. A lista de atividades previstas para o registro é extensa e inclui, em geral, a palavra independente após a categoria. Por exemplo, Agente de Viagens Independente, Bike Propagandista Independente, Churrasqueiro Ambulante Independente, Diarista Independente, Editor de Jornais Independente, Humorista e Contador de Histórias Independente, Professor Particular Independente, Motorista de Aplicativo Independente entre outras mais de 400 atividades independentes[148].

Embora os avanços como o MEI sejam registrados, nos relatórios GEM três aspectos aparecem constantemente como condições desfavoráveis para o empreendedorismo em nosso país. São eles, o sistema educacional pouco empreendedor, as dificuldades de abertura e manutenção dos negócios pelo pouco apoio de políticas e programas governamentais, e o apoio financeiro com a facilitação e simplificação do crédito. De fato estes três pontos são mencionados em todos os relatórios até o ciclo de 2018.

A educação e a capacitação empreendedora são aspectos citados em todos os relatórios e indicam a necessidade de programas governamentais que "financiem ativos de conhecimento, e não somente estruturas" e organizem as instituições que se dedicam ao fomento do empreendedorismo no país como "Sebrae, Endeavor, Senac etc." em um "projeto estruturado". A educação também deve se dar pelos meios de comunicação de massa em que se apresentem "cases de sucesso" à população brasileira, "por meio de programas televisões, propagandas, entre outros". A educação empreendedora deve estar próxima às universidades e aos institutos

---

[147] Informações disponíveis no Portal do Empreendedor: https://portaldomeiempreendedor.com [Acesso em Novembro de 2019].

[148] A lista de Atividades completa pode ser acessada em https://portalmeiempreendedor.org/ocupacoes [Acesso em Novembro de 2019].

de pesquisa para que a partir de novas tecnologias desenvolvidas nesses centros de conhecimento seja possível a abertura de novos negócios. Assim também deve acontecer na educação básica: "Quanto mais cedo o espírito empreendedor for disseminado, maior será a chance de se ter jovens empreendedores no futuro [...]" (IBQP, 2019, p.23).

A preocupação com os programas e as políticas governamentais tem por foco o desenvolvimento de legislações já existentes, buscando sempre o tratamento diferenciado, instaurado pelo Artigo 179 da Constituição. "Simplificação", "desburocratização" e "desoneração são três palavras que estão em grande parte dos relatórios como modos de efetivar uma política governamental favorável aos empreendedores. Com mais força, no início da década de 2010, surge a preocupação com as *startups* e com o estímulo a uma configuração de programas e políticas especiais para esse tipo de empreendimento.

O incentivo à startup tornou-se parte das políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil desde 2012, com o "Programa Nacional de Aceleração de Empresas Nascentes de Base Tecnológica em TIC (Startups)", batizado de o Start-Up Brasil[149]. Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)[150] trata-se de um programa que tem por objetivo [...] apoiar startups brasileiras e internacionais que desenvolvam software, hardware, serviços de TI [Tecnologia da Informação] ou que se utilizem destas tecnologias para inovar, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico sustentável do país e o aumento da competitividade brasileira nesse setor (ênfases nossa).

A justificativa divulgada para o fomento dessas empresas vem do fato de que elas "revitalizam o mercado" e "posicionam o país globalmente", alterando as lógicas estabelecidas e trazendo "inovação", "dinamismo" e "competitividade" para a economia e para a sociedade. Mais recentemente, o Governo Federal estabeleceu uma "parceria com representantes da iniciativa privada" e com o (Sebrae) para estruturar um possível marco legal para as startups[151]. A necessidade de regular essas iniciativas se deve ao fato de que houve um aumento de mais

---

[149] Segundo a página virtual do Startup Brasil: "o programa funciona por edições com duração de um ano. Em cada edição são lançadas até duas chamadas públicas, uma para qualificar e habilitar aceleradoras e outra para a seleção de startups, com rodadas semestrais". Para mais informações, ver: https://www.startupbrasil.org.br/sobre_programa/ [Acesso em Maio de 2019].

[150] Informações disponíveis em https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/inovacao/paginas/empreendedorismo_inovador/startup_brasil.html [Acesso em Maio de 2019].

[151] Ver mais em http://www.mdic.gov.br/index.php/inovacao/marco-legal-de-startups [Acesso em Novembro de2019].

de 500% no número dessas empresas no país em pouco mais de sete anos. Além do aumento igualmente expressivo de Hubs de inovação, isto é, de espaços em que startups, pequenas e médias empresas e investidores são reunidos. O Hub de inovação é como "shopping center" em que "as startups seriam como as lojas, e as empresas e investidores, os clientes que passeiam pelo shopping buscando boas oportunidades de negócio"[152].

Ademais, nos últimos dois anos, acompanhar os efeitos da Reforma Trabalhista de 2017 surgiu como uma das preocupações nos relatórios, bem como a atenção para programas que estimulem o empreendedorismo nas periferias (IBQP, 2018, p.19). De maneira geral, o GEM assinala que "é preciso desonerar e simplificar a vida dos empreendedores para que eles possam crescer e empregar mais" (IBQP, 2019, p.22).

Em uma perspectiva ampla, é possível afirmar que os relatórios "Empreendedorismo no Brasil" tem recomendações muito similares ao longo dos anos: o Brasil deve se inspirar nos países "liberais" que possuem menos regulação e burocracia em relação ao mercado.

Similar também é o perfil do empreendedor brasileiro ao longo dos ciclos da pesquisa. Gênero e empreendedorismo surgem como um dos tópicos de seções especiais nos relatórios em 2004 (IBQP, 2005, p.63). Há uma paridade no número de homens e mulheres empreendendo no país, no entanto, são os homens que conseguem consolidar os negócios. Em empresas com mais de três anos, os homens são maioria (IBQP, 2019, p.13). A raça passa a ser um fator no perfil do empreendedor brasileiro a partir de 2013, mas em 2017 e 2018 não há mensuração desse aspecto. Brancos e pardos são a maioria dos empreendedores brasileiros, de acordo com os últimos dados disponíveis (IBQP, 2017, p.50). Para o perfil do empreendedor, o GEM utiliza dos dados providos pelo IBGE para a comparação com a sua amostra. Há apenas a apresentação desses dados comparativamente, sem maiores análises, questionamentos ou explicações.

Diante de um cenário político instável a partir de 2013, os relatórios GEM no Brasil reforçam uma "confiança no futuro" (IBQP, 2014, p.17). Após o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, o relatório de 2016 anunciava, nas palavras do diretor do IBQP à época, Sandro Nelson Vieira: "Otimismo, o sentimento que traduz o momento de virada" (IBQP, 2017, p.xiv). Embora otimistas, os relatórios GEM de 2017 e 2018 promovem o receituário muito similar aos

[152] De acordo com artigo de Bruno Rodrigues publicado em Dezembro de 2018 na página virtual do BNDES. Acesso ao artigo em https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/hub-inovacao-garagem [Acesso em Outubro de2019].

anteriores com a diferença de indicar com mais ênfase a necessidade de disseminar o empreendedorismo em comunidades periféricas, com programas específicos voltados para isso.

Com a leitura dos relatórios é possível afirmar que o Brasil é narrado como um país criativo que pode impulsionar seu desenvolvimento econômico por meio da inovação, isto é, do empreendedorismo. Para isso, é preciso educar seus empreendedores, abrir espaço de mercado para que eles se insiram por meio de privatizações e tratá-los de acordo com um regime especial de desregulação, simplificação e desoneração. Só assim o número de empreendedores por necessidade será superado definitivamente pelos empreendedores por oportunidade. As mulheres podem ser o grupo que inverterá esses números, já que elas fazem parte de empreendimentos menos tecnológicos e inovadores que os homens.

9.2 O dispor das coisas

Revista, Programa de TV, instituições e organizações, arquiteturas, leis, especialistas, teorias da economia e formulações sociológicas e psicológicas se embaralham em uma rede intrincada que promove a demanda empreendedora em nosso contexto. O que não a separa da demanda mundo afora. Pelo contrário, demonstra como as acomodações e articulações transformaram a disposição das coisas e dos indivíduos para um “novo jogo” que se pretende globalizante.

Nas transformações *do* Estado, uma instituição que tinha por objetivo primeiro as pequenas indústrias para escoar a produção das grandes, transforma-se no maior parceiro do empreendedor no Brasil em menos de cinquenta anos. O Cebrae passa a ser Sebrae e, aos poucos, incorpora a demanda empreendedora como o seu principal objetivo.

Pelo atendimento e pelo trabalho de consultoria aos pequenos empresários – constituindo-se, por assim dizer, como uma entidade de classe para os pequenos empresários (Lopes, 2001) -, se fortalece e sobrevive à tumultuada redemocratização. Pela capilaridade e pelo investimento político prévio nessa entidade, a demanda por empreender transforma-se na legislação. Emerge no artigo 179 da Constituição, o que é seguido pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar Federal 123/2006). Efetiva-

se na criação do Microempreendedor Individual e, mais recentemente, na figura do trabalhador autônomo incluída na reforma trabalhista de 2017[153].

Na legislação vigente, o trabalhador por conta própria torna-se empreendedor, ou, ao menos, a "manifestação do empreendedorismo". Os milhares de pequenos empresários transformam-se em milhões de empreendedores, como previsto há vinte anos na reinvenção do Sebrae. Este é um aspecto crucial para que se passe a compreender como a figura do empreendedor suplanta a do "pequeno empresário" e como é articulada paulatinamente em um espaço deixado pelo emprego, quando este passa a ser cada vez menos uma referência para a regulação e exploração do trabalho.

Lembremos do cenário apresentado na Parte I desta tese. O atual governo federal tem por objetivo o aprofundamento da flexibilização das Leis Trabalhistas que engessam e desestimulam o empresariado pelo "excesso" de direitos "concedidos" aos trabalhadores: o trabalho por conta própria nas estatísticas bate recordes; o trabalhador vira "parceiro" e não mais "empregado", afastando-se a caracterização do vínculo empregatício, tendo o trabalho informal e por conta própria como a referência para um projeto político e econômico.

Podemos continuar a caracterizar este cenário tendo em vista as recentes declarações da nova presidenta eleita para assumir o Tribunal Superior do Trabalho (TST) em fevereiro de 2020[154]. Maria Cristina Peduzzi assinala que "vamos acabar qualquer dia desses não distinguindo mais segunda de domingo", o que "talvez" seja preferido pelo trabalhador. Para ela, diante da "Quarta Revolução Industrial" que vivemos, a reforma trabalhista foi "tímida" e a regulação de outras modalidades do trabalho é necessária. Peduzzi anuncia que "a *perda de empregos tradicionais* será compensada por *novas modalidades de trabalho*" [ênfases nossas]. Por isso, o necessário a ser feito é requalificar os trabalhadores para as "novas realidades". No entanto, não tão "novas" já que a própria Peduzzi indica que a reforma da legislação veio "colocar no mercado de trabalho categorias que estavam à margem", isto é, já existiam mas não passavam pelo jugo *do* Estado, como por exemplo o trabalho intermitente. "Precarização [nestas

[153] A inclusão dos artigos os artigos 442 –B, da CLT e 4º – A na Lei 6.019/74 versam sobre o contrato autônomo e sobre a contratação de pessoa jurídica, excluindo a possibilidade de caracterização de vínculo empregatício.

[154] Declarações dadas ao Jornal Folha de São Paulo, em entrevista publicada em 16 de Dezembro de 2019. A entrevista completa está disponível em https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/12/vamos-acabar-nao-distinguindo-mais-segunda-de-domingo-diz-maria-cristina-peduzzi.shtml [Acesso em Dezembro de 2019].

modalidades de trabalho] pode haver, sem dúvida", mas é preciso que nos adaptemos às "novas realidades econômicas", explicou Peduzzi.

Neste cenário, a demanda empreendedora emerge como uma forma de desenvolver a capacidade de alcançar a empregabilidade, mesmo que seja por conta própria e na informalidade. Serve como a requalificação do trabalhador para as "novas" (apesar de nem tão novas) realidades do trabalho, na qual o emprego será artigo raro e não mais servirá como a principal referência para a regulação do trabalho. Por isso, é preciso *governamentalizar a polimorfia do trabalho* (as várias modalidades de trabalho de que falou Peduzzi), fazendo-a funcionar em um novo arranjo e por meio de outros dispositivos. O trabalhador por conta própria não será a "manifestação do empreendedorismo" nas estatísticas à toa. Será, antes, a forma de trabalho a ser estimulada e regulada, mesmo que para isso (ou principalmente para que) sua precariedade seja produtiva.

A nosso ver, não seria precipitado anunciar uma rearticulação em que o emprego não é mais a referência que dispõe as coisas e os sujeitos para e no trabalho. O que se coloca como projeto é "o mais próximo possível da informalidade", do trabalho autônomo, do trabalho por conta própria, em suma, do auto-emprego. Ora, o que é o auto-emprego se não a "manifestação do empreendedorismo"?

É desta maneira que a demanda empreendedora emerge como um dispositivo capaz de colocar em funcionamento essas várias formas de trabalho. É um dispositivo que possibilita o governo da polimorfia do trabalho, inclusive da precariedade constituinte dessa polimorfia.

Os milhões de empreendedores incluem agora as diaristas, os entregadores de bicicleta e moto e de motoristas de aplicativo, por exemplo. Regula-se o que outrora foi pensado como "fraude trabalhista". A "primazia da realidade" do vínculo empregatício dessas atividades transforma-se na primazia da nova realidade do empreendedor, aquela de expor-se ao risco e assumi-los na longa empreitada. A flexibilização não se dá tanto pela precarização das relações de trabalho, mas pelo investimento anterior na precariedade estrutural do trabalho em nosso país. A inércia que se arrasta nas relações de produção e de trabalho – vinda do sistema escravocrata, arrastando-se no *laissez-faire* e na seletiva "cidadania regulada" (voltaremos a estes pontos logo mais) – é *governamentalizada* em outros arranjos.

É ainda necessário pontuar que a demanda empreendedora, como constituída de maneira geral, utiliza-se de uma perspectiva "modernizante". Por esta mirada, há um desenvolvimento das sociedades em uma linguagem que mistura evolucionismo, dualismo e universalismo.

Evolucionismo pois estabelece etapas de desenvolvimento; dualismo porque estratifica as sociedades a partir do binômio desenvolvida/moderna e primitiva/arcaica; universalismo pois impõe um padrão de desenvolvimento em que as “sociedades modernas” são a referência.

Isto não está posto somente na psicologia de David C. McClelland, mas também na divisão utilizada pelo GEM para caracterizar os países que se orientam mais ou menos pela inovação. O destino e o método para as sociedades são formulados e estabelecidos pelos “países desenvolvidos” e pelos “organismos internacionais”. A demanda empreendedora, nesse sentido, é neocolonial e, por isso, sexista e racista. Questões de gênero e raça são colocadas em produtividade tendo por referência um tipo de instrumentalização da crítica.

Tomemos como exemplo a indicação dada por McClelland de que as mulheres devem ser expostas ao risco no trabalho fora do lar e que, para tanto, os movimentos feministas devem ser fortalecidos. As questões de gênero não são excluídas da demanda empreendedora, mas colocadas em funcionamento por meio dela. Se invertermos a proposição de McClelland e pensarmos em nosso país e continente, o investimento político na exploração do trabalho das mulheres é rearticulado e colocado em funcionamento sob a justificativa da exposição ao risco, característica imprescindível para a formação de empreendedores. O trabalho precário tipicamente feminino em nosso contexto (Hirata, 2010) é agora retomado não mais como uma questão a ser resolvida, mas como a resolução da questão do trabalho em nossa sociedade.

Ademais, na demanda empreendedora, o racismo é recolocado sendo o corte que separa as sociedades ditas modernas daquelas ainda orientadas para o desenvolvimento do que é “básico” na sua economia e nas suas instituições. Por meio do empreendedorismo o que se estabelece é uma concepção euroamericana de desenvolvimento, de sociedade e de indivíduo. Tanto na sua representatividade já que aquele que tem a maior probabilidade de cumprir satisfatoriamente a demanda empreendedora é o homem euroamericano, branco, jovem e escolarizado, o “Bill Gates”; quanto em sua representação, as sociedades modernas do Norte. Se pudermos utilizar a provocação de Grosfoguel (2008, p. 113), a exigência para que sejamos todos empreendedores é europeia/euro-norte-americana e moderna, neocolonial e patriarcal.

PARTE V – A DEMANDA EMPREENDEDORA *DESDE BAIXO*

10. Comentário sobre a vida ética da pesquisa[155]

"Nossos pesquisados não são bobos" (Rodrigues, 2019, p.267). Esse é o alerta dado por Heliana de Barros Conde Rodrigues ao discutir a possibilidade de uma "dessujeição metodológica na pesquisa social". A autora inspira-se nos trabalhos de Alessandro Portelli, oralista italiano, e propõe que "as questões de método se fazem, desfazem e refazem na medida em que se caminha". O alerta e a inspiração de Heliana ressoam com a sensação de estranhamento que tive ao longo das transcrições e leituras das entrevistas e do diário de campo.

A cada linha que eu escrevia sobre o material de campo, em comentários que misturavam teoria e metodologia, surgia o estranhamento de pensar sobre a "apropriação" que faria das trajetórias daqueles trabalhadores. Por essa sensação e pela preocupação de evitar uma "profecia autorrealizadora" (Rodrigues, 2019,p.264), este capítulo teve ao menos outras sete versões. A responsabilidade como pesquisadora de contar da experiência de trabalho e de vida das pessoas teve um impacto na escrita que eu não havia previsto.

O processo de escrita sobre a convivência com os trabalhadores trouxe à tona um receio. Aquele de ser a "pesquisadora" que desfaz da trajetória dos "pesquisados" que me cederam seu tempo, sua atenção e suas histórias, em nome de um "bel prazer teorizante" transformando seus entrevistados em "matéria manipulável" ou em "idiotas culturais" (Rodrigues, 2019, p.267). Para aplacar esse temor, reescrever foi o exercício que encontrei para refazer a cada linha meu compromisso ético com os trabalhadores e com a pesquisa[156]. Foi também o caminho que encontrei para recusar a soberania do método ou da teoria, colocando-os no seu devido lugar: *o de alicerces que organizam e possibilitam uma compreensão, e, sobretudo, sustentam a vida ética da pesquisa. Mas não se sobrepõem ao processo de pesquisa*.

---

[155] Este breve comentário é baseado em uma das muitas reuniões que tive com a Profa. Leny. Quando contei sobre meus medos de "me apropriar indevidamente" das trajetórias de trabalho e de vida dos trabalhadores, Leny me indicou a leitura de Geertz (2001) e recomendou que eu escrevesse sobre os temores que me assolavam.

[156] O processo de escrita e naturalmente de reescrita deve muito às reuniões com os companheiros do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Movimentos sociais e Políticas Sociais (Trampos). Agradeço imensamente a leitura atenta, os questionamentos e os debates valiosos sobre esta pesquisa e, especialmente, sobre este capítulo.

Meu objetivo foi o de refazer o cuidado e reforçar o respeito com o tempo que me foi cedido e com as histórias que me foram contadas, construindo, *a partir* disso, discussões sobre o que se demanda do trabalhador.

A vida ética desta pesquisa, talvez, seja traduzida justamente na compreensão do empreendedorismo como uma demanda. Ao falar da demanda para que os trabalhadores empreendam, deslocamos os questionamentos do sujeito para aquilo que dele é exigido. Antes de estabelecermos uma *psicologia do empreendedorismo* (Frese, 2010), com a análise de seu comportamento, de sua motivação, de sua genética etc., tomamos como necessidade a compreensão do que dele é demandado. Conforme já mencionamos, buscamos estar atentas ao que Wendy Hollway (1989) indicou como a cegueira quase intencional da psicologia para a sua própria condição de produção. Nesse sentido, questionar a normatividade antes de questionar "o" sujeito é deslocar politicamente as psicologias e essa foi propriamente nossa intenção.

Este deslocamento nos parece imprescindível para que possamos insistir em uma leitura histórica e dinâmica da subjetividade. Em publicação anterior (Medina-Zárate e Uchôa de Oliveira, 2019), apontamos a necessidade de estudar a subjetividade como o que nomeamos de "historicidade entrelaçada". O que quer dizer que não pensamos subjetividade como uma substância ou entidade imutável, eterna e universal. Subjetividade não corresponde prontamente à "realidade psicológica". Do contrário, a subjetividade é constituída na dinâmica entre história, cultura, experiência, corpo e materialidade, em "nós" que não conseguimos desembaraçar sem dificuldade.

Desta forma, pensar o empreendedorismo como uma demanda que surge como resposta a uma urgência histórica do capitalismo, sustentada em uma rede de exigências e ferramentas, é compreender a mobilização dos sujeitos para aprender a se formar e a alcançar essa demanda (e/ou resistir a ela). O que não quer dizer que isso seja traduzido prontamente na "realidade psicológica" do sujeito, na sua subjetividade, e que encontremos pronto e acabado "o" sujeito empreendedor (ou mesmo um "oposto" desse sujeito). É preciso entendermos as exigências, as normas impostas, os métodos e as práticas que circulam para que o sujeito se (con)forme.

Portanto, caracterizar e descrever o dispositivo da demanda empreendedora correspondem a um de nossos objetivos. Mas, igualmente, é nosso objetivo pensar *a produtividade desse dispositivo* em seus arranjos, nas situações concretas com as quais convivemos junto aos trabalhadores. A produtividade desse dispositivo tem a ver com aquela pergunta lançada pela Profa Leny e que colocamos em circulação junto aos trabalhadores:

"somos mesmo todos empreendedores?". Nossa tentativa de escapar da inevitabilidade da agenda do empreendedorismo, foi estudá-lo em outra "topologia": *de cima para baixo*. E é disso que trataremos nas linhas a seguir.

10. 1 "Pessoa que trabalha por conta própria é que pode melhorar"

Em 1957, Juarez Brandão Lopes (1960/2008) identificou que os trabalhadores de uma indústria em São Paulo – muitos migrantes, em sua maioria nordestinos – eram fascinados pelo "trabalho por conta própria". Diziam eles: "Homem que pica cartão não tem futuro; pessoa que trabalha por conta própria é que pode melhorar" (Lopes, 1960/2008, p. 39). Os trabalhadores desejavam se estabelecer por seus próprios meios, sem ter de depender de horário ou de chefe.

Os entrevistados por Lopes tinham intenções variadas, uns desejavam ser ambulantes, outros quitandeiros, donos de lojas de artigos variados e de oficinas de móveis. Para alguns, os pequenos negócios faziam parte de "uma viração". Sem que deixassem o emprego, os trabalhadores usavam de seu tempo livre para fazer outras atividades e negócios. "Um baiano, por exemplo, vend[ia] terrenos", outros dois irmãos eram operários mas também vendedores ambulantes de roupa nos finais de semana (Lopes, 1960/2008, p.39).

Segundo Adalberto Cardoso (2015, p.191) os estudos da década de 1960 posteriores ao de Lopes – especialmente os de Leôncio Martins Rodrigues e Fernando Henrique Cardoso – definiram a "classe operária no Brasil" na "negativa": "não tinha consciência de classe, não agia politicamente para transformar a sociedade, não era moderna etc". Ademais, nesses estudos a "subjetividade" daqueles trabalhadores estava orientada para "fora da fábrica". O fascínio pelo "trabalho por conta própria" enfraquecia a "ação coletiva" desses trabalhadores, além de ser uma das causas do alto *turnover*[157] nas indústrias (Lopes, 1960/2008, p.44).

A partir da década de 1980, outros estudos desmontaram a "inautenticidade" do encontro entre os trabalhadores e o emprego nas fábricas (Cardoso, 2015, p.192). Presos a uma tradução equivocada da analítica sociológica da "classe operária"[158], os estudos da década de

---

[157] Termo em inglês utilizado para explicar a rotatividade de demissões e contratações de empregados em uma empresa.

[158] Marcelo Badaró Mattos (2019) explica que a expressão "classe operária" como traduzida nos estudos marxistas franceses – o que pode ser estendido a outras línguas neolatinas – acarreta uma restrição das análises possíveis. Daniel Bensaïd (2008 citado por Mattos, 2019, p.23) assinala que "classe operária" possui uma "conotação

60 reforçaram uma dicotomia entre "comunidades tradicionais" e a "modernidade da fábrica", entre o "arcaico" e o "novo", entronizando uma ideia de "progresso" e "desenvolvimento". Além disso, promoviam uma leitura homogeneizante dos trabalhadores em "definições rígidas ou pré-noções generalizantes" (Negro e Gomes, 2006, p.223-224) que não davam conta da complexa conjugação do verbo trabalhar em nosso país. A historiografia do trabalho do final do século ampliou a discussão, indicando a inseparabilidade do "velho" e do "novo" no Brasil (Cardoso, 2015, p.192).

Tendo em vista estas críticas, as falas dos operários de Lopes podem nos auxiliar a pensar a demanda empreendedora "à brasileira" em outras perspectivas. Ainda, trazem elementos que possibilitam pensar as articulações que se reconfiguram ao longo do tempo, tracejando a história de nosso presente.

As "subjetividades resistentes à modernidade" e sua orientação para "fora do emprego nas fábricas" podem nos falar, por exemplo, da inércia das relações complexas do trabalho ao longo dos séculos do sistema escravocrata[159]. Podem sugerir, ainda, o peso desse sistema que se arrasta nos anos do "trabalho livre" no pós-Abolição. No *laissez-faire* "urbano e limitado", entre 1888 e 1931 (Santos, 1979), e na Constituição de 1891[160]. Ainda, remetem à violência e à coação das ações coletivas dos trabalhadores ao longo de mais de quatro séculos (Cardoso, 2008, p. 88).

Sugerem também que, mesmo com o trabalho assalariado formal sendo o regulador da cidadania a partir de 1930 em nosso país – a "cidadania regulada", como pensada por Wanderley Guilherme dos Santos (1979) -, as "subjetividades" "orientavam-se" pelas

---

sociológica propícia a equívocos" pois designa o "proletariado industrial", o que não corresponde ao uso que o próprio Marx fazia. "Marx utilizava expressões que podemos traduzir literalmente como 'classe trabalhadora' e 'proletariado'" (Mattos, 2019, p.23), expressões muito mais amplas e complexas que o emprego nas indústrias. A "classe", portanto, deve ser deslocada de um *locus* privilegiado do emprego na fábrica.

[159] Há dados que demonstram que o trabalho cativo conviveu com diversas outras formas de trabalho desde muito, ao menos, desde o início do século XIX. Houve em diversas cidades uma dinamização das relações produtivas que colocam abaixo a ideia do Brasil Colonial como estruturado pelas monoculturas em uma divisão social simplificada entre senhores e escravos. Os "escravos de ganho" ou "de aluguel", por exemplo, eram mercadores, entregadores, pedreiros, barbeiros, feirantes, lavadeiras, quitandeiras e desenvolviam diversas outras atividades que não estavam diretamente relacionadas à monocultura. Ver mais em Negro (1996) e Lara (1998).

[160] A constituição liberal de 1891 sustentava a inquestionável liberdade de contrato entre pessoas "livres e iguais", logo após a declaração da República (Cardoso, 2010, p. 792). Cabe ressaltar que, "antes de 1930, a luta por direitos sociais e trabalhistas esbarrava na Constituição. Qualquer medida que limitasse a liberdade de contrato entre pessoas livres e iguais era vista como inconstitucional, e a demanda por proteção do trabalhador, como simplesmente subversiva. Ou seja, a própria *questão social* era inconstitucional" (Cardoso, 2019, p.207 [ênfases no original]).

possibilidades de exercício de várias formas de vida e de trabalho possíveis, inclusive a do "trabalho por conta própria" e da "viração" (o qual seja, a "manifestação do empreendedorismo"). Ou, em outras palavras, as subjetividades reúnem os pedaços possíveis e orientam-se *na polimorfia do trabalho*.

Connell e Dados (2014) indicam que diferentemente do Norte, no Sul Global, o neoliberalismo surge como a estratégia alternativa de *crescimento*, o que difere de *desenvolvimento* como há muito foi mostrado por Celso Furtado (1974). Quando na década de 1970, o processo de industrialização mostrou-se pouco competitivo, o projeto passou a ser guiado por uma lógica da "vantagem comparativa", com a priorização de determinadas atividades com formas predominantes de produção (mineração, agropecuária etc.), conservando a precariedade estrutural das condições de trabalho (Connell e Dados, 2018).

Tendo em vista que para a maior exploração da "vantagem comparativa" é preciso alargar a precariedade das condições de trabalho (Connell e Dados, 2018), o "fascínio pelo trabalho por conta própria" passa ser *governamentalizado* por meio da "manifestação do empreendedorismo" ao Sul. "Seja seu próprio patrão" pode ser pensada como a demanda que resgata e reúne a um só tempo a promessa de melhoria de vida pelo trabalho, nunca cumprida pelo emprego em nosso continente; o "fascínio" pela "liberdade", nunca plenamente realizada (ou realizável?) em nosso país; e, principalmente, transforma-se na possibilidade de gerir a precariedade das condições de trabalho anteriores e exteriores à demanda empreendedora do final do século passado.

Se a "vantagem comparativa" flexibiliza e desregula o emprego, precarizando-o, ou melhor, tomando conta de sua precariedade, é preciso pensar em uma articulação que possibilite a retirada do emprego como a promessa ou como o objetivo de um projeto político. Não com a volta simples e encerrada ao Estado Liberal da Constituição de 1891, em que o Estado era "medido" em sua atuação e a pergunta a responder era até onde ele deveria ir ou o quanto deveria governar. Mas pela possibilidade de explorar os modos de governo disponíveis em arranjos que sejam produtivos em "situações concretas" (Gago, 2018, p.236).

Em um cenário em que o emprego sempre foi uma promessa não cumprida (Cardoso, 2019), e quando cumprida, seletiva e precária (ou precarizada), o trabalho por conta própria surge como a possibilidade de não dependência. Não tanto pelo prazer do risco, nem apenas pela "motivação de realização", tampouco somente pelo cálculo do benefício (como se supõe do *homo oeconomicus*); mas pela possibilidade de afirmação da vida, em que viver não é

somente a submissão à precariedade das condições de trabalho reguladas pelo *Outro* ("o Estado", "o patrão", "o horário", "a fábrica"). Uma das falas dos trabalhadores de Juarez Brandão Lopes é ilustrativa disso:

> Uma vez na fábrica R. (primeiro emprego que teve em São Caetano, depois de aqui chegar há dez anos) fiquei olhando, aquelas paredes… e disse para o chefe: faz minha saída, vou embora. Ele disse que não. Não quer dar, eu saio, falei, não estamos na escravidão! Ele fez a saída, falando: este povo do interior é uma coisa. Saí, respirei aquele ar puro. Depois, é que fui pensar: "fui perder aquelas cinco horas de serviço; foi só aquela vez". Acrescenta: "Lá (no interior) a gente tem liberdade, aqui não tem" (Lopes, 1960/2008, p.39).

A gestão do que é precário, da "liberdade" e das condições de trabalho não deve ser pensada apenas *de cima para baixo*. Não há algo como "um conjunto de políticas" que é definitivamente e irremediavelmente despejado "de cima" em tudo e em todos (Gago, 2018, p.237). A apropriação de Verónica Gago (2018) da ideia foucaultiana de governo é particularmente importante para pensarmos um sentido invertido da demanda empreendedora como dispositivo do neoliberalismo, o qual seja, seu sentido *de baixo para cima*[161].

Em pesquisa situada na "ensamblagem concreta que vincula a feira La Salada, em Buenos Aires, com a oficina têxtil clandestina e a *villa* – e a festa como entrada e saída para cada uma dessas situações"[162] [ênfases no original], Gago propõe que repensemos o neoliberalismo a partir da América Latina, reconhecendo a complexidade dessa racionalidade de governo e sua dependência a "ligações e montagens" em determinadas situações. As situações concretas "obrigam o neoliberalismo a se pluralizar para além de sua definição como um conjunto de políticas emanadas de cima, como planificação estrutural" (Gago, 2018, p.236). Nessa topologia, o neoliberalismo é um "campo de batalha" e não o exercício de uma

---

[161] Gago propõe uma "topologia" para compreender o neoliberalismo "de baixo para cima", afastando a ideia de que trata-se de um mecanismo econômico ou uma "fase" do capitalismo. É preciso pontuar, no entanto, que a autora propõe esse sentido invertido especificamente para afastar o argumento de que houve uma suspensão do neoliberalismo durante os anos de ascensão da "maré rosa" em nosso continente. Sua proposta é de complexificar o neoliberalismo como a arte de governo reflexiva pensada por Foucault. Ela deixa claro que a topologia proposta surge para fins de argumentação e que se trata muito mais de um contínuo entre o "de cima" e o "de baixo" (Gago, 2019, pp.15-16).

[162] A feira La Salada localiza-se na Grande Buenos Aires, nos limites da cidade e dos municípios de Lomas de Zamora e La Matanza. Trata-se de uma das maiores feiras do continente, na qual mercadorias diversas são vendidas e compradas: roupas, sapatos, artigos eletrônicos, comida etc. A "villa" é um conjunto de moradias precárias em áreas pouco urbanizadas. A palavra "villa" que não tem o mesmo significado de outros termos como "favela". Sobre a pesquisa, Gago explica seu interesse nas "[...] trajetórias que se tecem entre a *villa*, a oficina têxtil, a feira [La Salada] e a festa para mostrar os modos como umas se inserem nas outras" [ênfases no original] (Gago, 2018, p.27).

hegemonia encerrada em si mesma. Gago (2018, p.261) propõe um olhar desde baixo para "aquilo que antagoniza, malogra ou confronta essa pretensa hegemonia".

Utilizando a chave foucaultiana, Gago explica que "a força do neoliberalismo como governamentalidade é incluir a 'liberdade', essa ideia que modernamente colocava em perigo toda ordem, inclusive dentro do próprio núcleo de um dispositivo de *ordem livre*" [ênfases no original] (Gago, 2018, pp. 237-238). Nessa direção, "o neoliberalismo é a proliferação de modos de vida que reorganizam as noções de *liberdade, cálculo* e *obediência*, projetando nova racionalidade e afetividade coletiva" [ênfases no original] (Gago, 2018, p.17).

À chave foucaultiana, Gago propõe uma torção. Ela tensiona a ideia do *homo oeconomicus* como o sujeito do cálculo econômico, do custo-benefício, e indica a possibilidade de pensarmos uma pragmática vitalista para além do ideário liberal. Essa torção na ideia do cálculo deve ser pensada como uma forma de afirmação daqueles que estão colocados à parte "tanto do cálculo econômico quanto do político" (Gago, 2018, p. 237). Trata-se daquilo que Rancière nomeia como "a parte dos sem parte" e que é "exposto apenas a cálculos de sobrevivência que, estatisticamente, organizam sua gestão como vítimas de cálculos de outros". Estar fora do cálculo, porém, é estar (em certa medida) indeterminado, o que "organiza uma certa ideia de liberdade que desafia a seu modo as tradicionais formas de obediência" (Gago, 2018, p. 238).

Em outros termos, o giro proposto por Gago é o de que o cálculo do sujeito econômico neoliberal pode ser um modo de fazer que não se reduz à ideia do benefício. A proposta da autora é pensar esse cálculo como igual à perseverança no ser. Em sua formulação o "cálculo é *conatus*" (Gago, 2018, p.239).

C*onatus* é um termo de ampla significação na filosofia. Em Hobbes, pode ser tanto concebido positivamente como a força de ser daqueles que buscam ser livres, como negativamente, compreendido como o bloqueio dos movimentos dos indivíduos. O *conatus* hobbesiano é fixo, uno e imutável. Em contrapartida, o *conatus* na filosofia de Spinoza é variável, mutável e plural. Diz Gago, "ele [o *conatus* spinoziano] se enriquece e se desenvolve, e não somente preserva e conserva o ser" como pensado por Hobbes. No sentido spinoziano, "[...] o *conatus* pode ser lido como o vitalismo da vida" e abrange constelações afetivas, o que quer dizer que o *conatus* "é infância, resistência, hábito, tristeza, memória, desejo, desenvolvimento, noção comum, potência organizadora de encontro, medida para as misturas

dos corpos, descobrimento do próprio ser singular no mundo" [ênfases no original] (Gago, 2018, pp.239-240).

A significação do cálculo, por sua vez, é muito distinta daquela do *conatus*. Heidegger, por exemplo, anuncia que o cálculo está vinculado aos modos de ser dos homens em um mundo reduzido ao presente. Seria preciso assumir a verdade de um mundo técnico, ao mesmo tempo, assumir que esse mundo abriga outros "modos de ser em sua exigência dominante e excludente de exatidão". Seria igualmente necessário deter-se no fato de que modos de ser são modos e não disposição verdadeira no mundo. Em Heidegger, "Quando se alcança a compreensão de um modo de ser, de um destino do ser, temos acesso ao ser como destinação possível de outros destinos" (Gago, 2018, p. 240).

Para Gago, a tradição marxista, por exemplo em Gramsci, denunciou esta formulação como a dominação da atividade humana. Em um processo violento de exploração, o cálculo na esfera do saber permite extrair, separar e se apoderar do que é produzido coletivamente. O cálculo permite, nesse sentido, a exploração. Da mesma forma que em Heidegger, em Gramsci o cálculo é uma peça negativa que pode ou deve ser rechaçada por um "cálculo de outra ordem", um "cálculo propriamente 'operário'" instituído e racionalizado na e pela economia socialista (Gago, 2018, p. 241).

Em Foucault, a análise proposta é mais ambígua: no neoliberalismo, as liberdades serão parte do cálculo tendo em vista o mercado como espaço de veridicção. Seguindo Gago (2018, p.241), na explicação do pensador francês: "O neoliberalismo é apresentado como esforço de ler a liberdade das pessoas e incluir no cálculo *o incalculável de seus motivos e ações*" [ênfases nossas]. Em outros termos, o neoliberalismo tutela a liberdade e sua produtividade por meio de uma racionalidade calculadora. O cálculo passa a ser a base de organização da vida e, por isso, anima o *conatus*. Esse seria o "momento exato em que a ambiguidade do presente se mostra ativa e de modo mais exasperante" (Gago, 2018, p.242).

Traduzido em uma gramática política,

> *Cálculo é conatus* quer dizer que se rouba, se trabalha, se fazem vínculos vicinais e migra-se para viver. Não se aceita morrer, ou ver a vida reduzida ao mínimo de suas possibilidades. A aceitação das regras do cálculo vem intimamente emparelhada a um movimento de produção de subjetividade, de "querer". São os verbos: "empreender", "se virar", "se salvar" [ênfases no original] (Gago, 2018, p.243).

A partir dessa igualdade entre os termos cálculo e *conatus*, Verónica Gago aponta para a ambiguidade do cálculo que pode ser compreendido tanto por sua "face essencialmente neoliberal" quanto por aquilo que produz de inesperado, ou seja, o que não estava "previamente" calculado. Contudo, essa ambiguidade não pode ser confundida com um relativismo, antes, deve implicar em uma perspectiva política fundamental: no neoliberalismo *desde baixo*, os sujeitos não podem ser considerados prontamente vítimas (Gago, 2018, p. 47). Trata-se de um "tecido promíscuo", que promove "modos ambivalentes de ser", em que elementos heterogêneos ganham nova lógica e se entrelaçam em "mediações concretas" (Gago, 2018, p.261).

10.2 Os arranjos produtivos[163] nas situações concretas

Por meio da proposta desta socióloga argentina, pudemos pensar nossa convivência com os trabalhadores em empresas, startups e no bairro Jardim São Remo. Tanto pela face essencialmente neoliberal do cálculo quanto por aquilo que ele produz de previamente não calculado. Isto é, a formulação do cálculo como perseverança no ser possibilitou compreender a ambiguidade contida também na demanda empreendedora lançada aos sujeitos[164]. Sobretudo, a proposta de Gago possibilitou que pensássemos os arranjos produtivos que se configuram entre a demanda empreendedora e as situações concretas que vivemos junto às trabalhadoras e aos trabalhadores.

Por arranjos produtivos em situações concretas, compreendemos as "ligações e montagens" da demanda empreendedora identificadas nos lugares onde estivemos, junto aos trabalhadores, nas trocas e conversas ao longo da pesquisa. São arranjos que, por "ambivalência fundamental", "articula[m] momentos comunitários e de exploração brutal" entre os sujeitos nas empresas, startups e no bairro (Gago, 2018, p.33). Em nossas análises[165], organizamos estes

---

[163] Ressaltamos que a expressão arranjos produtivos aqui é usada de forma distinta do uso dado pela Economia.

[164] Devemos fazer um corte para demonstrar os limites de nossa apropriação da proposta de Verónica Gago. Ela compreende o empreendedorismo como "ideologia", ao mesmo que indica "um modo em que as políticas de autogestão acabam por remediar atividades e os serviços de reprodução". Para a autora é o empreendedorismo é a "ideologia" pela qual o Estado passa a se relacionar com os atores sociais (Gago, 2018, p.47). Nossa perspectiva, no entanto, é mais produtiva conforme aprofundado em capítulo anterior.

[165] Cabe aqui ressaltar que esta organização foi o produto de um "fazer artesanal" (Pais, 2013), demorado, entre idas e vindas e refletido em ao menos quatro passos. Tais passos tem como referência às etapas de uma análise de conteúdo ou temática (Braun e Clarke, 2006). Primeiro, realizamos rodadas de leitura das entrevistas e registros de diário de campo. Tentamos fazer uma leitura exploratória, sublinhando tudo aquilo que chamava atenção e

arranjos ao redor de três categorias que podemos nomear da seguinte forma: arranjos entre emprego e empreendedorismo; arranjos entre viração e empreendedorismo; e, ainda, os do empreendedorismo como a norma.

Ao falarmos de arranjos entre empreendedorismo e o emprego, identificamos as relações que se articulam entre uma "cultura do emprego" (Jardim, 2009) que, mesmo em crise desde o final do século passado ainda mantém sua produtividade em outros arranjos. Não há um processo simplificado de *substituição* do emprego, mas da mudança do que é o próprio emprego e das "novas modalidades de trabalho", e como entre essas duas formas as articulações funcionam e distribuem (por falta de melhor termo) o trabalho na racionalidade neoliberal. Os arranjos entre empreendedorismo e emprego também apontam para uma discussão do que é o trabalho em relação à proteção social, à cidadania e à sociedade e, ao fim e ao cabo, à democracia[166].

Os arranjos entre viração e empreendedorismo demonstram o funcionamento de um jogo complexo e, como argumentamos anteriormente, polimórfico. A viração traz a informalidade (pensada aqui por meio da *polimorfia do trabalho*) como não apenas constituinte, mas "instituinte" da realidade. O qual seja como "um princípio de criação da realidade" (Gago, 2018, pp. 29-30). O indeterminado, o escape, aquilo que deveria ser consertado pela inclusão na norma salarial penetra, desmantela, modifica essa norma e as relações de trabalho. A manifestação do empreendedorismo organiza e articula essas reconfigurações.

Ao mesmo tempo em que emprego e viração são arranjados em configurações com a demanda empreendedora, essa última é produtora de uma normatividade. Isto é, a demanda possui seus parâmetros. É um modelo de comportamento, mas também de desenvolvimento

---

fazendo comentários sobre os registros. Após estas leituras, o segundo passo foi iniciarmos uma tabela em que tudo o que sublinhamos e comentamos foi posto em uma coluna e em uma segunda adicionamos comentários complementares sobre o porquê aquilo nos chamou atenção, utilizando tanto elementos dos documentos que estudamos quanto dos textos teóricos. O terceiro passo foi estabelecer ressonâncias e cortes entre os comentários e reduzi-los a uma frase ou parágrafo. O quarto passo foi fazer o caminho contrário e a partir das frases e parágrafos revisitar os trechos das entrevistas e do diário de campo, resgatando o seu contexto. O processo de escrita deu-se justamente a partir da formulação entre frases e parágrafos, e de uma volta ao material conduzida por meio deles. É necessário reforçar que são formulações que partem tanto das conversas que tivemos, como da convivência com os trabalhadores: misturam-se falas e episódios para que nosso argumento seja sustentando.

[166] Aqui fazemos menção a Wendy Brown (2018) e à sua articulação entre neoliberalismo, "questão social" e democracia. Brown (2018, p. 38) indica que, embora saibamos que não seja possível a democracia no capitalismo, na era neoliberal o ataque está posto na própria "questão social", que é destruída "conceitual, normativa e praticamente". Diz ela: "O ataque neoliberal ao social [...] é fundamental para gerar uma *cultura antidemocrática desde baixo*, ao mesmo tempo em que constrói e legitima *formas antidemocráticas de poder estatal desde cima*. A sinergia entre os dois é profunda: uma cidadania cada vez mais não democrática e antidemocrática está mais e mais disposta a autorizar um Estado crescentemente antidemocrático" [ênfases no original] (Brown, 2018, p. 39),

para os vários atores sociais e, ao fim e ao cabo, para as sociedades. Define os saberes e as competências pelos quais indivíduos se (con)formam, e, igualmente, as práticas, os mecanismos e as regulações necessárias a esta (con)formação.

Nossa proposta, no entanto, não será a de utilizar estes arranjos como formas estanques, mas como eixos de análise que são identificados pelo seu funcionamento nas situações que descreveremos mais abaixo. Estes arranjos servem para que o leitor compreenda as singularidades das ligações e montagens, reforçando a polimorfia do trabalho e afastando a homogeneização do neoliberalismo e da demanda empreendedora como seu dispositivo.

Todavia, antes de passarmos aos arranjos produtivos nas situações concretas, faz-se necessário que indiquemos outros elementos dessa "concretude".

10.3 Interseccionalidades nas situações concretas

Helena Hirata (2014; 2018) utiliza a expressão "interseccionalidade de geometria variável" para fazer funcionar os elementos de gênero, classe e raça interligados em formas que variam a partir do tempo, do espaço e das experiências dos sujeitos. Esses três elementos podem ser considerados "centrais", mas também se juntam a "outras relações sociais, como a de sexualidade, de idade, de religião etc". Hirata (2014) assinala que em uma leitura interseccional deve-se refutar o "enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual". Há de se colocar esses eixos em um funcionamento, revelando formas variáveis ao longo da história, sem hierarquizá-los. Esse é propriamente o sentido da expressão "interseccionalidade de geometria variável".

Tendo em vista esta interseccionalidade e considerando o que foi majoritário nas "situações concretas" que vivemos junto aos trabalhadores, alguns pontos devem ser ressaltados.

Convivemos com mais mulheres negras acima dos 35 anos, moradoras de periferias, do que com homens que estavam em situações precárias de trabalho. Essas mulheres não possuíam vínculos estáveis de assalariamento e não tinham acesso à proteção social. Muitas delas viúvas ou separadas, sustentam suas casas sozinhas.

Isto reforça a já estabelecida afirmação de que, na sociedade brasileira, "o trabalho precário é majoritariamente feminino" (Hirata, 2010, p.3). A isso, adiciona-se que o trabalho precário é das classes baixas, é negro e é periférico. Não pretendemos dizer que não se tenha precarização em outras intersecções. Mas o precário não se iguala ao precarizado. As histórias de acesso ao trabalho regulado e protegido podem se estreitar para muitos, de fato. Mas a precariedade estrutural pesa mais sobre parcelas específicas.

Das mulheres negras e migrantes com as quais convivemos no bairro São Remo, *todas* foram trabalhadoras domésticas autônomas (MEI, por exemplo) ou informais em algum momento de suas trajetórias de trabalho. Números do IBGE no relatório de Estudos Especiais "Mulheres no Mercado de Trabalho", do ano de 2018, reforçam o cenário com o qual convivemos. A "participação das mulheres no contingente de ocupados era acentuada entre [...] Trabalhadores dos serviços domésticos em geral (95,0%)" e com uma média de rendimentos mensais de R$845,00 (IBGE, 2018, p.11). Em estatísticas anteriores de 2010, podemos identificar que além de predominantemente feminino, o trabalho doméstico é majoritariamente negro (se considerarmos a soma de pretas e pardas)[167].

Nosso campo também reitera o perfil de quem se qualifica como empreendedor, empresário ou empregado em empresas no Brasil. Se utilizarmos os dados do relatório GEM em 2016, identificamos que os empreendedores estabelecidos (isto é, suas empresas já possuem mais de três anos) são também predominantemente "homens (57,3%), com idade entre 35 e 44 anos (30,1%), possuem renda familiar entre três e seis salários mínimos (34,6%), possuem segundo grau completo ou estão cursando o ensino superior (38,1%), são casados (45,7%) e são majoritariamente pardos e brancos (86%)" (IBQP, 2017, p.51).

Estas intersecções mostram-se imprescindíveis para que possamos compreender os arranjos produtivos da demanda empreendedora em nossa pesquisa. Cabe ilustrar esses arranjos a partir de uma linha de força se estabelece entre *aquelas* que "se viram" e *aqueles* que "empreendem", sendo ambas as partes dos arranjos produtivos da demanda empreendedora. Numa das pontas da linha de força, poderíamos posicionar a mulher negra, migrante e trabalhadora doméstica. Na outra, o empreendedor branco, fundador de startup, com graduação e pós-graduação.

---

[167] A informação pode ser encontrada nas Tabelas divulgadas em https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/estudos_perfil.shtm [Acesso em Junho de 2019].

Figura 10. Entre se virar e empreender

Fonte: Elaboração Própria

Tendo em mente esta concretude, passemos agora aos arranjos produtivos entre a demanda empreendedora e as situações concretas na convivência com os trabalhadores. As situações abaixo narradas foram divididas em quatro *formas de contar* sobre a produtividade da demanda empreendedora. A primeira delas trata do "des-esperar do emprego", em que os trabalhadores nos apontam para os arranjos entre emprego e empreendedorismo, entre trocas, sobreposições, interseções e articulações. A segunda, por sua vez, diz respeito aos arranjos entre a gramática política da "viração" e da demanda empreendedora: se virar, empreender, se salvar. Sendo seguida por uma forma de contar sobre uma dita "polivalência feminina" junto à demanda empreendedora. Por fim, contamos do empreendedorismo como norma, mas ressaltando sua ambiguidade, por meio de uma "estória" na startup.

O leitor deve ter em mente que essas *formas de contar* são as tentativas de tornar nosso campo inteligível. Deve lembrar ainda que essas tentativas não são categorias estanques e independentes, antes, se relacionam umas com as outras. Por serem arranjos produtivos, eles estão conjugados em todas as formas de contar sobre as situações concretas.

11. O des-esperar do emprego

"Eu rogo a Deus que eu não trabalhe pra ninguém nunca mais".

Foi assim que Marta, mulher negra nordestina de 36 anos, concluiu sua conversa comigo. Entre lágrimas e risadas, ela me contou de seus planos e de sua história, enquanto vendia os doces caseiros que Dona Aparecida, sua mãe, fizera no dia anterior. As duas estavam se "virando" com as vendas e com o trabalho de Marta como auxiliar de limpeza terceirizada em um escritório num bairro rico de São Paulo. Dona Aparecida estava "colocando currículo", mas mostrava-se insegura por sua idade. "57 primaveras!", me disse sorrindo. Por não saber escrever sobre sua experiência, Marta e ela pediram minha ajuda para escrever um currículo pois não sabiam ao certo como colocar tudo o que ela faz. "Faço de tudo um pouco: cozinho, limpo, cuido de idoso e de criança!", explicou Dona Aparecida.

Desde muito tempo, as duas tiveram de aprender a fazer "de um tudo". Quando Marta ainda era pequena, Dona Aparecida e seu marido resolveram deixar a pobreza da terra em que nasceram e com toda a família mudaram-se para São Paulo. Depois de chegarem à "terra do trabalho", na qual pensavam que teriam "melhor condição de vida", tudo ficou mais difícil porque o marido de Aparecida "abandonou a casa". Filhos e mãe tiveram de "se virar" sem o pai. Aparecida começou no trabalho doméstico e Marta foi vender *lingeries* de "porta em porta".

Marta casou-se cedo, aos 19 anos, com um rapaz também migrante do nordeste, vindo do mesmo estado que ela. À época, as coisas pareciam começar a se ajeitar. Seu marido construiu uma casa muito simples mas confortável, e também ajudou a fazer um "puxadinho" para Dona Aparecida. Os irmãos arranjaram emprego e a família "se ajudava". Mas as coisas mudaram muito quando Marta e o marido tiveram filho. O "anjo enviado" para Marta, batizado de Rafael, tem problemas de crescimento dos quais ela não gosta de falar. Ela se justificou: "Não falo muito disso, dá a impressão que ele é doente... E você tá vendo? Ele é uma criança como outra qualquer", apontando para Rafael enquanto ele corria e pulava em cima dos bancos da praça em que estávamos.

Rafael é, de fato, uma criança "como outra qualquer", mas tinha uma rotina de médicos, fisioterapeuta e fonoaudiólogo um pouco mais "puxada", que fez com que Marta abandonasse as vendas de *lingeries* de "porta em porta". Por algum tempo, somente o marido dela mantinha as contas de casa e Marta dedicava-se aos cuidados do lar e de Rafael.

Até que o marido apaixonou-se por outra mulher e “abandonou a casa”. Marta explicou-me que, a partir do abandono, teve de voltar a trabalhar às pressas. Arranjou um emprego como auxiliar de limpeza terceirizada e foi se desdobrando entre o trabalho, o cuidado com a casa e a rotina de tratamentos de Rafael. Ela se disse cansada e “sem fôlego” para enfrentar o que se impunha no dia-a-dia. Os abandonos, a solidão, a humilhação e a restrição da renda pareciam tirar-lhe as forças. Ela não via a hora de ter dinheiro suficiente para voltar a vender *lingeries* de “porta em porta”. O salário que tinha como terceirizada mal cobria as contas de casa, e nem lhe “davam” o seguro saúde, algo importante para Rafael.

“Além disso ser pisada e humilhada?”, questionou-me. Marta explicou que além da dificuldade financeira, as humilhações que sofrera no emprego lhe faziam sentir “lixo” ou “coisa descartável”. Não conseguia manter os cuidados com o filho pois lhe negavam às saídas no meio do expediente ou soltavam “graça” sobre seus constantes compromissos médicos. Neste último emprego, num escritório em um bairro rico de São Paulo, aconteceu “a gota d'água”. Sua patroa acusou-a de roubar um pote de margarina. “Você acha que eu iria roubar um pote de margarina? E se roubasse, é um pote de margarina, meu Deus... Quem faz isso deve estar com fome ou deve ser ‘doido’”.

Foi nesse dia que Marta decidiu por rogar a Deus, juntar o pouco dinheiro que ganhava e buscar uma vida “sem patrão”.

Do emprego, Marta pouco ou nada espera.

É o que chamaremos aqui de des-esperar do emprego. Sem benefícios, “humilhada” e com o corpo cansado, Marta calcula que o trabalho autônomo, informal e “empreendedor” é um modo possível de trabalhar. O corpo permanecerá cansado, pois, como me contou, a venda de porta em porta pressupõe disposição para as intermináveis andanças debaixo de sol ou de chuva. Os rendimentos mensais serão iguais ou um pouco melhores que seu salário atual, ao menos pelas suas contas. “Sempre há de se vender um pouco mais em alguns meses”, o que lhe dá esperança. Ao contrário do salário que desanima por ser “a mesma coisa todo mês”.

Além disso, ela terá horários flexíveis e autonomia para realizar seu trabalho “como bem queira”. Não precisará recorrer à “bondade” do patrão para cumprir a rotina de cuidados com Rafael. Ainda poderá se dedicar a fazer mais doces com Dona Aparecida e quem sabe agregar as duas vendas. Afinal, “mulher gosta de doce e de agradar o marido com *lingerie* nova”.

Utilizando-nos das ideias de Pablo Gentili (1998) e de Adalberto Cardoso (2019), argumentamos que na desintegração da promessa integradora do emprego, na era neoliberal impõe-se a demanda empreendedora. O que quer dizer que, de *cima para baixo*, a integração do trabalhador ao mercado formal de trabalho não mais será o balizador de um projeto político, institucional e social. O imperativo que orienta o mercado de trabalho e as políticas educacionais no neoliberalismo será o de que todos os trabalhadores devem criar seus trabalhos, administrar suas atividades e investir em suas capacidades individuais. Disponibilizar sua força de trabalho pelo tempo e horários que assim sejam requeridos, assumindo todos os riscos que dessa atividade possam advir.

Entretanto, a demanda empreendedora na era neoliberal não deve ser conferida na realidade em sentido único. De *baixo para cima*, e tendo como exemplo a trajetória de Marta, não se pode derivar uma sedução ou manipulação pelo discurso empreendedor para que ela abandone seu emprego. Não há uma valorização do próprio mérito por meio de um comportamento empreendedor ou do "sonho" de ter um negócio próprio. O que se encontra na trajetória dela é a perseverança nas possibilidades que desembocam em "se virar", "empreender", "se salvar".

Neste sentido, não identificamos em Marta um tipo de "fantoche" do empreendedorismo. Identificamos um sujeito que, pelos desdobramentos de sua experiência nas condições históricas do capitalismo, na era neoliberal, utiliza-se de uma "pragmática vitalista". Não há uma efetivação direta e completa entre a demanda empreendedora e a vida desta trabalhadora. O que identificamos é a produtividade da demanda, enquanto discurso e prática disponíveis no neoliberalismo, e quando associada à desigualdade e à precariedade na trajetória de Marta.

Precariedade que não está contida na experiência individual dessa trabalhadora ou na "era do neoliberalismo", vem de antes mas se (re)coloca como pretensamente inevitável por meio da experiência individual e concorrencial. É o que Gago (2018, p.46) chama do "arcaico como fonte de inovação", isto é, "o arcaico torna-se insumo de uma recombinação absolutamente contemporânea".

Em nossa história social, as brasileiras sempre estiveram no mercado de trabalho, mas em suas periferias. Os trabalhos de Maria Odila Leite da Silva Dias (1983) e os de Marília Bueno de Araujo Ariza (2017) remontam essa marginalidade da mulher desde o século XIX.

As autoras assinalam que desde os “momentos finais do século XIX e começo do século XX, São Paulo, especificamente, era [uma cidade] vivida de forma particular por famílias depauperadas compostas por mulheres sós e seus filhos” (Ariza, 2017, p. 26).

Mesmo antes, no início do século, em 1822, “quase quarenta por cento” dos habitantes da cidade de São Paulo eram mulheres sozinhas, chefes de família, “muitas delas concubinas e mães solteiras” (Dias, 1983, p. 42). Dias e Ariza também enfatizam o caráter improvisado e informal da sobrevivência dessas mulheres e de seus filhos. Os registros históricos apontam que muitas declaravam "viver de seu próprio trabalho". Maria Odila ressalta que “mulheres pobres, socialmente desqualificadas pertencem ao domínio dos espaços e papéis informais, improvisados, sintomas de necessidades novas e de mudanças estruturais” (Dias, 1983, p. 42).

Portanto, a precariedade e a informalidade que eram constituintes passaram a ser instituintes da realidade de trabalho, em uma recombinação contemporânea que se aprofunda para as mulheres (negras e pobres), ao mesmo tempo em que se alastra para todos os atores sociais. O “comportamento empreendedor” encontra o “se virar” na governamentalidade neoliberal, provendo aos sujeitos as tecnologias para que acolham e exercitem a si mesmos na precariedade que lhes rodeia.

De forma ambivalente, imaginar-se como empreendedor transforma a experiência de desamparo contida no desemprego ou na ameaça de estar desempregado em uma postura ativa e produz um indivíduo austero, aquele do cálculo liberal, que busca “fazer por si mesmo” no mercado de trabalho (Bröckling, 2015, p.62). A demanda por ser empreendedor implica em um sentido de “permanecer continuamente empregado” [tradução nossa] ao menos na sua própria empresa que é o próprio indivíduo (Gordon 1991 citado por Bröckling, 2015, p.43). Esse sentido mobiliza os indivíduos a se adequarem continuamente para manter, reproduzir e reconstruir seu próprio negócio, isto é, a si mesmos.

Um exemplo deste sentido de “permanecer continuamente empregado” são as cartilhas que colocam o empreendedorismo como a saída para o desemprego e a desocupação, entregues nas agências de emprego e empresas de análise de crédito, como a Serasa em parceria com o

Sebrae. Numa dessas cartilhas, encontra-se a chamada: “Desempregado, não! Empreendedor.”[168].

Figura 11. Cartilha “Desempregado, não! Empreendedor.”

Fonte: Serasa, acessada na página virtual da empresa em Junho de 2019.

No texto da cartilha, lê-se ainda: “usar a situação ao seu favor”. Algo que ressoa a coincidência da governamentalidade entre “as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (Foucault citado por Dardot e Laval, 2016, p. 18). Ou ainda no que Colin Gordon (1991, p.43) explica como “parte da gestão da identidade e das relações pessoais que acompanham o sentido de capitalização sobre a vida” [tradução nossa]. A história de Marta passa a ser uma forma de governo, sem que dela se oculte ou se negue a “liberdade de escolha”.

[168] Para leitura completa da cartilha, acessar http://download.uol.com.br/economia/Desempregado-nao-empreendedor.pdf [Acesso em Junho de 2019].

11.1 Além de Marta

Marta tornou-se aqui um exemplo do des-esperar no emprego, certamente. Mas em nosso campo, encontramos outros trabalhadores de diversas atividades que, assim como ela, tinham suas perseverança não mais no emprego, e sim em cumprir a demanda empreendedora.

11.1. 1 Rinaldo

"Ter minha liberdade, ter meu tempo".

Rinaldo é também um exemplo interessante do des-esperar no emprego. Ele é um "barbeiro-empreendedor" de 32 anos, branco, morador da zona norte de São Paulo. Sua história será retomada ao longo de nossas análises. Mas aqui nos serve para indicar a ambígua utilização de um vocabulário empreendedor, suas justificativas para estar fora do emprego indicam a medida das vantagens e desvantagens em relação a hierarquia, a rotina e o rendimento financeiro. Para Rinaldo, emprego é sinônimo de limitação. Ele explica o porquê pensa assim:

> *Então, eu quero crescer, qual maior cargo aqui dentro desta empresa? É gerente. O que eu tenho que fazer para ser gerente? Tenho que estudar isso, fazer o curso tal. Aonde eu vou chegar? E aí, quando eu vi que eu tinha que fazer, aonde eu ia chegar, e a vida que eu ia ter, eu falei não é isso que eu quero para mim. Eu não quero ser gerente de um supermercado, né? Então o que é que eu quero ser? Eu quero ser empreendedor, eu quero cortar cabelo. Meu desejo, eu já imaginava, eu já tinha na mente meu salão exatamente do jeito que é hoje: uma bancada, um espelho, cadeira... Entendeu? Ter a minha liberdade, ter o meu tempo, então era isso. Eu acho que a palavra certa é limitação. A pessoa quando ela não é empreendedora, quando ela não é autônoma, ela fica limitada, não por ela mesma, né? É, eu acho que pela, como é que eu posso falar? Pelo superior dela, pelo patrão, pelo encarregado, né? Pelo responsável por ela, então ela fica limitada, e isso me incomodava, limitação em todos os sentidos me incomodava, entendeu? Limitação financeira, né? Por que quando eu tomei a decisão mesmo, eu falei: "Poxa, eu sou jovem, eu quero crescer, eu tenho a oportunidade de estudar, de fazer um curso disso, daquilo outro!". Aí eu olhei para o ambiente onde eu tava, onde é que eu tava? Num supermercado, ai eu falei qual que é o cargo maior aqui, né? Acho que não é errado a pessoa sonhar…*

11.1.2 Joana

"Eu não aceito ninguém me subordinar".

Joana, mulher negra migrante de 51 anos, não se "encaixava no emprego". Ela veio para São Paulo pois foi adotada aos 8 anos de idade por uma família "muito bem de vida". Sua mãe biológica abriu mão de sua criação para que ela tivesse uma vida em que não lhe faltasse nada junto à família adotiva. Por isso, conseguiu estudar e "tirar o magistério", sempre foi educadora ou "professora de reforço", ou ainda, "meio babá da comunidade quando os pais estão cansados dos filhos ou não querem que eles fiquem 'moscando' na rua". Saiu de casa "fugida" para se casar com um rapaz da São Remo. Mas "não deu certo e foi melhor cada um ir pro seu lado".

Mostrando-se muito segura de si, Joana disse que por ser de uma família abastada nunca temeu o desemprego e que, mesmo quando fugiu de casa e se afastou da família, arregaçou as mangas para trabalhar por conta própria. Hoje, complementa sua renda fazendo geladinhos que vende na porta de casa, mas tem como atividade principal em dois turnos (por vezes três) a de professora de reforço na comunidade. São quase 30 alunos divididos entre turmas nas manhãs e nas tardes de segunda a sexta, e eventualmente aos sábados. Para Joana, talvez seja seu "sangue" que não a deixa se submeter à hierarquia do emprego. Nas palavras dela: "*Eu não concordo com a CLT. Eu não sei se é porque eu tenho o sangue africano, assim, que eu não aceito ninguém me subordinar".*

11.1.3 Daniel

"Trabalhar por conta é bem melhor".

Temos ainda o exemplo de Daniel. Um jovem senhor de 40 anos, pardo, migrante nordestino e atualmente morador da São Remo. Serralheiro que tem seu negócio próprio, ele nos explicou sua preferência por empreender. Assim como Rinaldo e Joana, ele nos contou das vantagens de "trabalhar por conta":

> *Cara, a firma foi boa, porque foi aprendizado, né? Quando eu entrei lá, a firma tinha uma estrutura muito boa, né? Eu gostava de trabalhar lá, mas aí como o salário não era muito bom, eu preferi apelar para o lado mais financeiro, do que ficar em uma firma que te dá suporte. Mas eu estou bem, trabalhando por conta. Eu faço a minha parte, né? Para mim é bem mais lucrativo trabalhar por conta do que trabalhar em uma firma fichado. Porque assim eu também acho melhor. Porque você tem liberdade para trabalhar a hora que você quiser. E também quando você quiser passear também. Não tem que estar se apegando a uma firma, entendeu? Eu acho bem melhor assim. Para mim, trabalhar por conta é bem melhor.*

11.1.4 Aldo

"Eu não tenho patrão pra estar azucrinando a minha vida".

O jardineiro Aldo também preferiu empreender a ser empregado. Aldo tem 42 anos, é nordestino e mora na São Remo desde que migrou para São Paulo aos 18 anos. Veio para arranjar emprego, mas depois de muitas "humilhações", resolveu trabalhar por conta própria. Ao me contar sobre sua decisão de empreender, indicou que um fato determinante para isso foi quando sua "ex-patroa", questionou a "pausa para o café" que ele decidira fazer depois de capinar todo o jardim da empresa. Quando ela perguntou se não estava muito cedo para a pausa, ele retrucou afirmando que não aceitava esse tipo de controle e que estava pedindo as contas. Aldo me explicou que já estava pensando no assunto pois já que possuía o conhecimento que os empregos anteriores haviam lhe dado e não lhe faltava disposição para ir atrás de mais. A partir desse pedido de demissão, registrou-se como MEI e, há nove anos, decidiu ser microempreendedor. Ele explicou:

> *Eu trabalho por conta, o pessoal procura por mim e diz: "por que que o senhor em vez de trabalhar registrado, o senhor acha melhor trabalhar por conta própria?". Eu trabalho, por quê? Porque o salário seria um pouco melhor. Entendeu? Eu não tenho patrão pra estar azucrinando a minha vida. É, não tenho patrão pra estar todo dia azucrinando com a minha paciência. Daí é uma coisa que eu tenho mais liberdade. Eu tenho mês que eu posso tirar 2 mil, tem mês que eu posso tirar 1.500, tem mês que eu posso tirar até 5 mil. Isso depende do desempenho do serviço que aparece pra mim fazer, né?*

11.1.5 Leandro

"Então é um negócio benéfico pra caramba nesse sentido de flexibilidade e possibilidade de capturar um share *de valor mais de acordo com o* output, *né? Com o que o cara está produzindo".*

Leandro, jovem de 33 anos, branco, fundador de uma *startup*, nunca teve um emprego. Nunca esperou nada de mais em ser "funcionário". Seus pais, servidores públicos, o ensinaram essas "coisas de empregado". Mas ele não se identificava com os ensinamentos, e, aos treze anos, em uma viagem à Disneylândia, encantou-se com os Estados Unidos da América e seus empreendedores famosos, dentre eles o próprio Walt Disney. Para esse empreendedor, a viagem "mudou o rumo das coisas". Leandro saiu da escola para a universidade (pública) de Engenharia e de lá para seu próprio negócio, tendo realizado alguns intercâmbios para fora do Brasil nesse tempo. Ele vendeu sua empresa de alto crescimento para um grupo de investimento por alguns milhões de reais. Durante nossas conversas, Leandro explicou:

> *Então, tem o cara que é motorista de Uber, tem o cara que são esses designers, tem outros caras agora que fazem trabalho, que vão na casa das pessoas para instalar máquina de lavar, para fazer algum reparo, e tal. Então tem vários tipos de coisas* [ocupações]. *Por um lado, você permite que o cara possa definir a própria janela dele, tem muito mais flexibilidade, o cara pode aumentar ou diminuir a renda dele de acordo com a vontade dele de trabalhar, você passa a recompensar pessoas que geram mais valor de uma forma muito mais clara, né?* [...] *Então por um lado é democrático, você abre uma gama de possibilidades para pessoas que realmente têm esse desejo* [...]. *Minha esposa vai ter uma filha agora, então se ela quisesse fazer, ela poderia fazer. Então é um negócio benéfico pra caramba nesse sentido de flexibilidade e possibilidade de capturar um share de valor mais de acordo com o output, né, com o que o cara está produzindo. Mas por outro você tem uma série de problemas acho que mais ligados à legislação e forma de organização da sociedade, que é o que você comentou um pouco* [perguntei sua opinião sobre seguridade social e dei exemplos a partir do adoecimento e do desemprego], *não dá nenhuma proteção social para ele, se a pessoa perder o emprego, se tiver um acidente*.

11.1.5 Juliana

"A geração que encontrou o sucesso no pedido de demissão".

Mesmo entre aqueles que estavam empregados, a demanda por empreender surgia como uma possibilidade. Juliana, nordestina, moradora de Recife, era "colaboradora" de uma das maiores indústrias de bens de consumo imediato do mundo, mas pensava que seu futuro não estava necessariamente na empresa. Aos 28 anos, ela pensava que seu emprego como Coordenadora de Marketing tinha prazo de validade e que empreender seria uma solução. Ela deu um primeiro exemplo: "eu vou te dizer, para mim... Eu não sei se você viu um *link* que o pessoal tava compartilhando no *Facebook* ano passado. Não esqueço, o título era: "A geração que encontrou o sucesso no pedido de demissão?"[169]. E continuou a explicar:

> *Pessoas que trabalham comigo que estão saindo* [do emprego]. *Uma vai montar um café, o outro montou uma hamburgueria, e tem outra que tá falando sobre montar um negócio também. Ou tipo, trabalhar numa empresa um pouco menor, entendeu? E tipo, e de repente, tem uma burocracia um pouco menor. Ela passa a fazer mais... Startups, muitas startups, muita gente com startup, eu acho que é meio que um... Eu não sei, mas pode ser um caminho.*

Apesar de considerar a empresa em que trabalha uma "mãe", ela fala que se sente prisioneira do emprego, em certa medida. Juliana pode fazer *home office* e é privilegiada por ter inúmeros "benefícios", mas diz que essa "liberdade" é uma "ilusão" já que o volume de trabalho e a pressão por entrega não alteram os horários nem a quantidade de horas em que ela deve estar trabalhando. Ela se sente irritada com a pressão e a burocracia da "grande empresa". E, por isso, tem refletido se o emprego faz sentido em sua vida a longo prazo. Ela conhece pessoas que se perguntam: "poxa, eu trabalho 16 horas numa empresa, será que eu trabalhasse 16 horas pra mim, em alguma coisa que eu gosto, eu também não faria sucesso, eu não teria sucesso?".

---

[169] Texto de Ruth Manus publicado na seção de *blogs* do Estadão em Agosto de 2016. Para acesso: https://emais.estadao.com.br/blogs/ruth-manus/a-geracao-que-encontrou-o-sucesso-no-pedido-de-demissao/ [Acesso em Junho de 2019].

11.2 A “cultura do emprego” permanece: uma questão geracional?

É necessário pontuar, ainda, que o que chamamos aqui de des-esperar no emprego apesar de recorrente na convivência com os trabalhadores, também tinha opositores ou resistentes.

Não esqueçamos de uma de nossas interlocutoras que não depositou suas esperanças no empreendedorismo: Dona Aparecida, mãe de Marta. Ela nasceu em 1960, cresceu com a porta entreaberta da “cidadania regulada” (Santos, 1979). Veio a São Paulo em busca disso. Como nos lembra Cardoso (2015), Dona Aparecida tinha motivos concretos para acreditar na promessa integradora do mercado formal urbano. Em meados da década de 1970, os trabalhadores em empregos com carteira assinada correspondiam a 61% da força de trabalho em nosso país, número que representou o ápice da integração pela relação salarial. Cardoso demonstra seu argumento ressaltando o número de carteiras de trabalho expedidas muito superior ao aumento da população economicamente ativa no meio do século passado. Ele retrata a fé do trabalhador brasileiro no emprego por meio da valorização da carteira de trabalho.

O documento representava não somente uma integração dos trabalhadores urbanos e rurais (esse segundo grupo, após a década de 1970) ao emprego, mas foi um “ponto de referência”. Isto é

> [...] um ponto de referência normativo para a estruturação das expectativas individuais e coletivas quanto aos padrões do que se poderia denominar “mínimos civilizatórios”, aquém dos quais o mercado de trabalho não poderia operar de forma *legítima*. Refiro-me ao salário mínimo, ao direito a férias regulares, ao descanso semanal remunerado, a um abono de natal (igual ou próximo ao salário percebido), em suma, padrões que mimetizavam de algum modo os direitos legais do mercado formal e que passaram a operar, também, em segmentos do mercado assalariado informal, como uma espécie de acordo tácito entre empregadores informais e assalariados sem carteira, acordo que tomava esses direitos como *justos* [ênfases no original] (Cardoso, 2015, p. 216).

Dona Aparecida nos mostra que a fé no currículo e a preocupação em inserir-se na formalidade persistem para alguns. Os doces que ela faz são apenas “algo a mais” na renda, mas o objetivo é o salário e a carteira assinada para “quem sabe um dia se aposentar”. O “colocar currículo” indica que o horizonte de uma geração ainda é o emprego. Mesmo insegura e sem saber ao certo o que lhe trará à “empregabilidade” (se seria, por exemplo, um currículo bem escrito e detalhado com todas as suas habilidades), Dona Aparecida não pretendia viver do que

considera “se virar”, havia um plano de estar protegida por alguma regulação e solidariedade social, algo que estivesse além de suas próprias forças.

Também Seu Joaquim, morador da São Remo, persistia no emprego. “Está faltando muito pouco para me aposentar, tenho de voltar a ter o registro”, me explicou quando questionei se os trabalhos que fazia “por fora” lhe bastavam. Mais desanimado que Dona Aparecida, Seu Joaquim aos 67 anos ainda pensava que a melhor opção seria voltar à relação salarial formal. Por muitos anos, ele foi porteiro, mas não tinha “tempo de carteira” porque seus empregos nem sempre foram registrados. À época de nossa conversa, ele estava fazendo trabalhos como serralheiro e marceneiro no quintal de sua casa com a ajuda de um amigo, mas nada que lhe desse “futuro”. Para ele, o futuro estava mesmo em “completar os anos” de carteira assinada e ter o “pouco mas certo” da aposentadoria. Quando conseguisse a aposentadoria, complementaria a renda com esses “bicos”.

Compreendemos essa diferença entre aqueles que des-esperaram do emprego, iguais a Marta e Rinaldo, e aqueles que ainda esperam algo dele, iguais a Dona Aparecida e Seu joaquim, como um deslocamento do cálculo entre gerações. Ou como nos informa Vera da Silva Telles:

> Para os mais jovens, as circunstâncias atuais do mercado de trabalho não significam uma degradação de condições melhores ou mais promissoras em outros tempos. Eles entraram num mundo já revirado, em que o trabalho precário e o desemprego já compõem um estado de coisas com o qual têm que lidar, e estruturam o solo de uma experiência em tudo diferente da geração anterior (Telles, 2006, p.176).

Entre aqueles que aderiram à promessa integradora representada pela carteira assinada antes dos anos de 1980. E aqueles que sofreram com os sucessivos espasmos de acessos e retrocessos em relação ao mercado formal na redemocratização do Brasil, mais especificamente, a partir dos anos de 1990. Esse segundo grupo não teve seu horizonte estabelecido pelo salário, pelas relações trabalhistas e pelo direito à representação coletiva no trabalho. Do contrário, viveu a desintegração das promessas e teve na demanda empreendedora um método particular de governar a si mesmo. Dessa forma, é possível indicar que o des-esperar e o esperar do emprego ainda convivem entre gerações.

11.3 Um aviso: não há equivalência possível

É importante reforçar que nossa análise não toma como iguais os depoimentos dos trabalhadores. Ao falarmos do des-esperar do emprego não pressupomos uma equivalência entre o fundador da *startup* e a vendedora de *lingeries* de porta em porta. O des-esperar do emprego se institui na história de cada um dos trabalhadores com as quais convivemos como possível horizonte ou único horizonte possível, diante da variação das relações sociais que aumentam ou diminuem as possibilidades.

A liberdade da iniciativa está diretamente condicionada pela História e pelas trajetórias dos sujeitos. Não reconhecer que os horizontes são distintos reforça a narrativa meritocrática neoliberal de que "ser pobre corresponde a não querer ser um sucesso", nas palavras de Peter Spink (2012), ou de que ser rico corresponde ao máximo empenho e desempenho para ser um sucesso. Nisto também localizamos a diferença do que se alastra como precarização e das condições precárias de trabalho. Isto é, daquilo que está em rápido movimento desde a reestruturação produtiva a partir da década de 1970 e que afeta e altera o emprego; e daquilo que se arrasta na inércia da história brasileira.

Pela narrativa empreendedora, por um lado, a vida dos privilegiados – das camadas médias e altas da sociedade, especificamente, entre os homens brancos adultos – é mais "liberta" fora do emprego. É a grande aventura empreendedora posta na frase que me foi dita por um fundador de *startup*: "ele não sabia que havia limites ou obstáculos, apenas foi lá e fez acontecer". Limites e obstáculos quando se é um homem branco de classe média são, de fato, diminuídos. Por outro lado, na vida das camadas subalternas, a demanda empreendedora tem efeito dobrado. Isso quer dizer que há um dobramento entre o que é estrutural e as recombinações produzidas no presente. É a estória criada para (re)instrumentalizar a pobreza posta na frase que me foi dita por um trabalhador por conta própria: "eu via oportunidade em tudo! Talvez, muito pela necessidade...". A precarização pode incidir no mercado de trabalho como um todo, mas apenas para parcelas da população (na verdade, maioria da população) ela se faz pesar como âncora.

12. As Mulheres Polivalentes

"Que eu sei fazer? Eu já trabalhei como cuidadora de idosos, como costureira, eu fiz curso de enfermagem, só que nunca trabalhei assim na área. Já trabalhei particular. [...] E que mais que eu sei fazer? Eu sei cozinhar. Se aparecer uma faxina eu vou e faço, entendeu?"

Conheci Sônia, dona da frase acima, numa tarde em novembro de 2017. Ela me convidou para conversar em sua casa enquanto trabalhava em "algumas costuras" pois os seus prazos para a entrega estavam "apertados". Concentrada, ela me avisou que não poderia parar para "bater papo", mas que enquanto "cuidava", poderia "trocar umas ideias comigo". Ao entrar em sua casa, descobri que as "algumas costuras", na verdade, eram as montagens de fantasias para uma Escola de Samba. Todo ano desde a década de 1970, a casa de Sônia se transformava em "barracão". Entre os meses de setembro e fevereiro (alguns anos, até março), a sala de sua casa era tomada por estruturas de arame, chapéus e "quilômetros" de tecidos coloridos, fitas, rendas, galões e passamanarias, para que ela, a partir dos croquis, transformasse os materiais nas fantasias que comporiam uma ala do desfile.

Apontando para o material, ela me explicava: "Dessa aqui são 100. Essa aqui eu tô passando aqui, vou passar aquele galão, e depois coloco na armação ali. Ó, ele vai ficar... E ali ainda vai alguma coisa lá em cima que eu estou esperando chegar. E ainda tem o chapéu também!". A relação com a costura fazia Sônia se orgulhar, como me falou: "Tudo que eu gosto, eu procuro aprender. A minha mãe era costureira, né? E é uma coisa que eu sempre gostei, de costura. Eu adoro costurar. Sempre gostei. Então por curiosidade eu acabei aprendendo".

Moradora da São Remo, Sônia não é natural da cidade de São Paulo. Ela nasceu em uma cidade do interior do estado, e ainda quando pequena, aos oito anos de idade, foi trazida pela mãe para trabalhar na "casa de uma senhora". Sônia não quis entrar em muitos detalhes sobre sua vida nessa casa e na sua relação com essa senhora. Mas explicou que dos oito aos dezesseis, trabalhou como doméstica na casa e não tinha muito contato com o mundo exterior. Num primeiro momento, ela limitou-se a dizer que, para ela, "foi uma prisão aquilo [a casa dessa senhora]. Porque eu não saía, eu não tinha, assim, comunicação com ninguém". Com o desenrolar da conversa, questionei sobre o porquê ela comparar a casa em que trabalhou com uma prisão, e Sônia resolveu dar mais algumas pistas de como era sua vida no trabalho infantil como trabalhadora doméstica:

> *É porque a mulher não deixava* [ter contato com o mundo exterior]. *A promessa dela com a minha mãe foi de chegar aqui, me colocar na escola, né? Só que aí isso não aconteceu. Entendeu? E assim, a minha mãe ia uma vez por mês nessa casa só para receber meu pagamento. Então eu não sabia nem quanto eu ganhava, né? Ela ia uma vez por mês para receber o pagamento, tinha mês que eu nem via ela. Ela ia lá, recebia e ia embora. Quer dizer, eu ficava triste de um lado porque, né, ainda ela não se preocupava... Sei lá, a gente pensa, né, as coisas... Mas por outro lado eu agradeço ela, porque eu aprendi a me virar sozinha. Entendeu? Eu nunca dependi de ninguém... Eu sempre metia a cara e fazia as minhas coisas, sozinha*.

Aos dezesseis anos, Sônia decidiu abandonar o trabalho como doméstica. Passou a morar com uma tia e arranjou outro trabalho. Teve sua carteira assinada por poucos meses nessa firma que "mexia com coisas de detergente", mas Sônia não lembrava muito bem do que se tratava, era "apenas a auxiliar de limpeza" do lugar. Mas foi por causa desse novo trabalho que Sônia teve contato com a Escola de Samba, assim como me contou.

Além de costureira, Sônia tornou-se parte da Harmonia da Escola, que nas palavras dela é "o pente fino, que é tipo... eu vou olhar fantasia por fantasia, se está inteiro, se não está faltando nada, para a gente entrar bem na avenida". Apesar de nosso encontro ser conduzido pela costura das fantasias, Sônia ressaltou que este é apenas um de seus trabalhos. Talvez o que mais goste, mas já fez "muita coisa". Há pouco mais de dois anos estava com carteira registrada, empregada como cozinheira de uma escola. Por questões médicas, teve de se afastar e não conseguiu outro emprego desde então. Não "nega" uma faxina, ou consertos menores de roupa, nem recusa cuidar de crianças ou idosos porque tem de "se virar". Quando mais jovem, fez um curso técnico de enfermagem, mas nunca trabalhou na área, apenas como cuidadora particular, "em casa, nunca em hospital".

As filhas de Sônia, três mulheres, também ajudam na renda da família e fazem várias atividades. Angela, a mais velha, é segurança de banco e agente comunitária de saúde; Diana, a do meio, trabalha como operadora de caixa em um supermercado e ajuda a mãe nas costuras; e Paula, a mais nova, estava iniciando um trabalho como operadora de telemarketing, mas também é manicure. Em nenhum momento, Sônia falou sobre o pai de suas filhas. Quando perguntei sobre seu estado civil, ela ignorou a pergunta e puxou o assunto para suas atividades também como líder na comunidade.

Por estar na São Remo desde que "tudo era mato", ela e sua família tiveram um papel importante na construção da Associação de Moradores do bairro. Por meio desse coletivo,

conseguiram melhorias na vida da comunidade, como acesso à eletricidade, à água encanada e a construção parcial da rede de esgoto. Até hoje, Sônia tem atividades de distribuição de leite para as famílias que mais necessitam no bairro. No entanto, a última década foi difícil para esse projeto, em específico.

Com o aumento das igrejas protestantes no bairro, conflitos pela doação do leite começaram a ocorrer. Os moradores, em sua maioria fiéis das igrejas neopentecostais, não aceitavam mais o leite doado por Sônia, que é iniciada em religião de matriz africana. Mas Sônia resolveu insistir na doação de leite e para isso alterou o nome do projeto que, antes continha as palavras "espírita" e "umbanda", mas agora é chamado apenas de "Filhas da Mãe Alzira". Além da distribuição de leite, Sônia realiza festas em datas comemorativas, sendo a mais especial a do Dia das Crianças quando chama a Escola de Samba para tocar na comunidade.

Costureira, cozinheira, diarista, técnica de enfermagem, líder na comunidade em que mora. As atividades de Sônia são muitas, sempre colocadas fora ou "quase fora" do vínculo formal do emprego e dentro da gramática política do "se salvar". A polivalência dela e das mulheres de sua família, e também, o trabalho doméstico (e reprodutivo) são elementos que, em nosso campo, tem raça, gênero e classe. São mulheres pardas e negras, solteiras, viúvas ou divorciadas de estratos pobres da sociedade que exercem várias atividades, tendo mais vínculos de trabalho, e sendo o trabalho doméstico a porta de entrada, ou mais uma das várias atividades exercidas na trajetória de trabalho.

Além de Sônia, já mencionamos mais acima Dona Aparecida e Marta que faziam "de um tudo", e Joana, que além de ser professora de reforço escolar, vendia geladinhos na porta de casa para complementar a renda. Da mesma forma, encontramos Maria das Dores. Em conversa, Das Dores mostrou-se revoltada com "o governo", afirmando que havia sido dispensada como auxiliar em uma lavanderia por causa da economia que ia "de mal a pior". Agora, apesar das limitações de saúde, principalmente por causa de "problemas na coluna", ela está empreendendo e faz marmitas em casa para vender aos trabalhadores de algumas construções nos arredores do bairro.

Dona Lúcia, aposentada, era outro símbolo de um "espírito empreendedor" para a comunidade. Criou três filhos sozinha pois seu marido faleceu muito jovem. Entre os horários de trabalho como auxiliar de limpeza em firmas terceirizadas, ela vendia produtos da Natura e da Avon e também era diarista em duas casas e um escritório. Sempre atenta às oportunidades

para ganhar seu sustento, estava, com o "dinheirinho da previdência", pagando as parcelas da compra de um terreno no extremo da zona norte da cidade de São Paulo. "Um dia há de me servir ou servir aos meus filhos. Podemos construir lá e alugar aqui, ir morar mais pra lá, ou o contrário, quem sabe?", foi o que explicou sobre seus planos para o novo investimento.

Conhecemos, ainda, Fabíola, mulher trans de 39 anos, nordestina que veio a São Paulo para "fugir da pobreza e do preconceito". "Sou uma sobrevivente", resposta dada quando da minha pergunta sobre com o que ela trabalhava. Fabíola explicou que era "garota de programa", mas que sua principal atividade era a de revendedora de maquiagem e produtos de beleza e higiene, também fazia "bicos" como faxineira e era agente comunitária de saúde voluntária (atividade pela qual recebia uma bolsa de R$500,00). Por meio do "Projeto Reinserção Social Transcidadania"[170], ela conseguira "concluir os estudos" e estava em curso de corte e costura para ter alguma formação profissional, além de receber um auxílio financeiro mensal.

A socióloga Ludmila Abílio argumenta que para a sobrevivência no mercado de trabalho, os indivíduos devem se adaptar à "generalização de uma polivalência precária" (Abílio, 2011, p. 17). Ela se utiliza dessa nomenclatura tendo em vista a "viração", no sentido mais usual do termo como empregado por Telles (2006, 2010), em um alcance mais amplo que o uso dado por Maria Filomena Gregori (2000) – que será discutido na seção posterior. Isto quer dizer, Abílio e Telles utilizam-se da viração no sentido de flexibilidade – ou polivalência – para conseguir uma atividade que gere renda, neste sentido, que promova uma inserção econômica. Em suas palavras:

> A "viração" [...] define a provisoriedade das ocupações que garantem a sobrevivência, em atividades que transitam entre trabalho ilegal, trabalho informal, trabalho temporário, trabalho a domicílio, emprego doméstico; resumindo, os "bicos" e as ocupações precárias que estruturam a vida de muita gente (Abílio, 2011, p. 17).

Para Abílio, a viração como forma de sobrevivência inclui o empreendedorismo e até mesmo as políticas públicas de "inclusão social", algo que pudemos relacionar com a trajetória de Fabíola citada nas linhas acima (Abílio, 2006). Ao falar de generalização, Abílio indica que apesar da polivalência constituir o dia-a-dia dos estratos pobres da sociedade, há uma ampliação

---

[170] Para mais informações sobre o Programa citado é possível acessar a página https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430 [Acesso em Julho de 2019].

disso para outros estratos mais protegidos e regulados do mercado de trabalho. Trata-se de "uma generalização que também manifesta o espraiamento de características historicamente associadas ao trabalho tipicamente feminino" (Abílio, 2011, p.287). Em nosso campo, pontuamos que a viração das mulheres tem mais a ver com a polivalência e com mais vínculos de trabalho do que a viração dos homens. Ao que parece, os homens têm atividades mais específicas ou especializadas dentro do trabalho produtivo e menos vínculos de trabalho: são barbeiros, serralheiros, garçons, pizzaiolos, e motoboys. Enquanto, as mulheres são aquelas que "fazem de um tudo".

A ideia das mulheres como aquelas que são "multitarefas" é recorrente na demanda por empreender, por exemplo, nos documentos de acesso público do Sebrae sobre "empreendedorismo feminino". Ao falar deste "tipo" de empreendedorismo, há afirmações constantes sobre a "habilidade feminina" de fazer muitas coisas, em frases como: "Se tem uma coisa que mulher sabe fazer muito bem é ser *multitarefa*"[171]; "Elas são *multitarefas*"[172]; "Entre as principais características dessas empreendedoras estão: [...] habilidade *multitarefa*"[173]. A "habilidade feminina" de "fazer de um tudo" ganha um nome, o de multitarefa; um lugar, o "feminino"; e um uso, como um motivo para que as mulheres empreendam.

Essa "habilidade feminina" não é historicizada, nem ao menos questionada nestes documentos. Trata-se apenas de uma "habilidade" que deve ser instrumentalizada para o sucesso do empreendimento, mesmo que essa tal "habilidade" provenha de uma relação de desigualdade e opressão. Neste sentido, o gênero importa para a demanda empreendedora de forma particular. Nem ao menos como uma questão para o equilíbrio das relações entre os gêneros, mas como uma afirmação da relação de opressão entre os gêneros sob a qual é possível "formar" mais "empreendedoras", ou, mais mulheres "multitarefas".

---

[171] Ver http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mulheres-de-negocio-inspire-se-com-a-historia-de-quem-se-tornou-lider,0a58539d8f53b510VgnVCM1000004c00210aRCRD [Acesso em Setembro de 2019].

[172] Ver https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/perfil_mulheres_empreendedoras.pdf [Acesso em Setembro de 2019].

[173] Ver https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Anexos/Artigo%20-%20Empreendedorismo%20Feminino.pdf [Acesso em Setembro de 2019].

13. A viração dos "meninos"

"Eu me viro... Eu posso falar que eu me viro desde os cinco anos de idade".

Rinaldo contou-me que teve de "se virar" muito cedo na vida. Assim como os "meninos de Bia", Rodrigo, Antenor e Rogerinho. Todos eles, trabalhadores que tiveram na infância a experiência da "viração" na rua.

Cabe um breve comentário especificamente sobre o encontro com esses "meninos" em nosso trabalho de campo. Alguns deles tinham em Bia (nossa informante do campo, como já explicado) uma "pessoa de confiança" e, por isso, nos foram, por tabela, muito acolhedores.

Conforme já mencionamos, Bia desenvolveu vários projetos no final da década de 1990 para dar assistência aos meninos que flanavam pelo campus da Universidade. Alguns eram pedintes, outros cometiam pequenos delitos, e muitos "só não tinham o que fazer depois da escola e iam para a Universidade", era uma espécie de "segunda casa". Rodrigo, um dos meninos de Bia, contou de sua rotina nessa época:

> *Então a gente chegava da escola e ia pra segunda casa. Nem tomava banho direito e ia pra USP. Fazer o que? Cuidar de carro, catar latinha... Imagina. Comunidade sempre tem o outro lado* [referindo-se a quem cometia delitos no campus]. *Então, a gente sempre ficava do lado do pessoal, só que a gente nunca fazia nada de errado. Ia para USP: "tia, paga um lanche", cuidava de carro... e, às vezes, como tinha a oportunidade da Bia lá, a gente subia na sala* [onde ocorriam os projetos] *e daí começava a escrever algumas coisas.*

Bia tornou-se uma referência para inúmeros desses meninos que se viravam no campus e moravam nos arredores. Por causa do trabalho dela, eles participaram de projetos de esporte e de artes. Dos trabalhadores com os quais conversamos na São Remo ao menos quatro tinham essa relação de confiança, gratidão e admiração com Bia. Andávamos pela comunidade e um abraço caloroso de um de seus "meninos" estava a esperá-la a cada ruela. Muitas mães também reconheciam a importância dela para o desenvolvimento de seus filhos e falaram-me (algumas mais gratas, outras mais enciumadas): "a Bia? Essa daí foi uma segunda mãe dos meus filhos!". Como me disse Antenor (outro menino de Bia) ao abraçá-la: "então, essa menina... ela sempre

teve um coração bacana com o pessoal da comunidade". Foi assim que conhecemos "os meninos de Bia".

No entanto, utilizamos da expressão ultrapassando o sentido de pertencimento à relação afetiva com Bia e à geografia do campus. Conhecemos outros "meninos" que "perambulavam" pelas ruas pedindo ou fazendo algum tipo de serviço, como o Rinaldo, na zona norte da capital paulista; ou mesmo cometendo pequenos furtos por outros cantos da cidade, como Rogerinho. Tudo dependia da oportunidade que se desenrolava no dia. Referimo-nos, dessa forma, aos "meninos" tendo em vista dois aspectos: o recorte de gênero e a experiência da rua na infância.

Nas trajetórias dos homens que entrevistamos, o trabalho fora da casa, na rua e na informalidade, aparece desde muito cedo na biografia. Como já mencionamos, para as mulheres, é o trabalho em casa também informal, doméstico e de cuidado, que aparece em suas trajetórias como a atividade inaugural de trabalho. Nosso campo reforçou o fato da divisão de gênero entre trabalho produtivo e reprodutivo (Hirata, 2010): aos meninos, a rua; às meninas, a casa.

Especificamente sobre a experiência de rua, referimo-nos a "meninos" como que em paralelo aos "meninos de rua" investigados por Maria Filomena Gregori (2000), na cidade de São Paulo entre 1991 e 1995. Gregori explica que essa expressão foi cunhada na década de 1970 para caracterizar as crianças e adolescentes em situação de risco (ou de vulnerabilidade social) que "passam parte considerável de suas vidas sobrevivendo nas ruas das grandes cidades brasileiras" (2000, p. 15). Esse segmento social faz da rua um substituto esporádico ou duradouro para o espaço doméstico. As relações que se desenvolvem neste espaço de substituição passam também a ocupar o lugar da família e dos amigos. Não se trata necessariamente de uma ruptura com a família, a escola e as amizades, mas de substituições pontuais que *podem* se tornar permanentes.

Gregori afirma ainda que os meninos de rua têm uma experiência de "circulação". Contudo, circulação não possui o sentido do perambular nas ruas, mas da circulação entre a convivência com os familiares, suas famílias nucleares e as instituições. As crianças circulam porque são criadas no deslocamento físico entre casas e instituições, e entre vínculos com parentes, desconhecidos e técnicos de instituições. Esses meninos estão "fora de lugar" e, por isso, tornam-se emblemas das profundas contradições e continuidades sociais no Brasil.

Na pesquisa dessa antropóloga também encontramos uma compreensão ampliada para o termo "viração". Ela assinala que

> *Viração* é um termo empregado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. Mais usualmente referido às atividades informais do trabalhar, dar um jeito, driblar o desemprego etc. Os meninos de rua se viram, o que significa, em muitos casos, se tornarem pedintes ou ladrões ou prostitutos ou "biscateiros" ou, ainda, se comportarem como menores carentes nos escritórios de assistência social. Para eles, a viração contém em si algo a mais do que a mera sobrevivência, embora seja seu instrumento [ênfase no original] (Gregori, 2000, p.31).

Esse "algo a mais" diz respeito ao movimento "dinâmico e constante" da sobrevivência, mas sobretudo diz respeito à maneira pela qual esses meninos se comunicam. Eles instrumentalizam "recursos simbólicos" para efetivar uma comunicação e para se posicionarem nas ruas. Eles podem ser os "menores carentes" que pedem o lanche à "tia", ou podem ser os "trombadinhas" que furtam os alunos e transeuntes no campus da universidade. Trata-se das duas vias da viração: ao mesmo tempo em que é "estratégia de sobrevivência", é também "mediadora de posicionamentos simbólicos" (Gregori, 2000, p. 31).

A situação de rua, a pobreza infantil, a viração e as ilegalidades são partes estruturantes da sociedade do trabalho no Brasil. Meninos que perambulam pelas ruas não são algo recente na história brasileira, sendo preocupação encontrada desde o século XIX para a República que estava em formação. Desde muito, esses meninos são qualificados como "menores", considerados como um problema jurídico por sua "vadiagem" e pelos delitos ocasionais (ou não) que cometiam (Gregori, 2000, p.19). Mas também são emblemas do problema do trabalho infantil. Jovens e crianças exercem o "trabalho não especializado, dependente e desvalorizado" há muito no contexto brasileiro. O "se virar", neste sentido, faz parte do "amplo cobertor da informalidade" que encobre os "meninos de rua", conforme explica Ariza (2017, p. 26).

Este comentário permite que deixemos estabelecidas as costuras que realizamos entre as experiências dos "meninos". Essas crianças e adolescentes, que andavam na corda bamba da viração e na incerteza do desenrolar dos dias nas ruas, quando adultos, viram na demanda empreendedora mais um modo de viver, não somente material, mas simbolicamente. Encontram, ainda, uma possível justificativa para a desigualdade na realidade social brasileira. Foram "meninos de rua" porque eram destinados ao mérito pelo trabalho; estavam destinados a aprender a se virar e a se constituírem por uma moral específica do trabalho; a correr os riscos e descobrir oportunidades que só a rua, um espaço desconhecido e indomável, pode proporcionar. "A rua foi a escola" para empreendedores com os quais conversamos. A origem

e o destino dos meninos se unificam pela demanda empreendedora. Vejamos as histórias que nos conduziram às análises acima expostas.

13.1 Rinaldo

"Então, eu olhava as coisas, eu via uma oportunidade".

A começar por Rinaldo. Ele me explicou que seu tino para empreender vem desde a infância. Ele "olhava" carro na rua, entregava panfleto, carregava as compras para as "madames" da feira e fazia "bicos" em borracharia. Explicou-me que sempre "correu atrás" e "tomava iniciativa" pois sentia dentro de si "o espírito empreendedor". "Então, assim, eu sempre tive essa iniciativa de correr atrás no meu sustento", disse-me, colocando a mão contra o próprio peito, e continuou a explicação:

> *Quando eu tinha cinco anos de idade, eu não me via… Brincava muito como toda criança, jogava bola, empinava pipa, rodava peão... Não me impedia de fazer esse tipo de coisa, mas eu... eu via nas coisas oportunidades. Eu acho que o empreendedor ele vê em determinadas coisas oportunidades. Por exemplo, tinha uma feira perto de casa aos domingos e eu via a oportunidade de eu olhar o carro daqueles clientes que iam até a feira, deu ficar cuidando dos carros e aí depois eles me retribuíam financeiramente, com algum tipo de valor, né?*

Durante toda nossa conversa, Rinaldo mostrava-se muito feliz de poder falar de sua realização como empreendedor: a sua barbearia, ou melhor, a sua *barber shop*, como dizia a placa grafitada no portão. Dali a pouco, a *barber shop* de Rinaldo completaria 15 anos, fundada e ampliada no mesmo bairro da capital paulista em que ele nascera. Com atendimento de mais de 200 clientes ao mês, Rinaldo fez questão de mostrar seu método de trabalho. Com a agenda nas mãos, contou-nos das promoções que fazia para atrair o público masculino nos dias de semana já que aos sábados era "uma loucura". "Só trabalho com cabelo masculino", explicou. Para "cada cabeça, vinte minutos" e por isso a agenda era feita com marcações de meia em meia hora, no intuito de evitar atrasos e para, também, dar um "respiro". Mostrou-me ainda as redes sociais da barbearia com os vídeos e fotos que divulgavam seu trabalho. "Tenho de estar atento a essas novidades senão perdemos muitos clientes", comentou apontando para o celular.

Ele me deu vários exemplos para que fosse possível que nele eu identificasse um "verdadeiro empreendedor". Entre risos, me disse: "Se você está pesquisando sobre empreendedorismo, está falando com a pessoa certa". Atento aos meus interesses de pesquisa, tentou colaborar e localizar em sua trajetória quando e porque começou a empreender. Por "se virar" desde muito cedo, Rinaldo considerava que era uma "criança diferente das outras", ele "via oportunidade em tudo". A feira livre que acontecia aos domingos perto de sua casa foi sua mina de oportunidades por muito tempo, até ao menos os seus dez anos de idade. Depois disso, passou a fazer serviços em uma borracharia. Consertava bicicletas e remendava pneus. "Assim, como eu expliquei, eu tinha tempo para brincar, tinha tempo para jogar bola, só que eu sentia falta de algo, talvez muito também pela necessidade, né?", explicou.

Essa "motivação interna" para criar seu sustento também tinha outros componentes externos sobre os quais Rinaldo tinha pouco controle. Ele contou que seu pai aposentou-se cedo por problemas de saúde e sua mãe assumiu a casa com a renda de seu trabalho de doméstica. Por muitas vezes, viu o "desespero da mãe" para tentar pagar as contas e trazer comida para casa. Além do sustento da casa, o pai de Rinaldo tinha uma longa lista de remédios que precisavam ser comprados mensalmente. Como esse "aperto todo", Rinaldo via a necessidade de ajudar. Nas suas palavras:

> *Então eu me via também numa necessidade de querer ajudar, né? De querer ajudar minha mãe, de querer de alguma forma trazer algum tipo de coisa para dentro de casa. Então, eu olhava as coisas, eu via uma oportunidade. Eu via uma borracharia e falava: "poxa, eu posso ficar aqui. Sei lá, encher um pneu, remendar uma câmara, né? Ajudar, olhar na hora que o dono for almoçar, então ele me dá um trocadinho, já vai me ajudar". Então, eu sempre via nas coisas o que? Oportunidade!".*

Nas suas buscas pelas oportunidades, aos quinze anos, Rinaldo começou a entregar panfleto em um supermercado enquanto ainda realizava os "bicos" como borracheiro. Logo depois, foi chamado para começar como empacotador no mercado, passando um turno inteiro ao lado dos caixas, recolhendo e colocando em sacolas as compras dos clientes. Quatro anos depois, aos vinte de idade, Rinaldo foi chamado para trabalhar em outro supermercado, desta vez como estoquista. O trabalho era pesado e o salário era "curto". Ele começou a sentir-se "limitado", trabalhando de domingo a domingo e sem perspectivas de crescimento salarial. Mas na sua "maquininha de cabelo" viu mais uma oportunidade. Segundo ele, sempre houve uma

vontade de cortar cabelo. “Eu sempre achei que levava jeito pra coisa e resolvi fazer um curso”, explicou-me.

Nas suas folgas do emprego, Rinaldo começou a cortar o cabelo de familiares e vizinhos, ele tinha de praticar “senão perdia a mão”. Cobrava um “preço simbólico” já que sabia que ainda não tinha um trabalho “bem feito” para cobrar “realmente”. Na sala da casa da sua mãe, colocou cadeira e espelho, e pôs-se a praticar. Enquanto isso no supermercado, Rinaldo começou a adoecer constantemente, e estava perdendo a motivação para trabalhar. A igreja ajudou nessa fase e ele se converteu ao protestantismo. Ele conta que quando adoeceu de “uma gripe muito forte”, um colega de trabalho fez uma oração com as mãos em sua cabeça. Emocionado, relatou o momento:

> *Ele* [o colega] *pegou fez essa oração, e depois de um tempo ele perguntou: “e aí, como você está se sentindo agora?”. E aí eu vi que eu realmente tinha sido curado. Eu experimentei isso, então, assim, eu... é… não foi porque ele falou, não foi porque eu ouvi falar, foi porque eu experimentei. E quando eu experimentei surgiu o que? Esse desejo. “Eu quero conhecer, de onde você recebe isso, né?”. Foi quando ele me levou para a igreja da Graça, do missionário RR Soares, na Av. São João. E aí, foi lá, na primeira vez que eu fui, assim, me senti super bem, e tal. Foi onde eu tomei a decisão de me converter e tô lá até hoje. Faz 14 anos.*

Por meio do pastor de sua comunidade, Rinaldo conseguiu “visualizar outros horizontes”: fazer uma graduação de comunicação (para a qual a Igreja lhe deu uma “bolsa”), especializar-se nos cortes masculinos, organizar um negócio próprio e quem sabe contratar pessoas para lhe ajudar. Percebeu que no seu emprego no supermercado não conseguiria “voar mais alto”. “Eu era muito preso”, comentou sobre sua rotina no emprego. Olhava ao redor e pensava, “até onde posso chegar aqui?”. Cogitou a possibilidade de ser gerente de uma das lojas da rede de supermercado mas pensava na rotina de domingo a domingo. Ele queria constituir família, ter tempo para esposa e filhos. Não pensava nisso como uma ambição descabida. Do contrário pensava ser legítimo sonhar com uma “vida boa”.

Por esses novos horizontes vislumbrados, Rinaldo decidiu que era hora de investir no seu negócio. Ao supermercado, pediu que fosse feito um “acordo” para ele sair do emprego, mas seus chefes recusaram. Insistiu no pedido de ser mandado embora, mas com a segunda negativa da empresa, decidiu “enfrentar” e pedir as contas. “Eu falei: “ah, então eu tô pedindo minhas contas e tô indo montar meu próprio negócio”, nas suas palavras. Ele pediu para sair do emprego pois calculara a situação: seu negócio já estava crescendo, se passasse a dedicar seis

dias por semana à sua *barber shop* teria o mesmo valor de seu salário no supermercado, já excluindo o aluguel do ponto comercial. Valia a pena.

13.2 Antenor e Rodrigo

"A gente trabalha desde o começo".

Além de Rinaldo, Antenor e Rodrigo se viravam desde pequenos. Eles são irmãos e sócios, moradores da São Remo. O primeiro com 33 anos e o segundo com 31, pardos, nasceram no nordeste brasileiro mas migraram para o sudeste quando tinham 12 e 10 anos de idade, respectivamente. Em nosso encontro, ficamos na pequena sala de estoque na pizzaria inaugurada em 2016. Depois de quase um ano de trabalho duro, poucas horas de sono, quase nenhum dia de folga, (nada que eles não estivessem "acostumados"), a pizzaria estava a pleno vapor. Rodrigo me falou com alegria do sucesso de seu negócio:

> *Assim, ó, não é se gabando. Esse serviço da gente, é molho de tomate na veia. Serviço. Se você tem serviço, eu não tenho medo de falar do que eu sou. Não tenho medo de falar do que eu tenho. Então assim, hoje nós temos clientes, pizzaria de dez anos talvez não tenha. Entendeu? E não pára por aí!*

Quando chegamos à pizzaria de Rodrigo e Antenor, um menino de mais ou menos 12 anos foi quem nos recebeu, cumprimentou-nos e ofereceu o cardápio. Ele estava no caixa e também estava "liberando os pedidos", ou seja, confirmando o pedido registrado com a pizza pronta que estava na embalagem, e repassando ao motoboy para a entrega. Rodrigo e Antenor explicaram que era o seu primo, o "menorzinho".

> *Antenor – É primo da gente.*
>
> *Rodrigo – Ele quer trabalhar…*
>
> *Antenor – Em vez de ficar na rua… Então. Em vez de ficar na rua, tem o apoio da mãe dele, tem o apoio do pai dele… Em vez de ficar na rua, tá aqui, aprendendo.*
>
> *Rodrigo – O pessoal fala que não pode trabalhar. Mas no Nordeste, sabe como é, a gente trabalha desde o começo.*

Antenor – E ele não pega muito pesado, ele só fica aqui com a gente mesmo, entendeu? A gente não vai mandar ele vir pegar uma caixa dessa [apontando para uma caixa grande do estoque]... ele vai conhecendo igual a gente conheceu. Cê tá entendendo?

Eles nos contaram que "desde pequenininhos" andavam na universidade para "achar o que fazer". Ao contrário do primo "menorzinho", sem ter onde "trabalhar" eles ficavam nas ruas do campus. "Vamos dizer que nossa infância foi ali na Universidade", explicou Antenor. Depois do encontro com Bia, os irmãos começaram a participar de projetos no Centro de Práticas Esportivas da universidade. Durante a adolescência, dedicaram-se à corrida por meio de uma ONG que realizava projetos para fomentar a atividade esportiva. Chegaram a competir como maratonistas em algumas cidades fora de estado de São Paulo. Mas aos 18 anos, eles tiveram de sair do projeto. "'Virou' 18 anos a gente não podia mais estar lá", nas palavras de Antenor. Rodrigo emendou a explicação e contou que existia um "grupo de base" para profissionalizar quem quisesse seguir no atletismo. Mas os dois já estavam fazendo "extras" como ajudantes em pizzarias. Aos 18 anos, Rodrigo arranjou uma oportunidade de ser contratado, assim como me contou:

Eu queria trabalhar como garçom, mas não tinha essa oportunidade. Aí ele [o empregador] falou: "só tem como você trabalhar na parte do restaurante". Daí eu comecei a lavar pia. Lavar pia, lavar copo, tudo... aí depois fui pra outra pizzaria. De ajudante. Tudo de novo. Batia massa. Depois virei pizzaiolo. Nessa história toda, durante anos... foram quase dez anos nessa história toda. [...] Eu nunca falei tipo: "pô, mano, bacana, pizzaria". Nunca falei assim: "ó, eu vou pôr uma meta que em tal ano vou montar uma pizzaria". Não coloquei. Acho que nem ele [Antenor] também colocou.

Para Antenor, a pizzaria "aconteceu" pois eles já tinham "postura de dono, que era fazer com carinho e amor" nos empregos anteriores. E continuou assinalando que o seu negócio não era formado por uma equipe, mas por uma "corrente". Ele detalhou seu argumento:

Porque se quebrar, quebra todo mundo. É uma corrente. Se no carro, uma moto tem uma corrente quebrar, ela não anda mais. A mesma coisa na nossa pizzaria. Do dono à pia, até a frente da loja você tem que conhecer. Como todo segmento, né? Sempre tem um conhecimento. Que assim, nem todo mundo faz as coisas pelo acaso. Tem um "pelo acaso" por detrás. "Pô, mas vocês abriram aqui, vocês sabem trabalhar, tão fazendo as coisas, vocês entendem...". Claro, a gente aprendeu. Quando a gente chegou pra trabalhar pros outros, a gente começou lá de baixo. A gente não começou já sabendo tudo.

Antenor e Rodrigo foram empregados em pizzarias, como ajudantes, depois pizzaiolos e depois cozinheiros, "subindo uma escadinha" típica de quem trabalha no ramo, segundo eles. Quando ainda trabalhavam "pros outros", os dois tinham uma rotina de ao menos doze horas de trabalho por dia, dividida em dois turnos. Um turno dentro do restaurante e outro turno "por fora", entregando marmitas. Rodrigo enfatizou: "tipo, um horário fodido" e Antenor explicou o porquê, "a gente chegava em casa [depois da entrega das marmitas pela manhã], tomava um banho, pra 3:30 [da tarde] estar na pizzaria até 1:00 da manhã". Eram mais de doze horas de trabalho pesado. E, nas palavras de Rodrigo:

> *Era foda. Para a gente conquistar alguma coisa, eu cheguei um dia a trabalhar das 8:00 da manhã até 1:00 da manhã. 8:00 da manhã a 1:00 da manhã! 1:00 da madrugada. Entendeu? Chegou meu chefe: "Cara, pára para comer". E eu: "Cara, não vou parar porque não tem ninguém pra fazer o que eu tenho que fazer aqui. Se eu fazer, o negócio pára. Não sai prato para os clientes". Então você tem que focar no que você quer, porque se eu fazendo isso a mais, eu vou estar sendo visto. Se não for por aquilo, por aquela pessoa me ver... Acho que foi tanto serviço que tacaram em cima de nós, eu e dele [Antenor], que Deus tá abençoando. Coisas novas. Que é isso que eu acho que foi feito. Que foi muito tempo de trabalho, dez anos. Que a gente tinha possibilidade, tinha força, tava todo dia ali no horário certo, a gente nunca deu o cano. Muitas pessoas, principalmente o dono. Que eu trabalhei pro dono, ele trabalhou muito com o dono. Então assim, esse pessoal via, mas assim, não queria perceber, ninguém te dá cargo. E a gente tava preparado. Muitas pessoas pegam o cargo, estando preparado. E muitas pessoas "ah, vou te dar um cargo, sei que você está preparado, vou te segurar". E isso aconteceu muito comigo, eu ficava para trás. Eu tava preparado, mas ninguém gostava de mim porque eu sou certo. Eu gosto do negócio certo. [...] Mas como não foi visto ali, Deus viu então, abençoou só uma coisa. Acho que foi isso que aconteceu com a gente. Então a gente foi abrindo um negocinho aqui…*

Mesmo com o seu negócio já em andamento, Rodrigo e Antenor mantiveram seus empregos por algum tempo. Queriam continuar a receber "salário e ter a carteira assinada" e, se algo acontecesse, também o "seguro desemprego". No entanto, os horários e a rotina estavam muito "pesados" e, por algum tempo, eles refletiam sobre o que fazer "levando do jeito que dava". A falta de reconhecimento no emprego também pesava. Mas Rodrigo pensava consigo mesmo, "cara, eu acho que não é a hora [de largar o emprego], porque você precisa estar com grana, para montar um negócio", principalmente ao considerar "a crise [econômica]".

Ele decidiu "assumir o risco" depois de pensar bem no que desejava, que era ter seu próprio negócio. Repensou e decidiu: "Ah, mano, vamo aí, né?". Antenor, pelo contrário, decidiu por "segurar" um pouco mais e continuou no seu emprego de cozinheiro. No entanto,

seu patrão “descobriu” que ele “tinha uma pizzaria com o irmão”. Ele conta que nunca disse ao patrão porque a pizzaria era, à época, de fato e de direito de Rodrigo. Mas “por fofoca”, seu chefe ficou sabendo e o questionou. Ele contou a verdade, explicou que era “ajudante” e não “sócio”, mas seu patrão decidiu por fazer suas contas, afirmando: “Vamos parar por aqui”.

Desse dia em diante, Rodrigo e Antenor tem investido todo seu tempo na pizzaria que tem como nome o sobrenome da família do lado paterno dos rapazes.

13.3 Rogerinho

“Trabalhei em vários segmentos desde os 13 anos de idade”.

Rodrigo e Antenor eram “meninos de Bia”, tanto quanto Rogerinho. O encontro com esse último, porém, deu-se depois de duas tentativas e alguma insistência de Bia. Ela pensava que Rogerinho teria muitas boas histórias sobre “se virar”, era “safo” e tinha “espírito de empreendedor”. De fala rápida e olhar fugidio, Rogerinho não aparentava muita disposição para falar de sua trajetória de trabalho. De braços cruzados, respondia com muita objetividade e não alongava a conversa. Por perceber certa desconfiança, ligamos o gravador somente quando a conversa engrenou, quando notamos que Rogerinho estava menos tenso no seu gestual e no seu semblante. Pedimos a licença para iniciar a gravação e ele começou a contar que aos 31 anos, pela primeira vez estava empregado, com carteira assinada e com um contrato sem prazo determinado. Ele estava há seis meses contratado como promotor de vendas da “maior empresa de bebidas do continente”. Iniciou como terceirizado e passado um ano meio, fora contratado para fazer parte do quadro direto da empresa. Nas palavras de Rogerinho:

> *Eu estava trabalhando terceirizado, aí eles gostaram do meu serviço, aí quando fiz um ano e meio eles me passaram direto para a companhia. Aí foi uma mão na roda. Aí peguei e falei: “não se preocupem, eu vou* [assumir a vaga]*”. Porque aí tinha convênio para as crianças, né? Eu tenho duas filhas. Aí passei nas provas, tudo certinho, consegui a vaga. Após isso, comecei a me destacar. Até me destaquei bastante, estou promovido hoje. Fui promovido como vendedor, estou esperando a vaga de vendedor.*

Antes de ser um “quase” vendedor, Rogerinho fora motoboy e carteiro, “mas tudo sem registro”. Ele explicou: “Fui ajudante de pedreiro, trabalhei em vários segmentos desde os 13

anos de idade". Rogerinho sempre se virou e tinha um "tino" para "desenrolar" qualquer atividade. Dentre os "vários segmentos" em que "atuou", um deles era o de "olhar carro na universidade". Ele explicou durante nossa conversa:

> Rogerinho – *Eu ficava pela universidade também, andando ali. Porque eu cuidava de carro, trabalhava. Aí depois parei, interrompi minha vida de trabalho pela juventude, mesmo, as bagunças que a gente faz na juventude, né? Aí após minha esposa engravidou e comecei trabalhar de motoboy. Aí antes disso eu ainda fiz uns bicos de ajudante de pedreiro e depois comprei uma 'motinho', comecei a trabalhar de motoboy. Aí parei de trabalhar de moto, comecei a trabalhar de carteiro, terceirizado. Após isso fiquei mais uns cinco anos desempregado.*
>
> Flávia – *Cinco anos?*
>
> Rogerinho – *Cinco anos desempregado.*
>
> Flávia – *E o que você fazia nesse tempo?*
>
> Rogerinho – *Então, aí eu estava... aí eu estava afastado daqui. Aí retornei para cá, aí comecei a procurar serviço, estava trabalhando de ajudante de carga e descarga nas Casas Bahia. No caso, terceirizado também, sem registro. Aí fiquei sabendo de uma vaga que ia ter tipo para trabalhar para a empresa que eu estou agora, também terceirizado. Aí fui lá, indicado, consegui a vaga.*

Nesse momento da entrevista, Rogerinho fez um sinal com a mão para que a gravação fosse interrompida. Atendendo a seu pedido, pausamos o gravador e perguntamos se havia algum problema. Durante vinte minutos o gravador permaneceu pausado e Rogerinho explicou sua trajetória em detalhes, agora, com os braços descruzados e semblante menos sério.

Os cinco anos de desemprego, na realidade, foram os cinco anos que Rogerinho esteve na prisão. "Eu caí", explicou-me utilizando de uma gíria para dizer que havia sido preso, "porque fui envolvido com uma parada aqui na comunidade". "Mas foi esquema porque eu não dei o que eles queriam [referindo-se, provavelmente, à extorsão da polícia], não tive nada a ver com isso". Desde o início da adolescência, Rogerinho "bagunçava". Primeiro pelo campus da universidade, depois pelas ruas de São Paulo. Furtos e roubos foram suas primeiras bagunças. Com acesso a armas e munição, passou a roubar carros e casas de determinadas regiões da cidade. A entrada no tráfico foi o passo seguinte, bem no meio da adolescência. Ele se tornou "gerente de biqueira", e se destacou coordenando os "aviõezinhos" de uma região da zona oeste da cidade. Ele explicou da hierarquia do Partido[174] e da organização do trabalho em turnos.

[174] Em referência ao Primeiro Comando da Capital (PCC), organização criminosa que surge e se desenvolve na década de 1990 no Brasil, depois do Massacre do Carandiru.

Questionei quando e como Rogerinho tinha decidido sair da vida no tráfico, mas não obtive uma resposta definitiva. Ele indicou que o nascimento das filhas foi algo que o fez querer mudar de atividade. Mas ao que parece, "quem entra nessa vida, não consegue mais sair totalmente".

13.4 Ítalo

"Foi o start".

Apesar das histórias dos meninos que flanavam na rua ser as dos trabalhadores pobres, uma das trajetórias que remete ao trabalho cedo na biografia e na rua, em outra configuração, é a de Ítalo.

Não é possível dizer que ele "se virava" nas ruas, mas ao responder minha pergunta de quando começou a trabalhar, Ítalo também apontou (assim como fez Rinaldo) essa "inquietação" na infância. Ele sempre quis "ter o próprio dinheiro" e, por isso, começou a vender tatuagens temporárias. "Uns adesivos que tive ideia de vender quando passava férias na praia, lá pelos 12 anos de idade", explicou-me. Depois das férias, ele resolveu vender na porta da academia de ginástica perto de sua casa. Ítalo "adorou" a sensação de ter sua própria renda e começou a guardar o dinheiro que conseguia das vendas. Quando conseguiu poupar um valor "razoável", decidiu investir o dinheiro. Ítalo contou-me que

> [...] *nessa hora foi o start. Eu comecei a ganhar meu próprio dinheiro. E aquilo lá foi legal. Sabe? E o dinheiro que eu ganhei desse negócio* [da venda das tatuagens], *ao invés de eu comprar um tanto de bala, comprar doce, fazer isso, fazer aquilo – que é mais ou menos o que as crianças nessa idade fazem –, eu resolvi que eu ia comprar um bezerro.*

O pai de Ítalo tinha algumas cabeças de gado e estimulou o filho a investir o dinheiro de forma parecida. Dos primeiros investimentos na pecuária, ele conseguiu montar sua primeira loja de roupas, também tendo como referência o negócio de seu pai que era dono de uma pequena cadeia de lojas de confecções. Ítalo explicou em mais detalhes:

> *Meu pai tinha uma fazendinha, aí eu comprei esse bezerro e deixei lá, aí o bezerro cresceu, virou boi, vendi o boi e comprei um tanto de bezerro. Fui fazendo isso algumas vezes. Aí numa hora eu tinha um tanto de boi. Tinha uns vinte e tantos boizinhos. E a minha decisão foi vender esses bichos todos e montar uma loja de roupa que era o que o meu pai tinha. Então isso eu já tinha 16 anos.*

Mas foi aos 14 anos que, entre os investimentos e vendas, ele também começou a trabalhar como estoquista nas lojas do pai e foi "subindo na carreira", até se tornar gerente de uma das lojas e depois montar a sua própria. As divergências sobre como administrar os negócios começaram a aparecer, o pai de Ítalo não concordava com algumas decisões do filho. Até que um dia disse a ele: "Vamos fazer o seguinte? Toma tudo. Fica com as minhas também. Você não está falando que você sabe tudo aí?". Nesse momento, Ítalo questionou sua irmã mais velha da possibilidade de tocarem o negócio da família juntos. Mas o sonho dela era diferente, ela desejava ser funcionária pública. Ítalo então decidiu: "Vou fazer isso. Se ninguém quer fazer, eu faço sozinho".

De quatro lojas iniciais, Ítalo aumentou sua cadeia de distribuição para 16 lojas em nove anos. Investiu também em produção, abrindo 10 fábricas de confecção. Conforme suas palavras: "na época, a gente já comprava o fio, fazia o tecido, do tecido fazia a roupa e vendia no atacado e no varejo. E eu não só vendia coisa nossa, como coisas de terceiro, também. Era bem aberto, assim". Aos 25 anos de idade, ele alcançou o sucesso do negócio que um dia fora de seu pai. Porém, Ítalo não estava feliz, sentia que "aquele negócio não tinha nada a ver" com ele. Vendeu as lojas, repassou o lucro da venda aos seus pais para que tivessem uma aposentadoria e decidiu "recomeçar do zero" e investir no estudo, em um curso de pós-graduação.

Ítalo contou, entre risos, que não tinha carteira de trabalho até os 26 anos. Quando foi convidado para ser funcionário de uma empresa de telecomunicações por um colega da pós-graduação, passou um mês sem o documento e só no segundo mês como funcionário, finalmente, emitiu sua carteira. Como funcionário, Ítalo passou por duas grandes empresas e disse-me que foram "grandes escolas" em que aprendeu o que fazer e o que não fazer. Mas aquela inquietação da infância novamente tomava suas ideias.

Foi quando conheceu seus futuros sócios. Definiu o encontro entre ele e os outros dois "meninos" como uma "combinação legal". Para Ítalo, a combinação "até hoje é bacana, mesmo porque assim, tem muita coisa que os meninos são bons que eu sou péssimo e o contrário também é verdadeiro. Então funciona super bem". Por essa combinação, Ítalo resolveu investir

uma boa quantia de dinheiro dos seus antigos investimentos na ideia dos outros dois empreendedores e montou uma startup com eles. Oito anos depois, a startup foi vendida para um grupo estrangeiro e os três sócios exercem, à época, uma função mais de “empresários”. No entanto, passados dois anos da venda, a inquietação empreendedora fez com que Ítalo investisse em uma segunda startup a voltasse a ser “empreendedor”.

14. “Sejam inconformados!” mas nem tanto

Nos capítulos anteriores, indicamos diretamente as falas dos trabalhadores, fornecendo elementos particulares de cada trajetória para compormos nossa argumentação. No entanto, neste capítulo, não foi possível mantermos essa forma de organização textual. Por se tratar de um episódio ocorrido com um grupo de trabalhadores, a tentativa de reescrevê-lo por falas específicas ou trajetórias particulares descaracterizaria seu sentido coletivo. Resolvemos, dessa forma, contar a situação por meio de uma *estória*, em uma mistura entre o factual e o inventado. O factual corresponde ao desenrolar da situação registrada em nosso diário de campo nos meses finais do ano de 2017. O inventado diz respeito a todos os elementos de descrição da empresa (endereço, ramo de atuação, percentagens e números) e do coletivo de trabalhadores, no esforço redobrado de preservar o anonimato.

14.1 A estória: “Nós, Abaixo-Assinados”

Numa das avenidas mais importantes para a economia do país, no nono andar de um moderno prédio comercial, a promessa da prosperidade empreendedora se cumpria a passos largos. O tipo ideal do empreendedor-inovador de Joseph A. Schumpeter parecia fazer todo o sentido: uma *healthtech* – isto é, uma empresa que utiliza de tecnologia para inovar em serviços de saúde -, criada por quatro jovens empreendedores, crescia em números percentuais e absolutos. Por ano, o volume de transações aumentava em mais de 10% e chegava a mais de R$ 1 bilhão, com uma carteira de clientes que beirava os 100 mil, gerando lucros na casa dos R$ 50 milhões. Crescia também o número de postos de trabalho na empresa. Em menos de oito anos, o número de “colaboradores” cresceu vertiginosamente. De 5 passaram para de 210 contratados, verdadeiras testemunhas do milagre da geração de empregos promovido pela força do empreendedorismo.

Foi ainda em um edifício menor em espaço e em glamour, que eu pude acompanhar a transformação dessa *startup* em empresa estabelecida no mercado. Por mais de dois anos, fui consultora para assuntos relacionados a departamento pessoal, avaliação, treinamento e tudo mais que pudesse ser inventado para azeitar as relações entre líderes e “colaboradores”. Para a avaliação de desempenho, por exemplo, inventou-se que para cada bom resultado obtido, o líder direto deveria enviar um “Uau” ao colaborador pelo sistema de mensagens da empresa, e para

cada erro ou comportamento inapropriado do colaborador, o líder enviaria um “Opa!”. Ao final de determinado período, a quantidade de “Uaus” e “Opas” deveria indicar o teor da avaliação de cada colaborador.

Mas dentre essas inúmeras invenções, uma em particular era a “menina dos olhos” dos fundadores da empresa: os valores, a missão e a visão da *healthtech* foram desenvolvidas como que em uma Constituição, a lei máxima que rege um Estado. Inspirada na Constituição estadunidense de 1787, o documento da empresa continha a explicação de sua criação e fundação, os direitos e os deveres dos colaboradores. Partes da Constituição foram impressas em pôsteres, distribuídos pelos escritórios. Era comum que os monitores de TV da sala de recepção repetissem os oito artigos da Carta Magna da empresa, propagando os valores a serem nutridos pelos colaboradores.

Um dos imperativos exibidos nos pôsteres e na televisão era o da manutenção de um “ambiente de *startup*”. Isso quer dizer um ambiente informal e despojado, sem hierarquias rígidas, em que todos deveriam encarar o negócio como “donos”, como se estivessem começando a partir de hoje, com todas as incertezas e riscos que se colocam ao início de uma empreitada. Um outro valor reforçava: “Somos inovadores. Não nos conformamos e nosso objetivo é fazer, a cada dia, um trabalho melhor. E, por isso, usamos a criatividade para pensar em novas formas de resolver os problemas de nossa rotina de trabalho”.

Pois um dos problemas que se apresentava na rotina de trabalho da maioria dos colaboradores era o relativamente baixo valor recebido de “Vale Refeição” (o “VR”), ou seja, o “benefício” oferecido pela empresa para custear as refeições diárias dos trabalhadores. Geralmente, o almoço. O preço do almoço em uma das avenidas mais importantes para a economia do país, me diziam os “colaboradores”, não podia ser modesto. O “VR” de módicos R$20 ao dia para comida e bebida não fechava a conta no orçamento dos trabalhadores que acabavam se utilizando de parte considerável de seus salários para cobrir a despesa com refeições.

Em reuniões com seus líderes imediatos (aqueles que acompanhavam as atividades diárias de perto), os trabalhadores argumentavam pedindo o aumento do valor para comida, justificando que nos arredores do prédio em que a empresa estava, “em um raio de mais ou menos dois quilômetros” – conforme a fala de um colaborador -, não havia restaurantes com pratos feitos por menos de R$25, sem incluir a bebida. Se andassem para longe do prédio, ultrapassando esse raio, perderiam, no mínimo, 40 minutos da hora de almoço somente para o

deslocamento. Se fossem otimistas e extremamente ágeis, sobrariam 20 minutos para fazer o pedido ou montar o prato, comer e voltar à mesa de trabalho.

Os protestos para o aumento do VR, primeiramente, eram tímidos, mas, aos poucos, o que era burburinho transformou-se em coro. Todo dia, o questionamento era trazido de diferentes formas: em piadas que circulavam por e-mail; em conversas informais entre colegas depois do almoço, nas horas "do café" e "do cigarrinho"; nas reuniões de equipe. Os supervisores escutavam a reclamação e passavam aos coordenadores que, por sua vez, repassavam aos gerentes que levavam a demanda um pouco mais "para cima".

Os diretores, no que lhes dizia respeito, se voltavam aos cálculos para saber se e quando poderiam aumentar o benefício. Por fim, recorriam ao departamento de Recursos Humanos (RH) como porta-voz para dar respostas evasivas sobre a chegada ou não da benfeitoria. Neste ciclo de protestos e respostas pouco consistentes, os trabalhadores começaram a demonstrar maior impaciência. Talvez pela fome imposta pela economia ao montar os pratos nos *self-services* da região ou pela má nutrição, resultado do consumo exagerado de *fast foods*. O que se sabe é que essa irritação culminou com a ideia de um abaixo-assinado.

Foi com o entusiasmo da ideia e inspirados pelo inconformismo construtivo, exposto na Constituição da empresa, que todas as equipes operacionais (da área de atendimento ao cliente, entre os cargos mais baixos no encarreiramento na empresa) uniram-se no esforço de explicar a dificuldade que enfrentavam. Incluíram os cálculos, mostraram por A mais B que não era possível nem comprometer tanto dos seus salários para trabalhar, nem comprometer sua saúde para o trabalho. Também diziam: não foi deles a escolha de estar naquela região específica da cidade, nem naquele edifício que em seu pilotis tinha apenas uma lanchonete e um café (e que cobravam "absurdos" R$20 por um salgado e um refrigerante!). Todos estavam de acordo que um aumento de pelo menos R$5, não impactaria nos gastos da empresa e faria enorme diferença, além de aliviar as dores de cabeça e as eventuais dores de estômago.

Satisfeitos com os argumentos detalhados no abaixo-assinado, levaram o documento coletivo com quase cem assinaturas para um dos gerentes e pediram para que ele fizesse parte do coro. O gerente, por sua vez, num misto de empolgação com a iniciativa dos colaboradores e de "um tanto de imaturidade corporativa" – assim como ele me falou em conversa posterior aos fatos -, assinou o documento e reforçou que estava "do lado deles" e intercederia com os diretores e com o RH pela causa que considerava justa. Com o engrossar do coro, os

colaboradores, ainda mais satisfeitos com o reconhecimento do “inconformismo construtivo” que seguiam e propagavam, ousaram pedir a assinatura de outra gerente.

Foi quando o coro desafinou.

A gerente, uma das mais antigas contratadas da empresa, mostrou-se furiosa com a tentativa de coletivizar a reivindicação. Pediu vistas do documento e em voz estridente questionou os colaboradores: “Aqui tem gente de sindicato infiltrada? Vocês pensam que estão em São Bernardo? Isto é uma traição!”. Visivelmente nervosa, recolheu-se em sua sala e levou o documento consigo. Também em conversa posterior aos fatos, ela me disse que “pensava na repercussão de um documento desses chegando na diretoria”. O que diriam os diretores? Provavelmente que os gerentes não tinham controle sobre as suas equipes. E afinal, aquilo era um benefício, um “algo a mais” que a empresa “dá de bom grado”. Os colaboradores, segundo ela, deveriam agradecer por ter algum valor disponível para abater de suas refeições já que em muitas empresas “nem isso se tem”.

Sua fúria se agravou quando encontrou dentre os nomes listados no abaixo-assinado o de um gerente. A gerente constatou que um de seus pares fazia parte do conluio, coisa que considerou inimaginável. Segundo ela, não havia motivo possível para que um “gestor” se juntasse ao coro de um “bando de sindicalistas”. Ele deveria prezar pelos interesses da empresa e controlar com “pulso firme” sua equipe. Ela teria de conversar com ele e trazê-lo de volta à realidade. Para ela, ele foi levado pela “imaturidade” e demonstrou “incompetência como líder”.

Nesta tentativa de conversa entre os gerentes, a situação ficou ainda mais tensa já que a gerente acusava o gerente de ser irracional e de agir como “um meninote” na vida empresarial; ele, por sua vez, argumentava que a causa era justa, concordava com os trabalhadores e não via “maldade” em um abaixo-assinado. Revoltada com o argumento “pífio” do colega, e para evitar o prosseguimento da “baderna”, a gerente rasgou o documento coletivo. Picotou todas as páginas e colocou-as no lixo. Ela se justificou: “Se não fosse pela minha postura firme, quem sabe o que eles pediriam em seguida?”.

O RH, chamado pelo gerente a intervir na situação, tentou mediar uma conversa entre os líderes, acalmando os ânimos de ambos. Vencido pelo sermão da colega (e do RH), e também pela destruição do documento coletivo, restou ao gerente pensar em como “amadurecer” diante dos conflitos e criar uma relação de “maior autoridade” com seus comandados. A gerente, de seu lado, quando mais calma, reuniu sua equipe e fez sua sentença ecoar para toda a empresa:

“Aqui não tem baderna de sindicato. Este abaixo-assinado não vai ‘pra’ frente nem nessa equipe nem nas demais. Até que haja aumento do ‘VR’, tragam marmitas de casa”.

14.1.1 Para compreender a estória

Para que esta *estória* seja melhor compreendida, torna-se fundamental ressaltar que a situação descrita remete ao dia-a-dia de trabalhadores de estratos médios da sociedade. São, em sua grande maioria, trabalhadores brancos, entre 20 e 35 anos de idade, todos com ensino médio completo e, grande parcela, com ensino superior completo ou em andamento. Suas faixas salariais estão acima de dois salários mínimos. Estes dados possuem relevância se considerarmos que entre outros estratos da sociedade, fora da realidade de trabalho ou com menor estrutura de regulação e proteção, as possibilidades de agir e reagir dos trabalhadores são bem mais estreitas.

14.1.2 Por dentro da norma, o incalculável

Conforme já elucidado, a *startup* tornou-se parte importante de uma “cultura empreendedora” que se consolidou no mundo, e particularmente em nosso país ao longo das três últimas décadas, influenciando políticas públicas e alterando profundamente as relações de trabalho de estratos médios da população que vive do trabalho. Investigar o trabalho nesse tipo específico de empresa é urgente[175] para compreendermos novas formas de organização que intensificam a exploração, mas principalmente criam as justificativas morais para o desmantelamento de direitos coletivos. A racionalidade neoliberal, nesse sentido, “coloca o

[175] Não encontramos estudos em Psicologia Organizacional e do Trabalho e da Psicologia Social do Trabalho que se debruçam sobre este novo cenário: a startup. Há uma intensa investigação dessas empresas na área da Administração e da Engenharia de Produção. No entanto, se buscarmos por esse termo (“startup”) no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, teremos poucos estudos que investigam o trabalho nas condições desse tipo de empresa. Em Maio de 2019, buscamos pelo termo “startup” e obtivemos mais de 250 resultados, dentre os quais 91 eram da área da Administração e mais de 30 das Engenharias. Encontramos apenas um resultado na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho. Uma dissertação de mestrado defendida em 2017 na Universidade Federal do Maranhão de autoria de Heitor Natividade Oliveira, intitulada “‘Eu tenho um ambiente maravilhoso, mas eu tenho um ambiente enorme de incertezas’: prazer e sofrimento no trabalho no contexto de startups”.

mercado e a moral como formas singulares de provisão de recursos para as necessidades humanas, compartilhando princípios e dinâmicas ontológicos" (Brown, 2018, p.21).

Definida como política pública, esse tipo de empresa tem especificidades que não podem ser limitadas nos aspectos técnicos. Analisar a *startup* é, por sua vez, analisar um cenário específico em que a empreendedorização, como método neoliberal, se intensifica. E, por isso mesmo, viabiliza e reforça a disseminação de conceitos, ideias, e racionalidades neoliberais em um circuito que se pretende fechado (Marttila, 2018).

Apesar de algumas das empresas em que estivemos serem consideradas de pequeno e médio porte, e de já terem mais de três anos de atuação (tempo que já não corresponde a um negócio inicial e sim estabelecido), muitas delas se intitulam *startups* ou, ainda, afirmam que "seu ambiente é de uma *startup*", indicando a existência de uma "cultura *startup*". Mesmo em algumas multinacionais com as quais tivemos contato, "departamentos de inovação" tornaram-se verdadeiras *startups*, constituindo "núcleos independentes de negócio". Uma maneira de organização do chamado "intraempreendedorismo" com a criação de uma empresa dentro de outra, por assim dizer.

Se voltarmos ao relato exposto, vemos uma empresa com mais de oito anos e 200 funcionários que pretende conservar o "ambiente de startup". Mas, o que seria exatamente esse "ambiente"? O que o difere da "cultura" de outras empresas?

O "ambiente de *startup*" (ou a "cultura *startup*") possui uma "vibração de eterno começo de negócio" em seu modo de organização. Isso implica uma incessante "coragem de lançar-se ao risco" e "agilidade para lidar com o incerto". Para trabalhar em uma startup, se deve conservar o "frescor de quem começa" e a avidez pelo "disruptivo" para que os seus planos de negócio sejam "inovadores". É preciso, também, conservar um ambiente descontraído e informal. Em uma das empresas que estivemos, por exemplo, havia avisos em quadros que explicavam: "é possível ter seriedade sem usar um terno. Seriedade não é mau humor. A gente pode trabalhar bastante e com muita alegria."

É característico, ainda, um "alinhamento de discurso" em que todos são "donos do negócio". O sentido de propriedade e de cuidado com a empresa e com suas atividades reforçaria uma "união para que tudo dê certo". Geralmente, por serem empresas pequenas, o número reduzido de colaboradores traz uma intimidade com todos os processos do negócio pois "cada colaborador tem de conhecer e fazer de tudo na empresa, e fazer sempre mais".

Dessa forma, não há apenas uma definição de cunho técnico de startup, considerando tempo de negócio e área de atuação, mas também uma forma de relação no trabalho, em que a "descontração" e a "avidez pelo novo" se conjugam, e a "incerteza" é "motivadora". Neste cenário, aumenta-se o risco em nome do potencial de crescimento e da revitalização do mercado em seu processo interno, aos moldes dos neoschumpeterianos. A união para que tudo dê certo não está entre os trabalhadores, estes podem seguir suas rotinas dispersos. O que necessita ser unificado é o objetivo, e as atividades reguladas para que se alcance esse objetivo. Trata-se menos de uma coletividade e mais de uma "comunidade de indivíduos", utilizando-nos das palavras de Guevara (2017, p. 63).

O trabalho é, também, intensificado e cada colaborador deve "conhecer a empresa como a palma da sua mão", o que não quer dizer necessariamente e diretamente desespecialização, mas sim um número maior de atividades. O risco é imposto como coletivo já que todos são "donos do negócio", diferentemente dos lucros ou das decisões estratégicas represadas pela hierarquia. A visão, a missão e os valores passam a ser também encarados como metas coletivas, atrelando performance individual à recompensa (também individualizada), e desfazendo o sentido coletivo do trabalho. A descontração do ambiente de startup permite menores diferenças entre uma "vida profissional" e uma "vida social", o que pode ser nomeado de "trabalho sem forma trabalho" (Abílio, 2011, p.287).

Dessa maneira, é possível registrar que, tanto nas conversas com os trabalhadores como nas recentes políticas públicas, o termo startup ganhou um uso muito mais amplo que o de uma "empresa nova com alto potencial de crescimento". Esse tipo de empresa é constituído, por um lado, pelas biografias de empreendedores, seus comportamentos e narrativas sobre risco, competição e mérito; e, por outro, pela ressignificação da Teoria do Desenvolvimento Econômico de Joseph Alois Schumpeter. Principalmente, pelos conceitos de inovação e de "destruição criativa" cunhados por esse economista austríaco e resgatados pelos neoschumpterianos. As startups são para os economistas neoschumpeterianos a expressão acabada do contínuo recomeço dos modos de produção e de consumo estabelecidos pelo empreendedorismo e centrados na história do empreendedor que devem ser a porta de saída para a geração de empregos e para o desenvolvimento econômico das sociedades.

No cenário de constante incerteza e risco que é a startup, encontramos trabalhadores em situações onde conseguimos identificar a "desestabilização dos estáveis", como nomeou Robert Castel (1998), ou a "generalização" do precário, como indica Ludmila Abílio (2011). Isto quer dizer que mesmo em situações de alguma regulação e proteção, convivemos com a instabilidade

e a insegurança no trabalho. Essa desestabilização não estava circunscrita aos trabalhadores pobres e com pouca qualificação. Do contrário, mesmo entre os que possuíam uma alta "empregabilidade", a insegurança e a desestabilização mostravam-se presentes. No cenário da startup a ação do precário – a precarização – tornou-se uma importante dimensão, apesar de ser em forma e profundidade completamente distinta se observada nas trajetórias dos trabalhadores pobres.

Nas startups, convivemos com trabalhadores que aos poucos estavam sendo "recontratados" informalmente como MEIs. A justificativa para tanto era a de que o que seria pago em "impostos trabalhistas" poderia ser direcionado ao trabalhador, e era ele quem deveria decidir o que fazer com seu dinheiro, sem que o "Estado interferisse". Quando questionamos os trabalhadores sobre o quanto seus salários aumentariam com a recontratação, alguns indicaram que "em um primeiro momento", não haveria aumento, já que a startup era uma empresa em início de negócio. Outros falaram de valores que não ultrapassavam R$ 300.

Neste sentido, o MEI simplificou em formato a "pejotização lícita"[176], iniciada nos anos de 1990, abrangendo outras parcelas da população. Também a partir da década de 1990, houve uma fragmentação da representação sindical no país na qual o Estado abdicou de seu papel regulador dos sindicatos. Para Cardoso (2015), foi com "a revogação dos preceitos legais que davam ao Ministério do Trabalho o poder de registrar e reconhecer os sindicatos, de regular seus estatutos, fiscalizar suas contas e intervir nas eleições sindicais", que as amarras entre sindicatos e Estado foram desfeitas. Por um lado, aboliu-se o mecanismo de intervenção direta utilizado pela ditadura até 1988. Por outro, fragmentou-se as bases sindicais pela

[176] O termo pejotização diz respeito à contratação de um trabalhador pela via de um contrato de prestação de serviços de natureza civil, isto é, esse tipo de contrato está à parte da justiça especializada do trabalho, sendo regulamentado pela justiça civil. Isso quer dizer que a relação não reconhece subordinação entre trabalhador e empresa, na verdade, constitui-se na pejotização uma relação, ao menos jurídica, entre duas empresas. O trabalhador não será mais uma Pessoa Física, mas passa a ter uma personalidade jurídica. Ao registrar-se como Pessoa Jurídica (PJ, "Pejota"), o trabalhador presta serviços como autônomo, abrindo mão das garantias da relação de emprego, já que é visto como "empresário" que não possui uma relação de subordinação com a empresa contratante de seus serviços. Para a empresa que contrata o "Pejota", há uma diminuição dos encargos trabalhistas e fiscais; além do aumento ou da súbita diminuição das horas de trabalho requeridas do trabalhador, já que este não possui garantia de descanso remunerado ou férias e estaria, em certa medida, à disposição integral da empresa contratante. É a Reforma Trabalhista efetivada a partir de 2017 que finaliza em termos jurídicos a "pejotização lítica". A Lei 13.467/17 criou a figura do autônomo (por meio do artigo 442-B), um trabalhador que exerce sua função com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, não sendo por isso considerado empregado. Para Severo e Souto Maior (2017, p.39), a criação da figura do autônomo não afasta a caracterização de vínculo empregatício pois, lembram os autores, empregado é quem presta serviço de forma "contínua, subordinada e remunerada", o que inviabiliza considerar um trabalhador nessas condições como "autônomo". É a continuidade da atividade, e não a exclusividade, que caracteriza a relação de emprego, e é a partir dela também que se presume a subordinação.

“mercantilização da força de trabalho, ou a re-privatização das relações de classe” (Cardoso, 2003, p. 120).

Ao mesmo tempo em que se fragmentaram suas bases, essas instituições perdem a confiança dos trabalhadores e a legitimidade da representação coletiva paulatinamente. Menos de duas décadas depois de protagonizarem convulsões sociais de resistência à ditadura, passam a ser avaliadas com desconfiança pelos trabalhadores e pela população em geral. Segundo Cardoso:

> Para dizer numa palavra, os sindicatos deixaram o centro da cena política. Seu papel de articuladores de identidades coletivas foi fortemente eclipsado pela avalanche neoliberal, a ponto mesmo do sindicalismo perder um de seus capitais mais preciosos, acumulado ao longo dos anos 1980: o de ser uma instituição confiável para a maioria dos brasileiros. Em 1990, auge da organização sindical dos trabalhadores, quase 60% dos eleitores nacionais consideravam os sindicatos instituições confiáveis, segundo pesquisa do Datafolha. Em 2001 esse percentual tinha caído para 27% nas regiões metropolitanas pesquisadas pelo People’s Security Survey, da OIT. Todas as instituições sociais e políticas foram afetadas, mas os sindicatos estão entre as que mais perderam legitimidade, o que ocorreu também entre seus adeptos, já que apenas 37% dos filiados confiavam em sua instituição de representação em 2001 (Cardoso, 2003, p.121).

No entanto, até 2017, a desarticulação da representação sindical mantinha-se no paradoxo de não sofrer intervenção do Estado mas, também, ser parte do poder público por cobrar impostos. Com a Reforma Trabalhista, desobriga-se a contribuição sindical tornando-a facultativa. No entanto, não há outra fonte de sustentação dos sindicatos prevista em Lei (Severo e Souto Maior, 2017, p. 19).

No comentário inicial do “Manual da Reforma Trabalhista: ponto e contrapontos”, Severo e Souto Maior buscam situar, passada a Reforma, os elementos que compõem essas sucessivas desarticulações do coletivo – o Direito do Trabalho, os Sindicatos, a ampliação de pejotas e terceirizados nas figuras de autônomos e microempreendedores – sem que houvesse uma reação vigorosa dos trabalhadores, ao menos não tão vigorosa quanto o desmonte perpetrado. Os autores concluem que

> [...] os trabalhadores já se viam, na realidade, atingidos pelas condições precárias de trabalho, como a jornada de doze horas ou mais, sem intervalo, a terceirização, os baixos salários, as remunerações “por fora”, o trabalho sem carteira assinada, a necessidade de acumular empregos para poder pagar as dívidas, sempre distanciados dos sindicatos e temerosos com a possibilidade de perder a fonte de renda (Severo e Souto Maior, 2017, p.15).

A empreendedorização, ferramenta da insegurança sócio-econômica, afeta o sentido coletivo do trabalho, e está contida na desestabilização dos estáveis, na precarização por meio da pejotização e da terceirização, e no individual como força motriz única de qualquer "mudança social". A solidariedade entre trabalhadores é vista como ilegítima e perigosa, transformando-se em um "anti-valor". Por isso, a representação coletiva, os sindicatos e seu protagonismo no final do século passado, é corroída institucionalmente e também entre seus adeptos, os trabalhadores. A cultura empreendedora, dessa maneira, favorece a desarticulação política, se legitima na Lei e se efetiva no governo do precário.

Foi na startup que convivemos com a vulnerabilidade que tornou o coletivo de trabalhadores um grupo de indivíduos, como em paralelo com a "sociedade de indivíduos" de que falou Castel (1998). Mesmo quando "abaixo-assinados" como um coletivo inconformado e inovador, astuciosamente utilizando-se dos próprios chavões empresariais, os trabalhadores foram "rasgados" em suas intenções. A violência simbólica do picotar das páginas do abaixo-assinado representou a desintegração da ação coletiva dos trabalhadores. Eles deveriam, cada um por si, "dar seu jeito", "se virar" e trazer cada qual a sua marmita de casa.

A regra que a gerente da startup fez ecoar para pôr fim à articulação dos trabalhadores era clara: se o inconformismo produtivo trouxer a "baderna" da representação coletiva, a flexibilização e o "ambiente de startup" são estancados em seu fluxo, e a hierarquia e o autoritarismo tomam o espaço. Lembremos aqui que na racionalidade neoliberal, "liberdade e dominação são duas faces da mesma moeda" em "uma articulação específica de subjetivação autônoma com a sujeição disciplinar, liberdade e dominação" (Lemke, 2017, pp.131-132). O autoritarismo é parte constituinte desse arranjo produtivo.

À parte da reação da gerente, torna-se importante pensar na alternativa criada pelos trabalhadores. O "ambiente de startup" foi instrumentalizado por eles com muita propriedade. Eles se utilizaram dos valores nutridos pela empresa para "empreender" uma solução nos problemas do dia-a-dia: "inovar" nas formas de comunicação com os seus chefes, coletivizando a exigência. Eles demonstraram *astúcia* no cálculo e na organização dos argumentos (os valores das refeições na região, o tempo de deslocamento para outros bairros versus o tempo de almoço, as opções disponíveis no prédio em que a empresa estava, a sugestão do aumento tendo em vista o impacto do benefício para os gastos da empresa etc.) e no pedido de respaldo daqueles que propagavam os valores da empresa, e que, em teoria, não poderiam negá-los ou ignorá-los.

Pedir ao gerente que assinasse o documento coletivo e intercedesse para que a empresa atendesse à reivindicação, indicava que os trabalhadores reconheciam que as hierarquias existiam, mas utilizavam-se da retórica de sua pouca rigidez no ambiente de startup. A instrumentalização da "ousadia", da "inovação" e do "lançar-se ao risco" da demanda empreendedora ultrapassou a comunidade de indivíduos e os identificou como um coletivo. A *tática* foi refinada: as conversas dispersas em equipe e a informalidade das reclamações foram repensadas por meio do próprio "ambiente da startup" e do comportamento requerido deles.

Assim como Verónica Gago, Ulrich Bröckling (2015, pp.196-197) indica que, embora as pretensões da empreendeorização sejam totalitárias e que não haja um "fora" deste termo, há a produção de "efeitos não intencionais" (ou do "incalculável) na tradução da demanda empreendedora no "mundo real" (ou nas "situações concretas"). Ao falar do *self* empreendedor, ele indica que, apesar da coerência interna das justificativas e estratégias para formar e condicionar o *self*, elas não são pronta e coerentemente traduzidas em "auto interpretações reais" e "comportamentos reais". O programa é coerente e calculado, mas resulta também no inesperado, no previamente não calculado.

Enquanto Gago utiliza da gramática de Paolo Virno (2033 citado por Gago, 2018, p.31) e fala de um "oportunismo de massas" para pensar o incalculável, Bröckling (2015,p.199) resgata Michel de Certeau (1984) para falar da importância da *tática* para a crítica e para a resistência à demanda empreendedora. Compreendida como um campo de força, a demanda é comprometida com a infinitude da mobilização dos sujeitos. Mas como todo campo de força, eventualmente, ele pode ser "perturbado" e "desligado". A *tática*, pensada nos termos de Certeau, torna-se a forma da surpresa dentro do cálculo. Para Bröckling (2015, p. 200), a *tática* é reação e oportunismo, é reagir no meio da batalha, não é uma *estratégia* de batalha.

Gago e Bröckling lembram-nos de que a pretensa infinitude da demanda empreendedora é perturbada na tradução para as situações concretas. E isso já se constitui como a permanente perturbação em seu campo de força. Embora colocada como pretensamente inescapável, a demanda empreendedora encontra a resistência na astúcia, no oportunismo e na tática dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aprendi ao ler Ladislau Dowbor (2017) que o melhor a ser feito por um autor é usar da sinceridade com o leitor. Em outras palavras, é melhor deixar que o leitor saiba daquilo que motiva, anima ou revolta o autor. Para Dowbor, o leitor deve saber o que tira o autor do sério. Isso, além de ajudar o primeiro a localizar-se em seu apoio ou crítica, leva o segundo a rever ou refinar seus argumentos. Dessa forma, não existiria algo como apresentar somente os fatos ou exercer uma neutralidade na pesquisa. O autor que anuncia ser neutro só pode ser um desavisado ou um fingidor.

Pois bem, devo ser franca com o leitor e dizer que o que me leva a pesquisar e escrever sobre o empreendedorismo é a minha experiência como trabalhadora. Ao trabalhar em empresas e startups, muito me incomodava exercer uma psicologia que tinha proprietária, a organização. O que me tirava do sério era não poder questionar a própria organização, a mobilização constante de um "espírito empreendedor" para a maior exploração do trabalho e o papel arrogante de uma psicologia que se fazia míope para a sua própria produção e "aplicação" de conhecimento. Isto tudo tanto me tirou do sério que se tornou uma pergunta a ser respondida, o que, por sua vez, desenrolou-se em pesquisa.

Sei que muitos autores confessam seus interesses, motivações e revoltas logo de início, na apresentação do trabalho. É o mais usual. No entanto, foi somente ao final da escrita que pude localizar de forma mais clara minhas motivações. Foi ao final da jornada que dei um sentido mais certeiro ao que se passou. Por isso, essa explicação está posta nestas linhas finais pois faz parte também daquilo que conclui.

Foi ao final da pesquisa que percebi o encontro entre os motivos que pensava só meus e as experiências, leituras e conversas com outros trabalhadores. O que quero dizer é que a pesquisa me fez afastar-me de minha experiência para reencontrá-la em experiências de outros trabalhadores, em textos e livros, documentos, imagens, vídeos, em inumeráveis interações. Minha experiência encontrou outras e "desembarreirou-se". De repente, minhas perguntas não eram apenas minhas, mas se embaraçavam em outras perguntas e entre muitos nós.

Por isto, "minha" experiência e o processo de pesquisa ganham sentido de perturbação do campo de força da demanda empreendedora. Estamos no campo de batalha. E nossa pesquisa pode ser considerada uma forma tática de resistir ao irresistível, de encontrar e reunir preocupações semelhantes, e de desafiar o que se pretende irremediável. Portanto, esta é a

primeira consideração que devo registrar na reta final deste escrito: nossa pesquisa é movida pela minha experiência como trabalhadora que se encontra em outras experiências e interações e que, pela tática, resiste ao pretensamente irresistível.

*

São muitos os temas que se arranjam e se articulam com o empreendedorismo. Nossa curiosidade foi guiada pelo emaranhado do que se pode falar e pensar sobre o tema. Pensar o empreendedorismo é pensar a um só tempo as instituições, organizações, sujeitos e sociedade; é estudar subjetividade, comportamento, educação, política, economia, legislação… Em uma longa lista de aspectos possíveis a explorar.

Deste emaranhado, começamos a situar nossos interesses. Por partirmos da Psicologia Social do Trabalho, tivemos no trabalho um lugar privilegiado de análise. Interessou-nos desde o princípio os arranjos entre empreendedorismo e o trabalho informal, o trabalho autônomo, o trabalho por conta própria, o emprego e a viração. A curiosidade nos levou para o estudo do trabalho como a "manifestação do empreendedorismo", por assim dizer. Da mesma forma, nos levou ao persistente anúncio de que "somos todos empreendedores".

Pela curiosidade de questionar e analisar este anúncio, exploramos documentos e convivemos com trabalhadores. Colocamos nossas perguntas em circulação e, no processo da pesquisa, partimos para compreender o que se fala sobre o empreendedorismo e o empreendedor na economia, na administração e nas psicologias. Em particular, nas psicologias em nosso contexto.

As psicologias no Brasil apresentam noções e técnicas que buscam sustentar o empreendedorismo e o empreendedor, conservando o estudo desses temas por seu "lado positivo". A discussão desta tomada de "lado" não é anunciada de maneira objetiva e reforça um dualismo em entre dois pólos, o positivo e o negativo, em que nós, psicólogos, teríamos de nos apegar ao primeiro deles. Mesmo em uma perspectiva crítica sobre o tema, não encontramos a discussão das perguntas mais básicas sobre esse "lado positivo": como "positivo"? Por que "positivo"? Para quem "positivo"?

Foi por isto que decidimos por pensar a positividade do empreendedorismo. Todavia, utilizando-nos de uma chave de compreensão foucaultiana em que a positividade não pode ser pensada como moralmente positiva, mas sim como produtiva. A positividade passa a ser a maneira de dispor as coisas e fazê-las funcionar.

Por meio desta chave analítica, formulamos a compreensão de que o empreendedorismo é uma demanda. O empreendedorismo, então, é deslocado do sujeito, de sua "consciência", "motivação", "comportamento", "espírito" para que seja estudado como uma constante chamada à ação, um processo de aprendizado imposto como inescapável. O empreendedorismo é uma demanda pois mobiliza incessantemente os sujeitos.

Ela circula e funciona por meio de uma rede heterogênea de discursos, práticas, instituições, arquiteturas, leis etc. Não possui um posto central ou único de disseminação, é produzido e reproduzido em muitos espaços, em diferentes contextos. Coaches, gurus de negócios, revistas, programas de TV e rádio, canais de streaming, podcasts, blogs e perfis em redes sociais, manuais, artigos acadêmicos das mais variadas disciplinas, cursos, pesquisas, instituições e organizações privadas e públicas, think tanks, discursos de políticos e economistas, pareceres no legislativo e no judiciário são apenas alguns dos incontáveis veículos produtores e transmissores desta demanda.

É desta forma que a demanda empreendedora deve ser compreendida como um dispositivo de governo neoliberal que emerge como resposta à urgência histórica da crise do emprego ao final do século XX. E, dessa maneira, como uma resposta a uma crise de governo. A pesquisa histórica que realizamos a partir do arquivo estudado, nos leva a compreender que sendo o emprego não mais possível, e sendo o mercado o único regime de veridicção possível, a demanda empreendedora abocanha as várias outras formas de trabalhar que lhes são anteriores e exteriores – em outras palavras, tenta abarcar a polimorfia do trabalho. Agora, sob a valorização do risco e do precário na condução de si e dos outros, conforme a racionalidade neoliberal.

No contexto ao Sul, a demanda empreendedora governamentaliza a criação de trabalho: o bico, a viração, a correria são agora as formas incentivadas e predominantes de trabalho. Cabe o aviso que não são formas de trabalho que eram minoritárias até a reestruturação produtiva dos anos de 1970. Do contrário, desde muito são as formas majoritárias. O que queremos dizer é que o que antes era majoritário e visto como "problemático" passa a ser governamentalizado. São as formas estatizadas de trabalho em que o emprego não é mais nem objetivo, nem referência.

No Brasil, particularmente, a demanda empreendedora se articula às transformações *do* Estado ao final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990. Cresce a temática em instituições e organizações, a mensuração e o acompanhamento do empreendedorismo são estabelecidos e

passa a ser parte das políticas públicas. Aos moldes de Schumpeter e McClelland, entre a inovação e a "mudança social", dá-se a empreendedorização neoliberal em nosso país em que os trabalhadores passam a ser milhões de empreendedores.

As diaristas, os entregadores e os motoristas de aplicativo, os MEIs nas startups, a criação do trabalhador autônomo na CLT são exemplos destes milhões. Como nos mostrou a convivência com os trabalhadores, não é mais possível esperar pelo emprego, é preciso se virar, ser multitarefa, em suma, empreender e constantemente aprender a empreender.

Desta forma, sustentamos que a demanda empreendedora torna-se um dispositivo de governo das formas precárias de trabalho em que os trabalhadores já se encontravam. A exploração previamente estabelecida é renovada politica e economicamente. O arcaico é inspiração para inovação na exploração do trabalho, e a demanda empreendedora governamentaliza a precariedade. Talvez, possamos encontrar o exemplo mais agudo dessa governamentalização na reforma trabalhista de 2017 em que se regula e autoriza a jornada intermitente, a dificuldade de acesso à Justiça, a terceirização, a soberania do negociado sobre o legislado.

Todavia, a demanda empreendedora encontra a resistência, a astúcia, o oportunismo e a tática dos sujeitos. O paradoxo do cálculo do incalculável no neoliberalismo continua na ambivalência dos modos de ser, na perseverança de ser, entre a exploração brutal e a formação e renovação de outros laços entre os sujeitos. A racionalidade neoliberal e seus dispositivos não são uma política encerrada de cima para baixo. Antes, devem ser também pensados de baixo para cima, naquilo que malogra esta programação. Nas palavras de Verónica Gago:

> A consolidação de uma leitura de cima para baixo (politicista) acaba falhando num duplo sentido: em primeiro lugar, porque, ao negar a politicidade elaborada de baixo para cima, perde informação, sentido de oportunidade e até rumos possíveis. Segundo: tampouco é efetiva ao criar-se a ilusão de uma consistência impossível: a imagem de um "em cima" onipotente para o estado é, sobretudo, nostalgia (Gago, 2018, p.346).

Trata-se, portanto, de um contínuo a ser explorado sem nostalgias. E é, neste sentido, que apontamos para perspectivas de continuidade desta pesquisa aprofundando uma leitura ao Sul e desde baixo do empreendedorismo e do neoliberalismo. Pretendemos continuar com outras perguntas sobre as programações da racionalidade neoliberal e de seus dispositivos, mas igualmente perguntar sobre as perturbações que partem desde baixo nesses campos de força

que se pretendem inesgotáveis. Ademais, nos novos ventos, ou em termos mais adequados, nos vendavais do tempo presente, temos um longo caminho a percorrer para compreendermos o que Wendy Brown denomina de uma das “realizações neoliberais mais impressionantes”: o desmantelamento epistemológico, político, econômico e cultural do social e as reformas que transferiram para unidades familiares econômico-morais o que antes era parte do Estado social (Brown, 2018, pp.50-51).

Aqui, encerramos nosso argumento. Mas, decerto, esta nossa conversa comprida continuará.

REFERÊNCIAS

Abílio, L. C. (2011). O Make Up do Trabalho: uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Abílio, L. C.(2006) Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão: trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

Abrita, J. B. (2015). "O Futuro do seu Filho você constrói agora": uma análise da constituição da infância de sucesso. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

Acs, Z.; Audrestch, D. (Eds.). (2010). Handbook of entrepreneurship research: An interdisciplinary survey and introduction (Vol. 1). Springer Science & Business Media.

Agamben, G. (2005). O que é um dispositivo?. Outra travessia, (5), 9-16.

Agamben, G. (2011). The kingdom and the glory: For a theological genealogy of economy and government. Stanford University Press.

Albuquerque Júnior, D. M. (2013). Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. Artcultura, 15(26).

Almeida, J. G. D. (2015). Do Desemprego ao Trabalho por Conta Própria: Estrutura e Agência das Desigualdades. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 16(2), 231-241.

Alvarez, M. C. (2015). Michel Foucault e a Sociologia: aproximações e tensões. Estudos de Sociologia, 20(38).

Alvim, S. P. (2008). Impacto em profundidade e amplitude: Avaliando um Treinamento extra-organizacional com foco em Empreendedorismo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Alvim, S., & Loiola, E. (2010). Construção e validação de escala de impacto em profundidade: o caso do Empretec. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho, 10(1), 37-51.

Amarilho, C. B. (2005). As implicações da perspectiva de afastamento do trabalho e projeto de vida no discurso do executivo-empreendedor-idoso. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Ambrózio, A. (2012). Governamentalidade neoliberal: disciplina, biopolítica e empresariamento da vida. Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia, 4(08).

Anderson, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 9-23.

Anderson, P. (2011). O Brasil de Lula. Novos estudos CEBRAP, (91), 23-52.

Antunes, R. (2006). Adeus ao Trabalho: Ensaios sobre as metamorfoses do mundo do trabalho e a centralidade do mundo do trabalho.

Antunes, R. (2018). O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital. Boitempo editorial.

Aquino, J. G. (2013). A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário bibliográfico. Revista Brasileira de Educação, 18(53), 301-324. https://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782013000200004

Aquino, J. G. (2017). Educação e biopolítica: um panorama da produção acadêmica brasileira no campo educacional (2001-2016). Educar em Revista, (66), 95-112. https://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.53864

Aragaki, S. S., Lima, M. L. C., Pereira, C. C. Q., & Nascimento, V. D. (2014). Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. A produção social de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: ABRAPSO/Centro Edelstein.

Araújo, M. A.; Pereira, V. dos S. (2018). Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil. Revista Katálysis, 21(1), 125-136. https://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n1p125

Ariza, M. B. D. A. (2017). Mães infames, rebentos venturosos: mulheres e crianças, trabalho e emancipação em São Paulo (século XIX) (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Avelino, N. (2016). Foucault e a racionalidade (neo) liberal. Revista Brasileira de Ciência Política, 21.

Avelino, N. (2010). Governamentalidade e Anarqueologia em Michel Foucault. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 25(74), 139-157. https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092010000300009

Azeredo, V. D. D. (2014). A metodologia de Foucault no trato dos textos nietzschianos. Cadernos Nietzsche, 1(35), 57-85.

Bacigalupo, M., Kampylis, P., Punie, Y., & Van den Brande, G. (2016a). EntreComp: The entrepreneurship competence framework. Luxembourg: Publication Office of the European Union, 14.

Bacigalupo, M., Kampylis, P., Punie, Y., & van Den Brande, G. (2016b). EntreComp: The Entrepreneurship Competence Framework for Citizens (No. JRC101581). Joint Research Centre (Seville site).

Bailey, N. A. (1965). The Colombian “black hand”: a case study of neoliberalism in Latin America. The Review of Politics, 27(4), 445-464.

Baltieri, M. A. T., & Peçanha, D. L. (2011). A cultura organizacional em um empreendimento hoteleiro. Boletim Academia Paulista de Psicologia, 80(1), 188-209.

Bandeira, P. B. (2018). Motivações para a carreira empreendedora segundo o modelo de carreira caleidoscópica. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Barlach, L. (2009). A criatividade humana sob a ótica do empreendedorismo inovador. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Barlach, L. (2011). Empreendedorismo ou profissão: Um desafio para orientadores (as). Revista Brasileira de Orientação Profissional, 12(1), 119-125.

Barthes, R. (2009). Mitologias. R. Buongermino, trad. Rio de Janeiro, RJ: Difel.

Bastos, J. A. (2014). Saúde mental e trabalho: metassíntese da produção acadêmica no contexto da pós-graduação brasileira. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

Bastos, J. A. (2019). Servidores, funcionários, terceirizados e empregados: a babel dos vínculos, cotidiano de trabalho e vivências dos trabalhadores em um serviço público. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Baumol, W.J.,1993, Formal Entrepreneurship Theory in Economics, Existence and Bounds, Journal of Business Venturing, 3, 197-210.

Bello, K. O. (2017) Vulnerabilização e Trajetórias de Jovens em Desvantagem Socioeconômica: um estudo do impacto das transformações da sociedade cubana atual. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Bendassolli, P. F., & Borges-Andrade, J. E. (2013). Desempenho empreendedor nas indústrias criativas: propondo um modelo teórico. Temas em Psicologia, 21(1), 105-120.

Bendassolli, P. F., Borges-Andrade, J. E., & Gondim, S. M. G. (2016). Self-control, self-management and entrepreneurship in Brazilian creative industries. Paidéia (Ribeirão Preto), 26(63), 25-33.

Bielschowsky, R. (1995). Pensamento econômico brasileiro, o ciclo ideológico do desenvolvimento, revista. Contraponto, Rio de Janeiro.

Birch, D. L. (1979). The Job Generation Process. Cambridge, MA: MIT Program on Neighborhood and Regional Change.

Birch, D. L. (1981). Who creates jobs?. The public interest, 65, 3.

Birch, K. (2017). A research agenda for neoliberalism. Edward Elgar Publishing.

Bitencourt, B. M., Onuma, F. M. S., Piccinini, V. C., Moreira, L. B., & Severo, R. B. (2014). Sentidos do trabalho para jovens de um empreendimento solidário e para trainees. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 7(2), 142-155.

Britos, G.; Karayiannis, A. (2002), The Liberating Power of Entrepreneurship in Ancient Greece, paper presented at International Conference on Entrepreneurship in Theory and History, June, 13-16, Delphi. Calhoun, G. (1926), The Ancient Greeks and the Evolution of Standard in Business, Cambridge Mass.: Houghton Mifflin Company.

Bosma, N., Coduras, A., Litovsky, Y., & Seaman, J. (2017). GEM Manual: A report on the design, data and quality control of the Global Entrepreneurship Monitor. Global Entrepreneurship Monitor, 9.

Brady, M. (2014). Ethnographies of neoliberal governmentalities: From the neoliberal apparatus to neoliberalism and governmental assemblages. Foucault Studies, 11-33.

Brady, M., & Lippert, R. K. (Eds.). (2016). Governing practices: Neoliberalism, governmentality, and the ethnographic imaginary. University of Toronto Press.

Bressan, F., & Toledo, G. L. (2013). A influência das características pessoais do empreendedor nas escolhas estratégicas e no processo de tomada de decisão. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 13(3), 309-324.

Bröckling, U. (2015). The entrepreneurial self: Fabricating a new type of subject. London: Sage.

Bröckling, U.; Krasmann, S.; & Lemke, T. (Eds.). (2010). Governmentality: Current issues and future challenges (Vol. 71). Routledge.

Brown, W. (2019). Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Trad de Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 228 p.

Bruff, I. (2016). Neoliberalism and authoritarianism. In Handbook of Neoliberalism (pp. 135-145). Routledge.

Brunetti, R. M. (2007). A escuta do "mundo da vida" na constituição de uma sociedade emancipatória. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social,Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Bruton, G. D., Ketchen, J. J., & Ireland, R. D. (2013). Entrepreneurship as a solution to poverty. Journal Of Business Venturing, 28(Desperate Poverty), 683-689. doi:10.1016/j.jbusvent.2013.05.002

Budner, S. (1982). Intolerance of ambiguity as a personality variable. Journal of Personality, 30: 29–50.

Bulgacov, Y. L. M., de Camargo, D., da Cunha, S. K., Meza, M. L., Souza, R. M. B., & da Rosa Tolfo, S. (2017). Atividade empreendedora da mulher brasileira: Trabalho precário ou trabalho decente?. Psicologia Argumento, 28(63).

Bunder, S. (1962), "Intolerance of ambiguity as a personality variable", Journal of Personality, Vol. 30 No. 1, pp. 29-50.

Burchell, G., Gordon, C., & Miller, P. (Eds.). (1991). The Foucault effect: Studies in governmentality.

Bygrave, W.D. & Hofer, C.W., 1991, Theorizing about entrepreneurship, Entrepreneurship Theory and Practice, 16,2, 13-23.

Cahill, D., Cooper, M., Konings, M., & Primrose, D. (2018). Introduction: Approaches to neoliberalism. The Sage handbook of neoliberalism, 1, xxviii-xxxiii.

Calás, M., Smircich, L., & Bourne, K. (2009). Extending the Boundaries: Reframing "Entrepreneurship as Social Change" through Feminist Perspectives. The Academy of Management Review, 34(3), 552-569.

Calbino, D., & Paula, A. P. D. P. D. (2012). A Gestão na economia solidária: um estudo nas incubadoras de empreendimentos solidários. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 5(1), 108-126.

Campos, A., & Soeiro, J. (2016). A falácia do empreendedorismo. Bertrand editora.

Campos, E. B. D. (2015). Competências empreendedoras: Uma avaliação no contexto de empresas juniores brasileiras. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, Universidade de Brasília, Brasília, Brasília.

Campos, N. A., & Duarte, F. J. D. C. M. (2013). A dimensão social da atividade empreendedora. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 16, 13-23.

Canever, M. D., Kohls, V. K., Lagemann, M., & Rigatto, P. (2013). Empreendedorismo: por que alguns estudantes e não outros escolhem ser empreendedores?. Estudos e Pesquisas em Psicologia, 13(1), 101-124.

Cardoso, A. M. (2008). Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. Novos estudos CEBRAP, (80), 71-88.

Cardoso, A. M. (2010). Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. Dados, 53(4), 775-819.

Cardoso, A. M. (2015). A construção da sociedade do trabalho no Brasil. Editora FGV.

Cardoso, A. M. (1998). Trabalhar, verbo transitivo: trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústria automobilística. Dados, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 701-750.

Cardoso, A. M. (2003) Da Promessa Integradora à Insegurança Sócio-econômica. Insight Inteligência, Rio de Janeiro, v. 1, p. 114 - 125.

Carvalho, A. F. (2012). Foucault. Cadernos Nietzsche, (30), 221-249.

Carvalho, D. S. D. (2016). Atividade artesanal e o processo de significação do trabalho. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Ghrande do Norte, Natal.

Carvalho, R. S. (2003). Avaliação de Treinamento a Distância: Reação, Suporte à Transferência e Impacto do Treinamento no Trabalho. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

Carvalho, V. D., Boas, E. M. V., Guerra, A. C., & Freitas, T. A. (2014). Valores do trabalho e incubação de empreendimentos solidários: a experiência da Associação Terra do Marolo. Psicologia & Sociedade, 26(2), 449-460.

Casson, M., 1982, The Entrepreneur. An Economic Theory, Oxford: Martin Robertson.

Castel, R. (1998). As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário (Vol. 6). Petrópolis: Vozes.

Castro, E. (2009). Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Autêntica.

Castro, S. (2005). La poscolonialidad explicada a los niños. Bogotá: Universidad del Cauca y Universidad Javeriana.

Castro-Gómez, S. (2007). Michel foucault and the coloniality of power. Tabula rasa, (6), 153-172.

Castro-Gómez, S., & Grosfoguel, R. (2007). Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, 9-23.

Chatterjee, P. (2013). Anderson's utopia. In Grounds of comparison (pp. 171-180). Routledge.

Chodor, T. (2015). Neoliberal Hegemony and the Pink Tide in Latin America: Breaking Up With TINA? Nova York: Palgrave Macmillan.

Coelho, D. P., & Tupinambá, A. C. R. (2016). Aprendizados e orientação por erros em empreendedores do ramo de restaurantes em Fortaleza-CE. Revista de Psicologia, 7(1), 151-164.

Coelho-Lima, F. (2016). Ideologia e significado do trabalho: O caso dos trabalhadores por conta própria. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Colbari, A. L. (2015). Do Autoemprego ao Microempreendedorismo Individual: desafios conceituais e empíricos. Revista Interdisciplinar de gestão social, 4(1).

Coley, V. P. (2015) Aprendizagem organizacional em organizações baseadas em empreendedorismo social da Colômbia e do Brasil. Dissertação da Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo.

Collins, C., Hanges, P., & Locke, E. (2004). The relationship of achievement motivation to entrepreneurial behavior: A Meta-Analysis. Human Performance, 17(1): 95–117.

Collins, C., Hanges, P., & Locke, E. 2004. The relationship of achievement motivation to entrepreneurial behavior: A Meta-Analysis. Human Performance, 17(1): 95–117.

Connell, R., & Dados, N. (2014). Where in the world does neoliberalism come from?. Theory and Society, 43(2), 117-138.

Conti, P. C., & de Faria, D. L. (2017). Empreendedorismo: um caminho para a ampliação da consciência. Psicologia Argumento, 34(86).

Cortez, P. A. (2017). Evidências de validação empírica de escala de atitude empreendedora e testagem de um modelo preditivo a partir dos cinco grandes fatores de personalidade. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de uberlância, Uberlândia.

Costa, B. G. (2013). Procuram-se colaboradores, recompensa-se bem: a trama da colaboração nos sites de Crowdfunding. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Costa, S. F., Santos, S. C., & Caetano, A. (2013). Prototypical dimensions of business opportunity in early stages of the entrepreneurial process. Revista Psicologia: Organizações e Trabalho.

Costanzi, R. N. (2018) Os Desequilíbrios Financeiros do Microempreendedor Individual (MEI). Carta de Conjuntura IPEA nº 38 — 1 ° Trimestre de 2018.

Coutinho, M. C., Beiras, A., Picinin, D., & Lückmann, G. L. (2005). Novos caminhos, cooperação e solidariedade: a psicologia em empreendimentos solidários. Psicologia & Sociedade, 17(1), 7-13.

Cristi, Renato. (1999) Jaime Guzman, Capitalismo y moralidad. Rev. derecho (Valdivia), dic. 1999, vol.10, no.1, p.87-102. ISSN 0718-0950.

Cristi, Renato. (2000). Pensamiento Político de Jaime Guzmán: Autoridad y Libertad. Santiago: LOM.

Pereira da Silva, F. (2018). O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina. Revista Sul-Americana de Ciência Política, 4(2), 165-178.

Dados, N., & Connell, R. (2012). The global south. Contexts, 11(1), 12-13.

Dados, N., & Connell, R. (2018). Neoliberalism in world perspective: Southern origins and southern dynamics. The SAGE handbook of neoliberalism, 28-39. London: Sage Publications Ltd.

Dagnino, E. (2004b) Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. Política Soc. 5 (10): 139-64.

Dagnino, Evelina (2004a) "¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?" In: Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

Dal Magro, M. L. P., & Coutinho, M. C. (2008). Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em" empreendimentos solidários". Psicologia em estudo, 13(4), 703-711.

Dantas, M. de M. (2011) Futebol de Base e Produção de Subjetividade: O Psicólogo do Esporte e a Construção do Atleta Contemporâneo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Dardot, P., & Laval, C. (2016). A nova razão do mundo. Boitempo Editorial.

Davies, W. (2014). Neoliberalism: A bibliographic review. Theory, Culture & Society, 31(7/8), 309-317.

De Castro, S. (1992). El ladrillo: bases de la política económica del gobierno militar chileno.

Dean, M. (1999) Governmentality: Power and Rule in Modern Society. London: Sage.

Dean, M. (2010). Governmentality: Power and rule in modern society. London: Sage publications.

Dean, M. (2015). Neoliberalism, governmentality, ethnography: A response to Michelle Brady. Foucault Studies, 356-366.

Deleuze, G. (1990). ¿ Qué es un dispositivo. Michel foucault, filósofo, 155-163.

Deleuze, G. (1992). Conversações. São Paulo, Editora 34.

Delgado, M. G., & Delgado, G. N. (2018). A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13,467/2017. LTr Editora Ltda..

Dimov, T.; Silva Nóbrega, J. da (2014). A questão da Saúde do Trabalhador em empreendimentos autogestionários. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 17(1), 129-142.

Dinis, A., & Ussman, A. M. (2006). Empresarialidade e empresário: Revisão da literatura. Comportamento Organizacional e Gestão, 12(1), 95-114.

Diniz, E. (1999). Globalização, elites empresariais e democracia no Brasil dos anos 90. Ensaios FEE, 20(1), 155-178.

Dolabela, F. (2007). Pedagogia empreendedora. Revista de Negócios, 9(2).

Dolabela, F.; Filion, L. J. Fazendo revolução no Brasil: a introdução da pedagogia empreendedora nos estágios iniciais da educação. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, v.3, n.2, 2013.

Dowbor, L. (2017). A era do capital improdutivo. São Paulo: Autonomia Literária.

Dreifuss, R. A. (1987). 1964, a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe. Vozes.

DyGay, P. (1996). Consumption and Identity at Work. London : SAGE Publications.

Eckhardt, J. T., & Shane, S. (2010). An update to the individual-opportunity nexus. In Handbook of entrepreneurship research (pp. 47-76). Springer, New York, NY.

Ehrenberg, A. (2010). O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa. Aparecida: Ideias e Letras.

Estevam, A. B. R. (2012). Intra-empreendedorismo e dimensão cultural: um estudo com trabalhadores de uma empresa cearense. Revista de Psicologia, 3(1), 94-109.

Fagali, E. Q., & Oliveira, M. M. V. D. (2014). Os desafios da aprendizagem em projetos sociais: reflexões sobre incubadoras universitárias de empreendimentos solidários com enfoque multidisciplinar. Construção psicopedagógica, 22(23), 34-50.

Fernandes, R. J. R. (2019). Análise crítica do discurso de apoio às MPMES e de fomento ao empreendedorismo no Brasil pós-redemocratização. Tese de Doutorado. EAESP, Fundação Getúlio Vargas, Sâo Paulo.

Ferraz, J. D. A. (2016). O dia que durou 21 anos: A simbiose entre passado e o presente pelas lentes do cinema. Revista TransVersos, (8), 113-132.

Ferreira, A. A. L., Correia, E. B. G., Magalhães, J. D. M. Q., Gavazza, P. Z., Gomes, G. D. A., Pereira, N. B., ... & Madeira, R. J. P. (2012). A psicologia para além das epistemologias: um espaço plural de produção de subjetividades. Redes, 18(34), 59-84.

Ferreira, A. A. L., Curvello, F. V., & Monteiro, G. G. (2009). Técnica de governo e práticas psicológicas: humanismo e empreendedorismo. Temas em Psicologia, 17(1), 261-274.

Ferreira, M. P. V., Pinto, C. F., & Miranda, R. M. (2015). Três décadas de pesquisa em empreendedorismo: uma revisão dos principais periódicos internacionais de empreendedorismo. REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre), 21(2), 406-436.

Fischer, K. (2009). The Influence of Neoliberals in Chile before, during, and after Pinochet. The road from Mont Pelerin. The making of the neoliberal thought collective, 305-346.

Forsey, M. G. (2010) “Ethnography as Participant Listening,” Ethnography, vol. 11, no. 4, 558–572.

Foucaul, M. (1995). O sujeito e o poder. Dreyfus, H.; Rabinow, P. Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 231-249.

Foucault, M. (1985). História da sexualidade: o cuidado de si. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, M. (1991) Questions of Method. In: Burchell, G., Gordon, C., & Miller, P. (Eds.). The Foucault effect: Studies in governmentality.

Foucault, M. (2006). Omnes et singulatim: uma crítica da razão política. Estratégia, poder-saber, 2, 355-385.

Foucault, M. (2008). A arqueologia do saber. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves.–. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Foucault, M. (2008a) Segurança, Território, População. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008b) Nascimento da Biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2010a) Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2010b). O sujeito e o poder (Apêndice da Primeira Edição 1982). DREYFUS, HL; RABINOW, P. Michael Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 273-295.

Foucault, M. (2012). Segurança, penalidade e prisão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 32-36.

Foucault, M. (2013). Politics, philosophy, culture: Interviews and other writings, 1977-1984. Routledge.

Foucault, M. (2013). Vigiar e punir. Tradução de Raquel Ramalhete.–41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 164-185.

Foucault, M. (2014). Microfísica do poder. R. Machado, (Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Graal.

Foucault, M. (2014b). Ordem do discurso (A) (Vol. 1). Edições Loyola.

Foucault, M. (2018). Malfazer, dizer verdadeiro. SãoPaulo: Martins Fontes.

Frese, M. (2010). Rumo a uma psicologia do empreendedorismo-uma perspectiva da teoria da ação. Revista de Psicologia, 1(2), 40-76.

Friedman, M. (1982). Capitalism and Freedom/With the assistance of Rose D. Friedman. Chicago and London: The.

Friedrich, C. J. (1955). The political thought of neo-liberalism. American Political Science Review, 49(2), 509-525.

Frost, G. 2002. Antony Fisher: Champion of Liberty. London: Profile Books.

Furtado, C. (1974) O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro.

Gago, V. (2018). A razão neoliberal: economias barrocas e pargmática popular. São Paulo: Elefante, 372 p.

Gartner, W. B. (1988). “Who Is an Entrepreneur?” Is the Wrong Question. American Journal of Small Business, 12(4), 11–32. https://doi.org/10.1177/104225878801200401

Gartner, W.B., 1990, What are we talking about when we talk about entrepreneurship, Journal of Business Venturing, 5, 1, 15-29.

Geertz, C. (2001). Nova luz sobre a antropologia. Zahar.

Gentili, P. (1998). Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século, 2, 76-99.

Global Entrepreneurship Monitor (GEM). (2000). Empreendedorismo no Brasil: 2001. Curitiba, IBQP.

Global Entrepreneurship Monitor (GEM). (2004). Empreendedorismo no Brasil: 2003. Curitiba, IBQP.

Global Entrepreneurship Monitor (GEM). (2008). Empreendedorismo no Brasil: 2007. Curitiba, IBQP.

Global Entrepreneurship Monitor (GEM). (2016). Empreendedorismo no Brasil: 2015. Curitiba, IBQP.

Global Entrepreneurship Monitor (GEM). (2017). Empreendedorismo no Brasil: 2016. Curitiba, IBQP.

Global Entrepreneurship Monitor (GEM). (2018). Empreendedorismo no Brasil: 2019. Curitiba, IBQP.

Global Entrepreneurship Monitor (GEM). (2018,). The Influence of GEM on Policy 2017/18. GEM Consortium.

Goldenberg, M. (2011). Afinal, o que quer a mulher brasileira?. Psicologia Clínica, 23(1), 47-64.

Golin, K. (2018). As Mulheres do informal: sentidos de empoderamento e empreendedorismo na venda direta. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

Gomes, M. V. P., Alves, M. A., & Fernandes, R. J. R. (2013). Políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas.

Gomes, R. P. (2014) Representações Sociais sobre o futuro profissional por estudantes de curso de Administração. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Educacional, Centro Universitário FIEO, Osasco.

Gordon, C. (1991). Governmental rationality: An introduction. In: The Foucault effect: Studies in governmentality, 1, 52.

Gordon, C. (2013). Governamentalidade e a genealogia da política. Educação e Pesquisa, 39(4), 1049-1065.

Gorgievski, M. J., & Stephan, U. (2016). Advancing the psychology of entrepreneurship: A review of the psychological literature and an introduction. Applied Psychology, 65(3), 437-468.

Gregori, M. F. (2000). Viração: experiências de meninos nas ruas. Editora Companhia das Letras.

Grin, E. J., Acosta, F. G., Sarfati, G., Alves, M. A., Gomes, M. V. P., Spink, P., & Fernandes, R. J. R. (2012). Desenvolvimento de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo em estados e municípios.

Grosfoguel, R. (2008). “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p. 115-147.

Guevera, C. (2017). Lo que no debería ser la economia popular, desmitificando el discurso del emprendimiento. In: Giraldo, C. G. (Ed.). Economía popular desde abajo. Ediciones Desde Abajo.

Guimarães Júnior, E. H., & Macêdo, K. B. (2013). O papel do empreendedor na formação de grupos sociais: uma abordagem psicodinâmica. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 13(3), 257-264.

Gutierrez, R. F., & Zanin, M. (2011). Empreendimentos econômicos de catadores de resíduos e legislações vigentes: avanços e limites. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 4(SPE), 113-121.

Hanusch, H., & Pyka, A. (2006). Principles of neo-Schumpeterian economics. Cambridge Journal of Economics, 31(2), 275-289.

Hartwell, R. M. (1995). A history of the Mont Pelerin Society. Liberty Fund Inc..

Harvey, D. (2005). O neoliberalismo. História e implicações. São Paulo: Loyola.

Harvey, D. (2007). A brief history of neoliberalism. Oxford University Press, USA.

Hayek, F. A. (2014). The road to serfdom: Text and documents: The definitive edition. Routledge.

Hébert, R.F. & Link, A.N., 1989, In Search of the Meaning of Entrepreneurship, Small Business Economics, 1, 39-49

Herrington, M. (2018). The Influence of GEM on Policy. Global Entrepreneurship Monitor.

Hickel, J. (2016). Neoliberalism and the end of democracy. In Handbook of Neoliberalism (pp. 170-180). Routledge.

Higgott, Richard (2000) 'Contested Globalization: The Changing Context and Normative Challenges', Review of International Studies, 26: 131–53.

Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo social, 26(1), 61-73.

Hirata, H. (2018). Gênero, patriarcado, trabalho e classe. Revista Trabalho Necessário, 16(29).

Hirata, H. (2010). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Revista Tecnologia e Sociedade, 6(11), 1-7.

Hoffarth M.J. (2019) From achievement to power: David C. McClelland, McBer & Company, and the business of the Thematic Apperception Test (TAT), 1962–1985. J Hist Behav Sci. 9;1–16. https://doi.org/10.1002/jhbs.22015

Hollway, W. (1 989) Subjectivity and Method in Psychology. London: Sage.

Holtz-Eakin, D., & Rosen, H. S. (Eds.). (2004). Public policy and the economics of entrepreneurship. MIT Press.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. (2018). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Divulgação Especial. Mulheres no Mercado de Trabalho.

Iensen, S. A. L. (2014). Desafios ao psicanalista contemporâneo: empreendedorismo e produção de conhecimento em psicanálise. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Jardim, F. (2013). Breve genealogia dos estudos da governamentalidade: o efeito Foucault e seus desdobramentos. Uma entrevista com Colin Gordon. Educação e Pesquisa, 39(4), 1067-1087.

Jardim, F. (2009). Entre desalento e invenção: experiências de desemprego e desenraizamento em São Paulo. FAPESP.

Jessop, B. (1993). Towards a Schumpeterian workfare state? Preliminary remarks on post-Fordist political economy. Studies in political economy, 40(1), 7-39.

Jessop, B. (2018). Neoliberalism and workfare: Schumpeterian or Ricardian. SAGE handbook of neoliberalism, 347-358.

Jonathan, E. G. (2005). Mulheres empreendedoras: medos, conquistas e qualidade de vida. Psicologia em Estudo, 10(3), 373-382.

Jonathan, E. G. (2011). Mulheres empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder. Psicologia Clínica, 23(1), 65-85.

Jonathan, E. G., & Silva, T. D. (2007). Empreendedorismo feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes. Psicologia & Sociedade, 19(1), 77-84.

Jörg, S. (2011). Clínica da identidade: um estudo sobre o sofrimento psicossocial coletivo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social,Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Júnior, O. P. A. L. (2011). O Espírito do Capitalismo e a Cultura do Empreendedorismo: Educação e Ideologia. Dissertação be Mestrado. Programa de Pó-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Karayiannis, A. D. (1992), Entrepreneurship in Classical Greek Literature, The South African Journal of Economics, vol. 60, No 1, 67-93

Karayiannis, A. D. (2003). Entrepreneurial functions and characteristics in a proto-capitalist economy the xenophonian entrepreneur. Wirtschaftspolitische Blatter, 50, 553-563.

Kilby, P. (1971). Hunting the heffalump. Entrepreneurship and economic development, 1-40.

Kingstone, P. (2018). The Rise and Fall (and rise again?) of Neoliberalism in Latin America In The SAGE Handbook of Neoliberalism. London: Sage Publications Ltd.

Kirzner, I.M. (1973). Competition and Entrepreneurship, Chicago: Chicago University Press.

Koopman, C. (2013). Genealogy as critique: Foucault and the problems of modernity. Indiana University Press.

Krein, D., Gimenez, D. M., & Santos, A. L. D. (2018). Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil. Campinas: Curt Nimuendajú.

Krein, J. D.; Santos, A. L. D.; Nunes, B. T. (2012). Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. Texto para discussão, 201.

Landström, H. (2005). Pioneers in entrepreneurship and small business research (Vol. 8). Springer Science & Business Media.

Lemke, T. (2007). An indigestible meal? Foucault, governmentality and state theory. Distinktion: Scandinavian Journal of Social Theory, 8(2), 43-64.

Lemke, T. (2017). Foucault, governamentalidade e crítica. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.

Lemke, T. (2018). Rearticulando o Conceito de Dispositivo: Combinando STS e Analítica do Governo. Mediações-Revista de Ciências Sociais, 23(1), 32-62.

Lemos, F. C. S., da Cruz, F. F., Junior, L. P. R., Sampaio, V., de Carvalho Cruz, A. P., & Côrrea, M. R. (2015). Biopolítica, gênero e organismos internacionais: mercado dos direitos das mulheres. Fractal: Revista de Psicologia, 27(3), 203-210.

Lemos, F. C. S., Galindo, D., & do Nascimento, M. L. (2016). Considerações sobre o empresariamento da vida em políticas públicas para a educação. Barbarói, (46), 06-21.

Lopes, E. B. (2001). O SEBRAE e as relações público-privado no Brasil. Dissertação de Mestrado, FCLAR, UNESP, São Paulo.

Lopes, J. R. B. (2008) Sociedade industrial no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/gj8dk>. Acesso em: 28 jan. 2020.

Lopes, R. M. A. (1999). Avaliação de resultados de um programa de treinamento comportamental para empreendedores – EMPRETEC. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

López-Ruiz, O. J. (2004). O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo. 2004 (Doctoral dissertation, Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas).

Lorenzi, F. L. (2014). A produção de um sujeito empreendedor em revista. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Low, MB. & MacMillan, I.C., 1988, Entrepreneurship: Past Research and Future Challenges, Journal of Management, 14,2, 139-161.

Luna, I. N. (2012). Empreendedorismo e orientação profissional no contexto das transformações do mundo do trabalho. Revista Brasileira de Orientação Profissional, 13(1), 111-116.

Luna, I. N., Bardagi, M. P., Gaikoski, M. M., & Melo, F. D. S. (2014). Empresas juniores como espaço de desenvolvimento de carreira na graduação: reflexões a partir de uma experiência de estágio. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 14(4), 441-451.

Machado-Rocha, M. A. (2019) Universidade e a favela: hierarquia social e guerra de memórias. Inter-Acao, v. 44, n. 1.

Machado, R. Introdução In Foucault, M. (2014) Microfísica do poder.Rio de Janeiro, RJ: Graal.

Magalhães, M. D. O. (2005). Personalidades vocacionais e desenvolvimento na vida adulta: generatividade e carreira profissional. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia , Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Magnusson, L. (Ed.). (1994). Evolutionary and neo-Schumpeterian approaches to economics (Vol. 36). Springer Science & Business Media.

Maior, J. L. S., & Severo, V. S. (2017). Manual da reforma trabalhista: pontos e contrapontos. Porto Alegre, São Paulo: Sensus.

Makhamed, Y. M. (2015). Suporte organizacional e desenvolvimento de competências empreendedoras em empresas juniores no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Manfroi, E. (2009). Empreendendo a Evolução Pessoal através da Planificação Evolutiva. Revista Conscientia, 10(1), 12-20.

Marcondes, R. C. (2014). Entre buscar oportunidades e obter reconhecimento: comportamento empreendedor de psicólogos em sua trajetória profissional. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Marino, M; Santos, E. Apresentação In Lemke, T. (2017). Foucault, governamentalidade e crítica. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.

Martín-Baró, Ignacio. (1986/2011). Para uma psicologia da libertação (Trad. Fernando Lacerda Jr.). Em Raquel. S. L. Guzzo., & Fernando Lacerda Jr. (Orgs.), Psicologia social para América Latina: O resgate da psicologia da libertação (pp. 181-198). Campinas: Alínea.

Marttila, T. (2013a). Culture of Enterprise in Neoliberalism: Specters of Entrepreneurship. London: Routledge.

Marttila, T. (2013b). Whither governmentality research? A case study of the governmentalization of the entrepreneur in the French epistemological tradition. Historical Social Research, pp. 293–331.

Marttila, T. (2015). Post-foundational Discourse Analysis: From Political Difference to Empirical Research. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Marttila, T. (2018). Neoliberalism, the Knowledge-Based Economy and the Entrepreneur as Metaphor. Em D. Cahill, M. Cooper, M. Konings, & D. Primrose, The SAGE Handbook of Neoliberalism. London: SAGE Publications.

Marx, K. (2013). O capital: o processo de produção do capital. Livro I, 2.

Massimo, L. (2013). Como se explica o neoliberalismo no Brasil? uma análise crítica dos artigos publicados na Revista Dados. Revista de Sociologia e Política, 21(47), 133-153.

Massimo, L., (2013). Como se explica o neoliberalismo no Brasil? Uma análise crítica dos artigos publicados na revista Dados. Revista de Sociologia e Política, 21(47), pp.133-153. DOI: 10.1590/s0104-44782013000300010

McCallum, E., Weicht, R., McMullan, L., & Price, A. (2018). EntreComp into action-Get inspired, make it happen: A user guide to the European Entrepreneurship Competence Framework (No. JRC109128). Joint Research Centre (Seville site).

McClelland, D. C. (1961). Achieving society (No. 15). Simon and Schuster.

McClelland, D. C. (1972). A sociedade competitiva realização e progresso social. Expressão e Cultura.

Medina-Zárate, J., Uchôa de Oliveira, F.M. (2019). Why should we be interested in the specificity of subjectivity and neoliberalism in Latin America?. Subjectivity 12, 281–287. https://doi.org/10.1057/s41286-019-00083-8

Meira, F. B. (2012). " Grupos minoritários": forma e organicidade dos empreendimentos (ditos) solidários. Revista Psicologia Política, 12(23), 121-137.

Melo, N. M. e. (2008). Sebrae e Empreendedorismo: origem e desenvolvimento. Dissertação de Mestrado, Centro de Educaçao e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Miranda, R. F. (2015). Socialização Organizacional: Táticas adotadas numa Instituição de Ensino Superior Privada. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Mirowski, P., & Plehwe, D. (Eds.). (2009). The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective. Harvard University Press.

Mises, L. von, 1951, Planning for Freedom, South Hollan, Ill: Libertarian Press.

Mitchell, T. (1999). Society, economy, and the state effect. In: Steinmetz, George (ed..) State/culture: State-formation after the cultural turn, 76, 90.

Mitchell, T. (2009). How neoliberalism makes its world. The road from Mont Pèlerin: the making of the neoliberal thought collective, 386-416.

Moisander, J., Groß, C., & Eräranta, K. (2018). Mechanisms of biopower and neoliberal governmentality in precarious work: Mobilizing the dependent self-employed as independent business owners. Human Relations, 71(3), 375-398.

Monteiro, G. G. (2014). Coaching e os Atletas de Si: práticas de governo, performance e urgência. Dissertação de Mestrado.Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Monteiro, L. S. S. (2011). O trabalho no marketing de rede: novas ideologias do trabalho ou as antigas artimanhas do capital. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Monteiro, R., Silveiro, C., & Daniel, F. (2015). Representações sociais do empreendedorismo no feminino e no masculino: investigação com estudantes. Psicologia em Estudo, 20(1), 107-116.

Montenegro, A. V. (2016). Estudo sobre comprometimento organizacional, estilos de liderança e cultura organizacional em uma organização cearense. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Morris, M.H., 1998, Entrepreneurial intensity: sustainable advantages for individuals, organizations, and societies, Westport, Conn: Quorum.

Musha, E. H. (2017). Jovens de projetos sociais em tempos neoliberais: o “personagem do social”. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social,Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Nader, S. M. (2018). Perfil Criativo de Empreendedor Social. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia universidade Católica de Campinas, Campinas.

Negro, A. L., & Gomes, F. (2006). Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. Tempo social, 18(1), 217-240.

Neiva, D. A. (2016). O significado do trabalho para jovens em qualificação profissional. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Neto, Valde(2013). O culto da performance na publicidade: subjetividade feminina em tempos velozes. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará,Fortaleza.

Neves, C. (1994). Profissão: Empreendedor. Treinamento e Desenvolvimento;19(2):32-35.

Offe, C. (1989). Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense.

Okino, E. T. K. (2009). O SDS e o BBT-Br em Orientação Profissional: Evidências de validade e precisão. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia , Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Oliveira, A. (2014). Caixa-preta do sistema S: mais de R$15 bilhões/ano em dinheiro público. Brasília: Senado Federal, Gabinete do Senador Ataídes de Oliveira.

Oliveira, B. M. F., Vieira, D. A., Laguía, A., Moriano, J. A., & Soares, V. J. S. (2016). Intenção empreendedora em estudantes universitários: adaptação e validação de uma escala (QIE). Avaliação Psicológica, 15(2), 187-196.

Oliveira, D. G. (2010). Empreendedores: sucessos e insucessos das micro e pequenas empresas do Vale do São Francisco. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

Oliveira, E. (2017). Motivações para a carreira empreendedora segundo o modelo de carreira caleidoscópica. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Oliveira, F., & Leirner, A. N. (2009). Relações de trabalho, processos cotidianos e empreendimentos de economia solidária: duas experiências do Programa Oportunidade Solidária. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 12(2), 243-256.

Oliveira, K. S. A. D. (2017). Processo de significação do trabalho para diaristas atuantes na cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

Oliveira, R. S. (2011). Relações entre interesses ocupacionais e variáveis de carreira em estudantes de psicologia. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Omorede, A., Thorgren, S., & Wincent, J. (2014). Entrepreneurship psychology: A review. International Entrepreneurship and Management Journal, 11(4), 743–768. doi:10.1007/s11365-014-0307-6

Ozel, I. (2003). Beyond the orthodox paradox: the breakup of state-business coalitions in 1980s Turkey. Journal of International Affairs, 57(1), 97-

Paicheler-Harrous, G.(2018). A invenção da Psicologia Moderna. São Paulo: Benjamin Editoral, 280 p.

Parker, S. C. (2004). The economics of self-employment and entrepreneurship. Cambridge University Press.

Peck, J., Brenner, N., & Theodore, N. (2018). Actually existing neoliberalism. The Sage handbook of neoliberalism, 1, 3-15.

Perissinoto, R. (2016). Por que golpe? Academia. Disponível em: https://www.academia.edu/29221192/Por_que_golpe. Acesso em outubro de 2019.

Pickren, W. E. (2009). Indigenization and the history of psychology. Psychological Studies, 54(2), 87-95.

Pinho, M. A. B. D. (2017). Construção de significados na trajetória de vida de empreendedores sob a perspectiva da Psicologia Cultural Semiótica. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Pisicchio, R. J. (2016). Os sentidos do trabalho e o papel das incubadoras de empreendimentos solidários do Paraná. Revista de Psicologia da UNESP, 15(1), 01-16.

Plehwe, D. (2009). Introduction. In: Mirowski, P., & Plehwe, D. (Eds.). The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective. Harvard University Press.

Plehwe, D., Walpen, B. J., & Neunhöffer, G. (2007). Between network and complex organization. In Neoliberal Hegemony(pp. 45-68). London: Routledge.

Queiroz Neto, V. P., & Severiano, M. D. F. V. (2016). Empreendedorismo e performance na publicidade para mulheres: uma análise teórico-crítica. Revista de Psicologia, 7(1), 94-114.

Raffnsøe, S.; Beaulieu, A.; Binkley, S.; Cruikshank, B.; Eliassen, K. O.; Gudmand-Høyer, M.; Oksala, J.; Opitz, S.; Puri, J.; Kristensen, E.; Rosenberg, A.; Munch, M. A. (2014) Editorial. Special Issue on Ethnographies of Neoliberal Governmentalities. Foucault Studies, v. 18.

Rago, M. (1993). As Marcas da Pantera: Foucault para Historiadores. Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura, 4(5), 22-32.

Rago, M. (1995). O efeito-Foucault na historiografia brasileira. Tempo Social, 7(1-2), 67-82. https://dx.doi.org/10.1590/ts.v7i1/2.85207

Régis, H. P., Bastos, A. V. B., Dias, S. M. R. C., & Melo, P. T. N. B. D. (2013). Redes de mentoria: mapeando as concepções nas incubadoras de base tecnológica do Recife. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 13(3), 241-255.

Revel, J., & Foucault, M. (2005). Conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos (SP): Claraluz.

Reynolds, P. D. (2007). Entrepreneurship in the United States: The future is now (Vol. 15). Springer Science & Business Media.

Reynolds, P.D. (2000). National panel study of US business start-ups: Background and methodology, in Katz, J.A. (ed.), Advances in Entrepreneurship, Firm Emergence, and Growth, Vol 4, Stanford, CT: JAI Press, 153-227.

Reynolds, Paul D., William D. Bygrave, Erkko Autio, Larry Cox, and Michael Hay (2002). Global Entrepreneurship Monitor: 2002 Executive Report. Kansas City, MO: Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership.

Ribeiro, P. M. (2017). Empreendedorismo social e capitalização da vida: narrativas sobre a gestão da criminalidade e fagulhas de resistência. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Ribeiro, R. P. (2003). Terceiro setor: interesses públicos ou privados? Um estudo de caso comparativo entre duas instituições com atuação na área social. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, São Paulo.

Ribeiro, S. M. S. (2016). Enveredando pelo campo ético, político e educacional para pensar as aulas de Psicologia nos cursos técnicos da FAETEC. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Rizzato, S. D. C., & Moran, M. C. (2013). Empreendedorismo e personalidade: o perfil em estudantes brasileiros. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 13(3), 279-291.

Rocha, C. (2015), "Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina", In: S. Cruz et al. (orgs.), Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo, Perseu Abramo, pp. 261-278.

Rocha, C. (2017), O papel dos think tanks pró-mercado na difusão do neoliberalismo no Brasil. Millcayac – Revista Digital de Ciencias Sociales, v. 4, n. 7, pp. 95-120.

Rocha, C. (2019). "Imposto é Roubo!" A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró- Impeachment de Dilma Rousseff. Dados, 62(3), e20190076. Epub September 23, 2019.https://dx.doi.org/10.1590/001152582019189

Rocha, M. M. (2016). Quando a favela é extensão da universidade: o Programa Avizinhar em meio às relações entre a USP e a São Remo (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Rodrigues, A. A. M. (2008). Os sentidos do auto-emprego nos pequenos negócios familiares geradores de renda. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Rodrigues, B. R. D. (2011). Fazendo planos para a educação: políticas do dizer e processos de subjetivação. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Rodrigues, H. D. B. C. (2011). Michel Foucault no Brasil-esboços de história do presente. verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol., (19).

Rodrigues, H. de B. C. (2019). Análise Instirucional, genealogia, história oral: fabricando intercessores em pesquisa e intervenção. Curitiba: Appris.

Rose, N. (1990). Governing the soul: The shaping of the private self. London: Routledge.

Rose, N. (1999). Powers of Freedom: Reframing Political Thought. Cambridge: Cambridge University Press.

Rose, N.; O'Malley, P.; Valverde, M. (2006). Gubernamentalidad. Annual Review of Law and Social Science, v. 6, p. 83-104.

Rostow, W. W. (1971). Etapas do desenvolvimento econômico. Octavio Alves Velho (Trad.). 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Rotter, J. (1966). Generalized expectancies for internal versus external control of reinforcement. Psychological Monographs: General and Applied, 80: 609.

Sader, E. (2013). Lula e Dilma: dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo.

Salem, D. (2006). Uma leitura simbólica do espírito empreendedor. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Samuels, David. (2003). A economia política da reforma macroeconômica no Brasil, 1995-2002. Dados, 46(4), 805-835. https://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582003000400006

Sanábio, S. M. S. (2011). Atribuição de causalidade ao sucesso ou fracasso dos negócios por emprendedores e não empreendedores: um estudo exploratório. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro.

Sangaletti, A. P. (2015). Condições para o desenvolvimento de práticas de ensino em professores de empreendedorismo. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Bauru.

Santos, W. G. dos (1979). Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira (Vol. 1). Editora Campus.

Sato, L. (1993). A representação social do trabalho penoso. O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2,188-211.

Sato, L. (2002). Prevenção de agravos à saúde do trabalhador: replanejando o trabalho através das negociações cotidianas. Cad. Saúde Pública, São Paulo, 18(5):1147-1157.

Sato, L. (2003). Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações”. In Z. A. Trindade & A. N. Andrade (Orgs.), Psicologia e saúde: um campo em construção (pp. 167-178). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Sato, L. (2009). Juntando os pedaços.In: M.J. S. Patto (org.). A cidadania negada: políticas públicas e formas de viver. São Paulo: Caso do Psicólogo, pp. 23-28.

Sato, L. (2011). Psicologia e trabalho: focalizando as. Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO. Recife:Abrapso-Ed. Universitária da UFPE, pp. 233-252.

Sato, L. (2012). Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade. São Paulo: Edusp.

Sato, L. (2017). Diferentes faces do trabalho no contexto urbano. Psicologia social do trabalho. Petrópolis: Vozes.

Sato, L., Coutinho, M. C., & Bernardo, M. H. (2017). A perspectiva da psicologia social do trabalho. Psicologia social do trabalho. Petrópolis: Vozes.

Schjoedt, L., & Shaver, K. G. (2007). Deciding on an entrepreneurial career: A test of the pull and push hypotheses using the panel study of entrepreneurial dynamics data. Entrepreneurship theory and practice, 31(5), 733-752.

Schumpeter, J. (2006). Capitalism, Socialism and Democracy (new edition). New Yor: Routledge.

Schumpeter, J. A. (1982). Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre capital, crédito, juro e ciclo econômico. Tradução de Maria Silvia Possas. São Paulo: Abril Cultural.

Schumpeter, J.A., 1934, The Theory of Economic Development, Cambridge, MA: Harvard University Press.

Seki, A. K., & Simão, C. R. P. (2014). Por que" não" a uma EJ: o que é inconciliável entre a universidade pública e as empresas júniores?. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 14(4), 475-480.

Severo, V. S., & Souto Maior, J. L. (2017). Manual da Reforma Trabalhista: pontos e contrapontos. São Paulo: Sensus, 38-43.

Shaver, K. G. (2003). The social psychology of entrepreneurial behaviour. In Handbook of entrepreneurship research (pp. 331-357). Springer, Boston, MA.

Shaver, K. G. (2010). The social psychology of entrepreneurial behaviour. In Handbook of entrepreneurship research (pp. 359-386). Springer, New York, NY.

Shaver, K. G., & Scott, L. R. (1991). Person, process, choice: The psychology of new venture creation. Entrepreneurship: Theory and Practice, 16(2): 23–45.

Sicsú, J., de Paula, L. F., & Michel, R. (2005). Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com eqüidade social. Fundação Konrad Adenauder Stiftung.

Dias, M. O. L. da S. (1983). Mulheres sem história. Revista de História, (114), 31-45.

Silva, D. B. D. (2008). A identidade do empreendedor social. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social,Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Silva, F. H. M. D. (2019) Análise de processos de aprendizagem individual e organizacional em empresas incubadas de base tecnológica. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Silva, F. R. M. (2011) Liderança, estilos pessoais, estratégias e desempenho de micro e pequenos empresários do setor industrial de Fortaleza. Revista de Psicologia, 2(2), 76-92.

Soares, L. T. R. (2001). Os custos sociais do ajuste neoliberal no Brasil. In: Sader E, (org.). El ajuste estructural en América Latina. Costos sociales y alternativas. CLACSO, 8, 171-86.

Solano, E. G. (2018). Entendendo o Brasil atual. Polarização, guerras culturais e antipetismo. Nueva Sociedad, Buenos Aires, edição especial em português, p. 48-60.

Solano, E., Ortellado, P., & Moretto, M. (2017). 2016, o ano da polarização?. Análise, (22), 5-20.

Soto Gamboa, Á. (2003). El Mercurio y la difusión del pensamiento político económico liberal. 1955–1970. Santiago: Centro de Estudios Bicentenario.

Souza, G. H. S. (2014). Inventário de Barreiras e Facilitadores ao Empreendedorismo: Construção e Validação de uma Medida Psicométrica. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

Souza, J. A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.

Spector, P. (1992). Behavior in organizations as a function of locus of control. Psychological Bulletin, 91: 482–497.

Spector, P. 1992. Behavior in organizations as a function of locus of control. Psychological Bulletin, 91: 482–497.

Spink, P. K. (2003). Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. Psicologia & Sociedade, 15(2), 18-42.

Spink, P. K. (2008). O pesquisador conversador no cotidiano. Psicologia & Sociedade, 20(SPE), 70-77.

Spink, P. K. Prefácio In Sato, L. (2012). Feira livre: organização, trabalho e sociedade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Starling, H. M. M. (1986) Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Editora Vozes.

Stevenson, H.H. & Jarillo, J.C. (1990) A Paradigm of Entrepreneurship: Entrepreneurial Management, Strategic Management Journal, 11, 17-27.

Stevenson, H.H. & Jarillo, J.C., 1990, A Paradigm of Entrepreneurship: Entrepreneurial Management, Strategic Management Journal, 11, 17-27.

Swedberg, R. (2006) Introduction. In: Schumpeter, J. Capitalism, Socialism and Democracy (new edition). New Yor: Routledge.

Swedberg, R. (Ed.). (2000). Entrepreneurship: The social science view. Oxford: Oxford University Press.

Telles, V. D. S., & Hirata, D. V. (2010). Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. Tempo social, 22(2), 39-59.

Telles, Vera da Silva. (2006). Mutações do trabalho e experiência urbana. Tempo Social, 18(1), 173-195. https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702006000100010

Tokatlian, J. G. (2009). Neogolpismo. Página/12, 13 de julho de 2009. Disponível em: http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/128159-41146-2009-07-13.html. Acesso em: 29 jan. 2020.

Tokatlian, J. G. (2012). El auge del neogolpismo. La Nación, 24 de junho de 2012. Disponível em: http://www.lanacion.com.ar/1484794-el-auge-del-neogolpismo. Acesso em: 29 jan. 2020.

Tribe, K. (2009). Liberalism and neoliberalism in Britain, 1930-1980. The road from Mont Pèlerin: The making of the neoliberal thought collective, 68-97.

Tupinambá, A. C. R. (2012). Empreendedorismo e liderança: perspectivas e desafios atuais. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, 12(1), 73-83.

Veiga-Neto, A. (2000). Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetivi-dades. In: Portocarreto, V. & Castelo Branco, G. (org.). Retratos de Foucault. Rio de Janeiro: NAU. p.179-217.

Velasco e Cruz, S.; Kaysel, A.; Codas, G. (Orgs.). Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

Williamson, J. (2009). A short history of the Washington Consensus. Law & Bus. Rev. Am., 15, 7.

Winter, D. G. (1998). “Toward a science of personality psychology”: David McClelland’s development of empirically derived TAT measures. History of Psychology, 1, 130–153.

Winter, S. G. (2006). Toward a neo-Schumpeterian theory of the firm. Industrial and Corporate Change, 15(1), 125-141.

Witter, Geraldina Porto. (1998). Entrevista com o Prof. Dr. Arrigo Leonardo Angelini. Psicologia Escolar e Educacional, 2(1), 55-62. https://dx.doi.org/10.1590/S1413-85571998000100007

Zerbini, T. (2003). Estratégias de aprendizagem, reações aos procedimentos de um curso via internet, reações ao tutor e impacto do treinamento no trabalho. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de Brasília, Brasília.